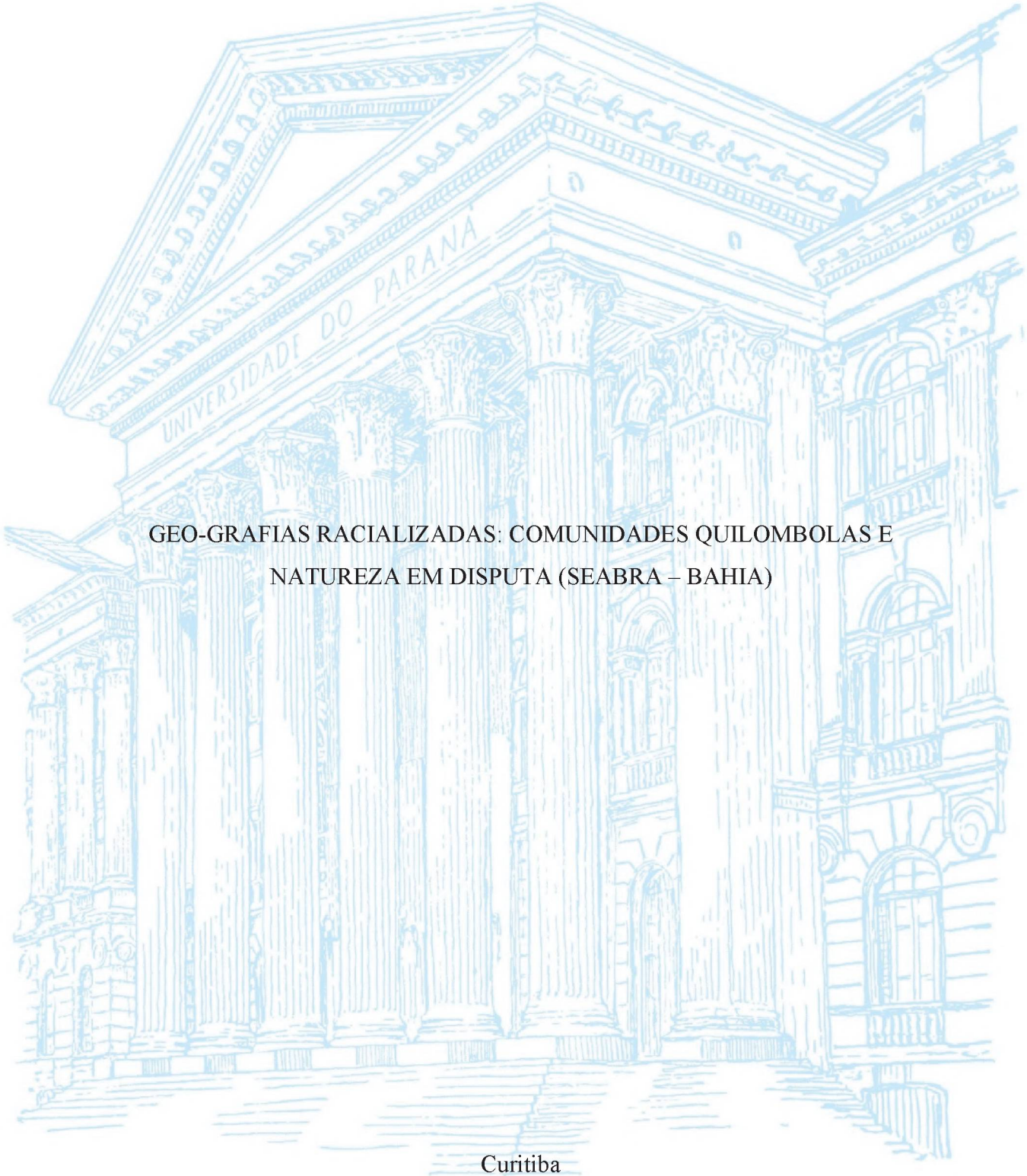
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE MIRANDA BARBOSA



GEO-GRAFIAS RACIALIZADAS: COMUNIDADES QUILOMBOLAS E NATUREZA EM DISPUTA (SEABRA – BAHIA)

Curitiba

2022

ALINE MIRANDA BARBOSA

GEO-GRAFIAS RACIALIZADAS: COMUNIDADES QUILOMBOLAS E NATUREZA EM DISPUTA (SEABRA – BAHIA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Setor de Ciências da Terra, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof °. Drº. Jorge Ramón Montenegro Gómez

Curitiba

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Barbosa, Aline Miranda
Geo-grafias racializadas: comunidades quilombolas e natureza em disputa (Seabra – Bahia) / Aline Miranda Barbosa. – Curitiba, 2022.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Jorge Ramón Montenegro Gómez

1. Quilombos - Chapada Diamantina (BA). 2. Quilombos - Seabra (BA). 3. Relações raciais. 4. Reforma agrária. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Gómez, Jorge Ramón Montenegro. IV. Título.

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIENCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA - 40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ALINE MIRANDA BARBOSA** intitulada: **GEO-GRAFIAS RACIALIZADAS: COMUNIDADES QUILOMBOLAS E NATUREZA EM DISPUTA (SEABRA, BAHIA)**, sob orientação do Prof. Dr. JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica
23/09/2022 09:01:00.0
JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
19/10/2022 19:30:07.0
GUIOMAR INEZ GERMANI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Assinatura Eletrônica
28/09/2022 11:57:36.0
EDUARDO ÁLVARES DA SILVA BARCELOS
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL BAIANO)

Assinatura Eletrônica
23/09/2022 18:05:57.0
DIOGO MARÇAL CIRQUEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Assinatura Eletrônica
09/10/2022 15:35:42.0
GENY FERREIRA GUIMARÃES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 224422
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 224422

Dedico este trabalho às comunidades quilombolas de Seabra por nos ensinar que o presente se faz a partir da valorização da ancestralidade juntamente com a construção de um futuro em prol da vida.

AGRADECIMENTOS

Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
Tudo, tudo, absolutamente tudo que nós tem é
Tudo que nós tem é isso, uns ao outro
Tudo o que nós tem é uns ao outro, tudo
Emicida

O caminho foi e é longo, mas de repente a gente se dá conta de que ele mal começou, ou melhor, a gente percebe que ele vem de muito antes e que nós estamos contribuindo apenas com um de seus trechos porque afinal, o desafio é imenso. Assim, esse caminhar é movimento, que conforme a simbologia do "Sankofa" nos ensina a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar, para seguir adiante em um movimento que é ancestral e coletivo. Deste modo, o caminhar que representa o desenvolvimento desta tese, felizmente não foi solitário. Foi permeado de encontros, de afagos, de idealizações, de sonhos compartilhados, de desejos de transformações, provocados e alimentados por amores e amizades. Assim como, permeado de dores, tropeços, angústias, incertezas e medos. Essa tese de doutorado tem um pouco de tudo isso, ela é a continuidade da trajetória de uma pesquisadora que está em pleno movimento, em transformação, que não caminha só e que reconhece que muitas/os lutaram e contribuíram para que este lugar (de doutoranda) fosse ocupado e que essa tese fosse realizada.

Deste modo, reconhecendo que "nossos passos vêm de longe", vou me ater a nesse momento trazer um pouco daquelas e daqueles que acompanharam e contribuíram diretamente com este trabalho. Nesse sentido, agradeço especialmente à minha família porque é através dela que valorizo e reconheço as minhas raízes, que compreendo que a vida, nosso caminhar e nosso fazer é coletivo. Se dá por diferentes formas de r-existências, nos cuidados e nos ensinamentos de nos fazer vivos, não sobreviventes, mas viventes de um modo de ser, de viver e de celebrar a vida.

Agradeço assim, especialmente ao meu pai, Nerisvaldo Alves Barbosa e a minha mãe Maria Milza Miranda de Souza Barbosa (que há 30 anos foi para perto dos nossos ancestrais). Aos meus irmãos Alan Miranda Barbosa, Deise Miranda Barbosa e ao Vitor, encontro recente de uma irmandade que está em construção. A toda família de tias, tios, primas, primos e especialmente aquelas e aqueles que residem em Seabra e que

amorosamente me acolheram durante os diferentes momentos de trabalho de campo para a realização dessa tese: Tia Té, Gó, Gal, Neneu, Tio Silvano, Tia Gercy, Tia Analice, Tio Lozinho, Jhonny, Nego, Kil, Tácio, etc.

Agradeço imensamente a todas amigas, amigos e amigues que me ajudaram a trazer leveza, sentido, confiança, alegria e sanidade neste trilhar. Vale destacar, que o percurso de desenvolvimento desta tese foi diretamente impactado pelo contexto da pandemia da Covid-19. Por um contexto dolorido e traumático acompanhado por um desgoverno que contribuiu para que ultrapassássemos o número de meio milhão de mortes no Brasil, no qual a maioria foi de pessoas negras. Conviver com este governo e com a angústia da espera por vacina, de familiares e de amigos com familiares contaminados pelo vírus que, inclusive, vieram a falecer, foi desolador.

Assim, menciono o nome de algumas pessoas que diante de todo esse caos foram de fundamental importância para que nesse período de quatro anos e meio essa tese fosse desenvolvida. Manifesto um profundo sentimento de gratidão e amor: à Marina Drehmer, que literalmente acompanhou a escrita desse trabalho do início ao fim, desde a escrita do projeto de seleção para o meu ingresso no doutorado até a reta final da defesa, suas leituras, sugestões e provocações foram essenciais; à Desirée, querida amiga que tanto me ensina, que admiro muuuuito e que gentilmente aceitou fazer a revisão desta tese; aos amigues Tiago Cargin, Lina Maria Hurtado e Marina Gasparini que em diferentes momentos leram trechos desse trabalho e gentilmente compartilhavam suas impressões. Aos amigues/amores que me acompanharam nos trabalhos de campo: Iara, Dessa (amiga/irmã de longa caminhada), Juliana Adriano e Janaína Bino que no início do ano de 2019 estiveram comigo em, ao menos, algum momento da viagem de carro de Curitiba à Chapada Diamantina, para o primeiro trabalho de campo dessa pesquisa; ao meu grande amô, Bianca Sevciuc, querida amiga que os olhos brilharam ao me ouvir falar da minha pesquisa e que fez questão de me acompanhar em campo, teu apoio foi essencial e fortalecedor; ao Fábio Macedo, amor e companheiro, que também sempre esteve ao meu lado e que me acompanhou no terceiro momento em campo, sou muito grata por ter você ao meu lado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da Geografia da UFPR e aos professores com os quais cursei algumas disciplinas. Ao ingressar no Programa pude desfrutar da companhia de amigues incríveis que fizeram toda diferença para que a correria de dar aulas em Paranaguá (no IFPR) e o acompanhamento das aulas do Programa em Curitiba não me consumissem, nesse sentido, faço um agradecimento

especial ao Yuri, Thomas e Vania. Ainda no âmbito do programa, agradeço especialmente ao Coletivo ENCONTTRA (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra) pelos ensinamentos, pelas trocas, pelos afetos, pela possibilidade de partilha e construção coletiva de nossas práticas de pesquisa, ensino e extensão. Como o coletivo é muito mutante e dinâmico, destaco especialmente aquelas/es que acompanharam mais de perto essa jornada: agradeço às manas pretas Gláucia, Joanna e Thiara pelas partilhas fortalecedoras; ao Gus por generosamente sempre se mostrar disposto a sanar minhas dúvidas e dar dicas no processo de elaboração dos mapas; Adriano e Ralph, nós formávamos o trio de doutorandos do coletivo que partilhavam questões comuns e se fortaleciam; às maravilhosas: Adri e Jana, mulheres que com muito afeto e cuidado sempre me fortaleceram; assim como Nathalie, Camila Graboski, Bárbara, Dani, Katuta e ao Davi.

Manifesto imenso amor à Patricia Aro, Lívia Humaire e Samuel Salézio, pessoas que já dividiram o teto comigo e que estiveram bem pertinho de mim nesse doutorado. Agradeço às manas, grandes amigas e companheiras de trabalho, que assim como eu estavam encarando a mesma jornada de afastadas do IFPR para realizar suas pesquisas de doutoramento, grata pela parceria e cumplicidade: Franciele Lisboa e Kelem Rosso (amizade antiga regada de amor e de muitos momentos de partilha durante este doutorado). Na ajuda e incentivo com os mapas, também destaco as amadas amigas: Natalia Leister e Gislaine Faria, manas geógrafas que me encorajaram a fazer meus próprios mapas.

Há inúmeras/os amores/amigues que de diferentes formas se fizeram presente e demonstravam carinho, afeto, encorajamento e estímulo para a realização deste trabalho: Ana, Andrea, Gabi, Marco, Elisa, Pri Pontes, Alina, Ana Paula, Jacline, Marcinha, Vanessa Elias e Priscila Prazeres. Agradeço às pessoas que conheci a partir do desenvolvimento desta pesquisa, a maioria delas apenas na forma virtual: Luana Oliveira, Diosmar Filho e aos professores do IFBA de Seabra (Azamor e Therezinha).

Agradeço com muito carinho, amor, respeito e admiração às comunidades quilombolas de Seabra, que tanto me ensinaram. Em especial ao Lauro Roberto da comunidade quilombola da Vazante, que se tornou um dos meus principais interlocutores, sempre se mostrando disponível a me ajudar e acreditando na relevância deste trabalho. Às lideranças da comunidade quilombola do Agreste: Valdenice (Kena), Carmelice, Sr. Raimundo e a todas as mulheres do Batuque da Resistência por me acolherem de forma tão generosa. Ao João Batista da comunidade quilombola do Vão das Palmeiras por toda

atenção e disposição em contribuir com este trabalho. À comunidade quilombola do Morro Redondo meu profundo agradecimento. É difícil citar nomes porque o convívio e as trocas se estabeleceram com praticamente todas as pessoas da comunidade. Menciono os nomes da Cecília e Diná que são da diretoria da associação, como forma de agradecer a toda comunidade do Morro Redondo.

Meus agradecimentos à banca de qualificação desta tese, à Guiomar Germani e Eduardo Barcelos que contribuíram significativamente com o direcionamento desta tese, assim como ao Diogo Marçal que naquele momento não pode participar enquanto banca e mesmo assim leu o texto da qualificação e me apresentou as suas considerações. Agradeço por tê-los agora como banca avaliadora da defesa dessa tese juntamente com a professora Geny Ferreira. Do mesmo modo, agradeço às professoras Angela Katuta e Mercedes Pérez por aceitarem o convite de suplentes da banca. Agradeço com muito carinho ao Jorge Montenegro que durante estes quatro anos e meio me orientou, sempre atento às questões que me moviam e valorizando-as no processo de desenvolvimento dessa tese, sempre me estimulando a dar um passo a mais, trazendo importantes indagações, provocações e reflexões que me impulsionavam a avançar. Agradeço também ao IFPR por me conceder três anos de afastamento integral para o desenvolvimento desta tese.

Chão

Iê
Menina olha pra esse chão
Menina olha pra esse chão, oh menina
É o chão que é pisado
É o chão que é batido
Suado e disputado

Menina escute esse chão
Menina escute esse chão, oh menina
É o chão de ancestralidade
É o chão que tem raízes
Que conduz pra liberdade

Menina sinta esse chão
Menina sinta esse chão, oh menina
É o chão de aquilombados
Com o sangue derramado
Dos que não foram derrotados

Menina confie no chão
Menina confie no chão, oh menina
É o chão que te sustenta
É o chão que te movimenta
De onde o amor não se ausenta, camará!

Iê, viva esse chão
Iêee, viva esse chão, camará

Aline Miranda Barbosa

RESUMO

Esta tese, tendo como foco as comunidades quilombolas de Seabra (Chapada Diamantina – Bahia), aborda e reflete sobre as questões raciais e de natureza como duas dimensões que além de articularem-se entre si, também, atravessam e ampliam as discussões e leituras sobre a questão agrária no Brasil. Deste modo, partimos do objetivo central de compreender quais elementos a questão quilombola aciona no debate da questão agrária, a partir da análise do racismo e das relações de poder sobre o uso e apropriação da natureza, na luta pelo território das comunidades quilombolas de Seabra. Ao longo deste estudo, foi possível identificar a presença de uma rede de territórios quilombolas existentes no município de Seabra (Quilombos: Morro Redondo, Agreste, Baixão Velho, Cachoeira da Várzea, Capão das Gamelas, Lagoa do Baixão, Mocambo da Cachoeira, Olhos d'água do Basílio, Serra do Queimadão, Vão das Palmeiras e Vazante) os quais estão, direta ou indiretamente, compondo também uma rede de territórios de comunidades tradicionais em r-existência na região Chapada Diamantina. Territórios estes que diante do cenário de avanço do capitalismo extrativista moderno/colonial se expandem por meio de empreendimentos classificados em três setores: mineração, agronegócio e energético. No campo teórico e metodológico, buscamos construir análises e discussões pautadas na abordagem dos estudos descoloniais e afroepistêmicos a partir de uma perspectiva metodológica escrevivente e "desde dentro". Apresentamos, portanto, ao longo da pesquisa um conjunto de conceitos que se configuraram como chaves de análise para a elaboração e aprofundamento das questões a saber: quilombos, raça, racismo, colonialidade/modernidade e r-existência. As discussões e reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa nos levam a afirmar que estamos diante de uma questão agrária que é racializada, ou seja, a dimensão racial é um componente crucial da problemática agrária brasileira. Entendemos também que estamos diante de geo-grafias racializadas e que são fortemente marcadas pela colonialidade/modernidade da expansão capitalista geradora de violências, conflitos, expropriações, exploração, exclusão, subalternização, dor, sofrimento e morte. No entanto, esta mesma geo-grafia racializada é também uma geo-grafia das r-existências, de saberes, de conhecimentos diversos, da relação com a natureza, da ancestralidade, do viver em comunidade, da prática que constrói um futuro em prol da vida. A questão racial e a questão da natureza se colocam, assim, como chaves desta pesquisa para ampliar as leituras e o enfrentamento da questão agrária e territorial das comunidades quilombolas inseridas nesta proposta.

Palavras-chave: quilombos; questão racial; questão agrária; geo-grafias racializadas.

ABSTRACT

This thesis focuses on the quilombola communities of Seabra (Chapada Diamantina – Bahia). It addresses and reflects on racial and nature issues as two dimensions that, in addition to articulating with each other, also cross and expand the discussions and readings on the agrarian issue in Brazil. Thus, we start at the main objective of understanding which elements the quilombola question triggers in the debate on the agrarian issue, based on the analysis of racism and power relations over the use and appropriation of nature in the struggle for the territory of the quilombola communities of Seabra. Throughout this study, it was possible to identify the presence of a network of quilombola territories in the municipality of Seabra (Quilombos: Morro Redondo, Agreste, Baixão Velho, Cachoeira da Várzea, Capão das Gamelas, Lagoa do Baixão, Mocambo da Cachoeira, Olhos d'água do Basílio, Serra do Queimadão, Vai das Palmeiras and Vazante) which also, directly or indirectly, compose a network of territories of traditional communities in existence/resistance in the Chapada Diamantina region. These territories, faced with the scenario of advancement of modern/colonial extractive capitalism, expands through enterprises classified into three sectors: mining, agribusiness and energy. In the theoretical and methodological field, we seek to build analyzes and discussions based on the approach of decolonial and afroepistemic studies from a methodological perspective which proposes "writing while living" (escrevivente) and "from within" (desde dentro). Therefore, throughout the research, we present a set of concepts that were configured as keys of analysis for the articulation and deepening of the following questions: quilombos, race, racism, coloniality/modernity and existence/resistance. The discussions and reflections developed throughout this research lead us to affirm that we are facing an agrarian issue that is racialized, that is, the racial dimension is a crucial component of the Brazilian agrarian problem. We also understand that we are facing racialized geo-graphies that are strongly marked by the coloniality/modernity of capitalist expansion that generates violence, conflicts, expropriations, exploitation, exclusion, subalternization, pain, suffering and death. However, this same racialized geo-graphy is also a geo-graphy of existences/resistances, of diverse knowledge, of the relationship with nature, of ancestry, of living in community, of practice that builds a future for life. The racial issue and the issue of nature are thus key to this research to expand the readings and confrontation against the agrarian and territorial issues of the quilombola communities included in this proposal.

Keywords: quilombos; racial issue; agrarian issue, racialized geo-graphy.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SEABRA, DADOS DA FCP 52
QUADRO 2 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SEABRA, DADOS DO INCRA 53
QUADRO 3 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SEABRA, DADOS DA CDA 54
QUADRO 4 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS TITULADAS NO ESTADO DA BAHIA ATÉ O ANO DE 2018. DESTAQUE PARA AS COMUNIDADES DO TI CHAPADA DIAMANTINA. 57
QUADRO 5 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS PELA FCP NO TI CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA. DESTAQUE PARA AS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE SEABRA 58

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CONFLITOS NO CAMPO REGISTRADOS NO ESTADO DA BAHIA (2015 – 2021) 113
GRÁFICO 2 - CERTIFICAÇÕES FCP E PROCESSOS INCRA 148
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DE IBICOARA E MUCUGÊ – BA, 2017 192
GRÁFICO 4 - QUANTIDADE DE PROCESSOS MINERÁRIOS POR TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, SEABRA - BA 228
GRÁFICO 5 - PERSPECTIVA DE MINÉRIOS A SEREM EXPLORADOS NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, SEABRA - BA 228
GRÁFICO 6 - BRASIL: COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS E DOS BRANCOS NA POPULAÇÃO RURAL COM A PROPORÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DAS TERRAS SOB CONTROLE DOS NEGROS OU DOS BRANCOS 235

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CONFLITOS NO CAMPO REGISTRADOS NA BAHIA (2015–2021) 112
TABELA 2 - QUALIFICAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS (1850 – 1870) 128
TABELA 3 - POTÊNCIA OUTORGADA, POTÊNCIA FISCALIZADA E QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA EÓLICA NO BRASIL (MAIO/2022) 179
TABELA 4 - PROCESSOS MINERÁRIOS EM ANDAMENTO DA ANM (2021) . 325

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPEAMENTO DAS PRINCIPAIS ÁREAS PROMISSORAS PARA EMPREENDIMENTOS EOLIOELÉTRICOS NA BAHIA 180

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 - DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS MAPAS, QUILOMBO MORRO REDONDO (DEZ/2021) 40
FOTO 2 - REUNIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO, QUILOMBO MORRO REDONDO (JAN/2022) 40
FOTO 3 - DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS MAPAS, QUILOMBO AGRESTE (JAN/2022) 41
FOTO 4 - CAMINHADA PELOS LIMITES DO TERRITÓRIO, QUILOMBO MORRO REDONDO (DEZ/2021) 42
FOTO 5 - VISTA DA ÁREA DE EXTRAÇÃO MINERAL PARA O PÁTIO DE DEPÓSITO DOS BLOCOS EXTRAÍDOS 85
FOTO 6 - VISTA DA ÁREA DE EXTRAÇÃO MINERAL COM UMA PESSOA DE 1,50 DE ALTURA NA FRENTE 85
FOTO 7 - VISTA DA ENCOSTA DO MORRO REDONDO PARA O PÁTIO DE DEPÓSITO DOS BLOCOS EXTRAÍDOS 86
FOTO 8 - AUMENTO DA QUANTIDADE DE BLOCOS EXTRAÍDOS 86
FOTO 9 - PLACA ANTIGA DA MINERADORA 88
FOTO 10 - PLACA NOVA DA MINERADORA 88
FOTO 11 - TANQUE, LOCAL PARA O GADO BEBER ÁGUA 93
FOTO 12 - RIACHO NA TAQUARA 94
FOTO 13 - NASCENTES NO SERRÃO 96
FOTO 14 - RAIZ DE USO MEDICINAL NO SERRÃO 96
FOTO 15 - PINTURAS RUPESTRES NO SERRÃO 97
FOTO 16 - ENTRADA DA CAVIDADE ONDE HÁ ROCHAS COM PINTURAS RUPESTRES NO SERRÃO 97
FOTO 17 - CARTAZ DA EMPRESA CER-ENERGIA 99
FOTO 18 - CALENDÁRIO E PANFLETO COM RECEITAS, CER-ENERGIA 100
FOTO 19 - MANIFESTAÇÃO EM PIATÃ CONTRA O AGRONEGÓCIO (NOV/2020) 195
FOTO 20 - MANIFESTAÇÃO EM PIATÃ CONTRA A MINERAÇÃO (SET/2020) 201
FOTO 21 - AUDIÊNCIA PÚBLICA ORGANIZADA PELO MPBA EM PIATÃ (SET/2021) 203

FOTO 22 - CONVERSA COM LAURO ROBERTO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA VAZANTE (JUN/2022) 213
FOTO 23 - CASAS NÃO MAIS HABITADAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA VAZANTE (JUN/2022) 214
FOTO 24 - IGREJA DE SÃO JOSÉ NA COMUNIDADE QUILOMBOLA VAZANTE 214
FOTO 25 - VISTA PARA O REASSENTAMENTO QUILOMBO VAZANTE 215
FOTO 26 - CASAS EM FASE DE CONSTRUÇÃO, REASSENTAMENTO QUILOMBO VAZANTE 216
FOTO 27 - PLACA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO REASSENTAMENTO QUILOMBO VAZANTE 217
FOTO 28 - PLACA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BARAÚNAS/VAZANTE 218
FOTO 29 - VISTA PARA A ÁREA DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BARAÚNAS/VAZANTE 220
FOTO 30 - INSTRUMENTOS MUSICAIS DO "BATUQUE DA RESISTÊNCIA", QUILOMBO DO AGRESTE 252
FOTO 31 - DANÇA DO "BATUQUE DA RESISTÊNCIA", QUILOMBO DO AGRESTE 252
FOTO 32 - RODA DO "BATUQUE DA RESISTÊNCIA", QUILOMBO DO AGRESTE 253
FOTO 33 - ENCONTRO DE GERAÇÕES DO "BATUQUE DA RESISTÊNCIA", QUILOMBO DO AGRESTE 253
FOTO 34 - IMAGEM DE SÃO JOÃO BATISTA, QUILOMBO MORRO REDONDO 256
FOTO 35 - ORNAMENTAÇÃO DO LOCAL DA FESTA, QUILOMBO MORRO REDONDO 258
FOTO 36 - PREPARAÇÃO COLETIVA DA COMIDA, QUILOMBO MORRO REDONDO 259
FOTO 37 - PREPARAÇÃO COLETIVA DA COMIDA, QUILOMBO MORRO REDONDO 259
FOTO 38 - PREPARAÇÃO COLETIVA DA COMIDA, QUILOMBO MORRO REDONDO 260
FOTO 39 - ORNAMENTAÇÃO DA IGREJA, QUILOMBO MORRO REDONDO 260

FOTO 40 - HASTEAMENTO DA "FOGUEIRA EM PÉ" E PRENDAS AMARRADAS NO TOPO DA "FOGUEIRA EM PÉ", QUILOMBO MORRO REDONDO 261
FOTO 41 - FOGUEIRA, QUILOMBO MORRO REDONDO 262
FOTO 42 - FOGUEIRA, QUILOMBO MORRO REDONDO 263
FOTO 43 - FOGUEIRA, QUILOMBO MORRO REDONDO 263
FOTO 44 - SAÍDA DO BOI DE MARIÁ E DAS CARETAS, QUILOMBO DO MORRO REDONDO 265
FOTO 45 - BOI DE MARIÁ, QUILOMBO MORRO REDONDO 265
FOTO 46 - CARETAS, QUILOMBO MORRO REDONDO 266
FOTO 47 - DERRUBADA DA "FOGUEIRA EM PÉ", QUILOMBO MORRO REDONDO 267
FOTO 48 - PREPARAÇÃO PARA O LEILÃO, QUILOMBO MORRO REDONDO 267
FOTO 49 - SAÍDA DA ALVORADA NA MANHÃ DE 24 DE JUNHO, QUILOMBO MORRO REDONDO 269
FOTO 50 - SAÍDA COM O SANTO EM DIREÇÃO À LAGOINHA, QUILOMBO MORRO REDONDO 269
FOTO 51 - LAVAGEM DO SANTO COM ÁGUA BENTA NA LAGOINHA, QUILOMBO MORRO REDONDO 270
FOTO 52 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA BENTA APÓS A LAVAGEM DO SANTO, QUILOMBO MORRO REDONDO 270
FOTO 53 - RETORNO DA ALVORADA COM FOLHAS DE SÃO CAETANO NA CABEÇA, QUILOMBO MORRO REDONDO 271
FOTO 54 - CONTORNO DAS FOGUEIRAS EM BRASA, QUILOMBO MORRO REDONDO 271
FOTO 55 - PASSAGEM DA BANDEIRA, QUILOMBO MORRO REDONDO 272
FOTO 56 - SR. GETÚLIO TOCADOR DO BATUQUE, QUILOMBO DO MORRO REDONDO 274

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS. Brasil, 2021(FCP). 34
MAPA 2 - TERRAS QUILOMBOLAS TITULADAS OU COM PROCESSOS DE TITULAÇÃO EM ANDAMENTO. Brasil, 2021 (INCRA). 35
MAPA 3 - TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA 49
MAPA 4 - MUNICÍPIO DE SEABRA, TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA 50
MAPA 5 - TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE SEABRA – BAHIA 51
MAPA 6 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA VAZANTE E A BARRAGEM BARAÚNAS/VAZANTE, SEABRA - BA 75
MAPA 7 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO, SEABRA – BA. 78
MAPA 8 - PROCESSOS MINERÁRIOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO, SEABRA - BA 81
MAPA 9 - ÁREA DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO, SEABRA - BA 82
MAPA 10 - MARCOS INSERIDOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO 92
MAPA 11 - MINERAÇÃO, PIVÔS CENTRAIS, BARRAGENS, EÓLICAS E ENERGIA SOLAR NO TI CHAPADA DIAMANTINA, BA. 104
MAPA 12 - ESPACIALIZAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA NA BAHIA (ÍNDICE DE GINI 2017) 111
MAPA 13 - FORMAS DE ACESSO À TERRA IDENTIFICADAS NA LUTA – BAHIA 2019 115
MAPA 14 - REPRESENTAÇÃO DO SERTÃO BAIANO E INTERIOR DA CAPITANIA DA BAHIA NOS SÉCULOS XVII E XVIII 118
MAPA 15 - LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DAS TERRAS DE ANTÔNIO GUEDES DE BRITO FINAL DO SÉCULO XVII 120
MAPA 16 - PRINCIPAIS CAMINHOS DO SERTÃO BAIANO (1640 – 1750) 123
MAPA 17 - EMPREENDIMENTOS E SUJEITOS EM RESISTÊNCIA NO TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA 176
MAPA 18 - TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO, TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA 178

MAPA 19 - TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA, TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA..... 190
MAPA 20 - TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR MINERAL, TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA..... 199
MAPA 21 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA VAZANTE: LOCALIZAÇÃO ORIGINAL, REASSENTAMENTO E BARRAGEM..... 212
MAPA 22 - PARTE DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA VAZANTE, ANO 2009..... 219
MAPA 23 - PARTE DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA VAZANTE, ANO 2019..... 219
MAPA 24 - PROCESSOS MINERÁRIOS ATIVOS EM SEABRA E NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS (JUN/2021). 226

LISTA DE ABREVIATURAS

AATR	Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADT	Ato das Disposições Transitórias
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANM	Agência Nacional de Mineração
ASV	Autorização para Supressão de Vegetal Nativa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia
CEAQ-BA	Conselho Estadual das Comunidades e Associações Quilombolas do Estado da Bahia
CEDOC	Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno/CPT
CEPED	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento
CER Energia	Companhia de Energias Renováveis
CERB	Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia
CETA	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
CF	Constituição Federal
CGE	Central Geradora Eólica
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CPP	Comissão Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTE	Coordenação de Tecnologias Educacionais
DEM	Partido Democrata
DOU	Diário Oficial da União
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência em áreas de Movimentos Sociais do Campo

EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EPI's	Equipamentos de Proteção Individual
FCP	Fundação Cultural Palmares
FETAG- BA	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia
GEE	Gases de Efeito Estufa
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INTERBA	Instituto de Terras da Bahia
IPAM	Instituto de Pesquisa da Amazônia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MinC	Ministério da Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
MPBA	Ministério Público Estadual da Bahia
MPP	Movimento de Pequenos Pescadores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PFL	Partido da Frente Liberal
PGE	Procuradoria Geral do Estado da Bahia
PL	Projeto de Lei
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SAS	Movimento "Salve as Serras"
SDE	Secretária de Desenvolvimento Econômico
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAD	Superintendência de Educação a Distância
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
SEPROMI	Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial
SIGA	Sistema de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica
SIGMINE	Sistema de Informações Geográficas da Mineração
SNIRH	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
STF	Supremo Tribunal Federal
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Seabra
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
THABA	Instituto de Tecnologia da Habitação
TI	Território de Identidade
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 26

1. CAPÍTULO - DO "CHÃO QUE SUSTENTA": COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SEABRA – BAHIA 47

1.1 CHÃO DE RAÍZES: PISTAS SOBRE AS ORIGENS DOS QUILOMBOS DE SEABRA 59

1.2 CHÃO PISADO: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA EM SEABRA 64

1.3 UM OLHAR DESDE O CHÃO: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MORRO REDONDO 76

1.4 CHÃO DE DISPUTA PELA NATUREZA: TI CHAPADA DIAMANTINA 102

2. CAPÍTULO – QUILOMBOS E RAÇA: CONTINUIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES NA QUESTÃO AGRÁRIA 107

2.1 PANORAMA DA QUESTÃO AGRÁRIA BAIANA 108

2.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TI CHAPADA DIAMANTINA 116

2.3 QUILOMBOS: UM OLHAR HISTÓRICO E DE REFLEXÃO SOBRE ESSE CONCEITO 129

2.4 "SILÊNCIO RUIDOSO": RAÇA, RACISMO E QUILOMBOS 135

2.5 DA CONQUISTA POR DIREITOS À PERMANÊNCIA DO RACISMO 143

2.6 RACISMO E QUILOMBOS: CONTINUIDADES NO PRESENTE 150

2.6.1 Racialização do acesso à terra: antes e depois da Lei de Terras 154

2.6.2 Racialização do acesso à educação: quilombolas nas escolas de Seabra 157

3. CAPÍTULO – RACISMO E NEOEXTRATIVISMO: UMA LEITURA SOBRE O AVANÇO DE EMPREENDIMENTOS NO TI CHAPADA DIAMANTINA 164

3.1 EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO: CONTINUIDADES DA MODERNIDADE/COLONIALIDADE 168

3.2 TERRITORIALIZAÇÃO DAS FORMAS DE DISPUTA PELA NATUREZA NO TI CHAPADA DIAMANTINA 174

3.2.1 Setor elétrico: Brotas de Macaúbas, Iraquara e Morro do Chapéu 177

3.2.1.1 Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto (Brotas de Macaúbas) 183

3.2.1.2 Comunidade Quilombola Riacho do Mel (Iraquara) e Comunidades Camponesas (Morro do Chapéu) 184

3.2.1.3 Movimento "Salve as Serras" (Jacobina) 186

3.2.2 Setor agrícola: Bacia do Rio Paraguaçu e Piatã 187

3.2.2.1 Bacia do Rio Paraguaçu (Ibicoara, Mucugê, Lençóis, Utinga, Wagner e Palmeiras) 188

3.2.2.2 Comunidades dos Gerais e de Fundo e Fecho de Pasto (Município de Piatã – Bacia do Rio Paraguaçu) 194

3.2.3 Setor mineral: Piatã e Boquira 197

3.2.3.1 Comunidades quilombolas da Bocaina e Mocó (Município de Piatã) 200

3.2.3.2 Comunidades rurais Buriti/Nova Aparecida e Caldeirão (Município de Boquira – TI Bacia do Paramirim) 204

3.2.3.3 Da disputa pela natureza ao racismo ambiental 205

3.3 PROJETOS E EMPREENDIMENTOS SOBREPOSTOS AOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE SEABRA: UMA FACE DO RACISMO AMBIENTAL 209

3.3.1 Barragem de Baraúnas/Vazante no Território Quilombola Vazante (Seabra) 210

3.3.2 Zona de interesse eólico nas mediações do Território Quilombola Morro Redondo 220

3.3.3 Processos minerários em Territórios Quilombolas de Seabra 225

4. CAPÍTULO – R-EXISTÊNCIAS QUILOMBOLAS: VIVER E FAZER EM COMUNIDADE 233

4.1 R-EXISTÊNCIA QUILOMBOLA: NATUREZA E TERRITÓRIO 236

4. 2 ONTOLOGIA RELACIONAL E ONTOLOGIA DUALISTA: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DE LUTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS 239

4.2.1 Empreendimentos de exploração da natureza: expressões da ontologia dualista do capitalismo moderno/colonial 241

4.2.2 Manifestações culturais: expressões de uma ontologia relacional quilombola ... 244

4.2.2.1 Encontro Cultura e Fé: grupos de Terno de Reis de Seabra 245
4.2.2.2 Batuque da Resistência: Quilombo Agreste 248
4.2.2.3 Boi de Mariá: Quilombo Morro Redondo 255
4.3 GEO-GRAFIAS RACIALIZADAS: ENCONTROS E CONFRONTOS 276
CONSIDERAÇÕES FINAIS 282
REFERÊNCIAS 293
ANEXO 1 304
ANEXO 2 307
ANEXO 3 310
ANEXO 4 312
ANEXO 5 320
ANEXO 6 322
ANEXO 7 324
ANEXO 8 325

INTRODUÇÃO

Em 1950 havia dois milhões de nordestinos vivendo fora dos seus estados natais. 10% da população do Ceará emigrou. 13% do Piauí, mais de 15% da Bahia, 17% de Alagoas!!!
Carcará...
Pega, mata e come
Carcará!
Num vai morrer de fome
Carcará!
Mais coragem do que homem
Carcará!
Pega, mata e come!!!

Composição: João do Vale / José Cândido[1]

Com a canção "Carcará", de autoria de João do Vale e José Cândido (1965), conhecida e difundida na interpretação de Maria Bethânia, inicio o presente trabalho porque vejo a necessidade de fazer uma breve retomada dos caminhos que me trouxeram até aqui e que me levaram ao encontro de questões que me mobilizaram a desenvolver a presente pesquisa de doutorado. Dessa forma, a partir de uma espécie de "geo-bio-grafia"[2] me apresento e a apresento a referida pesquisa, o caminhar de uma vida de grafias na terra que também vai grafando caminhos de pesquisa da vida.

Sou mulher, negra e filha de nordestinos que, seguindo o fluxo migratório de meados da década de 1970, saíram do sertão baiano para a cidade de São Paulo, novo lugar de possibilidades para viver, trabalhar e constituir família. Nascida e criada na "cidade grande", dei continuidade à "sina migratória" do povo nordestino ou podemos também dizer, ao movimento diaspórico do povo negro. Primeiramente, me mudei para Florianópolis – Santa Catarina, para cursar a graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), depois para Niterói – Rio de Janeiro para cursar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, posteriormente, para Curitiba – Paraná, onde iniciei o trabalho de docência no Instituto Federal do Paraná (IFPR) e, na sequência, também iniciei o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

---

[1]Texto da peça "Opinião", direção Augusto Boal.

[2]Alusão ao termo proposto por Porto-Gonçalves (2002) ao afirmar que mais do que geografia estaríamos diante de geo-grafias, de formas de estar-no-mundo, de grafar a terra, conformando novos territórios e novas territorialidades.

A princípio, foram os anseios por buscar compreender a complexidade das questões que envolvem um espaço urbano como o da cidade de São Paulo, local onde nasci e cresci, que me motivaram a iniciar a graduação em Geografia. No entanto, no decorrer da graduação fui me dando conta de que o exercício de pensar o urbano também demandava um exercício de olhar para o rural. Se por um lado foram os problemas urbanos de São Paulo que me motivaram a cursar Geografia, por outro lado a Geografia me possibilitou perceber o quanto o urbano que vivi e cresci estava associado aos processos e às dinâmicas agrárias.

Assim, ao longo da graduação, os meus olhos foram voltando-se cada vez mais para as questões do campo[3], ou seja, de um espaço agrário que não é homogêneo e muito menos distante do "locus de enunciação" de uma paulistana, negra, filha de nordestinos que nasceu e cresceu na periferia de São Paulo, uma periferia formada majoritariamente por nordestinos vindos de diversas áreas rurais, inclusive de comunidades quilombolas.

Essa caminhada que busquei brevemente elucidar foi se desenhando, sobretudo a partir do contato com os sujeitos do campo. Ter esse contato tanto com movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quanto com povos e comunidades tradicionais (indígenas, pescadores(as) artesanais, quilombolas, etc.) me levaram a identificar um espaço agrário heterogêneo e complexo. Marcado por tensões, por uma estrutura fundiária concentrada, por lutas por terra, por lutas em defesa da educação do campo, da soberania alimentar, da agroecologia e da reforma agrária. Espaço também marcado por lutas por território, por projetos hegemônicos de expansão do capital em contraste com outras formas de ocupação e uso dos mesmos territórios.

Fazer esse movimento "geo-bio-gráfico" é também um exercício de explicitar o "locus de enunciação" dessa pesquisa, ou seja, o lugar geopolítico e o corpo-político da pesquisadora do presente trabalho. Compartilho da crítica que Grosfoguel (2008) faz à ideia de um conhecimento universal ao afirmar que falamos sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder e que, dessa forma, ninguém escapa às hierarquias de classe, sexo, gênero, religião, domínio de normas linguísticas, geográficas

[3]Participei como estagiária e posteriormente como membro organizadora do Estágio Interdisciplinar de Vivência em áreas de Movimentos Sociais do Campo (EIV), realizado em Santa Catarina. Trabalhei como estudante colaboradora de dois estudos de demarcação de terras indígenas coordenados pela FUNAI (indígenas Pankará - PE e Geripankó - AL). Participei do projeto "Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil", trabalhando especificamente com a comunidade tradicional de Agricultores e Pescadores dos Areias da Ribanceira, Imbituba (SC). Desta última experiência resultou meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que contribuiu também para o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado.

e de raça dentro do que o autor denomina de "sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno".

Grosfoguel (2008) ressalta que os paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, ao longo dos últimos quinhentos anos inspiraram a filosofia e as ciências ocidentais do "sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno", assumem um ponto de vista universalista, neutro e objetivo. Essa suposta neutralidade e objetividade esconde aquele que fala, esconde o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero do sujeito enunciador e torna-se um mito ocidental. Nesse sentido, o autor enfatiza que "lugar epistêmico" não pode ser confundido com "lugar social", pois alguém pode estar socialmente no lado oprimido das relações de poder e, no entanto, não pensar a partir de um lugar epistêmico subalterno que implicaria uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas.

Dessa forma, mais do que evidenciar o "lugar social", o exercício de enunciar o lugar geopolítico e o corpo-político de enunciação do presente trabalho busca evidenciar sobretudo, o "lugar epistêmico". Conforme a "geo-bio-grafia" retratada, os caminhos grafados ao longo da vida e simultaneamente da pesquisa acadêmica seguem me provocando a ater o meu olhar às questões que envolvem o espaço agrário, sobretudo, aos sujeitos coletivos que protagonizam processos de luta pelo território. Nesse sentido, o espaço agrário que tomo como ponto de partida para esta pesquisa se concretiza em Seabra, município da Chapada da Diamantina no estado da Bahia. Esse recorte espacial está diretamente associado às minhas origens, já que toda minha família paterna é originária de uma comunidade quilombola do município. Precisamente da comunidade quilombola do Morro Redondo, ou melhor, do "Morredondo", respeitando assim a forma da minha família de se referir e de se reconhecer a partir desse lugar e dessa comunidade.

A migração para São Paulo não provocou uma ruptura com o território e com o senso de comunidade, visto que as relações comunitárias e os laços com o território sempre seguiram. Assim, cresci em São Paulo com o "ser do Morredondo" – do meu pai, tios e tias – muito presente na minha vida. O processo de reconhecimento da comunidade como quilombo inicia-se em meados de 2005, quando eu começava a graduação. Alguns anos depois instalou-se a primeira mineradora no território. Esse contexto já me provocava interesse em buscar compreender melhor a questão agrária que ali se configurava. No entanto, foi principalmente a partir de 2017, após um período que passei por lá visitando a minha família, que consegui ter uma melhor noção da forte presença de

comunidades quilombolas na região da Chapada Diamantina e do elevado número de empresas com interesse de exploração minerária nessa região.

Dessa maneira, é a partir dessa problemática, sobreposição de interesses minerários em territórios de quilombos, que inicio o mergulho nessa pesquisa. Tal mergulho, parte deste modo, do anseio pessoal e teórico/acadêmico de pensar a questão agrária a partir da questão quilombola. Questão na qual, esta última, passa a ser compreendida como algo que também atravessa a história da minha família e consequentemente a minha. Nesse sentido, este anseio pessoal e teórico/acadêmico é permeado por um compromisso ético-político de contribuir com o histórico processo de luta e r-existência dessas comunidades.

Diante desse contexto, a dimensão racial passa a ganhar centralidade, assim como o cenário de disputa pela natureza no andamento de uma pesquisa que almeja contribuir com os estudos do campo da Geografia Agrária. É importante enfatizar que além do interesse de seguir desenvolvendo estudos associados à Geografia Agrária, o contato com referenciais teóricos dos estudos denominados de Geografias Negras contribuiu diretamente para que este trabalho também almejasse se inserir e contribuir com este campo de estudos geográfico.

A publicação do "Caderno Temático - Geografias Negras", publicado pela Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)[4], apresenta uma síntese da produção de pesquisadores negras e negros (do Brasil e da diáspora) na Geografia. Estas produções buscam compreender as relações étnico-raciais, o racismo, o antirracismo, as populações negras (brasileira, africanas e diaspóricas) a partir da Geografia e das teorias espaciais. A leitura destes estudos provocou e impulsionou o desenvolvimento desta pesquisa. Destaco, em especial, os textos de Mariza Fernandes dos Santos (2020) e Geny Ferreira Guimarães (2020) porque influenciaram diretamente o caminhar deste trabalho.

Fernandes Santos (2020) elaborou um estudo que resultou no levantamento das teses e dissertações, produzidas em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, durante o período de 1987 a 2018, pesquisas estas que versam sobre as relações raciais, com foco na população negra. Ao discorrer sobre esse processo de levantamento, a autora apresenta uma constatação que me causou grande inquietação. A autora explica que foi necessário criar critérios de exclusão para que este levantamento fosse realizado e deste

[4] Caderno disponível em: < https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/38 >. Acesso em: agosto de 2022.

modo, foram excluídos os estudos que não abordam a temática racial apesar de tratar da população negra. Neste processo a autora constatou "a existência de estudos que abordam a questão quilombola como uma problemática exclusivamente fundiária, sem tocar a questão racial, e dialogando com a geografia cultural somente para realizar uma discussão acerca do termo/categoria Quilombo" (FERNANDES SANTOS, 2020, p. 62). Esta constatação impulsionou o anseio de construir uma pesquisa com foco nas comunidades quilombolas conectado à questão racial, considerando-a como uma das dimensões que compõem a questão agrária no Brasil.

Já o texto de Ferreira Guimarães (2020), foi responsável por nutrir esta pesquisa a partir das reflexões que a autora apresenta sobre a necessidade de se compreender os estudos denominados de Geografias Negras como um campo de ensino e de pesquisa geográfica, que tenha visibilidade, tal qual acontece com outros campos de ensino e de pesquisa da Geografia e, principalmente, que seja liberto de perspectivas moldadas em heranças coloniais referenciadas por modelos epistêmicos racistas. Deste modo, a autora aponta caminhos metodológicos como a "escrevivência"[5] em que associada à perspectiva "desde dentro"[6] conformam um caminho metodológico o qual leva em consideração a subjetividade do sentir, pensar e ser negro nos processos de ensino e de pesquisa. Assim, a autora ressalta que:

> [...] os estudos científicos precisam de sentido para serem iniciados se tratando de um/a pesquisadora/or negra/o. Para muitos os assuntos precisam fazer sentido para que sejam pesquisados e, além disso, precisam fazer sentido para um determinado grupo sociorracial e apresentar reflexões da sociedade como um todo. No caso da Geografia, por meio de análises socioespaciais (FERREIRA GUIMARÃES, 2020, p. 303).

O encontro com esse tipo de reflexão sobre o ensinar, pesquisar e fazer geográfico de um/a perquisadora/or negra/o confluiu com o processo de reconhecimento e de afirmação do lugar de enunciação deste trabalho, assim como, com a legitimidade do comprometimento ético-político que o processo de construção dessa tese buscou ter com as comunidades quilombolas em estudo. Conforme mencionamos anteriormente, a construção deste trabalho está diretamente associada a um lugar geopolítico e a um corpo-

[5] Conceito cunhado pela escritora Conceição Evaristo para se referir a uma escrita comprometida com a vida, com a sua vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Nesse sentido, Guimarães (2020) afirma que a "escrevivência" criada no campo literário pode ser transferida para o campo da escrita científica como metodologia da negritude.

[6] A perspectiva da construção do conhecimento "desde dentro" está atrelada à abordagem teórica afroepistêmica e ressalta a necessidade de romper com a lógica da produção de conhecimento "desde fora" sobre corpos negros, sobre comunidades negras.

político que constitui um "lugar epistêmico". Portanto, ao situar o "lugar epistêmico" deste trabalho também situamos a temática sobre a qual este trabalho se dedica, visto que, tal temática atravessa diretamente o lugar geopolítico e o corpo-político desta pesquisadora que se enuncia.

Diante do exposto, o processo de elaboração dessa pesquisa passa a ter como objetivo central a intenção de compreender quais elementos a questão quilombola aciona no debate da questão agrária, a partir da análise do racismo e das relações de poder sobre o uso e apropriação da natureza, na luta pelo território das comunidades quilombolas de Seabra como recorte de estudo.

Para tanto, buscamos construir análises e discussões pautadas principalmente na abordagem teórica dos estudos descoloniais[7] e afroepistêmicos[8], como também da ecologia política[9], a partir de uma perspectiva metodológica escrevivente e "desde dentro". Tais perspectivas metodológicas foram destacadas por Ferreira Guimarães (2020) e Jesús Chucho García (2018), que afirmam que: "*Construir conhecimento desde dentro*[10] é criar as condições para que nós, como sujeitos, falemos de nós mesmos, e entre o consenso e o dissenso, comecemos a realizar novas práticas conceituais e sociais" (GARCÍA, 2018, p. 101 – *grifo do autor*). Acrescentamos também às abordagens teóricas e metodológicas que compõem este trabalho, a perspectiva ontológica relacional[11], uma vez que, a partir de uma abordagem relacional, teoria e metodologia estão diretamente

---

[7]Abordagem teórica crítica ao eurocentrismo e ao colonialismo, com destaque para os seguintes autores: Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Catherine E. Walsh, Edgardo Lander, Pablo González-Casanova, Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo, entre outros/as.

[8]Pesquisadores como Jesús Chucho García e Sheila S. Walker, do Grupo Barlovento, apontam a necessidade de construir uma afroepistemologia que contribua para a ruptura do marco teórico-conceitual elaborado a partir do colonizador europeu e que permanece presente em nossa sociedade, legitimando construções discursivas de dominação estruturadas sobre a base do racismo e da discriminação racial.

[9] Sobretudo, da ecologia política latino americana, com destaque para os seguintes autores: Alberto Acosta, Arturo Escobar, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Eduardo Gudynas, Horácio Machado Aráoz, Maristella Svampa, dentre outros/as.

[10] Construir conhecimento "desde dentro" foi a metodologia criada pelo Grupo Barlovento, que reuniu líderes afrodescendentes de todos os países hispanofalantes da América do Sul, para falar de suas próprias comunidades. Neste processo, eles foram aprendendo a fazer enquanto faziam: "Todos compreenderam a necessidade e assumiram a responsabilidade de contar sua própria história, a partir de sua própria perspectiva, para servir aos interesses de sua própria comunidade; também os de outras pessoas, que querem uma visão mais complexa, completa e correta do que são as Américas" (WALKER, 2018, p. 26).

[11]Escobar (2014) afirma que há uma "ontologia dualista", como a da modernidade colonial e capitalista, que separa o humano do não humano, natureza e cultura, razão e emoção etc. e que se afirma como "o" Mundo (civilizado, livre e racional) em contraposição a "outros" Mundos, ao que o autor denomina de "ontologia relacional" que caracteriza muitos povos étnico-territoriais os quais não possuem uma visão dualista e hierarquizada.

associadas e provêm de um sentir/pensar/fazer que também é fazer/pensar/sentir em diálogo constante com a realidade. Deste modo, não tratamos de um "dentro" e um "fora" dicotômicos, e sim relacionados, o que possibilita a construção teórica/metodológica de uma pesquisa "desde dentro".

Nesse sentido, e com o intuito de contribuir com a construção de novas práticas conceituais e sociais antirracistas na Geografia apresentamos ao longo da pesquisa um conjunto de conceitos que se configuraram como chaves de análise para a elaboração e aprofundamento das questões que aqui apresentamos. Destacamos assim os conceitos de: quilombos, raça, racismo, colonialidade/modernidade e r-existência.

Partimos também, da compreensão de que o desenvolvimento deste trabalho nos levaria a identificar a existência de uma estreita relação entre a questão agrária e a questão racial. Sobre este aspecto, vale destacar que a publicação do livro "A indissociabilidade da Questão Agrária e a Questão Racial no Brasil" de autoria do Eduardo Paulon Girardi (2022) veio a fortalecer a problemática anunciada. E mesmo que o referido trabalho tenha sido publicado no momento no qual esta tese já se encontrava em fase de conclusão, ter acesso a essa obra ajudou a afirmar a relevância da pesquisa que estávamos prestes a concluir, assim como, a relevância do tema e da necessidade de continuar pesquisando.

Girardi (2022) destaca que o Censo Agropecuário de 2017 foi o primeiro da história a levantar informações sobre a raça dos produtores e considera este fato um avanço em relação aos censos agropecuários anteriores. Conforme o autor, apenas com base nos resultados de um censo é possível realizar uma análise ampla e em escala nacional sobre a situação atual dos negros no campo. Foi isso que Girardi (2022) fez em seu livro, identificando assim, a discriminação dos negros no acesso à terra e revelando os aspectos regionais da relação entre a questão agrária e a questão racial. Dois problemas, que o autor afirma serem estruturais do Brasil.

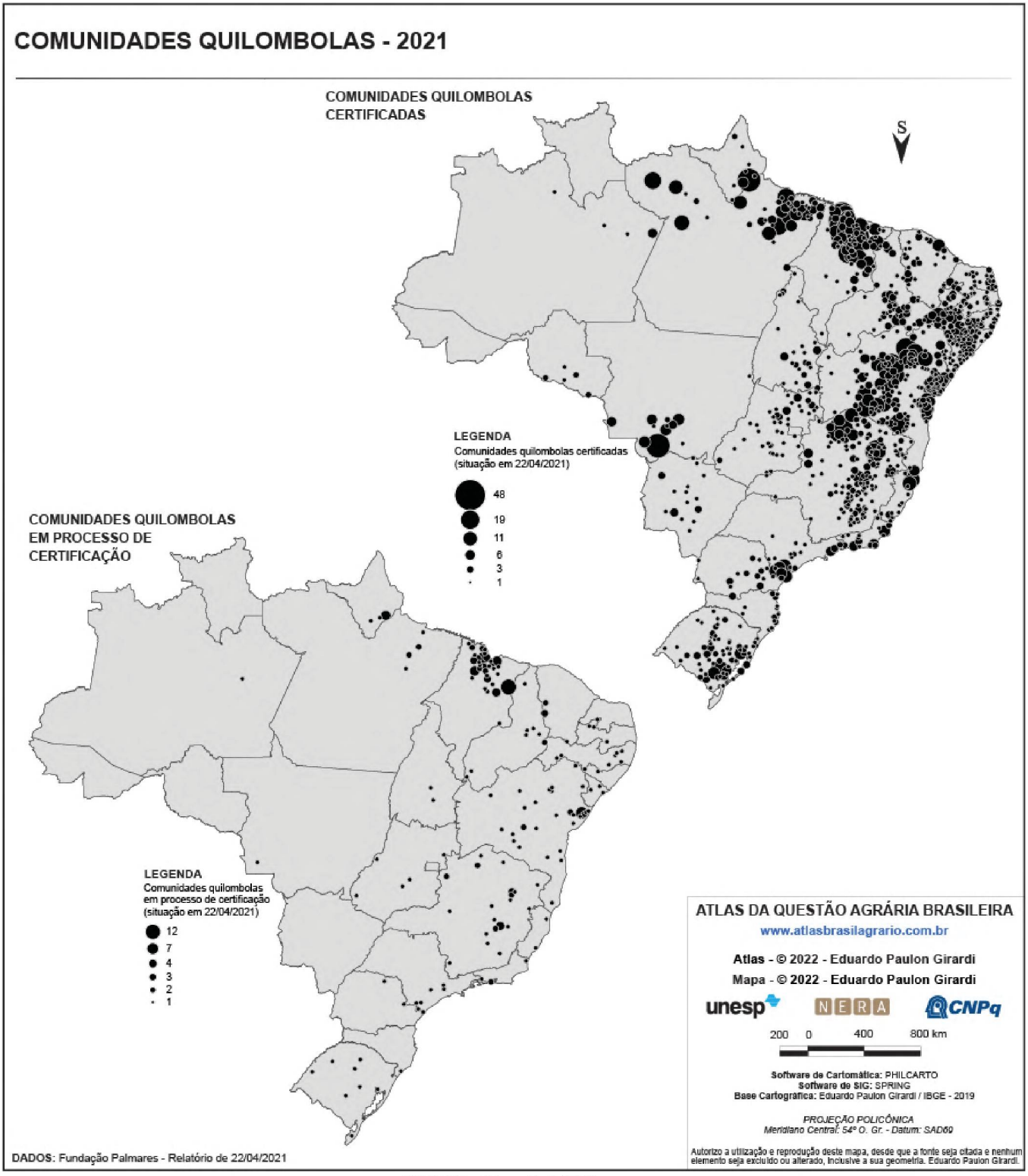
Ao identificar como o campesinato negro vive em uma situação de profunda desigualdade em comparação à situação da população rural branca, o autor denuncia o racismo que permeia a população negra no espaço agrário brasileiro e, também, aponta dentro deste campesinato negro a existência de comunidades quilombolas que são diretamente impactadas também por esse racismo que até os dias atuais inviabiliza a garantia ao direito à titulação de seus respectivos territórios. Girardi (2022) elabora um conjunto de mapas que auxilia compreender a situação dos territórios quilombolas. Destacamos, a composição de dois mapas (Mapa 1) elaborados a partir dos dados da

Fundação Cultural Palmares (FCP[12]) que mostra o número de comunidades certificadas; e o Mapa 2 onde o autor apresenta, a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA[13]), o número de comunidades com processos de titulação em andamento neste órgão (o mapa representa as áreas tituladas e parcialmente tituladas).

[12] Órgão federal responsável pela certificação das comunidades quilombolas.

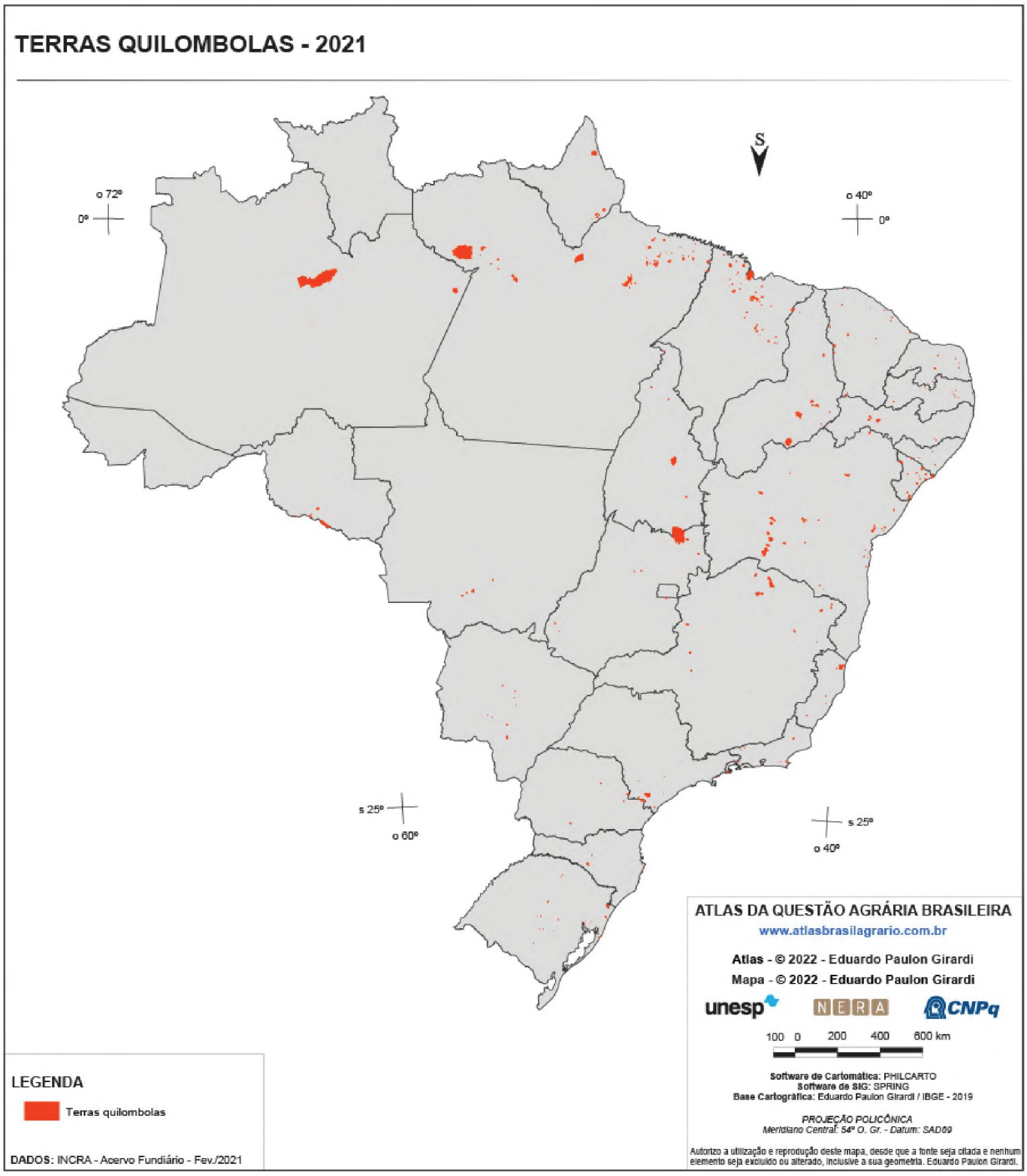
[13]Órgão federal responsável por fazer a titulação coletiva dos territórios de comunidades quilombolas.

MAPA 1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS. Brasil, 2021(FCP).



FONTE: Girardi (2022).

MAPA 2 - TERRAS QUILOMBOLAS TITULADAS OU COM PROCESSOS DE TITULAÇÃO EM ANDAMENTO. Brasil, 2021 (INCRA).



FONTE: Girardi (2022).

Visualmente é alarmante a diferença entre o número de territórios quilombolas reconhecidos pela FCP (o número de comunidades certificadas pela FCP foi de 2.809,

entre 2004 e 2021 e, 223 com certificações em andamento até abril de 2021) e a área de territórios quilombolas titulados ou em processo de titulação pelo INCRA. Conforme o autor:

> Trinta e três anos após a promulgação da Constituição Federal que obriga o Estado a titular as terras quilombolas, as áreas tituladas e parcialmente tituladas representam apenas 10,4% dos processos de regularização fundiária em andamento: *trata-se de uma opção dos governos por não fazer* (Girardi, 2022, p. 80 – *grifo do autor*).

Ao longo do presente trabalho discorreremos com maior profundidade sobre os processos de reconhecimento e de titulação de terras quilombolas no Brasil. O intuito de trazer esses mapas para a introdução desta tese é de afirmar que, em consonância com Girardi (2022), o presente trabalho também busca apresentar a vinculação existente entre a Questão Agrária e a Questão Racial no Brasil. Para tanto, a nossa análise parte das questões anunciadas por nosso recorte de estudos, as comunidades quilombolas do município de Seabra – Bahia. Afirmamos assim, que esta pesquisa está situada nesse esforço de trazer a questão racial para as discussões e reflexões que pautam os estudos do campo da Geografia Agrária e das Geografias Negras.

Metodologicamente, focamos em primeiro lugar no processo de levantamento bibliográfico, cartográfico e documental do estado da Bahia, com foco na Chapada Diamantina e nas comunidades quilombolas de Seabra. Uma das principais fontes de documentação sobre estas comunidades foram os relatórios antropológicos e as bases cartográficas da delimitação de alguns dos territórios quilombolas elaborados pelo INCRA. Além desse tipo de levantamento focado na região de estudos, também iniciamos um processo de levantamento bibliográfico de temáticas mais amplas que contribuíram com a discussão apresentada nessa tese. Tratou-se de um procedimento metodológico que se deu de forma contínua, uma vez que, o que fomos identificando na realidade (recorte de estudos) nos possibilitou acionar teorias e conceitos para a análise.

Dessa forma, compreendemos que a interação com a realidade, ou seja, com o que elegemos como recorte de estudos (comunidades quilombolas de Seabra) foi de fundamental importância para a concretização deste trabalho. Um dos principais instrumentos metodológicos pensados para compor a parte empírica desse trabalho foi a realização do trabalho de campo. No entanto, por conta do início da pandemia da Covid-19, a realização do trabalho de campo ficou inviabilizada praticamente durante um período de dois anos, tornando-se viável somente a partir do final do ano de 2021 devido

ao avanço do processo de vacinação conduzido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em rede nacional.

Por isso, ao longo desse período de dois anos fomos identificando e criando estratégias alternativas que nos aproximassem do nosso campo empírico, tais como o contato via *WhatsApp* com algumas lideranças quilombolas por meio da troca de mensagens de textos, mensagens de áudio e da realização de videochamadas. Por um lado, é importante frisar que o contato por meio virtual tem muitas limitações se comparada à qualidade das trocas que ocorrem por meio do contato presencial, mas, por outro lado, devo ressaltar que o fato de ter minhas raízes em uma das comunidades quilombolas de Seabra colaborou para que mesmo à distância fosse possível estabelecer contato com lideranças de outras comunidades que até então eu não conhecia. Nesse aspecto, fazer uma pesquisa "desde dentro" contribuiu muito para que rapidamente fosse criada uma trama de contatos envolvendo lideranças quilombolas de Seabra.

Outra estratégia metodológica adotada diante deste contexto, foi o acompanhamento de *lives*[14] que pautavam comunidades quilombolas, conflitos socioambientais e demais temáticas voltadas ao espaço agrário da Chapada Diamantina. Essas atividades[15], trouxeram importantes contribuições ao presente estudo, possibilitando tanto o conhecimento de diferentes pesquisas realizadas na região, quanto a oportunidade de conhecer e ouvir as falas de pessoas das comunidades atingidas por diferentes empreendimentos, que hoje conformam mobilizações e que, assim, anunciam um cenário de disputa por natureza no espaço agrário da Chapada Diamantina. Classificamos metodologicamente este espaço agrário a partir da expansão de empreendimentos de três setores: mineração, agronegócio e energético.

Ainda diante da impossibilidade de ir a campo e diante da necessidade de compreender como as problemáticas anunciadas estavam se dando no espaço, foi conduzido um processo metódico de levantamento de informações cartográficas para a elaboração de mapas que nos auxiliassem a compreender como os processos de avanço dos empreendimentos e de resistência das comunidades estavam se territorializando.

---

[14] *Lives*: organização de mesas de debate e espaços de diálogo com transmissão ao vivo pela internet.

[15] As *lives* organizadas pela TV da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) – Campus Seabra; o II Congresso Virtual UFBA 2021: Universidade em Movimento e as *lives* organizadas pelo Movimento Salve as Serras (SAS).

Dentre as principais fontes de dados cartográficos destacamos: o acervo fundiário do INCRA[16]; Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE da Agência Nacional de Mineração - ANM[17]; Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA[18]; Sistema de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - SIGA[19]. A Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário da Bahia – CDA não respondeu às solicitações de fornecimento das bases cartográficas das comunidades quilombolas tituladas pelo órgão, mas foi possível acessá-los a partir da relevante dissertação de mestrado de Luana F. C. Oliveira (2019)[20].

Todo o acúmulo de materiais, informações, contatos, leituras e mapas elaborados auxiliou de forma significativa na organização teórica/metodológica dos momentos posteriores como, por exemplo, o momento de estar em campo. Ao longo do processo de escrita desta tese a realização do trabalho de campo se deu em três momentos: 1) o primeiro foi a realização de um campo investigativo no primeiro ano de doutoramento, realizado em janeiro de 2019; 2) o segundo ocorreu durante os meses de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022; 3) o terceiro durante uma semana no mês de junho de 2022. No primeiro campo permaneci apenas com a minha família na comunidade quilombola do Morro Redondo, buscando compreender um pouco mais do processo de autorreconhecimento quilombola da comunidade e do processo de instalação da empresa mineradora. O segundo e o terceiro campo foram essenciais para a concretização desta tese de doutorado, visto que, foram extremamente proveitosos devido tanto à existência de um acúmulo das reflexões e questões tratadas por esta pesquisa quanto, por haver

---

16 Disponível em:< https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: ago. de 2022.

17 Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908 >. Acesso em: ago. de 2022.

18 Disponível em: < http://www.snirh.gov.br/ >. Acesso em: ago. de 2022.

19 Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9 >. Acesso em: ago. de 2022.

20 Dissertação de mestrado sobre duas comunidades quilombolas de Seabra: Mocambo da Cachoeira e Cachoeira da Várzea. Neste trabalho a autora apresenta o mapa com a localização dos territórios de algumas comunidades quilombolas. A partir do mapa elaborado pela autora, conseguimos juntamente com os dados do INCRA mapear todos os territórios quilombolas de Seabra.

também, o conhecimento por parte das pessoas entrevistadas e das comunidades sobre a pesquisa em andamento e que deste modo, valorizavam a importância desse trabalho.

Neste segundo campo foi possível levar os mapas elaborados - sobre os limites territoriais das comunidades, sobre o cenário de avanço de empreendimentos em Seabra e na Chapada Diamantina - para serem apresentados e discutidos com as comunidades. Estes mapas foram levados impressos no tamanho A0 e plastificados para assim facilitar o manuseio pelas pessoas das comunidades. Por mais que se almejasse ir em todas as onze comunidades quilombolas, não foi possível fazê-lo devido principalmente a três fatores: o primeiro é que por ainda vivenciar um contexto pandêmico, o cronograma de visitas e encontros planejados foi alterado em diversos momentos, por conta de alguém estar com suspeita ou por alguém ter testado positivo para Covid; o segundo diz respeito ao próprio tempo necessário para estar em cada comunidade que não seria possível no período disponível para estar em campo; já o terceiro diz respeito à situação vivenciada pela comunidade quilombola do Morro Redondo, no qual o contexto de avanço de interesses eólicos em seu território demandou mais atenção, acompanhamento e apoio à comunidade.

Por fim, durante este trabalho de campo, foi possível estar no território de apenas duas comunidades quilombolas: Morro Redondo e Agreste. As Fotos 1 e 2 apresentam dois momentos diferentes de reunião com a comunidade Quilombola do Morro Redondo, nos quais os mapas foram de fundamental contribuição para a compreensão da comunidade sobre os limites dos seus territórios e das áreas alvo de interesse de mineradoras e eólicas. A Foto 3 representa o momento de apresentação e discussão dos mapas com lideranças da comunidade quilombola do Agreste. Os momentos de encontro das comunidades com os mapas foram muito ricos porque através deles vinham falas que tratavam da importância do território, assim como, do processo de organização e luta das comunidades.

FOTO 1 - DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS MAPAS, QUILOMBO MORRO REDONDO (DEZ/2021)



FONTE: Cecília Jesus Pina (dezembro de 2021).

FOTO 2 - REUNIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO, QUILOMBO MORRO REDONDO (JAN/2022)



FONTE: Cecília Jesus Pina (janeiro de 2022).

FOTO 3 - DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS MAPAS, QUILOMBO AGRESTE (JAN/2022)



FONTE: Bianca Sevciuc (janeiro de 2022).

Conforme apontamos anteriormente, apesar deste trabalho não se tratar de um estudo de caso sobre a comunidade quilombola do Morro Redondo, é importante frisar que foi a partir desta comunidade que emergiram as principais questões que vieram a resultar na realização desta pesquisa. Tanto por ser dessa comunidade que tenho minhas origens, quanto por ser a única comunidade que ainda não é titulada e que já está sendo impactada por interesses de empresas mineradoras e eólicas. A questão da energia eólica foi algo que ficou mais evidente durante a realização deste trabalho de campo e esse foi um dos motivos que contribuiu para que o tempo em campo nesta comunidade fosse maior.

Aqui retomamos o sentido ético-político desta pesquisa como algo que conduziu metodologicamente o desenvolvimento deste trabalho. Há uma reciprocidade que marca esse compromisso ético-político, metodologicamente destacamos a predisposição em se adequar, dialogar e colaborar com as demandas que emergiram das próprias comunidades. Demandas que foram sendo levantadas e identificadas nos contatos realizados por meio remoto e principalmente durante a realização dos trabalhos de campo. Os trabalhos de campo não foram realizados com o intuito de cumprir metodologias fechadas, ao contrário, foi preparado e levado um conjunto de materiais que poderiam ser utilizados conforme a demanda das comunidades (ex.: mapas, GPS, computador, papel Kraft, canetões coloridos, etc.).

Em seu texto, Xochitl Solano (2015) apresenta importantes reflexões sobre uma prática teórica-política a partir dos seus trabalhos com o movimento zapatista. A autora aponta a necessidade de repensarmos o nosso fazer acadêmico desde a prática, é dizer,

desde os movimentos. Nesse sentido, ela reconhece que há tensões entre a academia e o que ela denomina de ativismo político, mas destaca que:

> [...] las visiones que conciben en términos absolutos el activismo y la academia como entidades dicotómicas dejan de lado la larga historia de traslapes y convergencias que entre ellas se ha dado. Translapes que, debemos precisar, han sido particularmente de prácticas académicas comprometidas con prácticas de activismo político flexibles y abiertas (SOLANO, 2015, p. 214).

Deste modo, foi a partir das demandas identificadas na comunidade quilombola do Morro Redondo que ocorreram momentos de percorrer o território, de marcar determinados pontos com GPS, de produzir novos mapas, de contribuir com a escrita de documentos, de falar com determinadas pessoas, etc. Na Foto 4 é possível visualizar um desses momentos de caminhada pelo território quilombola do Morro Redondo no qual croquis eram traçados na terra para explicar os limites do território. O equipamento de GPS foi utilizado para registrar os principais pontos indicados pela comunidade, posteriormente estes pontos foram utilizados para a elaboração de mapas que, em seguida, foram apresentados à comunidade para subsidiar as discussões em defesa da titulação de seu território.

FOTO 4 - CAMINHADA PELOS LIMITES DO TERRITÓRIO, QUILOMBO MORRO REDONDO (DEZ/2021)



FONTE: A autora (dezembro de 2021).

Durante este período em campo se estabeleceu uma relação de muita confiança e de ser reconhecida como parte da comunidade. Com a realização deste trabalho de campo, a metodologia de pesquisar "desde dentro" fez mais sentido, mesmo sendo um "desde dentro" daqueles que emigraram da comunidade, é um "desde dentro" que segue

com suas raízes neste território. Isso também refletiu no contato com as outras comunidades, como no caso do quilombo visitado Quilombo Agreste, mas também com outras comunidades onde eu apenas tive contato com algumas de suas lideranças fora do território de suas respectivas comunidades[21], como o caso da comunidade quilombola da Vazante.

No terceiro trabalho de campo, apesar de ter sido realizado em um período de tempo menor, foi possível acompanhar a realização da Festa do Boi de Mariá da comunidade quilombola do Morro Redondo; ir novamente na comunidade quilombola do Agreste; conhecer o território quilombola da Vazante; conversar e apresentar os mapas para uma das lideranças da comunidade quilombola de Vão das Palmeiras; e tecer mais contatos e conversas sobre o estudo em andamento em Seabra. Esse processo foi significativamente importante para as discussões e reflexões que este trabalho apresenta sobre as diferentes formas de r-existências das comunidades quilombolas de Seabra.

Vale destacar também, como parte da metodologia, a opção em apresentar ao longo do texto deste trabalho a transcrição de falas de pessoas das comunidades quilombolas como forma de amplificar suas vozes. Mesmo que por vezes estas falas sejam extensas, compreendemos que elas auxiliam a compreender melhor os processos e as problemáticas anunciadas por estes sujeitos. Essas falas têm origens diversas: envio de áudios pelo *WhatsApp* durante o contexto mais intenso da pandemia; entrevistas gravadas no decorrer dos trabalhos de campo; falas disponíveis em *lives* e/ou documentários; e trechos registrados em trabalhos acadêmicos.

Ainda sobre as transcrições destacamos que para preservar a identidade dos nossos entrevistados, utilizamos, em alguns casos, pseudônimos nas falas que estão relacionadas ao atual contexto de avanço de empreendimentos (eólicas e mineradoras) no território da comunidade quilombola do Morro Redondo e que indicam uma situação de conflito. Assim, substituímos o nome real dos entrevistados por nomes africanos: Akin, Busara, Jomo, Karimu, Lisimba, Nehanda e Rashid. O mesmo procedimento não foi adotado para outras falas que também apresentam denúncias e/ou conflitos justamente porque foram realizadas em espaços de divulgação pública, como é o caso das falas transcritas das *lives*.

Metodologicamente, também optamos por construir um processo de pesquisa que combine diferentes escalas de análise na qual, a partir de uma trama complexa de escalas construímos ao longo deste trabalho uma espécie de "deslizamento escalar",

[21] Nesse segundo momento em campo, algumas conversas com lideranças foram realizadas na sede municipal de Seabra e não nos territórios das comunidades.

podendo ora se aproximar especificamente de uma comunidade, ora abordar o conjunto das comunidades. Em outros momentos ainda trazemos também um olhar sobre o entorno das comunidades e, assim, dando conta de transitar entre questões de escala local até contextos mais amplos. Dessa maneira, foi sendo construído um arranjo escalar, isto é, deslizamentos escalares que transitam principalmente entre as comunidades quilombolas, Seabra, Chapada Diamantina e Bahia.

Ainda no âmbito metodológico construímos uma perspectiva de análise que destaca o chão como uma importante ferramenta/instrumento de estudo, é dizer, acionamos nesse trabalho o chão como expressão de fenômenos ligados à dimensão racial do espaço. Ao elucidar o chão enquanto categoria de análise, foi possível se aproximar das comunidades quilombolas de Seabra, dos caminhos da ancestralidade, dos processos organizacionais, de resistências e da ontologia relacional que se dão no chão pisado, no encontro e construção de saberes entre as diferentes gerações conectadas a esse chão. Conforme será possível constatar ao longo do trabalho, a análise a partir do chão não começa e termina em si mesma; elencar o chão como ferramenta de trabalho e como categoria de análise nos permitiu transitar e deslizar pela complexidade de escalas de análise que envolvem este trabalho, assim como, dialogar com diferentes referenciais teóricos e problemáticas anunciadas desde o chão.

O processo de escrita e organização dos capítulos para além de tentar estabelecer algum tipo de linearidade procurou construir uma escrita em que os capítulos se apresentam como capas ou camadas entrelaçadas. Cada nova capa/camada/capítulo traz aspectos e discussões que partem de uma mesma realidade, mas ampliam e complexificam sua leitura.

Capítulo 1 - *Do Chão que Sustenta: Comunidades Quilombolas de Seabra – Bahia*. O objetivo é apresentar as comunidades quilombolas de Seabra e possibilitar que os/as leitores/as desse trabalho possam compreender: quem são as comunidades quilombolas de Seabra; onde estão; quais são suas histórias, suas origens; e como se deu e se dá o processo de organização quilombola neste município. Discorremos também, a partir de um olhar amplo (que neste momento tem o intuito de situar e anunciar, não de aprofundar), sobre as questões que o caso da comunidade quilombola do Morro Redondo e o entorno expõem como cenário de disputa por natureza envolvendo as comunidades quilombolas de Seabra e repercutindo sobre a questão agrária da região.

Capítulo 2 - *Quilombos e Raça: Continuidades e Ressignificações na Questão Agrária*. Trata-se de um capítulo que intenta discutir a questão quilombola de forma

associada à construção da ideia de raça. No qual, raça e racismo se mantêm como um dos eixos estruturantes da nossa sociedade colonial/moderna/capitalista. Assim, traçamos um diálogo teórico sobre raça, racismo e quilombos que procura estabelecer conexões com a realidade das comunidades quilombolas de Seabra. Do mesmo modo, traçamos um olhar sobre o processo de ocupação socioespacial da região da Chapada Diamantina como forma de auxiliar-nos a compreender dimensões da questão agrária baiana que interpelam tais comunidades. Ao longo deste capítulo dissertamos também, sobre os processos de lutas antirracistas que resultaram em importantes conquistas no âmbito do direito das comunidades quilombolas, mas que, no entanto, esbarram na permanência da racialização do acesso à terra, à educação e de quais sujeitos têm seus direitos garantidos no cenário de lutas por território.

Capítulo 3 - *Racismo e Neoextrativismo: Uma Leitura Sobre o Avanço de Empreendimentos no TI Chapada Diamantina*. No terceiro capítulo desta tese, buscamos trazer a discussão de natureza a partir de uma leitura de que, tal qual a ideia de raça, houve um processo colonial/moderno de construção da ideia de natureza que fundamenta e legitima práticas extrativistas/neoextrativistas de domínio e exploração da natureza em prol do processo de expansão capitalista. A partir do levantamento das diferentes formas da territorialização de disputas pela natureza em andamento na região da Chapada Diamantina e nos próprios territórios das comunidades quilombolas de Seabra, identificamos como a expansão de setores extrativistas/neoextrativistas associados aos setores da mineração, eólicas e agronegócio estão impactando os territórios de diferentes comunidades tradicionais. Problematizamos, assim, como o cenário identificado revela uma das formas do racismo ambiental operar, no qual os benefícios e malefícios de empreendimentos extrativistas/neoextrativistas são distribuídos desigualmente na sociedade, visto que são determinados territórios de determinados corpos (de sujeitos racializados) que serão convertidos em "zonas de sacrifício" em benefício do capital.

Capítulo 4 - *R-Existências Quilombolas: Viver e Fazer em Comunidade*. No último capítulo desta tese dialogamos com as categorias teóricas de ontologia dualista e ontologia relacional, para problematizarmos a existência de uma ontologia dualista do capital e de uma ontologia relacional das comunidades quilombolas. Essas diferenças ontológicas se materializam principalmente na questão das disputas em torno do uso e apropriação da natureza, na qual a primeira está associada à promoção do lucro e a segunda à promoção da vida. Nesse sentido, descrevemos algumas das atividades culturais realizadas pelas comunidades quilombolas de Seabra que simbolizam arranjos

organizativos que também são ações políticas no território. Essas manifestações culturais representam assim, processos de "r-existências" que são pautados em uma ontologia relacional. Procuramos também, seguir em diálogo com os capítulos anteriores e, assim, construir uma reflexão sobre a existência de uma questão agrária racializada, marcada por geo-grafias racializadas que se constroem no encontro/confronto entre ontologia dualista e ontologia relacional.

1. CAPÍTULO - DO "CHÃO QUE SUSTENTA": COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SEABRA – BAHIA

> *Meu pai olhava para mim e dizia: "O vento não sopra, ele é a própria viração", e tudo aquilo fazia sentido. "Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta não tem vida", ele tentava me ensinar. Atento ao movimento dos animais, dos insetos, das plantas, alumbrava meu horizonte quando me fazia sentir no corpo as lições que a natureza havia lhe dado.*
>
> Itamar Vieira Junior (2019)

Neste capítulo, ofereceremos um panorama do contexto que envolve as comunidades quilombolas do município de Seabra. Intentamos apresentar quem são, quantas são, bem como buscamos entender os contextos histórico-espaciais que marcaram e marcam o processo de formação dessas comunidades e que também incidem sobre os seus processos de autoidentificação como comunidades quilombolas. Além disso, procuramos indicar quais tensões/conflitos estão em andamento, ou quais tensões/conflitos estão na iminência de acontecer, e que ameaçam o direito de permanência dessas comunidades em seus territórios.

As comunidades quilombolas de Seabra conformam esse "chão que sustenta" a presente pesquisa. Portanto, partimos deste chão que é terra, é território, é raiz, é ancestral, é comunitário, é o chão batido, pisado e ocupado por comunidades quilombolas que, há gerações, constroem um modo de viver e de ser que lhe são próprios. Deste modo, o recorte analítico parte da escala das comunidades quilombolas, focando as que se encontram em Seabra e, a partir de suas questões, se desenvolve a partir de um arranjo espacial que transita principalmente entre três escalas: estadual (Bahia), regional (Território de Identidade Chapada Diamantina) e municipal (Seabra).

Sendo assim, os próximos três mapas nos ajudam a situar o recorte de estudo. O Mapa 3 faz referência à divisão regional adotada pelo estado da Bahia que divide o estado em regiões denominadas de "Territórios de Identidade" (TI). Atualmente, o governo estadual reconhece a existência de 27 Territórios de Identidade[22] e o TI Chapada Diamantina, indicado no mapa pelo número 3, é a região que abrange o presente estudo.

---

[22] Conforme Secretaria do Planejamento (SEPLAN) do Estado da Bahia, consultar: < http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17 >. Acesso em: jun. de 2021.

No Mapa 4 é possível observar a localização de cada um dos municípios[23] que compõem esse TI. Em destaque amarelo, está a localização do município de Seabra, principal recorte espacial de análise deste trabalho.

O município de Seabra conta com a presença de onze comunidades que se reconhecem como quilombolas, são elas: Agreste, Baixão Velho, Cachoeira da Várzea, Capão das Gamelas, Lagoa do Baixão, Mocambo da Cachoeira, Morro Redondo, Olhos d'água do Basílio, Serra do Queimadão, Vão das Palmeiras e Vazante. O Mapa 5 representa a localização das referidas comunidades em dez territórios quilombolas, ao invés de onze – isto porque as comunidades quilombolas Cachoeira da Várzea e Mocambo da Cachoeira compartilham o mesmo território[24]. A partir do Mapa 5 também é possível observar que os territórios quilombolas do Morro Redondo e Vazante abrangem dois municípios (o primeiro: Seabra e Ibitiara; o segundo: Seabra e Boninal), mas ambas comunidades quilombolas estão sob jurisdição do município de Seabra.

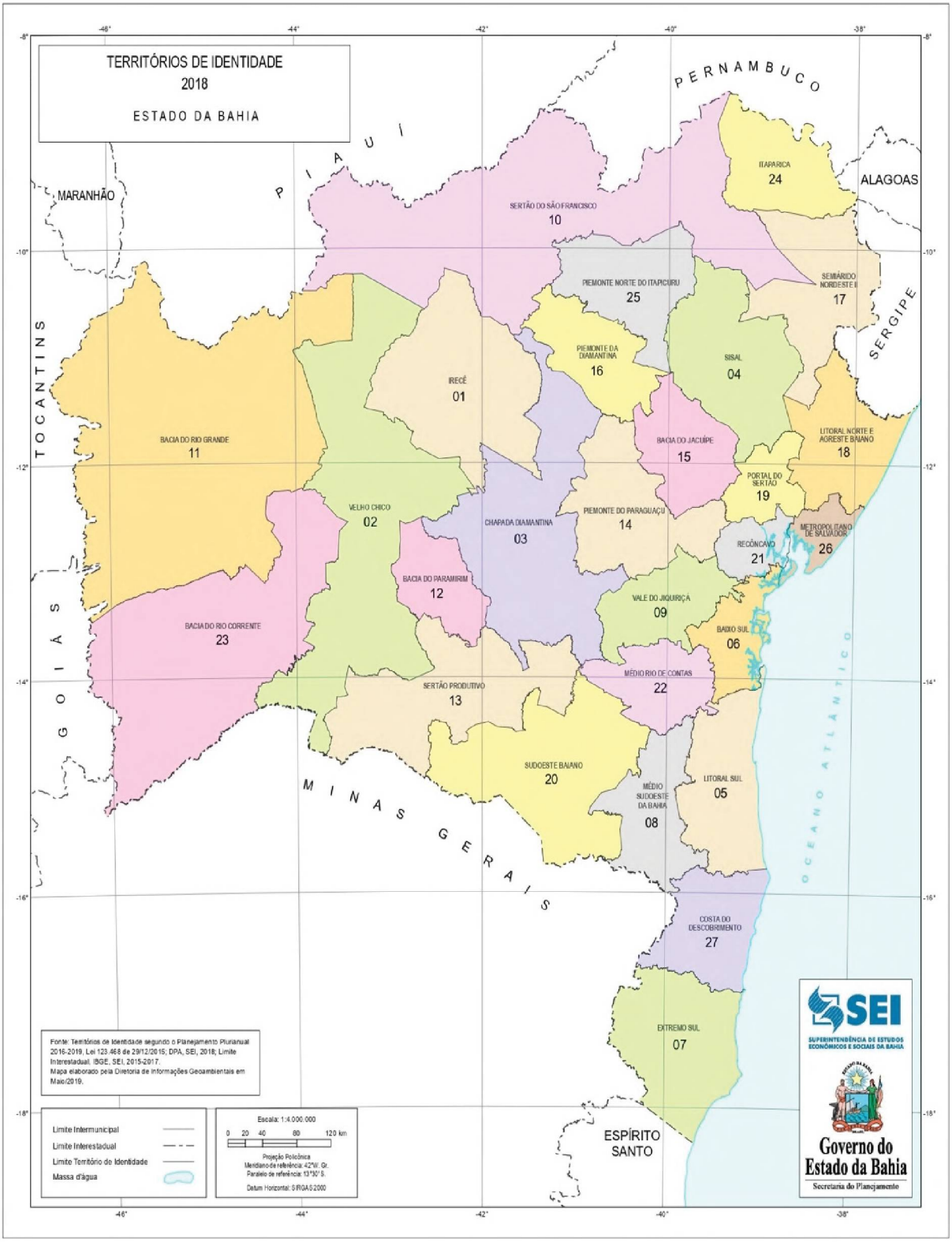
Outra observação possível de se fazer, a partir do Mapa 5, diz respeito à proximidade dos territórios quilombolas. Estão localizados muito próximos uns aos outros: sete deles estão tão próximos que parecem conformar um grande território quilombola, enquanto os outros três (Morro Redondo, Vazante, Cachoeira da Várzea e Mocambo da Cachoeira) estão distribuídos no entorno desse grande centro aglutinador de territórios quilombolas em Seabra. Essa proximidade não é meramente espacial. Ao longo do trabalho, poderemos observar que estas comunidades estão conectadas por uma rede de vínculo e de parentesco com práticas culturais que se inter-relacionam e com processos de organização, luta e resistência que se articulam.

---

[23] O TI Chapada Diamantina é composto por 24 municípios, são eles: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

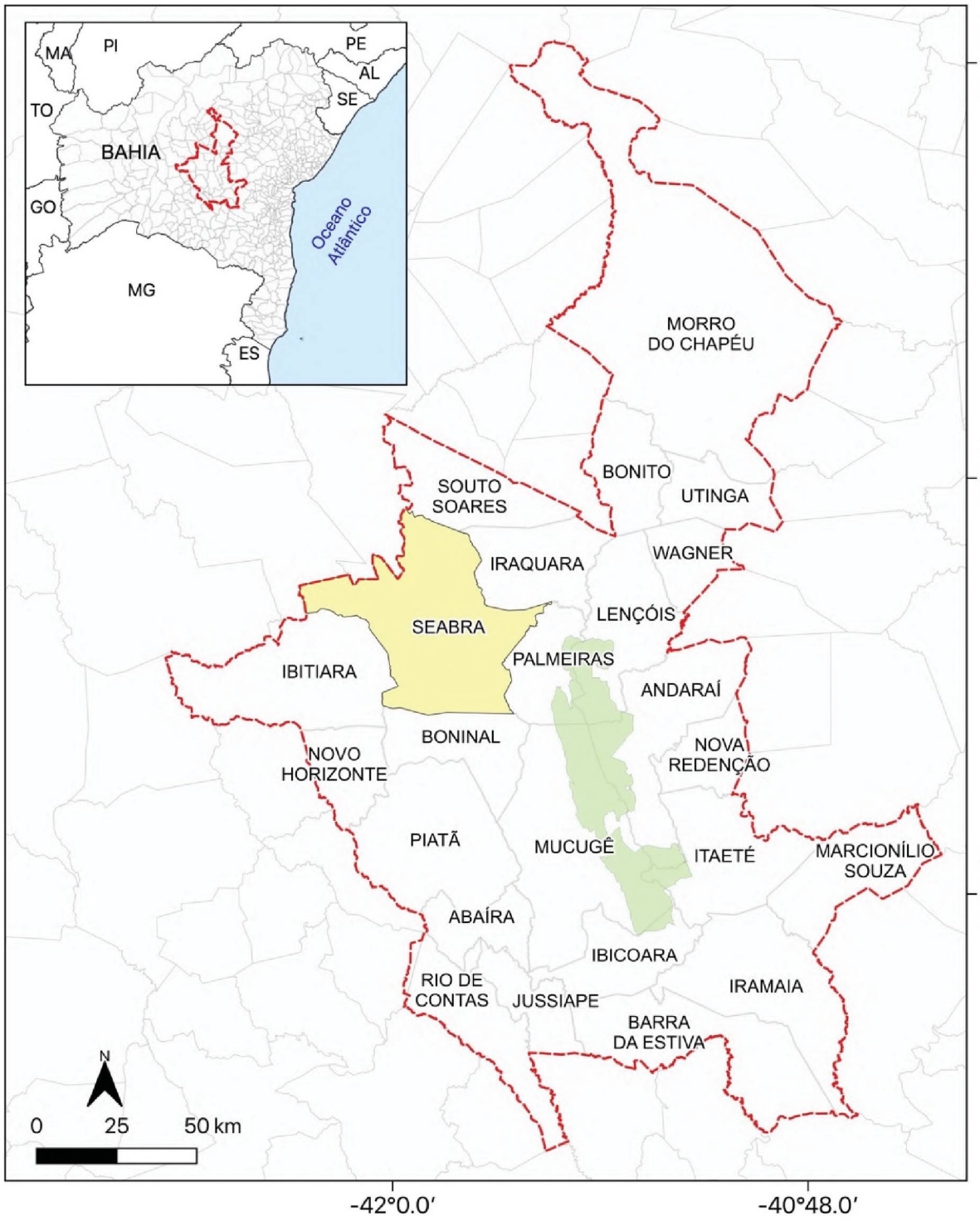
[24] A dissertação de mestrado da arquiteta Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira (2019) discorre especificamente sobre estas duas comunidades que compartilham o mesmo território.

MAPA 3 - TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA



FONTE: SEPLAN (2020).

MAPA 4 - MUNICÍPIO DE SEABRA, TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA

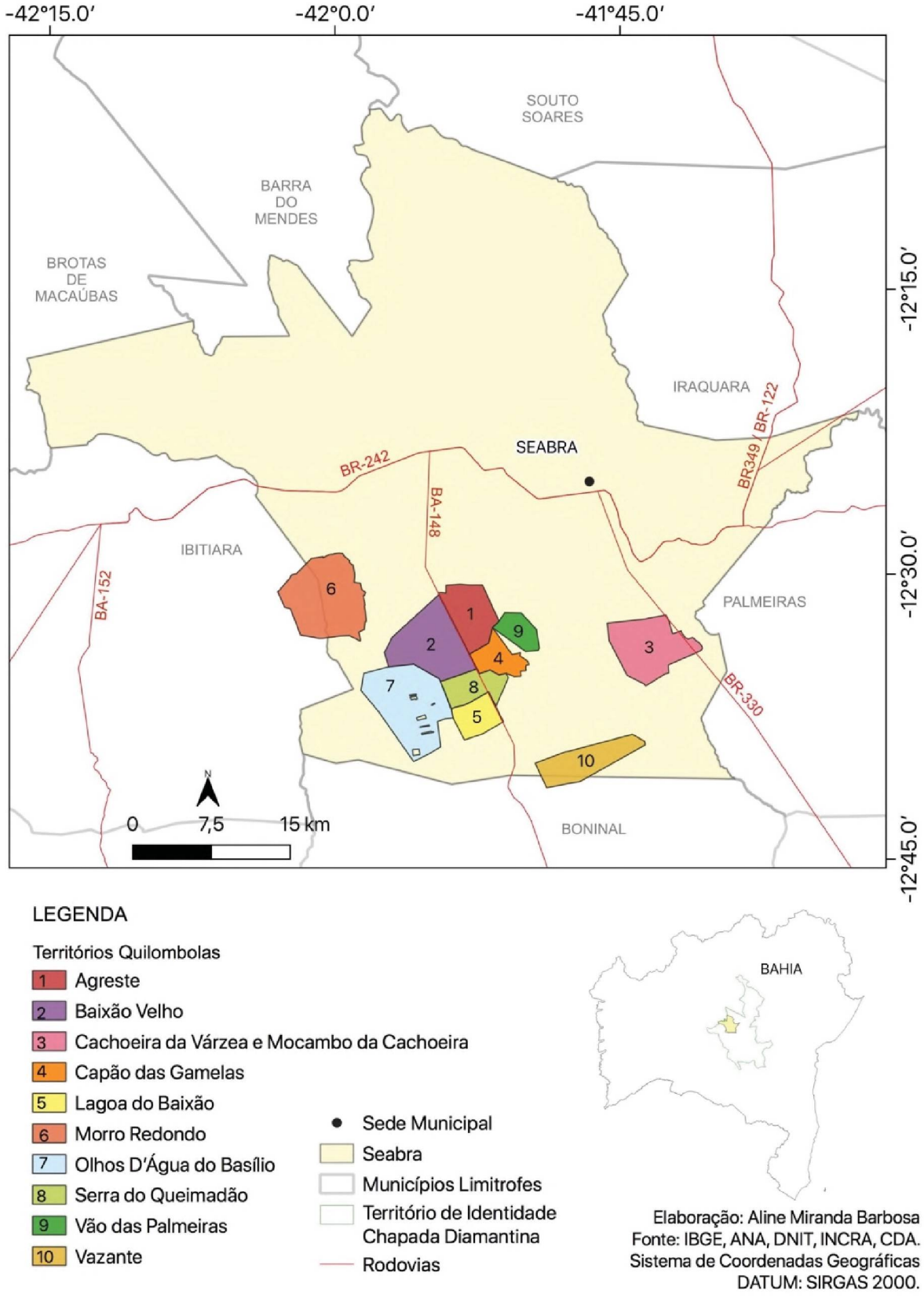


LEGENDA

- Território de Identidade Chapada Diamantina
- Município de Seabra
- Limites municipais BA
- Parque Nacional Chapada Diamantina

Elaboração: Aline Miranda Barbosa
Fonte: IBGE (2015), SEI (2018), MMA (2020)
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM: SIRGAS 2000

MAPA 5 - TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE SEABRA – BAHIA



O processo de organização das onze comunidades quilombolas de Seabra em busca de titulação de seus territórios emerge, como veremos mais adiante, no início dos anos 2000. Os próximos três quadros apresentam o nome e a situação de cada uma dessas comunidades de acordo com os dados dos três principais órgãos institucionais responsáveis pela certificação e titulação de territórios quilombolas. São eles: Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA).

Conforme o Quadro 1, podemos observar que todas as comunidades são reconhecidas pela FCP e obtiveram suas respectivas certidões de autorreconhecimento no ano de 2005, com exceção da Comunidade Quilombola da Vazante, que teve seu certificado emitido no ano seguinte.

QUADRO 1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SEABRA, DADOS DA FCP

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP			
COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	Nº DA PORTARIA	PORTARIA NO DOU
AGRESTE	01420.001533/2005-43	32/2005	19/08/2005
BAIXÃO VELHO	01420.001532/2005-07	37/2005	12/09/2005
CACHOEIRA DA VÁRZEA E MOCAMBO DA CACHOEIRA	01420.001806/2005-50	43/2005	09/11/2005
CAPÃO DAS GAMELAS	01420.001807/2005-02	43/2005	09/11/2005
LAGOA DO BAIXÃO	01420.001531/2005-54	37/2005	12/09/2005
MORRO REDONDO	01420.001788/2005-14	39/2005	30/09/2005
OLHOS D'ÁGUA DO BASÍLIO	01420.001539/2005-11	32/2005	19/08/2005
SERRA DO QUEIMADÃO	01420.001540/2005-45	37/2005	12/09/2005
VÃO DAS PALMEIRAS	01420.001805/2005-13	39/2005	30/09/2005
VAZANTE	01420.002310/2006-84	29/2006	13/12/2006

FONTE: FCP (2020b).

Com relação à garantia do território por meio da emissão de titulação, é de fundamental importância analisar as informações dos Quadros 2 e 3, apresentados a seguir. No Quadro 2, podemos observar que, das onze comunidades reconhecidas pela FCP, sete abriram processos junto ao INCRA com o intuito de obter a titulação de seus territórios. Porém, os processos de apenas quatro delas estão disponíveis para acompanhamento e apresentam informações que indicam o tamanho da área a ser titulada, o número de famílias e a etapa em que o referido processo se encontra. Constatamos,

assim, que nenhuma das comunidades quilombolas de Seabra obteve a titulação de seus territórios junto ao INCRA.

QUADRO 2 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SEABRA, DADOS DO INCRA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA				
COMUNIDADE	**Nº PROCESSO INCRA**	**ÁREA**	**Nº DE FAMÍLIAS**	**ETAPA**
AGRESTE	54160.004667/2008-83	2.340,5536	74	DECRETO NO DOU 06.10.2011
BAIXÃO VELHO	54160.004666/2008-89	---	---	---
CACHOEIRA DA VÁRZEA E MOCAMBO DA CACHOEIRA	---	---	---	---
CAPÃO DAS GAMELAS	54160.004665/2008-44	1.315,4872	60	PORTARIA NO DOU 30.11.2015
LAGOA DO BAIXÃO	---	---	---	---
MORRO REDONDO	54160.002695/2009-05	5.068,9163	67	PORTARIA NO DOU 10.08.2017
OLHOS D'ÁGUA DO BASÍLIO	54160.003498/2008-14	4.825,8623	73	DECRETO NO DOU
SERRA DO QUEIMADÃO	54160.005633/2008-66	---	---	---
VÃO DAS PALMEIRAS	---	---	---	---
VAZANTE	54160.000271/2009-06	---	---	---

FONTE: INCRA-DFQ (2019a).

Se considerarmos de forma simplificada o andamento dos processos junto ao INCRA, poderemos dividi-lo em seis etapas: 1) obtenção da certificação da FCP e abertura do processo no INCRA; 2) elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); 3) publicação do RTID; 4) emissão da portaria de reconhecimento no DOU; 5) publicação do decreto de desapropriação no Diário Oficial da União (DOU); e 6) emissão da titulação coletiva do território em nome da associação quilombola da referida comunidade.

As quatro comunidades em questão encontram-se nas etapas finais do processo em direção à titulação. A quinta etapa (decreto de desapropriação) só se faz necessária quando há títulos de propriedade privada de terceiros na área reivindicada pela comunidade. Nos casos em que toda a terra é pública, a titulação já seria o próximo passo ou, no caso de se tratar de comunidades com seus respectivos territórios em área identificada como terras devolutas do estado da Bahia, o processo é encaminhado para a

CDA, que fica incumbida de finalizar o processo de titulação da comunidade.

Esse trâmite é revelado no Quadro 3, por meio do qual vemos que todas as comunidades quilombolas de Seabra tiveram seus processos de titulação também abertos na CDA. Conforme as informações disponibilizadas, podemos verificar que, das onze comunidades quilombolas, dez delas possuem o título de propriedade coletiva emitido pela CDA. A titulação de territórios quilombolas é feita em nome da Associação de cada quilombo, ou seja, o título reconhece a propriedade coletiva do território e também a Associação Comunitária como a representação legal do quilombo. Supostamente a emissão da titulação via CDA foi mais rápida do que via INCRA por se tratar de territórios em áreas de propriedade pertencentes ao Estado da Bahia[25]. A única comunidade quilombola que não está titulada é o Morro Redondo, cujo status do processo indica faltar apenas o parecer da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE).

QUADRO 3 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SEABRA, DADOS DA CDA

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA BAHIA - CDA						
COMUNIDADE QUILOMBOLA	**N° DE FAMÍLIAS**	**N° DO PROC. DE PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO**	**N° PROCESSO DE TITULAÇÃO**	**ÀREA TOTAL DISCIMINADA (HA)**	**ÁREA TITULADA (HA) OU LÍQUIDA**	**STATUS**
AGRESTE	75	880090027913	480245-4	2.340,55	2.340,55	TITULADA/ENTREGUE
BAIXÃO VELHO	119	880090021958	480243-8	3.935,17	3.817,77	TITULADA/ENTREGUE
CACHOEIRA DA VÁRZEA/ MOCAMBO DA CACHOEIRA	122	880100030012	455385-3	3.639,63	3.376,06	TITULADA/ENTREGUE
CAPÃO DAS GAMELAS	85	880090027913	486311-9	1.315,49	1.315,49	Titulada – Título pronto (inf. Ana 24-02-16) mas não entregue
LAGOA DO BAIXÃO	141	880100024250	432393-9	1.336,40	1.306,04	TITULADA/ENTREGUE

[25] A lei estadual n. 12.910 de outubro de 2013 dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas ocupadas por comunidades quilombolas e por comunidades de fundo e fecho de pastos. Nela a regularização fundiária é atribuída à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI). Após a promulgação da lei estadual n. 13.204 de dezembro de 2014, as atribuições relacionadas à reforma agrária seguiram a cargo da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) que pertencia à SEAGRI e a partir desta lei passa a pertencer à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

MORRO REDONDO	69	880110010010	479655-1	5.080,73	5.080,73	AGUARDANDO PGE
OLHOS D'ÁGUA DO BASÍLIO	107	880090027913	480244-6	4.825,86	4.743,83	TITULADA/ENTREGUE
SERRA DO QUEIMADÃO	65	8800100000547	432391-2	1.589,42	1.504,47	TITULADA/ENTREGUE
VÃO DAS PALMEIRAS	102	2025090020692	432392-0	1.023,06	1.022,02	TITULADA/ENTREGUE
VAZANTE	97	880090025597	480233-0	2.495,48	2.495,48	TITULADA/ENTREGUE

FONTE: CDA (fev de 2021).

Diante do exposto, constatamos que as onze comunidades quilombolas localizadas no município de Seabra são certificadas pela FCP e, dez delas, obtiveram a titulação de seus respectivos territórios via CDA por estarem em áreas devolutas do estado da Bahia. Em sua dissertação de mestrado sobre as comunidades quilombolas de Mocambo da Cachoeira e Cachoeira da Várzea, comunidades quilombolas de Seabra, Luana Oliveira (2019) realizou um levantamento que permitiu identificar que até o ano de 2018, dentre as comunidades quilombolas tituladas pelo estado da Bahia (total de 34 comunidades), 44% delas (16 comunidades) estão localizadas no Território de Identidade da Chapada Diamantina sendo que 10 territórios quilombolas no município de Seabra. Conforme dados do Quadro 4, até 2018 havia 32 títulos concedidos a comunidades quilombolas da Bahia, do qual 14 títulos correspondiam a comunidades localizadas no TI Chapada Diamantina e, 8 deles (25%), no município de Seabra.

A expressividade de comunidades quilombolas no TI Chapada Diamantina também é constatada por Oliveira (2019) quando a autora expõe o número de comunidades quilombolas certificadas pela FCP. Conforme o Quadro 5, do total de 740 comunidades quilombolas identificadas pela FCP na Bahia, 88 estão no TI da Chapada Diamantina (12%), sendo 11 no município de Seabra. Esses dados são muito relevantes porque se por um lado os quilombos do TI Chapada Diamantina representam um número pouco expressivo com relação aos números gerais de comunidades certificadas pela FCP no estado da Bahia (12%); por outro lado, correspondem à elevada porcentagem de comunidades quilombolas tituladas (44%) com destaque para o município de Seabra

(25%).

Os dados levantados por Oliveira (2019) revelam, deste modo uma concentração de comunidades quilombolas tituladas na região do TI Chapada Diamantina e com destaque para o município de Seabra, município com a maior quantidade de comunidades quilombolas reconhecidas e tituladas dessa região. Entretanto, o Quadro 4 permite constatar também que, desde o ano de 2018, o processo da comunidade quilombola do Morro Redondo já se encontrava em fase final – ou seja, passaram-se quatro anos e até o momento a comunidade não está titulada.

A titulação do território de comunidades quilombolas é extremamente importante na garantia de condições de existência e permanência de cada comunidade. No entanto, mesmo com a titulação das terras, a possibilidade de disputa por terra/território é eminente. Um exemplo disso é o caso da Comunidade Quilombola Vazante que, depois de ser titulada, teve parte do seu território atingido e desapropriado pelo governo do Estado da Bahia para a construção da Barragem de Baraúnas/Vazante. Outra situação que merece ser mencionada é o fato de que, apesar de todas comunidades tituladas pela CDA estarem em terras devolutas do Estado, em muitas delas há pessoas não quilombolas (com ou sem o documento da terra) que não foram desapropriadas pelo órgão estadual, e deste modo, permanecendo no território quilombola. Em alguns casos, essa situação tem gerado tensões nas comunidades, especialmente quando estas pessoas realizam processos de compra e venda de terras pertencentes ao território quilombola ou quando tentam viabilizar a instalação de empreendimentos como de mineradoras e eólicas nestes territórios.

QUADRO 4 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS TITULADAS NO ESTADO DA BAHIA ATÉ O ANO DE 2018. DESTAQUE PARA AS COMUNIDADES DO TI CHAPADA DIAMANTINA.

MUNICÍPIO	COMUNIDADE QUILOMBOLA	Nº DE FAMÍLIAS	DATA DA HOMOL.	ÀREA (HA)	ORGÃO EXPEDITOR
SITIO DO MATO	Mangal e Barro Vermelho (1 titulo)	295	30/01/1999	153,80	INTERBA/FCP
	Mangal e Barro Vermelho (2 titulo)	-	14/07/2000	7.615,16	FCP
BOM JESUS DA LAPA	Rio das Rãs	300	14/07/2000	2.100,54	FCP
MALHADA	Pau D'Arco e Parateca (02 Com)	148	22/12/1999	1.339,28	SPU
MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	Jatobá	500	08/08/2006	7.801,45	SPU
RIO DE CONTAS	Barra e Bananal (02 COM)	69	21/05/2007	1.778,89	CDA/FCP
SEABRA	Cachoeira da Várzea/ Mocambo da Cachoeira	122	06/20/2012	3.639,63	CDA
	Vão das palmeiras	102	06/20/2012	1.023,06	CDA
	Serra do Queimadão	65	06/20/2012	1.589,42	CDA
	Lagoa do Baixão	141	20/06/2012	1.336,40	EM FASE FINAL
	Capão das Gamelas	85	01/28/2010	1.315,49	CDA
	Olhos D'Água do Basílio	107	01/28/2010	4.825,86	CDA
	Agreste	75	01/28/2010	2.340,55	CDA
	Vazante	97	01/28/2010	2.495,48	CDA
	Baixão Velho	119	01/28/2010	3.935,17	CDA
	Morro Redondo	69	10/29/2014	5.080,73	EM FASE FINAL
BONINAL	Mulungu	94	01/28/2010	2.530,14	CDA
	Cutia	162		1.169,07	CDA
	Conceição	129	06/20/2012	2.804,37	CDA
MORRO DO CHAPÉU	Barra II	48		182,0497	CDA
	Boa Vista	20		69,6204	CDA
CAMAMU	Ronco/Abóbora	49	10/29/2014	1.489,20	CDA
	Pedra Rasa	89	10/27/2014	820,8579	CDA
	Tapuia	193	10/29/2014	2.476,55	CDA
	Barroso	32	10/23/2014	249,4854	CDA
NILO PEÇANHA	Boitaraca	110	13/09/2014 e 14/09/2014	621,0781	CDA
BIRITINGA	Vila Nova	127		297,0215	CDA
AMERICA DOURADA	Lagoa Verde	65	01/23/2014	1.517,54	CDA
	Lapinha	30		559,9423	CDA
CANARAMA	Lagoa do Zeca	167	10/27/2014	2.411,72	CDA
JUSSARA	Algodões	102	01/23/2014	4.353,93	CDA
	Sítio Novo	94	01/23/2014	1.032,43	CDA
MACAÚBAS / TANQUE NOVO	Sambaíba	80	09/12/2014	2.511,58	CDA
	Mata do Sapé	57	09/12/2014	2.643,07	CDA

FONTE: Oliveira (2019).

*As seguintes comunidades cujos dias e meses estão invertidos são: Cachoeira da Várzea/Mocambo da Cachoeira; Vão das Palmeiras; Serra do Queimadão; Capão das Gamelas; Olhos D'água do Basílio; Agreste; Vazante; Baixão Velho; Morro Redondo; Mulungu; Conceição; Ronco/Abóbora; Pedra Rasa; Tapuia; Barroso; Lagoa Verde; Lagoa do Zeca; Algodões e Sítio Novo.

QUADRO 5 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS PELA FCP NO TI CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA. DESTAQUE PARA AS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE SEABRA

MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO COMUNIDADE
ABAÍRA	ALTO DA BOA VISTA	IBITIARA	TIRIRICA DE CIMA	PIATÃ	SÍTIO DOS PEREIRAS
ABAÍRA	OLHOS D´ÁGUINHA	IBITIARA	RIACHÃO	PIATÃ	BARREIRO
ABAÍRA	BARRA DE CATOLÉS	IBITIARA	OLHO D´ÁGUA NOVO	PIATÃ	CAIÇARA
ANDARAÍ	FAZENDA VELHA	IBITIARA I SEABRA	MORRO REDONDO	PIATÃ	RIBEIRÃO DE CIMA
BARRA DA ESTIVA	MOITINHA	IRAQUARA	POVOADO DOS MORENOS	PIATÃ	RIBEIRÃO DO MEIO
BARRA DA ESTIVA	CAMULENGO	IRAQUARA	RIACHO DO MEL	PIATÃ	TAMBURIL
BARRA DA ESTIVA	GINETE	IRAQUARA	POVOADO ESCÔNCIO	RIO DE CONTAS	BANANAL
BONINAL	MULUNGU	IRAQUARA	MEIO CENTRO	RIO DE CONTAS	BARRA
BONINAL	CUTIA	LENÇÓIS	REMANSO	RIO DE CONTAS	RIACHO DAS PEDRAS
BONINAL	CONCEIÇÃO	LENÇÓIS	IUNA	RIO DE CONTAS	BARAÚNAS
BONINAL	OLHOS D´ÁGUINHA	LENÇÓIS	LAGOA	RIO DE CONTAS	RANCHARIA DO MEIO
BONITO	BOTAFOGO	MORRO DO CHAPÉU	VELAME	RIO DE CONTAS	TAPUI
BONITO	VARAME	MORRO DO CHAPÉU	VEREDINHA	RIO DE CONTAS	VÁRZEA
BONITO	RIO DAS LAGES	MORRO DO CHAPÉU	GRUTA DOS BREJÕES	RIO DE CONTAS	VÁRZEA NOVA
BONITO	RIBEIRO	MORRO DO CHAPÉU	BARRA II	SEABRA	LAGOA DO BAIXÃO
BONITO	QUIXABÁ	MORRO DO CHAPÉU	OURICURI II	SEABRA	SERRA DO QUEIMADÃO
BONITO	MATA FLORENÇA	MORRO DO CHAPÉU	QUEIMADA NOVA	SEABRA	BAIXÃO VELHO
BONITO	GUARANI	MORRO DO CHAPÉU	BOA VISTA	SEABRA	AGRESTE
BONITO	GRAMIAR	MUCUGÊ	BARRIGUDA	SEABRA	OLHOS D'ÁGUA DO BASÍLIO
BONITO	CABECEIRA DO BREJO	NOVO HORIZONTE	GÓIS	SEABRA	VÃO DAS PALMEIRAS
BONITO	CATUABINHA	PALMEIRAS	CORCOVADO	SEABRA	CAPÃO DAS GAMELAS
BONITO	GITIRANA	PALMEIRAS	TEJUCO	SEABRA	CACHOEIRA DA VÁRZEA
BONITO	ARIZONA	PALMEIRAS	SERRA NEGRA	SEABRA	MOCAMBO DA CACHOEIRA
BONITO	BAIXA DO CHEIRO	PALMEIRAS	FUNDÃO	SEABRA	VAZANTE
BONITO	BAIXA VISTOSA	PIATÃ	PALMEIRA	SEABRA	MORRO REDONDO
BONITO	BALIZA	PIATÃ	MACHADO	SOUTO SOARES	SEGREDO
IBITIARA	VILA NOVA	PIATÃ	TIJUCO E CAPÃO FRIO	SOUTO SOARES	MATINHA
IBITIARA	CANA BRAVA	PIATÃ	CAPÃO	SOUTO SOARES	CAJAZEIRA
IBITIARA	CARAÍBAS	PIATÃ	CARRAPICHO	SOUTO SOARES	NOVO HORIZONTE I
IBITIARA	CAPÃO	PIATÃ	MUTUCA		
TOTAL	**88 COMUNIDADES**				

FONTE: Oliveira (2019).

1.1 CHÃO DE RAÍZES: PISTAS SOBRE AS ORIGENS DOS QUILOMBOS DE SEABRA

Primeiramente, é válido frisar que partimos da concepção de que as comunidades quilombolas não são homogêneas e que o processo de constituição de muitas dessas comunidades não se restringe à consolidação de espaços de fuga por negros escravizados em áreas isoladas durante o período escravocrata (no próximo capítulo discorreremos com mais profundidade sobre esta questão). As origens da formação das comunidades quilombolas podem estar associadas a situações variadas, revelando uma pluralidade de modos de ocupação das terras. Compactuamos, assim, com o entendimento de que:

> Dentro dessa leitura de diferenciação e complexificação das comunidades quilombolas, é preciso enfatizar a própria dinâmica de formação do território brasileiro. A história e a geografia do território brasileiro possuíram uma heterogeneidade de formas de apropriações e transformações, devido a fatores de ordem econômica, política, populacional, morfológica. Além desses fatores, diferenças como as origens dos africanos escravizados, o tipo de trabalho a ser executado e o modelo de repressão adotado tiveram um impacto direto na configuração social desses grupos formadores de quilombo, uma verdadeira geo-grafia em mutação de acordo com os contextos espaciais em que estavam inseridos. Portanto, não foram poucas as variações de condições em que esses grupos se originaram, logo suas formações e configurações se distinguiam e singularizavam, mesmo antes do final do século XIX (SANTOS & CORREA, 2013, p. 120).

As comunidades quilombolas do município de Seabra foram constituídas em um contexto que está diretamente associado à formação socioespacial desta região, que se estabeleceu a partir do período colonial. No próximo capítulo abordaremos com mais detalhamento sobre o processo de formação socioespacial da região do TI Chapada Diamantina, mas já podemos adiantar que se trata de uma região na qual a apropriação colonial se deu a partir da formação de grandes latifúndios de pecuária, com a presença de sistemas de policultura de subsistência. Posteriormente, a ocupação da Chapada Diamantina foi complexificada com o início da exploração do ciclo de diamantes no século XIX. Tais atividades econômicas tiveram como base de trabalho a mão de obra escravizada, com exploração de povos indígenas e sobretudo da população negra.

Para analisar a formação das comunidades quilombolas de Seabra, tomamos como base as informações levantadas e apresentadas pelo Relatório Antropológico que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)[26], elaborado pelo

[26] O RTID é um processo composto por diversas peças: relatório antropológico, levantamento fundiário, levantamento de sobreposições, cadastramento de famílias, mapa e memorial descritivo, parecer técnico e jurídico.

INCRA no âmbito dos processos de titulação das comunidades de Agreste, Capão das Gamelas, Olhos d'água do Basílio e Morro Redondo (INCRA, 2009; 2010a; 2010b; 2010c). Com relação ao processo de formação de cada comunidade, a principal fonte que embasou os relatórios antropológicos foi a própria memória coletiva[27] das comunidades. Os quatro RTID identificam que a origem desses quilombos é fruto dos deslocamentos (seja por fuga da escravidão ou por busca de terras com a presença de fontes de água) que os primeiros moradores/fundadores (negros e negras) das respectivas comunidades quilombolas faziam até encontrar um lugar para se estabelecerem.

No Quilombo Olhos d'água do Basílio, o próprio nome do quilombo remete à história do seu fundador, cujo nome era Basílio. De acordo com a memória coletiva, Basílio vivia no Baixão Velho (comunidade também quilombola) e durante o período em que a fome assolava este quilombo, certamente em decorrência de um forte período de estiagem, saiu em busca de terras com fontes de água, tendo encontrado um olho d'água (nascente) nas terras em que se instalou. Por esse motivo, esta comunidade quilombola veio a se chamar Olhos d'água do Basílio. Outras versões da história contam que Basílio teria saído do Agreste (INCRA, 2009). Tanto o Agreste, quanto o Baixão Velho são comunidades quilombolas muito próximas, atualmente separadas por uma rodovia estadual, a BA-148 (ver Mapa 3).

O Quilombo Capão das Gamelas tem sua origem associada à lembrança de dois antepassados centrais na formação desta comunidade. Um deles foi o Sr. Martinho Bento, tido como um dos mais antigos da comunidade. Ninguém sabe ao certo os detalhes acerca de como ele chegou, de onde vinha e se trazia mais alguém. A outra se chamava Maria Aparecida e morava na comunidade do Baixão, de onde precisou sair por falta de água. Muitos dos quilombolas de Capão das Gamelas são descendentes de Martinho Bento ou de Maria Aparecida (INCRA, 2010b).

Com relação ao Quilombo Morro Redondo, a memória coletiva é de que os primeiros moradores da comunidade foram o casal Timóteo Cardoso (chamado de Timutinho) e Catarina, além de alguns poucos parentes, dentre eles o sobrinho Chiquinho, que também veio acompanhado por sua esposa por volta dos anos de 1880. Esses foram

---

[27] "A memória se constitui uma reconstrução do passado, expressando as tradições do grupo. Esta representa o resgate dos acontecimentos e principais eventos históricos tendo como perspectiva para os sujeitos em questão a idealização de um futuro análogo aos tempos de outrora, proporcionando a continuidade das tradições culturais, sociais, econômicas, religiosas e simbólicas. A memória representa, portanto, a própria temporalidade de existência do grupo, constituindo-se um dos principais elementos de coesão na medida em que propicia o fortalecimento de uma identidade social" (INCRA, 2010b, p. 158).

os fundadores que constituíram a base familiar da comunidade. A memória coletiva da comunidade ressalta que Timutinho era escravizado de alguma fazenda das proximidades da capital, que havia fugido e se instalado onde veio a ser o Morro Redondo. Era de família africana, nasceu na primeira metade do século XIX e morreu assassinado logo após a revolta de 1926[28] (INCRA, 2010c).

O RTID da comunidade quilombola do Agreste (INCRA, 2010a) também destaca que a comunidade não sabe precisar quando foi fundada, mas sabem que o fundador foi o Sr. Porfírio Alves de Souza. Não sabem dizer de onde ele veio, mas sabem que era negro e que descobriu um lugar em que havia água, terra para plantar e local para construir casa. O RTID alega, assim, que não é possível afirmar se o Sr. Porfírio era um escravizado fugitivo ou forro, que ao escapar fugindo ou comprando sua liberdade, conseguiu achar um lugar para viver livre da escravidão e poder formar família, trabalhar na roça e ter sua casa.

Ainda em relação à comunidade quilombola Agreste, a partir do diálogo com algumas lideranças locais, constatamos a convergência com as informações presentes no RTID da comunidade. Foi possível identificar que a comunidade tem em sua memória a história de sua origem associada a vinda de negros de origem africana que encontraram a presença de água nas terras que hoje são da comunidade e que por este motivo se estabeleceram ali. Mesmo que não se saiba afirmar com precisão quando isso aconteceu, tais relatos fazem referência a um período distante, no entanto presente na memória da comunidade. O Sr. Raimundo Januário[29], quilombola da comunidade do Agreste, diz:

> É o seguinte, pelos contos de nossos antepassados, os nossos antigo velho, essa comunidade foi surgida, a gente não tem assim um detalhe, mas ela já é uma comunidade muito antiga. Vamos dizer, seus trezentos e tantos anos. Esses velho foi um... esse pessoal veio dum... vieram refugiado de outro lugar, só que nós não sabe qual foi o lugar que eles vêm. Que eles vieram, mas eles diziam que foi descendência de africana e de africano, que foi então que sofreu muito com aqueles tempo. Aí foi fazendo a comunidade, juntô essa comunidade e veio desatá. [...] Aqui foi um lugar que tinha muita água. Tinha água, coqueiro e aí o pessoal se aproximou daqui por causa disso... (Raimundo Januário, Quilombo Agreste – Seabra, 23/09/2020).

[28] As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela passagem dos "revoltosos" em Seabra, a menção a esse período aparece nos quatro relatórios antropológicos. Não se sabe bem ao certo quem foram os "revoltosos", mas este período histórico estaria associado ao momento de passagem da Coluna Prestes na região quando foram perseguidos pelos bandos armados de coronéis locais.

[29] Áudio compartilhado pela filha de Raimundo, Valdenice Rosa da Silva (presidenta da Associação Quilombolas Amigos do Agreste), no dia 23/09/2020.

Da comunidade quilombola do Baixão Velho, podemos destacar a fala do Sr. Júlio Cupertino[30], importante liderança do processo de autorreconhecimento quilombola da comunidade. O Sr. Júlio, explica que seus antepassados não eram escravizados de um senhor e que a escravidão teria surgido naquela região a partir de uma emboscada da qual felizmente alguns conseguiram fugir:

> Quando surgiu a escravidão, aqui em nossa região, minha avó contava pra gente. Surgiu a festa e fizeram o convite a toda região pra aquela festa. Quando foi na hora de ir pra festa aquele irmão mais velho disse para os mais novos: "Ninguém vai na festa, a festa hoje não vai ser pra nós. Ninguém vai na festa!". Aí foram dormir, os irmãos tudo aquele dia, aquele irmão mais velho, certo, foram tudo dormir. Quando foi lá por volta da madrugada diz que já observaram o resultado da festa: que aquela festa foi a festa de negociação dos pretos, dos negros daquela região. Então aí, já surgiu a escravidão. (Júlio Cupertino, Quilombo Baixão Velho - Seabra, *apud*, OLAVO, 2004).

O relatório antropológico de Olhos d'água do Basílio também menciona essa história ao explicar que o Baixão Velho (comunidade de onde saiu Basílio) originou-se a partir de escravizados fugitivos de uma fazenda próxima ao atual distrito de Várzea do Caldas, localizado no próprio município de Seabra. O "irmão mais velho" da avó de Júlio Cupertino foi João Vicente, escravizado respeitado porque costumava prever o futuro. Nesta noite, muitos seguiram o conselho de não ir à festa e ao amanhecer fugiram até as terras onde hoje é o Baixão Velho:

> [...] ao saber que a tal festa era uma emboscada para vender os escravos aos senhores de engenho. Nos engenhos, a possibilidade de comprar sua alforria se fazia bem mais remota, pois ainda que o lucro dos diamantes ficasse para os comerciantes das grandes potências mundiais, sempre existia a possibilidade de esconder um brilhante no sorriso (INCRA, 2009, p. 27).

Provavelmente, os ancestrais de Júlio Cupertino eram negros e negras aquilombados[31] de alguma fazenda da região que trabalhavam nas lavras de diamante. Outra fonte que permite nos aproximar de alguns dos quilombos de Seabra diz respeito ao documentário "Quilombos da Bahia" (OLAVO, 2004). Neste material, os quilombolas de Seabra falam sobre a resistência negra à escravização, sobre o trabalho no garimpo de diamantes e apresentam reflexões sobre a presença negra na região:

---

[30] Faleceu em novembro de 2014.

[31] Os aquilombamentos dentro das próprias fazendas eram recorrentes. Voltaremos a eles mais adiante. Esta categoria é utilizada para tratar dos processos de autonomia de escravizados no interior de uma fazenda, acontecendo tanto a partir de levantes e/ou pela conquista de direitos com um senhor de escravizados (ex: direito a cultivar uma roça, de fazer celebrações, etc.). Consultar: Almeida (2011) e Gomes (2015).

> Meu avô falou, dizia que eles pegava, foi no tempo de Dom Pedro, chegava lá e segurava os pretos lá na África, os africanos... jogava num navio e vinha... tocava no meio do mar e vem, e vem, e vem... quando eles desconfiava que vinha pra escravidão aqui no Brasil. Homi, diz que saia tudo do navio que nem urubu no ar e voltava tudo pra África. O povo falava isso. (Henrique Florencio, Quilombo Capão das Gamelas - Seabra, *apud*, OLAVO, 2004).

> Ali no Morro de Palmeiras eu nasci os dentes lá, eu trabalhei muito tempo lá e pegava diamante. Que o diamante é uma coisa que é encantado mesmo. Você vai passando as pedras, vai passando, quando ponta um diamante você para pra depois catá ele e jogar na boca, debaixo da língua e quieta. Vai trabalhar e apurar, depois é que põe e mostra pro sócio. Que se ele cair no chão ele não encanta, ele já tava na sua boca. Se você pegar e facilitar e ele cair no chão você não acha mais (Henrique Florencio, Quilombo Capão das Gamelas - Seabra, *apud*, OLAVO, 2004).

> Aqui na Serra, ali de Olhos d'Água do Basílio e Lagoa, tudo é gente preto. De Mulungu. Capão das Gamelas, Vão das Palmeiras, Agreste, tudo é gente preto. Tudo a classe, é tudo preta. Já o Velame já é outra pele, né!? Angical já é outra pele[32]. Desceu pra Seabra é misturado. Gente ficou tudo é de um jeito só, já ficou um, olha aí óh: aquele é bem agudinho. Já ficou um das pele mais alva, outros da pele mais preta e tudo vivendo. Agora só que tem uma coisa, que o sangue tudo é um. Não é não? (João Cosme, Quilombo Serra do Queimadão - Seabra, *apud* OLAVO, 2004).

De forma geral, essas aproximações sobre as variações de condições em que essas comunidades quilombolas se originaram é marcada pela ancestralidade negra, pela proximidade com outras comunidades negras e pela menção a processos de deslocamentos que suscitam pensar a questão agrária daquele momento, como por exemplo, o acesso à terra. Cada uma dessas comunidades possui sua história, suas práticas culturais, dinâmicas e formas próprias de organização que não se encerram em si. Articulam-se e estendem-se às outras comunidades com as quais as redes de vínculo e de parentesco também se estabelecem. Em seu trabalho, ao analisar o processo de certificação e de titulação dessas comunidades, Oliveira (2019) constata que:

> é possível perceber indícios da ação em rede dessas comunidades, tendo em vista que as relações de solidariedade e organização política em territórios descontínuos, mas, ainda assim, com ascendência comum, a mesma família pode estar dividida em diversos territórios, em duas ou mais comunidades [...] Lauro Oliveira contextualiza que, especificamente na região de Seabra, a ancestralidade das comunidades é comum, proveniente da região de Várzea do Caldas, com migrações no século XIX para o Baixão Velho e Agreste, onde as comunidades "não são apenas vizinhas, são parentes mesmo [...] como se fosse um grande quilombo" (OLIVEIRA, 2019, p. 138).

[32] Referência às comunidades rurais brancas localizadas nas proximidades do quilombo.

Em uma das entrevistas realizadas para esta pesquisa com Lauro Oliveira[33], ao apresentar ao entrevistado o Mapa 5, com a localização dos territórios quilombolas de Seabra, ele reforça a afirmação destacada no trabalho de Oliveira (2019). Retoma a fala de uma importante liderança da comunidade do Agreste e diz que o Sr. Raimundo sempre enfatiza que essas comunidades são uma coisa só, tem uma origem em comum e conformam uma mesma família. Conforme Lauro, o distrito de Várzea do Caldas (próximo às comunidades de Mocambo da Cachoeira e Cachoeira da Várzea), era um distrito agrícola com a presença de muitos negros e que no final do século XIX teve um movimento de reaprisionamento dos negros para retorná-los à escravidão. Diante deste contexto, muitos fugiram e passaram a ocupar as terras que hoje constituem o território de cada comunidade quilombola.

1.2 CHÃO PISADO: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA EM SEABRA

A questão da autoidentificação é de extrema importância na compreensão dessa complexidade e heterogeneidade de comunidades quilombolas, visto que, permite que o reconhecimento das mesmas não fique aprisionado em "definições frigorificadas"[34] sobre quilombos. Sendo assim, buscaremos elucidar o processo e o contexto de autoidentificação e autorreconhecimento das comunidades quilombolas de Seabra.

Antes de mais nada é importante dizer que essa diversidade de termos – autodeclaração, autodefinição, autorreconhecimento e autoidentificação – tem em comum a questão da identidade, da constituição daquilo que pode ser denominado tanto de identidades coletivas (ALMEIDA, 2011), quanto de identidades sociais (LEITE, 2010). É o sujeito que diz de si mesmo em relação ao grupo ao qual pertence e o grupo que afirma se determinado sujeito é parte dessa coletividade, ou seja, é uma via de mão dupla na qual um indivíduo se reconhece pertencente a um grupo e paralelamente é reconhecido como membro integrante por esse mesmo grupo.

---

[33] Lauro Roberto Ferreira Oliveira, além de liderança quilombola da comunidade da Vazante, é professor de História e foi vereador no município de Seabra de 2017 a 2020. A entrevista foi realizada no dia 31 de março de 2021 por chamada de vídeo.

[34] Termo cunhado por Alfredo Wagner Berno de Almeida que será discutido no próximo capítulo.

De acordo com Almeida (2011), para entender as situações sociais dinâmicas que são os quilombos, é fundamental indagar como os próprios agentes sociais se autodefinem e representam suas relações e práticas face a grupos sociais e agências com que interagem. Para o autor:

> O importante aqui não é tanto como as agências definem ou como uma ONG define ou como um partido político define, mas sim como os próprios sujeitos se autorepresentam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade. Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos a partir dos próprios conflitos pelos próprios sujeitos e não necessariamente aqueles produtos de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes. Isto é básico na consecução da identidade coletiva e das categorias sobre as quais se apoia (ALMEIDA, 2011, p. 78 – 79).

A perspectiva de Leite (2010) sobre o conceito de identidades sociais converge com o de identidade coletiva (ALMEIDA, 2011), ambas perspectivas partem da compreensão da importância de se considerar e de se reconhecer as formas de autodefinição das comunidades, além de entendê-las como comunidades que são dinâmicas e que estão submetidas a diferentes contextos:

> A identidade social não é um estado fixo, imutável, ou algo que pode ser imputado desde fora e de modo unilateral, mas, acontece desde uma dinâmica relacional que envolve todo o conjunto de forças em movimento na sociedade [...] O conceito da identidade social a que me refiro, dá espaço para o reconhecimento das instâncias organizativas dos grupos que se autoreconhecem a partir de noções de pertenças construídas e legitimadas no interior dos próprios grupos, embora decorrentes de dinâmicas e forças sociais em movimento (LEITE, 2010, p. 20).

O contexto de mobilização dessas comunidades, entorno da identidade quilombola, está associado ao momento político de avanços na garantia de direitos aos territórios quilombolas no cenário nacional, sobre o qual discorreremos melhor no próximo capítulo. Em suma, é sobretudo, a partir de 2003, que muitas comunidades passam a se autorreconhecer como quilombolas. Trata-se de um processo que não é simples em meio ao qual, tampouco ocorreu de forma automática a conquista de instrumentos normativos de garantia de direitos territoriais no âmbito nacional.

É válido esclarecer que o acionamento da identidade quilombola carrega consigo o enfrentamento ao racismo, por isso, geralmente são resultantes de processos de mobilização e de uma construção política em torno dessa identidade coletiva. A fala de uma das lideranças quilombolas de Seabra sobre esse processo de autodefinição é, nesse sentido, muito representativa:

> Muita gente pensava que ser quilombola era apenas ser negro, e de como o negro é marcado por uma série de negações, as pessoas tendem a se declarar tudo menos negros.
> Porque nós que temos a pele negra a gente sabe como isso marca as pessoas negativamente baseado no racismo, que ainda é muito presente na sociedade.
> Então quando dizia que ser quilombola é ser preto, é ser negro, então muita gente se negava a ser quilombola.
> E com a chegada de novas discussões, com lideranças como Seu Jaime, Evangelista, Carmelice, Seu Júlio, Jaci, muitos deles começaram a participar de vários encontros, a sair daqui, ir para Salvador, e eles começaram a ter a compreensão que ser quilombola não é só uma questão de cor de pele.
> É uma questão de identidade, de compreender a ancestralidade, que nos pertence.
> O pertencimento que a gente tem à determinada forma de vida, a um modelo coletivo de se viver. Pensar na coletividade.
> Então o ser quilombola é sobretudo sobreviver a essas dificuldades, mas sobretudo ter uma ciência de quem se é (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, *apud*, OLIVEIRA, 2019, p. 136).

Torna-se fundamental compreender quais condições de possibilidade estavam presentes nesse contexto de acionamento da identidade quilombola pelas comunidades de Seabra. Quando se busca compreender esse período inicial de mobilização, o nome dos irmãos Júlio Cupertino[35] e Jaime Cupertino são os primeiros a serem mencionados. Ambos são da comunidade quilombola da Vazante, que, há décadas, vivenciava um contexto que demandava mobilização política em defesa do seu território, visto que, a partir do final da década de 1980, seu território passou a ser alvo do projeto de construção de uma barragem.

Ou seja, ao menos uma das comunidades quilombolas de Seabra já, há algumas décadas, vivenciava um contexto de ameaça efetiva ao seu território que lhes demandou, assim, estratégias de mobilização e resistência. Deste modo, não é por casualidade que as principais lideranças em defesa dos direitos quilombolas em Seabra emergem da comunidade Vazante. De acordo com Lauro Oliveira:

> A questão da barragem da Vazante é um problema antes mesmo de ter qualquer discussão sobre comunidades quilombolas. Quando o conceito de quilombo não se discutia, a barragem já se discutia. A barragem é anterior a essa discussão de ser quilombola, quando a gente começa a discutir essa questão de ser quilombola é no início dos anos 2000. Mas a questão da barragem, no finalzinho da década de 1980, já se falava nela. Na década de 1990 já se falou muito mais da barragem. Na década de 1990 teve um período muito intenso que foi o período onde se discutiu mesmo, fizeram picadas, colocaram os piquetes pra os estudos de engenharia para construir a barragem (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, 31/03/2021).

[35] Seu Júlio Cupertino dos Santos, nasceu na Vazante e quando casou-se passou a morar na comunidade quilombola do Baixão Velho. Faleceu em 21 de novembro de 2014, um dia após sua comunidade ser titulada.

Almeida (2011) argumenta que as identidades coletivas são fundadas a partir de uma autodefinição consensual que pode estar pautada em práticas político-organizativas comuns, em sistemas produtivos intrínsecos, em símbolos que podem evocar uma "ancestralidade" considerada legítima; e sobretudo, marcam uma política de diferenças face a outros grupos que, por vezes, emergem a partir de situações de conflitos. No caso que estamos trazendo para a análise, constatamos a confluência destes fatores que, de um lado, dá visibilidade a uma unidade na qual a questão da ancestralidade é evocada e articulada em uma identidade coletiva que ressalta a dimensão racial; por outro lado, demarca a diferença em projetos planejados sobre seus territórios, mas concebidos externamente, que não condizem com os interesses e práticas das comunidades, como é o caso do projeto de construção da barragem.

Nesse sentido, torna-se importante compreender identidade e diferença como um par interdependente. Conforme Tomaz Tadeu da Silva (2012, p. 75), "assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade". O autor explica que ambas são resultantes de um processo de produção simbólica e discursiva, ou seja, enfatiza que são criações do mundo cultural e social. Como resultantes de construções sociais e culturais, elas também são intermediadas por relações de poder, em um campo hierarquizado e marcado por disputas:

> Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder (SILVA, T. T., 2012, p.81).

Diante deste contexto, marcado por relações de poder, emergem movimentos sociais politicamente organizados em diferentes identidades coletivas/identidades sociais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, cipozeiros, faxinalenses, ilhéus, vazanteiros, geraizeiros, pescadores artesanais, comunidades de fecho ou de fundo de pasto, etc. Segundo Almeida (2008), trata-se de identidades que resultam de embates concretos nas suas relações sociais com seus antagonistas históricos.

Ao narrar o processo de organização e mobilização da comunidade da Vazante com relação à barragem e à identidade quilombola, Lauro elenca dois fatores que considera de extrema importância: o primeiro está associado ao acesso à educação na comunidade, que possibilitou aos jovens a conclusão dos anos letivos; o segundo está

associado às experiências de organização política em sindicatos e associações comunitárias que os irmãos Júlio e Jaime Cupertino puderam vivenciar durante os anos que moraram em São Paulo.

Com relação à educação, Lauro Oliveira destaca que, até o final da década de 1990, a comunidade da Vazante foi uma das únicas comunidades quilombolas em que iniciava o ano letivo e que se conseguia concluí-lo. Isso, sobretudo, devido ao fato de ter como professor uma pessoa da própria comunidade[36], ao contrário das demais comunidades em que os professores vinham de fora e deste modo, por não morarem na comunidade, a questão do deslocamento resultava em inúmeras faltas ou em longos períodos de ausência de professor, o que inviabilizava a conclusão do ano letivo. Consequentemente, esta situação contribuiu para que a comunidade da Vazante conseguisse formar uma geração de professores, pois, ao concluírem a educação básica na comunidade, muitos estudantes, como foi o caso do Lauro, seguiram estudando e cursaram depois o magistério no município vizinho (Boninal). Assim, tornando-se professores, passaram a lecionar nas demais comunidades quilombolas de Seabra.

No tocante ao segundo fator, podemos afirmar que está diretamente relacionado ao processo de migração. A questão migratória é um aspecto marcante em muitas das comunidades quilombolas de Seabra. Todos os quatro RTID elaborados pelo INCRA em comunidades quilombolas do município identificam a questão migratória. Nas quatro comunidades, as equipes técnicas identificaram a presença de um movimento migratório direcionado para a cidade de São Paulo, para a qual os migrantes partiam em busca de oportunidades de trabalho.

Esse movimento é compreendido nos relatórios como uma das estratégias de sobrevivência dessas comunidades. Iniciado de forma mais expressiva, principalmente a partir da década de 1950, e acentuando-se nos períodos prolongados de estiagem na região. Em um dos RTID, inclusive, é destacado como curiosidade o fato de muitos quilombolas conhecerem São Paulo e não conheceram a cidade de Salvador: "Curiosamente, os migrantes do Morro Redondo, migram mais para São Paulo, que se encontra a quase três dias de viagem e quase não conhecem a capital do Estado da Bahia, que fica à 500km de distância" (INCRA, 2010c).

---

[36] De acordo com Lauro Oliveira, o Sr. Jaime Cupertino foi um dos primeiros professores que lecionou por alguns meses na comunidade. Posteriormente, o pai do Lauro foi o professor que lecionou na comunidade da Vazante por aproximadamente trinta anos, o Sr. Zezito de Souza Oliveira.

A questão migratória apontada nos relatórios, além de ser compreendida como parte das estratégias de sobrevivência das comunidades, é também, identificada como uma espécie de rito de passagem e com a permanência de uma forte circularidade. Esta circularidade se caracteriza principalmente pelo movimento daqueles que migravam para trabalhar por alguns meses ou anos em São Paulo e depois retornavam a viver em sua comunidade, podendo novamente voltar a morar em São Paulo para trabalhar por mais um período e depois retornar à comunidade. A percepção da migração como rito de passagem deve-se, especialmente, ao fato desse movimento ter sido realizado, majoritariamente, pela população jovem das comunidades. Muitos migraram para contribuir com a manutenção de suas famílias nas comunidades, principalmente, através do envio de uma ajuda financeira mensal.

Deste modo, a migração de quilombolas de Seabra para São Paulo contribuiu para que, nesta cidade, se formassem diferentes núcleos familiares, redes de parentesco e de apoio entre conterrâneos:

> Os jovens homens geralmente vão trabalhar como auxiliar de pedreiro, podendo dormir no local do trabalho ou dividir uma moradia com algum parente. As jovens mulheres geralmente vão trabalhar como empregadas domésticas, podendo residir no local do trabalho ou com os parentes (INCRA, 2010a).

O rito de passagem estaria, assim, nesse movimento de sair de sua comunidade para enfrentar os obstáculos do mundo exterior e depois retornar. A circularidade é também permanente nos casos em que o retorno à comunidade não foi definitivo. Conforme é identificado pelos RTID, os quilombolas que vão trabalhar em São Paulo retornam com frequência para suas comunidades, nas férias ou em períodos que não se encontra trabalho na metrópole. Ao menos uma vez por ano, os migrantes retornam para visitar seus familiares e participar de períodos festivos tradicionais. Mantendo assim, o vínculo de pertencimento ao grupo e ao território, como pode ser observado na seguinte fala de uma dessas pessoas que vive em São Paulo, mas sempre retorna, neste caso para o Morro Redondo:

> Bateu a saudade já! Eu saí em 1976, eu estou com 62 anos. Fui solteiro, mas o maior tempo que eu fiquei lá, aí eu fiquei lá oito meses aí vim embora, fiquei dois meses aí desse tempo pra cá nunca mais fiquei um mês aqui. Só venho, mas pra ficar quinze dias, passou quinze dias eu volto pra trás. Mas nunca deixei de vir! Eu gosto muito daqui! (Nerisvaldo Alves Barbosa, Quilombo Morro Redondo - Seabra, 30/12/2021).

O movimento de saída e de retorno à comunidade da Vazante é destacado na fala do Sr. Jaime Cupertino. Tanto ele, quanto seu irmão migraram para São Paulo e, nos anos que moraram na capital paulista, participaram de organizações sociais como as associações comunitárias, experiências que vieram a contribuir com o processo de organização da própria comunidade a que pertencem:

> Porque Júlio, foi uma pessoa que começou a enfrentar o mundo muito cedo, ele foi para São Paulo e eu fiquei. [...]
> Em 1962 ele passou a fazer parte de associação nas comunidades, nas periferias de São Paulo. [...]
> Depois ele voltou para a Bahia, mesmo indo para São Paulo, ele já ficou com aquela experiência. [...]
> Então nessa situação, quando eu tinha meus 22 anos, 23, eu também passei a fazer parte da associação – eu e Júlio na mesma associação e era difícil, porque era tempo de ditadura.
> Mas a gente, como eu falo, a luta na base do diálogo sempre tem resultados positivos (Jaime Cupertino, Quilombo Vazante – Seabra, *apud*, OLIVEIRA, 2019, p. 134).

Conforme mencionado anteriormente, o projeto de construção da Barragem de Baraúnas/Vazante emerge na década de oitenta, mas as discussões se acentuam na década de noventa. Momento no qual os irmãos Jaime e Júlio Cupertino já haviam voltado de São Paulo e contribuem com o processo de organização da comunidade, envolvendo os mais jovens no processo de luta. Conforme relata Lauro Oliveira:

> Seu Jaime nesse processo de luta da Barragem, seu Jaime me convidou e eu comecei a participar junto com ele. Eu era adolescente na época, e de lá pra cá, eu fui me iniciando também nesse processo de luta (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, 31/03/2021).

Nos deparamos, assim, com o encontro dos dois fatores destacados por Lauro Oliveira: a contribuição da geração dos irmãos Jaime e Julio Cupertino, que migraram para São Paulo e, ao retornarem, trouxeram as experiências vivenciadas em organizações de mobilização social em defesa de direitos; bem como a geração de jovens que tiveram acesso à escolarização (como a geração de Lauro Oliveira) e que não fizeram esse movimento migratório para São Paulo. Estes permaneceram na região estudando, tornando-se professores e se incorporando ao processo de luta em defesa de seu território e das demais comunidades quilombolas. Nesse sentido, Lauro Oliveira destaca que o fato de já existir uma mobilização prévia na Vazante, contribuiu para que a luta quilombola rapidamente se consolidasse em Seabra:

> Seu Jaime e Seu Júlio foram os principais a empreender a luta, sobretudo, nos inícios dos anos 2000 com o governo Lula depois que há todo um processo de legislação. Porque só passa mesmo a existir um processo de legislação pra comunidades quilombolas, de fato, a partir de 2003. Porque 2002 foi a eleição

> e Lula tomou posse em janeiro de 2003. A partir de 2003 é que vai desencadear um conjunto de políticas públicas direcionadas para os povos e comunidades tradicionais e Seu Jaime e Seu Júlio, a partir dessas políticas públicas, conseguiram, portanto, empreender a luta muito rapidamente. A partir daí começa por exemplo a investigação de que essas comunidades negras de toda região deveriam lutar por direitos e, entre esses direitos, estava o direito à terra (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, 31/03/2021).

A consolidação da luta quilombola em Seabra foi possível não apenas pelo protagonismo que tiveram os irmãos Cupertino, mas sobretudo pela unidade que havia entre essas comunidades que já estavam organizadas primeiramente em associações rurais que interagiam fortemente umas com as outras e, posteriormente, tornaram-se associações quilombolas. Em uma conversa na comunidade quilombola do Agreste com o Sr. Raimundo e com sua filha Carmelice, ambos afirmam:

> Nós sempre, sem saber o que ia acontecer, nós só andava junto. Ia pra reunião junto, participava de tudo. Era aquela coisa de todo mundo junto na associação, parece que até o contador das associação era tudo um. Parece que na maior parte das associação os contador nosso era tudo um só (Raimundo Januário, Quilombo Agreste – Seabra, 06/01/2022).

> Isso era bom né, porque num grupo você vê assim que não ficava uma comunidade sozinha. Cada comunidade quilombola tem pessoas ali que formavam um grupo de pessoas pra estar em busca das coisas (Carmelice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 06/01/2022).

As atuais associações quilombolas, em um primeiro momento foram constituídas como associações comunitárias rurais, no final da década de 1980. A organização dessas associações comunitárias rurais foi como consequência do processo organizativo de criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Seabra, fundado no ano de 1986.

Vale destacar, que o sócio fundador do STR foi uma das lideranças da comunidade quilombola do Morro Redondo, o Sr. Nestor Alves Barbosa. Conforme relato de seus familiares, desde os dezesseis anos de idade, final da década de 1950, o Sr. Nestor passou a migrar para a cidade de São Paulo para trabalhar na construção civil onde tornou-se mestre de obras e se aproximou das organizações sindicais da categoria. No ano de 1985, ele voltou a morar definitivamente em Seabra, onde viviam sua esposa e seus filhos; e no ano seguinte contribui diretamente com a fundação do STR, articulado com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA).

O Sr. Nestor, faleceu no ano de 1999, não acompanhou o processo de organização quilombola, no entanto, assim como o Sr. Júlio e Sr. Jaime, também migrou para São Paulo, se envolveu com as lutas das organizações sindicais daquele contexto,

especialmente dos trabalhadores da construção civil e veio a contribuir diretamente com a fundação de um sindicato em Seabra. É possível afirmar, deste modo, que essas experiências de organização política na luta por direitos, vivenciada por lideranças quilombolas, na cidade de São Paulo, contribuíram com o aprendizado organizativo destas lideranças que vieram a se organizar em Seabra no sindicato, nas associações comunitárias rurais e nas atuais associações quilombolas.

Essa articulação entre as lideranças que estão nas associações segue presente até os dias atuais. A cada geração de gestão das associações quilombolas, esta prática se mantém. Pode-se dizer que isto ocorre porque há também um esforço das lideranças mais velhas em inserir os mais novos no processo de luta das comunidades:

> E olha que eu gostava de participar, quando começou eu ia direto, quando tinha reunião lá vai eu atrás. Não perdia porque as reunião aqui começou foi debaixo de um pé de jaca, porque não tinha um local pra poder fazer a reunião. Então o pessoal começava no pé de jaca até que eles conseguiram fazer uma sede, depois da sede a gente conseguiu fazer um centro multiuso, tem computadores também. A gente vê que vai dando resultado (Carmelice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 06/01/2022).

> [...] naquele tempo ela [Carmelice] era criança mas todas as reuniões a gente tava junto né! E ali foi participando, gostando e se apropriando. Então, eu acho que não é nada mais que você repassar alguma coisa para os mais novos. Porque os velhos de hoje, os novos de hoje, vamos dizer, os velhos de hoje, os novos de hoje serão os velhos de amanhã. Porque nós hoje tá velho. Essas crianças, o que sabe é aprendeu com os velhos. É muito importante esses futuros acompanhar essas coisas, o jovem tem muitas vezes que parece que não quer saber de ... dos velhos. Só pensa no mundo de hoje, mas tem que saber fazer o presente e lembrar do passado, falar do passado. A gente nunca pode parar de batalhar [...] Toda informação só vem de baixo, é igual a casa, só começa do alicerce e daí é que vai soltando, igual a árvore né! A árvore vem das raízes e vai soltando as galhas (Raimundo Januário, Quilombo Agreste – Seabra, 06/01/2022).

Carmelice, filha do Sr. Raimundo, foi a primeira mulher a se tornar presidenta da associação e, hoje, uma de suas irmãs mais novas é a atual presidenta, Valdenice Rosa da Silva (conhecida por Kena). Carmelice conta que o Sr. Júlio Cupertino foi quem trouxe para as comunidades o entendimento de que eram comunidades quilombolas e ela relata que depois que conseguiram ser certificadas pela FCP, ela seguiu envolvida e acompanhando a luta para conseguir o título:

> Era várias reuniões, no Baixão Velho, Agreste, Serra do Queimadão e lá nisso também ia pra Salvador, ia Júlio, Jaime, meu pai, João Evangelista e eu sempre na frente. Jaci também, é dos Olhos d'água do Basílio. Muitas vezes precisava na hora, chegava e dizia que era pra amanhã a reunião, aí a gente já saía. E aí nisso a gente vai vendo as conquistas que vem das comunidades quilombolas. E aí nisso, nessa luta que a gente via, nessa luta do título que aí veio fazer o

> documento da comunidade, a demarcação (Carmelice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 06/01/2022).

Visto isso, vale destacar a importância de desassociar a construção de identidades coletivas/sociais de abordagens essencialistas. A existência de uma determinada condição sociogeográfica, por exemplo, ribeirinha ou outra qualquer não implica que venha a se constituir uma identidade político-cultural assumida pelos próprios protagonistas como tal (BARBOSA, 2014). A construção de uma identidade coletiva não é uma inevitabilidade histórica ou natural. Trata-se sobretudo, de um processo marcado pelo encontro/confronto no tempo/espaço, conforme podemos constatar no caso da construção da identidade seringueira:

> A construção da identidade seringueira não estava dada a priori: ela foi sendo tecida nos embates concretos que os seringueiros se viram obrigados a travar nas circunstâncias singularíssimas dos anos setenta/oitenta (tempo) nas regiões do vale do rio Acre, ao longo das BRs 364 e 317, no estado do Acre (espaço) (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.369).

A reflexão apresentada pelo autor, sobre o processo de construção da identidade seringueira exemplifica e nos possibilita equiparar ao processo de autoidentificação e autorreconhecimento das comunidades quilombolas a medida em que estes processos também são interpelados por situações de encontro/confronto no tempo/espaço, são construções sociais que demarcam identidade/diferença. A demarcação da identidade/diferença emerge acompanhada de mobilização e luta que visam assegurar, essencialmente, direitos: ao território, à educação, à saúde, a uma determinada forma de existência, a um determinado modo de vida, a modos diferenciados de agir e de pensar.

No caso das comunidades quilombolas, esse processo de demarcação dessa identidade/diferença em meio ao qual emerge a luta e a mobilização, também traz consigo o debate em torno da questão racial que caminha junto à mobilização, trazendo o racismo e sua superação à pauta. No decorrer dos próximos capítulos veremos como essa mobilização, que também está inserida nesse quadro de reivindicações que visam assegurar direitos, está diretamente atrelada à luta por uma sociedade antirracista conduzida pelo movimento negro que educa e reeduca nossa sociedade (GOMES, 2017).

Deste modo, pode-se afirmar que, em Seabra, a emergência da luta quilombola ao longo dos anos 2000 (tempo) esteve diretamente associada ao contexto de mobilização em defesa do território da comunidade quilombola da Vazante frente à ameaça de implementação de uma barragem (espaço). É, fundamentalmente, diante do encontro e confronto com o avanço de um projeto de implementação de uma barragem, que a

comunidade da Vazante passa a acionar a identidade coletiva de comunidade quilombola e, simultaneamente, a mobilizar as comunidades negras vizinhas em torno dos direitos quilombolas.

Entre os anos de 2005 e 2006, as onze comunidades já possuíam suas respectivas certidões de autorreconhecimento emitidas pela FCP (Quadro 1). Atualmente, dez comunidades são tituladas pela CDA e, entre elas, está a comunidade quilombola da Vazante, que foi titulada no ano de 2014. Mesmo com a titulação do território, a implementação do projeto de construção da barragem começa a se consolidar a partir de 2015 e, no ano de 2017, ocorre a aprovação de início das obras pelo governador do Estado[37]. No Mapa 6 é possível ver a localização da área em que a barragem está sendo construída, do local de construção do reassentamento e a localização original da comunidade.

A fala de Jaime Cupertino, proferida aos estudantes da Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), representa como a comunidade lutou e segue lutando por seus direitos:

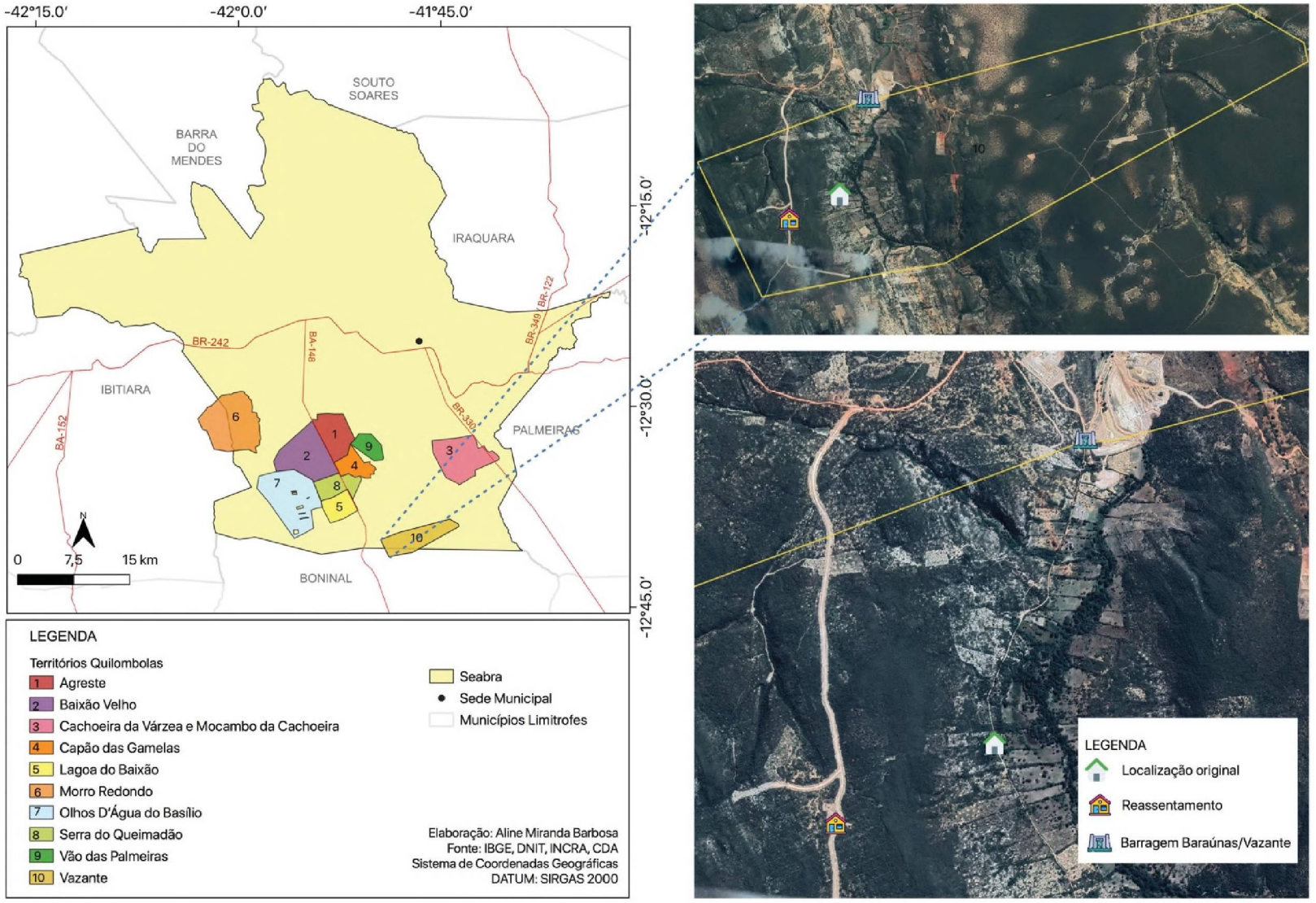
> Meu nome é Jaime Cupertino dos Santos, sou da comunidade quilombola de Vazante, do município de Seabra. Comunidade essa que, desde os meus antecessores, bisavó, avó, meu pai, fomos criados naquela comunidade. Eles nasceram, criaram e morreram naquela comunidade. Eu como mais novo já saí um pouco, já viajei, já trabalhei fora da comunidade e depois voltei para conviver na comunidade. A nossa comunidade é uma comunidade muito boa, de terra fértil e tudo mais. Só que aí, a partir de um certo tempo essa comunidade passou a sofrer certos atritos com o Estado e nossa comunidade está sendo agora destruída por questão de uma barragem. E nós estamos na luta para não perder os direitos que foram adquiridos com o suor, com muito sangue porque a nossa gota de suor vem do sangue, não é isso? Foi muitas gotas de suor que teve ali. E agora nós estamos tentando ver se o governo assume o que tratou com a gente e vamos fazer a remoção da comunidade (Jaime Cupertino, Quilombo Vazante – Seabra, *apud* CTE-SEAD UFBA, 2018[38]).

---

[37] Reportagem que registra a visita do governador Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT), ao município de Seabra, no dia 10 de março de 2017, para autorizar as obras de construção da barragem e da adutora. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=eHtSt2KfUU8 >. Acesso em: jun. de 2021.

[38] Fala proferida na "Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais" da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no encontro "Diálogo com Povos Tradicionais". *In*: COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS – SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. CTE-SEAD UFBA. **Diálogo com povos tradicionais:** Quilombolas – CTE-SEAD UFBA. 2018. 1 vídeo (16min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n_Mwe9MseJ8>.Acesso em: 12 fev.2019.

MAPA 6 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA VAZANTE E A BARRAGEM BARAÚNAS/VAZANTE, SEABRA - BA



Ao final de sua fala, o Sr. Jaime Cupertino faz referência ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)[39] que, assinado no ano de 2016, versa sobre o processo de realocação da comunidade. O termo garante que serão construídas 52 novas casas e outros equipamentos (centro de convivência, praça, espaços esportivos, igreja, casa de farinha, iluminação pública e acesso à água). Até o momento nenhuma casa está devidamente concluída, ou seja, até o mês de junho do ano de 2022, o cumprimento do TAC, como forma de atenuar os impactos gerados à comunidade quilombola da Vazante, não foi concluído pelo governo do estado da Bahia.

1.3 UM OLHAR DESDE O CHÃO: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MORRO REDONDO

Dando continuidade a este esforço de iniciar a presente tese com uma aproximação das comunidades quilombolas de Seabra, das questões que elas anunciam e que alimentam todo o processo de análise, reflexão e escrita deste trabalho, procuraremos, ao longo deste tópico, apresentar o atual contexto e as situações identificadas na comunidade quilombola do Morro Redondo durante a realização do trabalho de campo desta pesquisa.

Deste modo, o trabalho de campo pela comunidade teve várias intencionalidades e dentre elas destacamos o interesse de se compreender, os possíveis conflitos socioambientais e a relação da comunidade com o território. A comunidade quilombola do Morro Redondo é um dos quilombos de Seabra onde é possível identificar situações de conflitos socioambientais e territoriais decorrentes principalmente do processo de instalação de empresas ligadas ao setor de mineração e de produção de energia eólica. Por isso, neste momento de contextualização, buscamos trazer este caso, visto que o cenário de disputa pela natureza é uma questão latente na garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas.

A comunidade quilombola do Morro Redondo está localizada a aproximadamente 40 km da sede municipal de Seabra. Conforme pode ser observado no Mapa 5, a maior parte de seu território está no município de Seabra e outra parcela no município de Ibitiara, estando, todavia, sob jurisdição do município de Seabra. Como

[39] Matéria publicada no portal da Prefeitura de Seabra sobre o TAC. Disponível em: < https://www.seabra.ba.gov.br/noticia/aula-inaugural-no-canteiro-escola-das-obras-da-comunidade-de-vazante >. Acesso em: jun. de 2021.

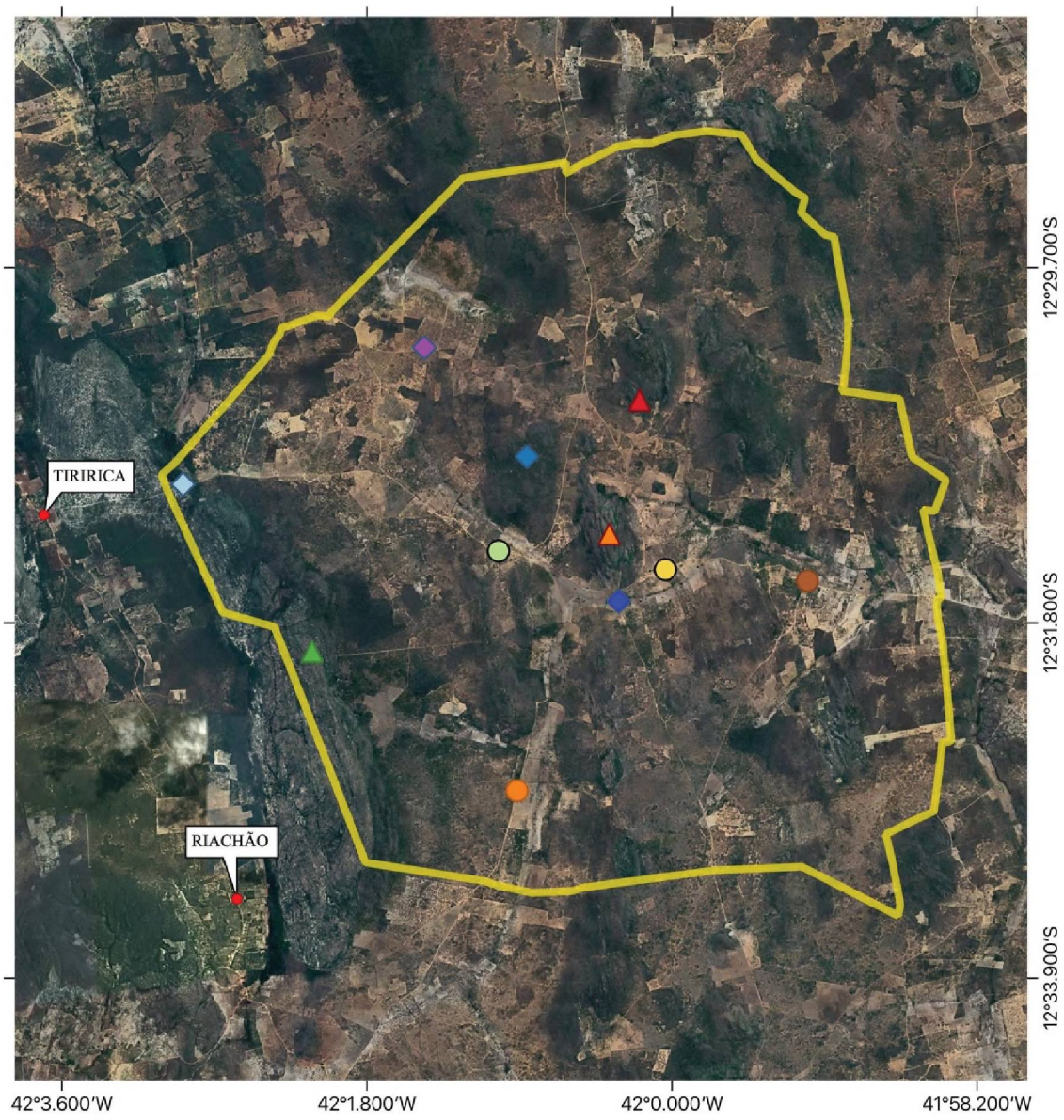
podemos constatar, a partir do Quadro 3, o Morro Redondo é a única comunidade quilombola de Seabra que não é titulada e é a comunidade que possui a maior área territorial de uso tradicional.

No Quadro 2, vemos que o processo de busca por titulação do território foi aberto no INCRA no ano de 2009 e que o status desse processo estaria em sua fase final, aguardando apenas o decreto presidencial. Durante os anos de 2010 e 2011, foram realizados os estudos antropológicos e o processo de delimitação do território da comunidade que compõe o RTID (INCRA, 2010c). Este processo é muito presente na memória da comunidade. Principalmente, a discussão e delimitação do território junto aos servidores do INCRA, da qual muitas pessoas da comunidade fizeram parte, tendo em diferentes momentos acompanhado as medições e abertura de picadas.

O Mapa 7, a seguir, representa, de forma geral, a distribuição da comunidade no território em diferentes povoados ou núcleos familiares denominados de: o povoado do Morro Redondo (onde está localizado a igreja, o cemitério, o campo de futebol, a escola, a associação, seria assim, uma espécie de sede da comunidade), o povoado da Lapinha, o povoado da Baixa da Cinza e o povoado da Baixa Grande. Dentre os principais componentes naturais do território com os quais a comunidade apresenta uma estreita relação, destacam-se: as áreas com morros como o Morro Redondo (que dá nome à comunidade), o Serrão e o Morro Vermelho; lugares com fontes de água como os locais denominados de Taquara (nesta área há um tanque para o gado beber água e a presença de uma fonte que por muitas gerações foi utilizada para a lavagem de roupas, a chamada "Fonte da Gia"), Lagoinha, Lagoa de Pedra e Lagoa Nova (onde tinha uma antiga olaria). Há distintas áreas do território com a presença de roças e destinadas a soltura do gado que também recebem nominações como as áreas denominadas de Caldeirão, Taquara e Samambaia[40]. No entorno próximo da comunidade estão localizadas algumas comunidades que fazem divisa com o território quilombola, são elas: Angico, Riachão, Tiririca e Matinha dos Mendes.

[40] Há uma outra série de nominações utilizadas pela comunidade sobretudo para identificar as áreas de roças que, por vezes, levam o nome das primeiras famílias que cultivaram nessas terras, como é o caso de uma roça que é denominada de "Véio Tiófio" e que, há décadas já não é mais dessa pessoa, que inclusive já é falecida.

MAPA 7 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO, SEABRA – BA.



Limites territoriais Morro Redondo

Denominações dos bens naturais:
- Morro Redondo
- Serrão
- Morro Vermelho
- Taquara
- Lagoinha
- Lagoa de Pedra
- Lagoa Nova

Denominações dos povoados:
- Baixa da Cinza
- Baixa Grande
- Lapinha
- Morro Redondo

N

0 750 1.500 m

Elaboração: Aline Miranda Barbosa
Fonte: INCRA, Google Satellite
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM: SIRGAS, 2000.

Todos que vivem no território quilombola vivem das suas roças e/ou da criação de gado. Alguns também recebem a aposentadoria ou são beneficiados com algum tipo de auxílio do governo federal. Nas roças, geralmente estão as produções de feijão, milho, abóbora, café, mandioca, capim e, nos quintais, há as plantações de palma e hortas para consumo. Além do gado, há também criações de porco e galinhas. Há pessoas da comunidade que moram em Seabra, mas mantém suas casas, roças e criação de gado na comunidade do Morro Redondo. Se deslocam aos finais de semanas ou ficam alguns dias da semana na comunidade para cuidar do seu gado e de suas roças.

Há também, muitas pessoas da comunidade quilombola do Morro Redondo que migraram para São Paulo, vivendo há muitos anos nessa cidade. No entanto, como foi mencionado, estas pessoas seguem mantendo relação com a comunidade e com o território. Seja no retorno ao território durante os períodos de férias; seja na contribuição, mesmo que à distância, na organização de festejos tradicionais organizados pela comunidade como é o caso do Boi de Mariá e, até mesmo, no apoio àqueles que em diferentes momentos precisam ir passar algum período em São Paulo (trabalho, tratamento médico, etc.).

A comunidade não tem posto de saúde e, há mais de quinze anos, está sem agente de saúde. Há um prédio escolar na comunidade chamado "Professor Sá Teles" que atendia a educação infantil e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). As crianças estudavam na escola do Morro Redondo e na comunidade vizinha, Angico, localizada a 07 km do Morro Redondo. Faziam o primeiro e segundo ano no Angico e o terceiro e quarto ano no Morro Redondo. Ambas as escolas foram fechadas e, a partir de 2019, as crianças passaram a ter que se deslocar até a escola do Alagadiço, localizada a 15 km do Morro Redondo. O ano de 2019 foi o último ano com EJA na escola do Morro Redondo e, já a partir de 2020, nenhuma atividade de ensino formal foi realizada nas escolas. O prédio está fechado e é utilizado em reuniões da Associação.

Como dito anteriormente, a comunidade quilombola do Morro Redondo é uma das comunidades que já está sendo atingida por empresas do setor mineral e eólico. Primeiramente abordaremos a questão da mineração no território da comunidade, visto que se trata de um processo que está em andamento há mais tempo. No terceiro capítulo desta tese, contextualizaremos com mais detalhes o cenário de avanço dos processos minerários na Bahia. No entanto, já é possível identificar no Mapa 8 quais territórios quilombolas estão sendo alvo deste tipo de empreendimento, visto que o polígono em

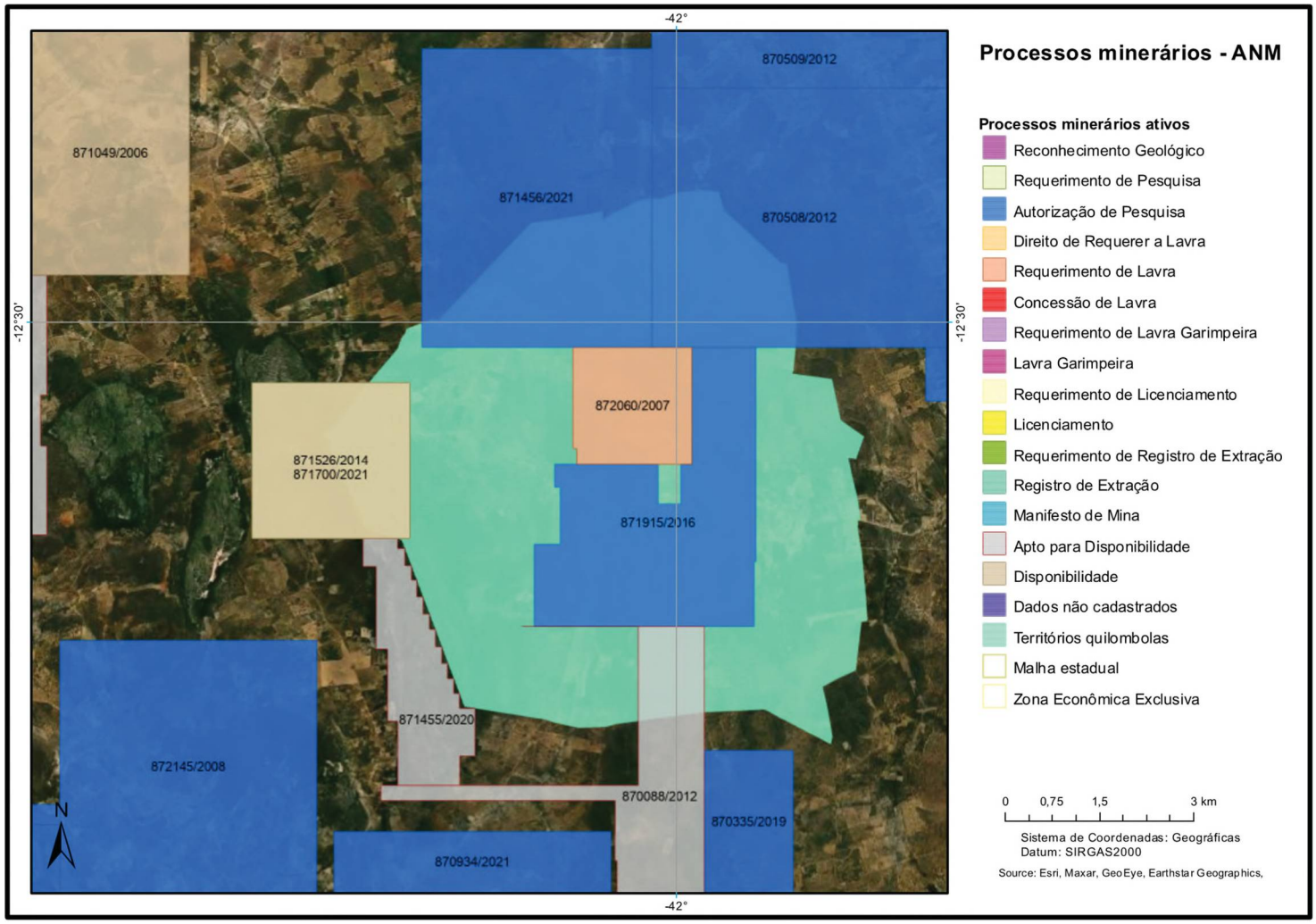
verde representa o Território Quilombola do Morro Redondo e sobre ele há outros polígonos que representam os processos minerários que estão em andamento na Agência Nacional da Mineração – ANM.

O número de cada processo minerário é indicado em cada polígono, assim como o estágio de cada processo é classificado por cor. Desta maneira, é possível constatar que há sete processos minerários que se sobrepõem diretamente ao território da comunidade quilombola do Morro Redondo. Três deles estão no estágio de "autorização de pesquisa", um como "apto para disponibilidade", dois que indicam "disponibilidade" e um com "requerimento de lavra".

O caso que abordaremos diz respeito ao processo minerário da empresa Rocha Bahia Mineração LTDA, que atualmente se encontra no estágio de "requerimento de lavra". A eminência de instalação da empresa iniciou, no ano de 2009, quando a família que possuía o domínio das terras na área de interesse da empresa começou a ser procurada, primeiramente na tentativa de sondar seu interesse na venda das referidas terras. Ao constatarem o desinteresse da família na venda das terras, veio a pressão para que a família assinasse um contrato de arrendamento com a empresa, para que esta iniciasse a exploração mineral nestas terras.

O Mapa 9 apresenta a localização da área de extração mineral da empresa Rocha Bahia. Ela está localizada em uma área que é denominada pela comunidade de "Pau de Cedro", que fica localizada em uma das encostas do "Morro Redondo". A área era usada para a soltura dos gados e havia presença de dois tanques que eram utilizados para lavar roupas. Um deles foi soterrado pela empresa e o outro está com seu nível de água reduzido.

MAPA 8 - PROCESSOS MINERÁRIOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO, SEABRA - BA



FONTE: ANM, 2022[41].

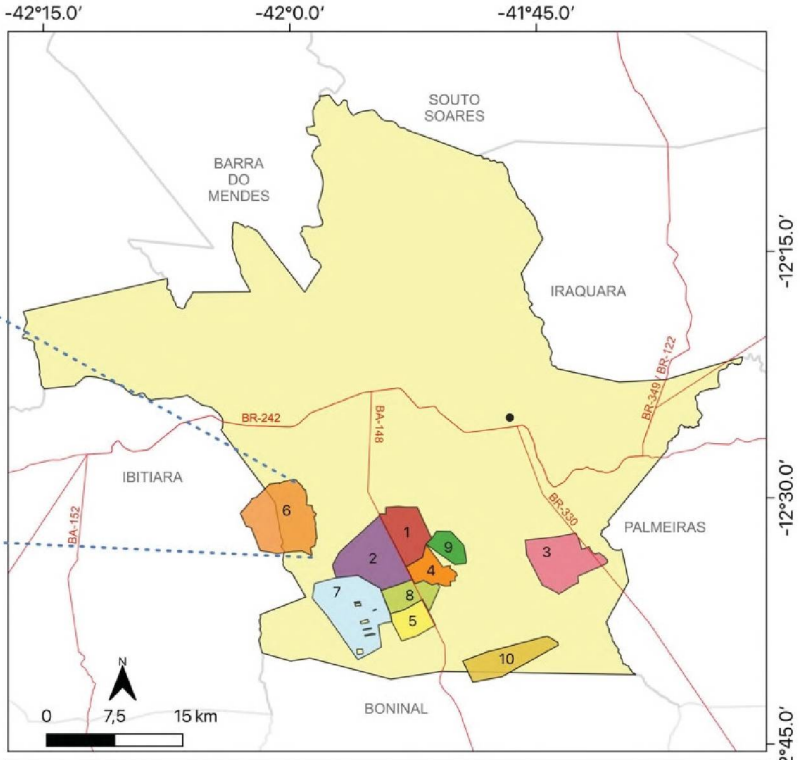
[41]Disponível em: < https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908 >. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

MAPA 9 – ÁREA DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO, SEABRA - BA





Área de extração de minérios no Território Quilombola do Morro Redondo pela empresa Rocha Bahia Mineração LTDA.



LEGENDA

Territórios Quilombolas

1 Agreste
2 Baixão Velho
3 Cachoeira da Várzea e Mocambo da Cachoeira
4 Capão das Gamelas
5 Lagoa do Baixão
6 Morro Redondo
7 Olhos D'Água do Basílio
8 Serra do Queimadão
9 Vão das Palmeiras
10 Vazante

Seabra
Sede Municipal
Municípios Limitrofes

Elaboração: Aline Miranda Barbosa
Fonte: IBGE, DNIT, INCRA, CDA
Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000

Segundo relatos coletados em campo, em meados de 2009, a empresa chegou no território por meio de uma pessoa não quilombola que possui terras no território da comunidade e que, de acordo com o RTID, são propriedades que devem passar pelo processo de desapropriação (INCRA, 2010c). A explicação e argumentos utilizados naquele momento foram que o subsolo pertencia à União, que já tinham coletados algumas amostras das rochas desta localidade e que a empresa teria o direito de executar a exploração mineral.

Com o discurso de que a família não poderia decidir nada a respeito do uso do subsolo e como não demonstraram interesse nas ofertas realizadas por essa pessoa não-quilombola em comprar essas terras, a pressão para que assinassem o contrato se intensificou. Valeram-se de afirmações como a de que, se fosse necessário, até um túnel cavariam para ter acesso à área de extração, ou que estabeleceriam o contrato de arrendamento com outra família cujo terreno também permitiria ter acesso a essa encosta do Morro Redondo:

> Na época eu ainda questionei, como é que seria se a gente não permitisse que eles passassem na área da gente. Eles disseram que não tem problema, que "a gente cava um túnel e vai por baixo porque o subsolo é de quem..."
> "Ou a gente entra pelo terreno de outro, pelo fundo do terreno..."
> Porque a gente não ia aceitar, eles falaram "se vocês não aceitarem que a gente entre pelo terreno de vocês, a gente entra pelo terreno do outro. Como no terreno de vocês o acesso é melhor, a gente prefere que pague aqui a entrada". Porque é praticamente a entrada né! É só o acesso.
> (BUSARA, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 12/01/2022).

Deste modo, o primeiro contrato foi assinado em outubro de 2009 e, neste momento, os primeiros blocos já foram extraídos com o argumento de que estavam em fase de teste (avaliariam se essas rochas teriam aceitação no mercado). A partir de 2011, um novo contrato de arrendamento foi feito e, desde então, é renovado a cada três anos. O valor que a família arrendatária recebe é de U$ 15,00 (dólares americanos) por cada metro cúbico retirado do terreno, ou seja, o pagamento ocorre somente quando há a extração do mineral. Porém, a família fica impedida de usufruir destas terras enquanto o contrato estiver em vigor.

Para executar a extração, a empresa precisou abrir vias de transporte dentro do terreno para a passagem de caminhões Bitrem ir e vir e fazer manobras. Energia elétrica não instalaram e a água utilizada na extração vem por caminhões pipas que fazem a retirada da água de poços artesianos existentes no território da comunidade:

> Você acha que aquilo ali é barulhinho, aquilo ali é barulho estarrecedor o dia inteiro e tinha vez que varava a noite. É com maquinário forte, não é assim

> barulhinho não, é barulho com maquinário forte. Como você acha que vai cortar pedra? Água? Gasta água a rodo, tem que levar pipas é carro pra ir jogando senão pega fogo. Eles tiravam essa água lá de (cita o nome do proprietário não quilombola), mas a fonte é uma sozinha. A fonte é uma só. Você acha que pra cortar pedra ali é com barulhinho? Funcionava todos os dias (NEHANDA, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 10/01/2022).

Há momentos em que a empresa funciona por meses, faz a extração de blocos gigantes de pedra que ficam expostas no pátio da área de extração. E, por vezes, fica parada por meses e até anos, sem fazer novos cortes, apenas retirando esporadicamente o que está exposto no pátio:

> A empresa nos informa que a extração é destinada para uso na construção civil, mais voltada para decoração. São pedras que com o corte, apresentam desenhos avermelhados ímpares, bem bonitos. Ficam mais em paredes e balcões, porque nossa pedra é mais porosa, não tão dura, por isso, não vai para piso. Os maiores interessados são Hotéis, repartições. Empresas com halls. Segundo a Rocha Bahia, são clientes europeus (mais os italianos) que têm interesse. Isso eles nos falam em conversas, reuniões. Nada comprovado oficialmente (KARIMU, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 27/02/2021).

Quanto ao emprego de mão de obra, a maioria dos trabalhadores são de fora da comunidade. Já utilizaram as instalações da propriedade da pessoa não quilombola como local de hospedagem desses trabalhadores no território da comunidade. Poucas contratações ocorreram empregando pessoas da comunidade, os casos citados de contratações foram principalmente para os serviços de segurança, vigia e cozinheira.

A comunidade relata que quando a mineradora está em atividade o barulho é intenso para a realização do corte dos blocos. Além do barulho, o tráfego de caminhões também danifica o acesso ao território da comunidade que é por estrada de terra. Apesar de a empresa se responsabilizar pela manutenção da estrada de acesso, os danos são sentidos pela comunidade.

Conforme a família que fez o arrendamento, eles não identificam vantagem em ter a presença da empresa no território. A paisagem foi totalmente modificada, hoje não podem fazer o uso tradicional que faziam dessas terras e esperam que, com a titulação do território quilombola, essa questão possa ser resolvida pela comunidade. As próximas fotografias (Fotos 5 a 8) representam a área de extração da empresa Rocha Bahia Mineração LTDA registrada em diferentes momentos. As Fotos 5 e 6 são de janeiro de 2019, a Foto 7 é de janeiro de 2022 e a Foto 8 de junho de 2022, esta última associada ao contexto de retomada da atividade de extração mineral. Há um maior número de blocos distribuídos no pátio do que nos registros feitos anteriormente.

FOTO 5 - VISTA DA ÁREA DE EXTRAÇÃO MINERAL PARA O PÁTIO DE DEPÓSITO DOS BLOCOS EXTRAÍDOS



FONTE: A autora (janeiro de 2019).

FOTO 6 - VISTA DA ÁREA DE EXTRAÇÃO MINERAL COM UMA PESSOA DE 1,50 DE ALTURA NA FRENTE



FONTE: Juliana Adriano (janeiro de 2019).

FOTO 7 - VISTA DA ENCOSTA DO MORRO REDONDO PARA O PÁTIO DE DEPÓSITO DOS BLOCOS EXTRAÍDOS



FONTE: A autora (janeiro de 2022).

FOTO 8 - AUMENTO DA QUANTIDADE DE BLOCOS EXTRAÍDOS



FONTE: A autora (junho de 2022).

A empresa mineradora não tem um funcionamento contínuo, ela faz a extração de acordo com a demanda do material e por isso, às vezes fica sem atividade por alguns meses ou até anos. No Mapa 8 o polígono que representa o processo minerário referente a esta empresa está classificado com a cor rosa, que corresponde que o empreendimento está em fase de requerimento de lavra. Talvez esse seja um fator que contribuiu para que a extração de minérios realizadas pela Rocha Bahia ocorra com momentos de interrupção. Nas Fotos que seguem (9 e 10), podemos ver a placa mais antiga inserida no "pau de gamela" depois do cercamento da área. A Foto 9 é de janeiro de 2019 e até janeiro de 2022, quando foi realizado um dos trabalhos de campo, era a mesma placa que estava no local. Já a Foto 10 é da placa atual, inserida em meados do mês de abril de 2022 quando a empresa retornou ao território com uma equipe de trabalhadores para voltar a fazer a extração dos blocos.

As informações que estão presentes em ambas placas indicam o número do processo minerário aberto no ano de 2007 (processo nº872060/2007), na primeira há o número da licença ambiental emitida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA (nº2741), já na segunda está emitida a licença ambiental de operação emitida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA (nº 009/2021). Na mais antiga aparece a data de publicação no D.O, em 01 de junho de 2012 e com validade até junho de 2014, na mais recente não há na placa um período de validade e é possível ver apenas a data de publicação no D.O, em 07 de maio de 2021.

Vale mencionar também que outros moradores relatam que já foram procurados por outras empresas com interesse em realizar a exploração mineral. Um dos relatos trata do caso de uma empresa que foi até o local e chegou a deixar os explosivos dentro do depósito da casa de um dos moradores da comunidade. A princípio um dos filhos deste morador havia autorizado a empresa a explorar, mas os outros filhos se mobilizaram e não deixaram, denunciaram ao órgão ambiental estadual. No entanto, os explosivos deixados antes da pandemia pela empresa encontram-se por lá até hoje.

As questões que apresentamos neste momento, buscam trazer este "olhar desde o chão", ou seja, desde a realidade de uma das comunidades quilombolas de Seabra que nos auxiliará no aprofundamento da análise e discussão de questões que também permeiam as demais comunidades quilombolas, tais como: a questão agrária, ambiental e racial. Tais questões serão desenvolvidas ao longo dos próximos capítulos também em diálogo com este caso e aprofundada com análise de dados e com literaturas.

FOTO 9 - PLACA ANTIGA DA MINERADORA



FONTE: A autora (janeiro de 2019).

FOTO 10 - PLACA NOVA DA MINERADORA



FONTE: A autora (junho de 2022).

A respeito dos empreendimentos associados ao setor de produção de energia, destacaremos o avanço da implementação dos parques eólicos no estado da Bahia[42]. A discussão sobre a instalação de eólicas será abordada com mais profundidade no terceiro capítulo dessa tese, contudo é importante frisar que os primeiros parques eólicos foram instalados no ano de 2012 e, durante esses dez anos, a Bahia rapidamente tornou-se o estado que mais possui empreendimentos eólicos do país. A maioria das instalações existentes, bem como dos projetos de expansão, estão em áreas concentradas no interior do estado, em regiões de maior altitude como é o caso do TI Chapada Diamantina. Estes projetos se sobrepõem a territórios de uso tradicional, sobretudo de comunidades quilombolas e de fundo e fecho de pasto.

É diante desse contexto que a comunidade quilombola do Morro Redondo passa a se deparar com a chegada de uma empresa do setor eólico em seu território. O primeiro contato com a empresa denominada Companhia de Energias Renováveis (CER-Energia), ocorreu no dia 25 de julho de 2021, por meio de uma reunião solicitada e organizada pela CDA com a comunidade quilombola. A reunião foi marcada pela CDA, a princípio para tratar sobre o processo de titulação do território da comunidade.

Conforme os relatos de participantes da reunião, o então Coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais da CDA realizou uma reunião com a Associação Quilombola de Morro Redondo acompanhada por três representantes da empresa CER-Energia. Nesta reunião, foi comunicado à comunidade que o processo de titulação do território quilombola está em fase final, faltando apenas ajustar os limites do território com duas comunidades quilombolas vizinhas: Riachão e Tiririca de Cima[43] (no Mapa 7, é possível observar a localização dessas comunidades). A empresa foi apresentada, neste contexto, como a empresa que contribuiria com a CDA na revisão dos limites e, assim, na finalização do processo de titulação da comunidade.

É válido destacar, que a empresa CER-Energia já atua em comunidades vizinhas[44] e, inclusive, já possui uma torre teste instalada no território da comunidade

---

[42] Como mencionado na Introdução, a questão da energia eólica não estava presente no projeto inicial deste trabalho, mas a situação se apresentou de modo contundente ao iniciar a pesquisa.

[43] Tanto a comunidade quilombola Riachão, quanto a Tiririca de Cima foram certificadas pela FCP no ano de 2011 e ainda não possuem a titulação do território.

[44] Em um dos vídeos institucionais divulgados pela empresa, destacam ações de relacionamento (confecção e distribuição de máscaras) com comunidades dos municípios de Ibitiara e Seabra: Tamboril, Caraíbas, Capão, Riachão, Tiririca de cima, Olhos d'água Novo e Canabrava. Disponível em: < https://pt-br.facebook.com/cerenergia/videos/costurando-com-responsabilidade/336935554273693/ >. Acesso em: abr. de 2022.

quilombola Tiririca, que está localizada no município de Ibitiara e tem seus limites territoriais contíguos com a comunidade quilombola do Morro Redondo. Discutiremos com mais profundidade a questão do avanço da instalação de parques eólicos na Bahia, mas já podemos destacar que atualmente a CDA está priorizando o processo de regularização fundiária de comunidades localizadas em áreas de interesse de instalação de empreendimentos eólicos e, por isso, deve estar acompanhando o processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas de Tiririca e Riachão, visto que são limítrofes com o território quilombola do Morro Redondo (ver Mapa 7).

Segundo relatos, ainda nesta reunião, a CDA e a empresa CER-Energia solicitaram o acompanhamento de pessoas da comunidade na indicação dos limites estabelecidos pelo INCRA. Sendo assim, no dia seguinte à reunião, dia 26 de julho de 2021, foi realizada a incursão pela área dos limites territoriais da comunidade quilombola do Morro Redondo com as comunidades de Tiririca de Cima e Riachão. Conforme relatos, participaram desse momento: duas pessoas da comunidade do Morro Redondo, três ou quatro ajudantes de comunidades vizinhas contratados pela empresa e três representantes da empresa eólica, CER-Energia.

Conforme exposto pela comunidade, dede o dia da reunião com a associação nenhum representante do órgão estadual responsável pela titulação da comunidade, a CDA, voltou a estar no território da comunidade do Morro Redondo. Quando os representantes da comunidade acompanharam haviam compreendido que a CER-Energia queria conhecer os limites do território estabelecidos pela comunidade junto ao INCRA. No entanto, ficaram surpresos e sem saber como agir ao ver que a empresa estava fazendo marcações que não respeitavam esses limites e que, a princípio, já estavam mapeados pela empresa. Segue o relato de uma das lideranças que acompanhou a empresa neste dia:

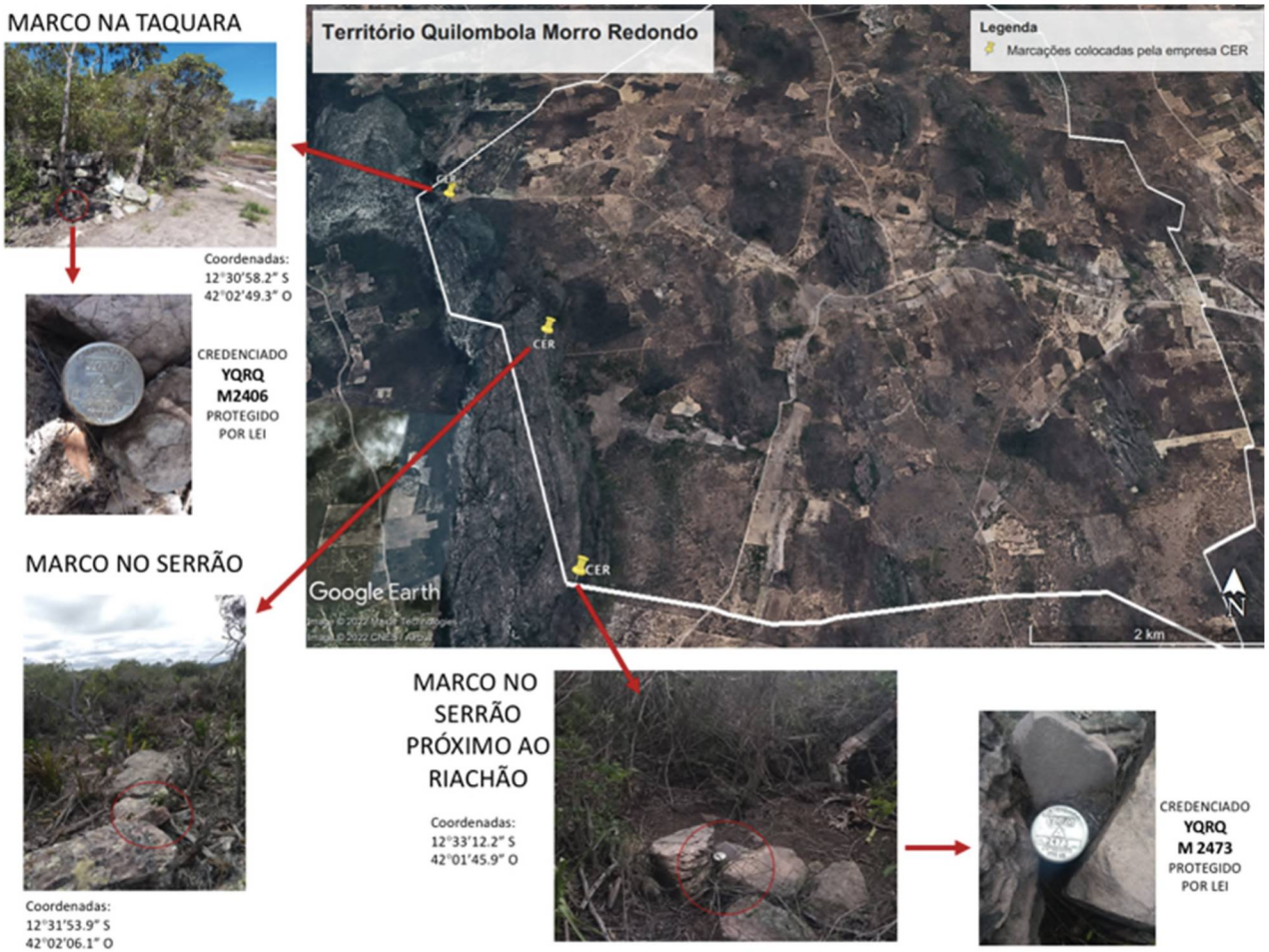
> Nós foi nessa estrada da Taquara aí, aí ele falava nós vamos pra outro ponto e ia andando e aí eu fiquei sem entender, fiquei meio avoado com aquilo. Diziam vamos embora pro outro ponto. Quando chegou lá onde tinha roça de mandioca ele falou que o ponto está a 300m, 400m. Aí nós fomos subindo, subiu esse carreiro beirando a cerca de pedra e subiu direto e aí quando chegou no final eles falaram assim que estava pertinho, faltam 100m. Já tinham tudo anotado. Não tô entendendo isso aí. Isso que eu achei estranho porque no dia da reunião eles disseram que queriam ver os pontos (RASHID, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 11/01/2022).

Esta situação gerou um estado de tensão na comunidade, pois a empresa inseriu marcações em terras de famílias quilombolas que não estavam acompanhando esse processo, não compreenderam o que significava estas marcações e ainda gerou uma

situação de desconfiança com as pessoas da comunidade que acompanharam a empresa. Depois de muita conversa, compreenderam que as pessoas da comunidade que acompanharam a empresa ficaram confusas com a situação, pois a empresa não havia deixado esclarecido qual era o propósito do estabelecimento destas marcações no território da comunidade.

A área em questão envolve os lugares tradicionalmente denominados pela comunidade quilombola do Morro Redondo, como Serrão e Taquara (ver Mapa 7). No Mapa 10 está sinalizada a localização dos três marcos inseridos pela empresa CER-Energia no território quilombola Morro Redondo.

MAPA 10 - MARCOS INSERIDOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO



FONTE: Dados coletados em campo (janeiro de 2022).
ELABORAÇÃO: A autora.

Vale evidenciar que os referidos marcos estão inseridos em áreas de uso tradicional da comunidade e que por este mesmo motivo ficaram incluídos dentro das limitações do território feita pela equipe técnica do INCRA há mais de dez anos. A região denominada de Taquara pela comunidade quilombola do Morro Redondo é de grande importância para a comunidade, sobretudo por sua importância hídrica. Corresponde a uma área mais baixa do terreno com a presença de riachos, de tanque para alimentar o gado e da chamada "Fonte da Gia"[45], local que, em outras gerações, era utilizado para a lavagem de roupas:

> Aqui é onde a gente dava água antigamente pro gado, o gado vinha tudo beber aqui. E as mulher vinha lavar roupa num poço que tinha lá dentro, a gente chama de poço da Gia. Os quilombolas vêm até aqui exclusivamente por modo dessa Taquara, por modo da água (AKIN, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 30/12/2021).

Nas Fotos 11 e 12 é possível ver o tanque e um dos riachos. Infelizmente, não foi possível chegar até o poço por conta da altura do mato.

FOTO 11 - TANQUE, LOCAL PARA O GADO BEBER ÁGUA



FONTE: A autora (dezembro de 2021).

[45] O termo "gia" faz referência a um tipo de sapo e/ou rã presente nesta área.

FOTO 12 - RIACHO NA TAQUARA



FONTE: A autora (dezembro de 2021).

Hoje em dia o poço não é diretamente utilizado para a lavagem de roupas e poucas pessoas levam o gado para beber água no tanque, pois, atualmente, as unidades familiares possuem poços artesianos e, deste modo o deslocamento para pontos de água como esse não se fazem necessário. No entanto, trata-se de uma localidade do território que a comunidade reconhece a importância. Eles contam que, durante os tempos de maior estiagem na região, nunca chegou a faltar água na Taquara:

> Lembra aqueles tamborzão, nem lembro do que era, fala que é de alumínio, não sei que material era aquele e colocava num carro de boi e vinha pegar água aqui, pegar água pra beber. Nós com aquela que chamava de botija, forrava tudo com palha de banana e vinha pegar água aqui com carro de boi.
> Usado por muitas gerações, se a comunidade do Morro Redondo abrir mão disso aqui aí tá o que, é perigoso até colocar uma porteira acolá onde nós chegamos ali óh. Não proibir a gente de entrar, mas limitar o acesso da pessoa que tem que ficar abrindo porteira e fechando porteira. Uma coisa que fiquei mais sentido com essa picada que eles tirou e se o pessoal abrir mão e a gente perder tudo isso aqui.
> A coisa que mais me preocupou foi isso aqui, que eu não dou água ao gado aqui, mas eu não dou porque não precisa, mas se eu precisar... Eu já dei! (AKIN, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 30/12/2021)

Com relação à localidade denominada pela comunidade de Serrão, esta também corresponde a uma área que é de uso ancestral da comunidade quilombola do Morro Redondo. A família que possui terras em um dos marcos colocados pela CER-Energia no Serrão, conta que, há muitas gerações, já trabalham nessas terras. Quando perguntado ao pai desta família sobre o tempo que estão nessas terras, a resposta foi desde que ele nasceu, pois as terras eram de domínio de seus avós e possivelmente dos bisavós, sempre vendidas e/ou compradas por pessoas pertencentes da própria comunidade. O uso principal é direcionado para a criação de gado que cresce e se cria circulando e se alimentando da vegetação natural do Serrão:

> Eu tô com 54 anos de idade, pois esse é o tempo. Aqui era do meu avô, do meu avô não sei se era do pai dele, enfim aí eu comprei. Eu já trabalhava nas terras aí fui e comprei dos outros meus tios. Isso aqui foram de vários donos isso daqui, aí eu fui comprando, comprando... Entendeu!? Uso mesmo pra isso, só gado aqui dentro.
> Eu já criei gado aqui. Aline, é que você não tem costume com isso, mas de bezerro novo nascer tipo aquele mais pequeno que está ali, como a bezerra fêmea, por exemplo, parir várias vezes sem sair daqui de dentro, dessa área aqui. Sem sair pra fora, sem colocar pra comer capim em outro lugar, nascido e criado aqui óh. Hoje não, hoje eu só tenho pouquinho gado, mas antigamente, não é que era muito, mas eu tinha quase umas quarenta cabeças de gado. Infelizmente com a precisão a gente vai vendendo né! (AKIN, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 30/12/2021).

Durante as caminhadas realizadas no Serrão, ao longo do período de pesquisa de campo, foi possível constatar que há nesta localidade: diferentes pontos com nascente de água, Foto 13; uma grande diversidade de plantas e que, algumas delas, são utilizadas como remédio. Na Foto 14 podemos ver a raiz do lírio utilizada para tratar o gado. Há também uma pequena "caverna" onde as rochas do seu interior apresentam alguns desenhos que levam a crer que se trata de pinturas rupestres, Fotos 15 e 16. Também foi possível constatar a presença de uma diversidade de fauna, visto que foram identificadas pegadas/rastros de tatu, gambá, cotia, veado e cobras; assim como também foi possível ouvir uma diversidade de canto de pássaros.

FOTO 13 - NASCENTES NO SERRÃO



FONTE: A autora (dezembro de 2021).

FOTO 14 - RAIZ DE USO MEDICINAL NO SERRÃO



FONTE: A autora (dezembro de 2021).

FOTO 15 - PINTURAS RUPESTRES NO SERRÃO



FONTE: A autora (dezembro de 2021).

FOTO 16 - ENTRADA DA CAVIDADE ONDE HÁ ROCHAS COM PINTURAS RUPESTRES NO SERRÃO



FONTE: A autora (dezembro de 2021).

A partir da pesquisa de campo, foi possível identificar que a região do Serrão e da Taquara são extremamente importantes para a comunidade quilombola do Morro Redondo. Por isso, a comunidade está apreensiva com as medições e marcações que foram realizadas em seu território pela empresa CER-Energia. Deste modo, em janeiro de 2022 a direção da Associação Quilombola de Morro Redondo e Vizinhança encaminhou um comunicado ao INCRA e à CDA pedindo esclarecimentos sobre a situação e solicitando uma reunião com representante dos dois órgãos, mas até o momento não obtiveram nenhum encaminhamento (Anexos 1 e 2).

Nos Anexos 1 e 2 constam as referidas cartas encaminhadas pela comunidade em que demonstram estar em dúvida se as marcações foram realizadas com o fim de subsidiar o processo de titulação em andamento na CDA, que supostamente implicaria uma redefinição dos limites do território da comunidade, ou se visam subsidiar o processo de implementação de torres eólicas pela CER-Energia no território da comunidade. As duas situações geram preocupação na comunidade com relação à garantia de seu território tradicional e da continuidade do seu modo de vida. Além dessas incertezas, a referida situação gera tensões dentro da própria comunidade e na relação com as comunidades quilombolas vizinhas, como é o caso da Tiririca de Cima que já tem em funcionamento no seu território uma torre teste da empresa:

> Aquela torre de sinal ali [faz referência à torre teste da empresa], não sei quanto paga, mas sei que eles recebem. Então o que que eles estão querendo, tão querendo pegar o que já é nosso. Olha eu não entendo muito de lei, mas se já fosse colocar a lei de usocapião isso aqui, essa parte, só essa parte já é de nosso direito porque já tem mais de dez anos que abriu essa picada aí e foi medida a comunidade do Morro Redondo [faz referência à delimitação do território feita pelo INCRA]. Como é que eles chegam agora e invadem e fica por isso mesmo? (AKIN, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 30/12/2021)

Durante a primeira reunião do ano de 2022 da Associação Quilombola de Morro Redondo e Vizinhança, essa questão foi pautada pela comunidade e ao logo da discussão foram atenuadas as situações de indisposição com as pessoas da comunidade que acompanharam a empresa no dia em que foram inseridas as marcações no território e com as comunidades da Tiririca e Riachão. Portanto, estão compreendendo que esse argumento de que os limites do território da comunidade não estão corretos visa a atender os interesses da empresa eólica:

> O que eu queria colocar é que a medição que foi feita aqui o pessoal da Tiririca não aceitou o limite que foi tirado primeiro, aí eles queriam limitar certo pra vim. Mas não foi nem que o cara veio, não foi nem tanto com interesse dele, o maior interesse foi da empresa de lá que queria regularizar o terreno da área de

> lá. O pessoal já tinha explicado que o limite estava errado, a empresa pra poder ir pra lá tinha que limitar certinho, o limite do terreno porque se eles viessem de lá pra cá e entrassem nessa área aqui que ele entrou aí ia ter reclame e eles não iam poder fazer nada, aí a empresa só queria fazer era limitar certinho. Isso que eu acho errado porque se fez os limites lá em 2010 e agora tá voltando atrás, vai ter que tornar a fazer de novo!? (LISIMBA, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 30/01/2022).

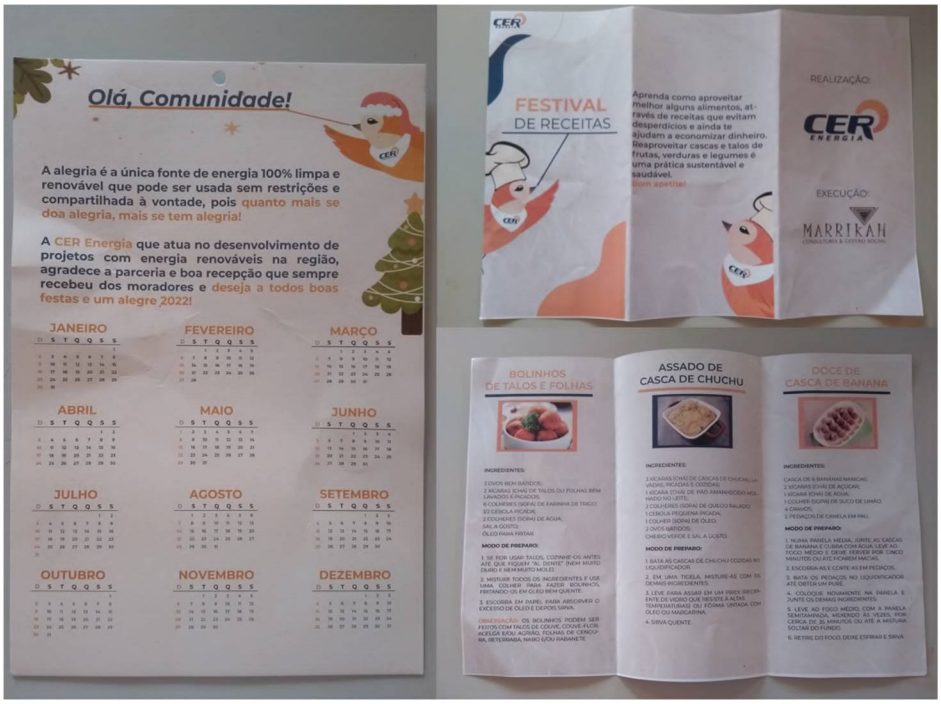
Por outro lado, a empresa CER-Energia seguiu circulando pelo território da comunidade quilombola do Morro Redondo sem a presença de qualquer representante da CDA. Depois de marcar os pontos, chegou a trabalhar com algumas pessoas da comunidade na limpeza e abertura das picadas que dão acesso aos marcos. As Fotos 17 e 18 apresentam alguns dos materiais deixados por ela na comunidade. O primeiro é a divulgação de um canal de comunicação com a empresa e o segundo trata da distribuição de calendário do ano de 2022, bem como de um panfleto com receitas.

FOTO 17 - CARTAZ DA EMPRESA CER-ENERGIA



FONTE: Foto de Cecília Pina (julho de 2021).

FOTO 18 - CALENDÁRIO E PANFLETO COM RECEITAS, CER-ENERGIA



FONTE: A autora (janeiro de 2022).

Além da situação abordada sobre a chegada da empresa CER-Energia (empresa paranaense[46]) no quilombo do Morro Redondo, vale frisar que o território da comunidade está inserido nas áreas identificadas pelo estado da Bahia[47] como de potencial eólico e, por isso, pode ser que futuramente outras empresas também venham se aproximar da comunidade. Esse tipo de interesse pode ser identificado em um ofício encaminhado pelo deputado federal Cláudio Cajado do Partido Progressistas (PP) ao ministro da Casa Civil. O referido documento encontra-se no Anexo 3 e nele é citado que a comunidade demanda celeridade no seu processo de titulação para poder assinar contrato de arrendamento com empresas eólicas. O referido documento chega a citar o nome de duas empresas que teriam interesse em encaminhar a assinatura desse tipo de contrato com a comunidade, são elas: Ecopar e CER.

Conforme foi discutido na assembleia da Associação Quilombola de Morro Redondo e Vizinhança, esse documento foi encaminhado em nome da comunidade, mas sem o conhecimento e discussão com a comunidade. No entanto, o referido documento deixa claro que a comunidade é alvo de interesse de expansão desse tipo de

[46] Ver site da empresa, disponível em: < https://www.cer-energia.com.br/>. Acesso em agosto de 2022.

[47] No terceiro capítulo comentaremos sobre o "Atlas Eólico: Bahia" criado com o apoio do governo do estado.

empreendimento. O contato com o deputado foi feito através da mesma pessoa, mencionada anteriormente no caso da chegada da empresa de mineração Rocha Bahia, que tem uma propriedade na comunidade e não é quilombola, com o argumento de que tem interesse em ajudar a comunidade a conseguir o título.

Não faremos aqui uma discussão sobre os reais interesses que estão por trás desse tipo de iniciativa. O proprietário mencionado tem uma boa relação com alguns membros da comunidade, visto que emprega algumas pessoas no trabalho em sua fazenda. De acordo com INCRA (2010c), o mencionado proprietário deve passar pelo processo de desapropriação para a titulação do território da comunidade (desintrusão do território quilombola). O apoio na entrada de empresas mineradoras e eólicas no território da comunidade é um exemplo de que a relação que essa pessoa tem com o território tradicional da comunidade é mediada por outros interesses, dá-se de outra forma, a partir de uma perspectiva que visa principalmente o lucro:

> Eles não vão investir em um empreendimento, um valor imenso, nas pessoas com recibo de terra, recibo que não é um documento oficial compatível com a escritura, com o título agrário né.
> Nós temos o exemplo aqui desse parque eólico que foi criado aqui em São Lourenço e Solidão em que a regularização fundiária aconteceu via associação. A Associação conseguiu regularizar o terreno em nome dela e a empresa, por sua vez, assinou o contrato com a associação. Inclusive agora em junho está começando uma nova obra de ampliação, eles vão instalar mais 14 novas torres de energia.
>
> [...] eles disseram que a associação estava recebendo mensalmente da empresa de energia eólica, na época o equivalente a uns quase 40 mil reais, certo!
> Existe uma possibilidade, existe uma vocação porque esse documento aqui esse documento aqui é um projeto de energia eólica que foi feito aqui por uma empresa aqui com nome de Ecopar entre dois terrenos aqui, entre o meu terreno e o de XXX[48] ali que acho que é na Formosa né? Só pra esses dois terrenos aqui esse projeto então imagina a gente com território de 5 mil hac, esses dois terrenos compreende 800hac (o meu 200hac até...). Ele pegou pela escritura e fez um levantamento...
> Levou um aparelho lá no alto e mediu, porque eles têm um aparelho chamado anemômetro, o anemômetro ele mede a velocidade do vento e com base naquilo eles fazem um projeto, aquele projeto explica tudo como é que é.
> Aí eu falei assim se dentro de 800hac já tem uma capacidade de gerar um projeto mínimo que fosse imagine esse território todo, esses 5 mil hac, você pesquisando em vários pontos altos da comunidade, entendeu? (JOMO, proprietário não quilombola no Morro Redondo – Seabra, 30/01/2022).

O Anexo 4 mostra o respectivo projeto ao que se refere em sua fala, um projeto de prospecção de potencialidade eólica realizada na área de propriedade de uma fazenda vizinha aos limites do território quilombola do Morro Redondo. Como pode ser

[48] Preferimos ocultar o nome deste fazendeiro.

observado, em nenhum momento é citado que a referida área pertence a um território quilombola e o único ponto com coordenadas geográficas da fazenda vizinha recai dentro da área quilombola delimitada pelo INCRA.

Os Anexos 5 e 6, correspondem a mais um tipo de documento no qual a reivindicação de titulação do território quilombola do Morro Redondo é indevidamente vinculada ao interesse de estabelecer contratos com empresas eólicas. Ambos documentos foram esboçados pela pessoa não quilombola que possui uma propriedade no território da comunidade. Trata-se de uma carta endereçada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a princípio com o intuito de solicitar celeridade ao processo de titulação da comunidade. O Anexo 5 trata-se da primeira versão desta carta que foi problematizada na reunião da associação quilombola justamente por estabelecer uma relação entre titulação e empreendimento eólico. Deste modo, o Anexo 6 corresponde a uma segunda redação da referida carta sem fazer a referida menção, mas que, no entanto, o local de assinatura da presidenta da associação não está na mesma página do corpo do texto da carta.

Vimos assim, ao longo deste tópico, como a comunidade quilombola do Morro Redondo está diante de um contexto de disputa pela natureza no qual as práticas tradicionais de relação com a natureza e simultaneamente de relação em comunidade são tensionadas com o avanço de uma lógica de exploração empreendida por empresas de mineração e eólicas. Tal contexto, também é anunciado no tópico anterior quando é descrito o processo de mobilização da comunidade quilombola da Vazante frente ao projeto de instalação da Barragem de Baraúnas/Vazante. Por isso, seguiremos para o próximo tópico com uma abordagem que busca ampliar o olhar para o contexto de disputa pela natureza que envolvem a realidade destas comunidades.

1.4 CHÃO DE DISPUTA PELA NATUREZA: TI CHAPADA DIAMANTINA

Vimos, no caso dos quilombos de Seabra, que a titulação da maioria de seus respectivos territórios se configura como uma importante conquista, porém o processo de luta em defesa do território é permanente, visto que o capital segue buscando avançar sobre esses territórios na disputa pela natureza causando tanto expulsão e expropriação quanto a subalternização das comunidades e de seus territórios. Podemos constatar esse cenário de avanço do capital sobre esses territórios a partir da análise do Mapa 11, que busca representar o avanço de três setores no TI Chapada Diamantina, são eles: setor

mineral (Mapa 11-A), setor agrícola (Mapa 11-B) e o setor energético (Mapa 11-C). Isto é, permite identificar uma geografia do que está em curso, um processo que está em andamento no qual a região do TI Chapada Diamantina caracteriza-se como uma fronteira de expansão do capital minerário, energético e agrícola; onde projetos tendem a se expandir e atingir territórios quilombolas.

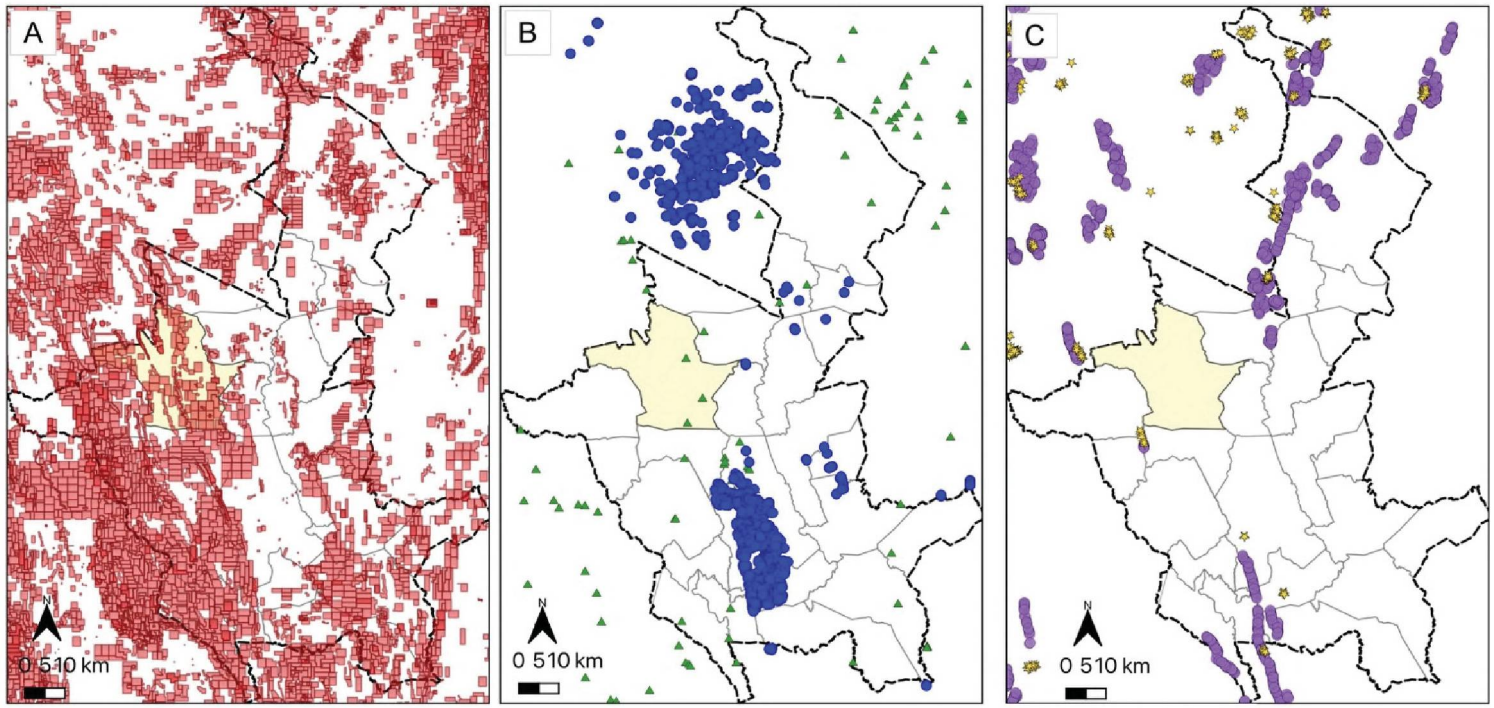
O avanço desses setores constitui um cenário de disputa pela natureza no qual a lógica do capital busca se sobrepor à lógica das comunidades, como discorreremos mais adiante, podemos afirmar que são lógicas antagônicas sobretudo na forma de se relacionar com a terra/território. Ao observar o mapa do setor mineral (Mapa 11-A), podemos constatar o avanço da mineração nesta região. As áreas em vermelho representam todos os processos minerários ativos na ANM[49], e isso pode incluir desde aqueles que recém solicitaram a autorização de pesquisa até os que já possuem a concessão de lavra e, consequentemente, já realizam a extração de minérios. Como qualquer interessado em realizar a exploração mineral de uma determinada área necessita abrir um processo minerário junto a ANM, com a indicação da poligonal da área de interesse, isso possibilita identificar não somente as áreas de mineração em atividade, mas também, quais estão se tornando alvo de interesse. Deste modo, podemos afirmar que há uma grande expressividade da intencionalidade do avanço do setor mineral sobre o Território de Identidade Chapada Diamantina.

Com relação aos setores agrícola e energético, é mais difícil de indicar no mapa suas áreas de interesse de avanço. Isto porque, são dados que não estão georeferenciados ou disponíveis para acesso, como é o caso dos processos minerários. No entanto, o mapeamento dos empreendimentos existentes ou em fase de construção de ambos os setores permite identificar como eles estão se espacializando e em quais direções poderão avançar nesta região.

---

[49] Dados disponibilizados no Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE/ANM) e atualizados em junho de 2021. Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Acesso em: 01set. 2021.

MAPA 11 - MINERAÇÃO, PIVÔS CENTRAIS, BARRAGENS, EÓLICAS E ENERGIA SOLAR NO TI CHAPADA DIAMANTINA, BA.



O mapa do setor agrícola (Mapa 11-B) destaca a localização dos pivôs centrais (polígonos em azul) utilizados predominantemente em áreas de irrigação do agronegócio, bem como a localização das barragens[50] (polígonos em verde) que podem estar destinadas a diferentes usos: abastecimento humano, irrigação, regularização de vazão e recreação. Sobre este setor, é importante destacar que os municípios de Mucugê e Ibicoara (situados ao sul de Seabra) estão entre os municípios com maior número de pivôs centrais do estado da Bahia (GUIMARÃES; LANDAU; SOUZA, 2014). Nestes municípios se conformou a consolidação do "Agropolo Mucugê-Ibicoara", o qual congrega diferentes empresas do agronegócio, tanto a instalação de pivôs centrais, quanto de barragens são realizadas para beneficiar os sistemas de irrigação destas empresas. Trata-se de um setor que está avançando para outros municípios dessa região e, como veremos no terceiro capítulo, está gerando conflitos em decorrência dos processos de supressão de vegetação e do uso e gestão da água.

No mapa do setor energético (Mapa 11-C) são representados os empreendimentos de geração de energia de matriz eólica (polígonos em lilás) e solar (polígonos em amarelo), que já estão em funcionamento ou que estão em construção. Tais empreendimentos passaram a ser mais representativos no estado da Bahia ao longo da última década e, desde então, o cenário tem sido de expansão. A publicação no ano de 2013 do segundo "Atlas Eólico da Bahia" e a sua adaptação, a versão digital online[51], demonstra que a região do Território de Identidade Chapada Diamantina compõe diferentes áreas de interesse deste setor. A partir deste atlas, o estado da Bahia é dividido em sete áreas denominadas de "áreas promissoras". Destas, a área de número sete, denominada "Novo Horizonte, Piatã, Ibitiara e Brotas de Macaúbas", é a que mais se aproxima dos territórios quilombolas de Seabra.

O Mapa 11 exemplifica, assim, o processo de espacialização de setores ligados principalmente à mineração, ao agronegócio e à produção de energia eólica no TI da Chapada Diamantina. Estamos diante da espacialização de um modelo de exploração da natureza que se traduz em uma disputa pelo território de comunidades tradicionais, como as quilombolas. A exploração capitalista dos minérios, dos ventos e da água, se concretiza em uma disputa pela natureza e que também interpelam a questão agrária, uma vez que a

[50] As barragens representadas no mapa correspondem tanto as que estão em funcionamento, quanto as que estão em construção.

[51] Disponível em: < http://www2.secti.ba.gov.br/atlasWEB/>. Acesso em:05 nov. 2021.

propriedade e o acesso à terra também estarão neste contexto de disputa. Deste modo, podemos afirmar que a questão agrária representaria o pano de fundo que envolve esse cenário de disputa pela natureza e pelo território que, no caso das comunidades quilombolas, são intrinsecamente relacionados. Ou seja, a relação com o território se dá por meio da relação com a natureza e vice-versa, e tal relação constitui o modo de vida de uma determinada comunidade. No decorrer do presente trabalho aprofundaremos a reflexão sobre a relação entre estas formas de expansão do capital e o racismo que se concretizam em contextos de disputa por natureza em territórios quilombolas e que complexificam a questão agrária.

***

No presente capítulo buscamos apresentar assim, um panorama geral do nosso recorte de estudos a partir da descrição da realidade da qual partirmos e que de forma complementar anuncia temas e questões que serão aprofundadas ao longo dos próximos capítulos, tais como: quilombos, raça, racismo, natureza, acesso à terra, direito ao território, expansão de empreendimentos sobre territórios quilombolas, etc.

Enfim, é a partir deste chão, o chão das comunidades quilombolas, que problemáticas são anunciadas e que nos impulsionam a analisar o contexto das comunidades quilombolas de Seabra e suas questões. Nesse sentido, é importante frisar que a análise do chão do qual partimos não se dá de forma isolada ou começando e terminando em si mesma. Quer dizer, a partir dos territórios quilombolas de Seabra é possível construir análises que nos permitam dialogar com diferentes referenciais teóricos e que nos auxiliem na compreensão e/ou problematização de questões mais amplas.

Nesse sentido, destacamos também que transitar e/ou deslizar entre diferentes escalas de análise auxilia nesse processo de partir das comunidades quilombolas para ir construindo uma análise mais complexa sobre as problemáticas que as envolvem. Por isso, por vezes, transitamos/deslizamos entre a escala municipal de Seabra, TI Chapada Diamantina, Bahia, Brasil e Mundo. Esse deslizamento entre diferentes escalas não acontece de forma vertical, seu formato se aproximaria mais de uma enunciação em espiral alimentada pela relação espaço/tempo. Deste modo, seguiremos no próximo capítulo adentrando com mais profundidade nas discussões sobre quilombos, raça, racismo, questão agrária e direito ao território.

2. CAPÍTULO – QUILOMBOS E RAÇA: CONTINUIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES NA QUESTÃO AGRÁRIA

> *O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência.* ***Uma possibilidade nos dias da destruição.***
>
> Maria Beatriz Nascimento (2018, p. 7)

O contexto de formação das comunidades quilombolas no Brasil está atrelado ao colonialismo, que teve como elemento estruturante a criação da ideia de raça que se faz presente até os dias de hoje por meio da colonialidade[52]. Silvio Luiz de Almeida (2019) afirma que o racismo se constitui como elemento estrutural da nossa sociedade, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. A criação da hierarquização racial corroborou com a durabilidade de um sistema escravista a partir do qual corpos negros foram transformados em mercadorias de circulação e exploração internacional por mais de três séculos. Por outro lado, a formação dessas comunidades está associada à emergência de diferentes formas de resistência atreladas a esse contexto e, simultaneamente, às dinâmicas espaciais que se desenvolveram localmente.

Queremos assim dizer que essas duas dimensões se combinam e por isso acreditamos que articular a escala de análise local com escalas de análises mais amplas, contribui para uma melhor compreensão dos quilombos em sua constituição histórica e contemporânea. Falamos de continuidades e de processos de ressignificações por compreender que a questão quilombola está associada a um processo histórico de racialização e, consequentemente, escravização dos corpos negros que se espacializou de diferentes formas no território nacional. Esse processo histórico, que associamos ao processo de colonização, possui elementos que não se restringem a esse passado histórico. Ao contrário, tornaram-se marcas estruturantes de nossa sociedade que até os dias atuais contribui com a situação de subalternização da população negra. De outra forma, os

[52] No tópico 2.3 apresentaremos as perspectivas teóricas sobre colonialidade e raça como um dos eixos estruturantes do colonialismo, tal como proposto pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005).

processos de luta por autonomia e de resistência que configuraram esse processo histórico também se fazem presentes, com continuidades e ressignificações.

Sendo assim, ao falar da questão quilombola é importante abordar tanto as continuidades como os processos de ressignificação dos quilombos, para destacar que as comunidades quilombolas não são uma forma de organização de um passado distante e congelado no tempo.

No primeiro capítulo desta tese apresentamos de forma geral o "chão que sustenta essa tese", as comunidades quilombolas de Seabra, discorremos sobre o processo de constituição dessas comunidades, o contexto de autoidentificação e de consolidação organizacional em torno da identidade quilombola, destacamos também a situação de cada território com relação à busca por titulação e discorremos brevemente sobre o cenário de disputa por natureza/território dessas comunidades. Enfim, a partir da construção dessa visão panorâmica do contexto que envolve as comunidades quilombolas de Seabra, seguiremos neste capítulo aprofundando questões que atravessam essas comunidades.

Desse modo, a pluralidade escalar apontada anteriormente vai se materializar ao longo deste capítulo à medida que fizermos um deslocamento/deslizamento da escala de análise apresentada ao longo do primeiro capítulo – que esteve centrada em Seabra como o chão da tese – e passarmos a analisar Seabra, e as comunidades quilombolas presentes nesse município, como parte de uma rede de escalas que nos auxiliam a compreender a questão quilombola como uma das dimensões da questão agrária que, por sua vez, demanda uma abordagem a partir da raça. Sendo assim, ao longo do presente capítulo pretendemos: 1) discorrer sobre algumas das dimensões que conformam a questão agrária do estado da Bahia; 2) traçar um panorama do processo de ocupação do Território de Identidade Chapada Diamantina; 3) analisar o debate teórico sobre o conceito de quilombos, principalmente do período colonial ao imperial; 4) abordar o silenciamento sobre quilombos e raça a partir da abolição da escravatura; 5) descrever o processo de ressignificação jurídica dos quilombos a sujeitos de direitos; 6) apontar algumas reflexões sobre quilombos e racismo.

2.1 PANORAMA DA QUESTÃO AGRÁRIA BAIANA

É importante refletir sobre a questão agrária, não somente no sentido de analisar a estrutura fundiária a partir do tamanho das propriedades privadas e de sua distribuição.

Embora importante, esse aspecto deve ser analisado em conjunto com outros fatores que abrangem esta proeminente questão, como os índices de violência no campo, marcados por conflitos de acesso e de gestão dos recursos naturais (terra, água, florestas, etc.), assim como as diferentes formas de uso da terra por diferentes sujeitos coletivos – sobretudo as que contrapõem a lógica monopolista de expansão capitalista – marcados por classificações sociais hierárquicas pautadas na raça e no gênero. Estes são alguns dos aspectos de que trataremos ao longo deste capítulo. Eles estão diretamente relacionados ao sistema de relações de poder que compõem a questão agrária e que configuram as políticas de acesso à terra, de reconhecimento, de garantia e de domínio/uso da terra/território/natureza.

A respeito do que denominamos como "questão agrária" compartilhamos da perspectiva de Germani (2010) ao afirmar que se trata de uma questão que pode ser analisada a partir de várias dimensões, porém "ela vai ter sempre uma dimensão territorial e vai ser sempre expressão de uma questão territorial". Essa dimensão territorial está diretamente associada às formas de acesso e uso da natureza, marcada por relações de poder. Segundo a autora, o conceito de "questão agrária" é uma abstração, no entanto, uma das formas na qual adquire concretude e materialidade é através da apropriação privada da natureza pelos grupos sociais e que se manifesta na estrutura de propriedade da terra.

Em seus estudos sobre a questão agrária da Bahia, Germani[53] (2010) traz para a análise a histórica concentração de terras no Brasil e no estado da Bahia por meio de estudos dos dados registrados pelos censos agropecuários dos anos de 1920 a 2006. A autora dialoga com as reflexões apontadas por Martins (1980) e ressalta que a interpretação dos dados sobre a distribuição da propriedade da terra não se restringe apenas a um dado, um número ou a um tamanho, pois a propriedade da terra deve ser entendida como uma relação social. Nesse sentido, Germani argumenta que a estratégia metodológica de análise de dados que buscam quantificar a realidade, apesar de sempre apresentarem limitações, tanto os dados como sua interpretação, "servem e podem ser utilizados não para precisar, mas para dar uma dimensão, uma ordem de grandeza do

[53] Guiomar Inez Germani é professora, pesquisadora e coordenadora do grupo de pesquisa GeografAR, que realizou a organização e análise dos dados abordados neste trabalho. O grupo foi constituído em 1996 e está vinculado ao Instituto de Geociências/ Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA.

fenômeno como expressão da relação social em nossa sociedade" (GERMANI, 2010, p. 6).

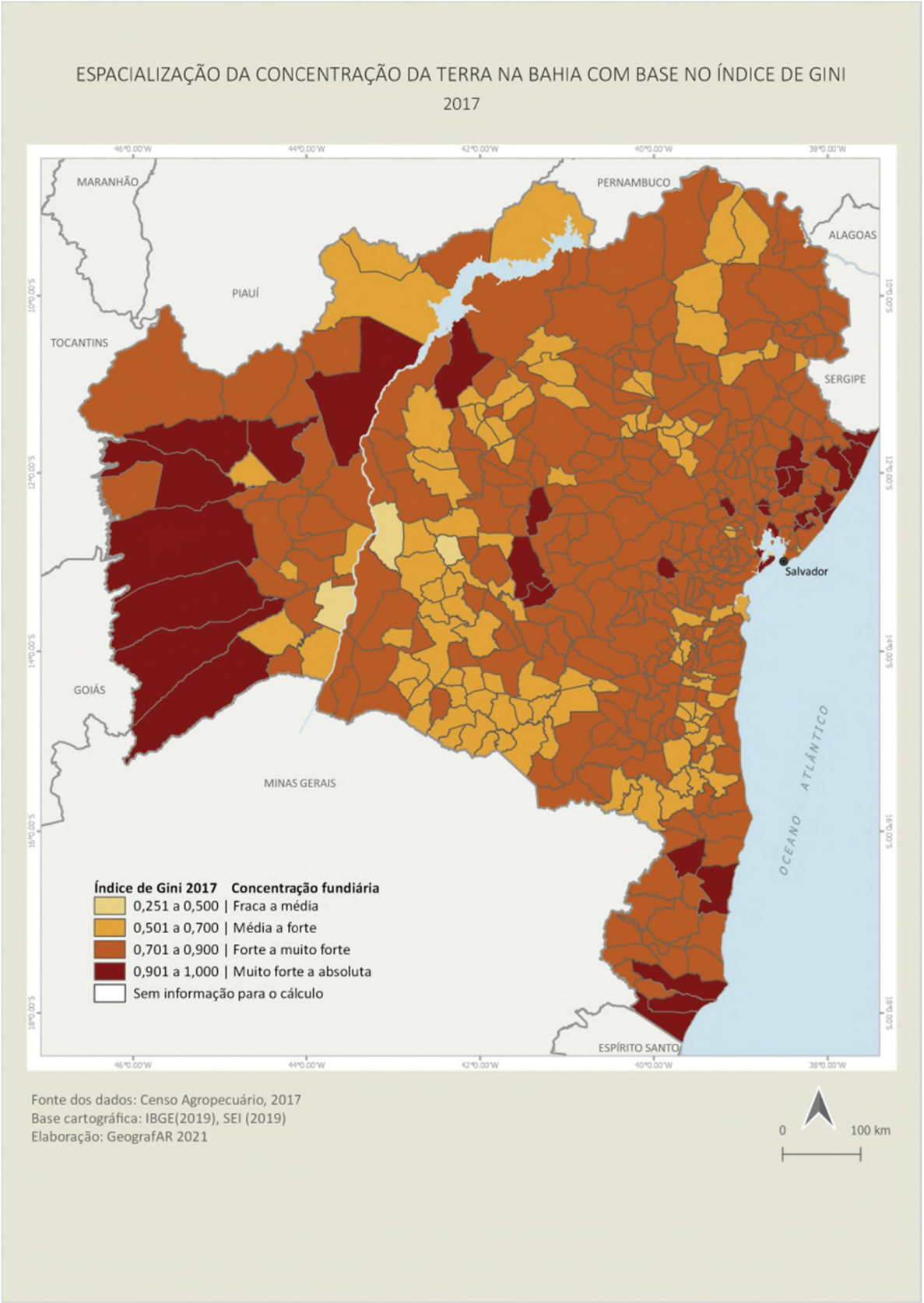
Desse modo, uma das formas de atribuir uma ordem de grandeza ao fenômeno da concentração de terras utilizadas pelos censos agropecuários é a aplicação do Índice de Gini[54] que permite interpretar como se estabelece a relação social da propriedade privada da terra. O Mapa 12, elaborado pelo Projeto GeografAR, representa a espacialização da concentração de terras no estado da Bahia com base no índice de Gini do ano de 2017. No mapa, os municípios são classificados com níveis de concentração fundiária que vão de fraco a médio até muito forte e absoluto. Podemos observar, assim, que são poucos os municípios com nível de concentração de fraco a médio, predominando no estado os níveis de forte a muito forte.

Ao analisar os dados do Censo Agropecuário de 2006 sobre a estrutura fundiária, Germani (2010) destaca que:

> Se se interpreta estes dados considerando o significado dos estabelecimentos como unidades produtivas – quer dizer cada produtor que se constitui para tal – e a área como parte da natureza apropriada – isto é, os recursos naturais disponíveis para a produção agrícola –, a estrutura fundiária pode ser entendida como a representação numérica da dimensão da violência manifestada pela apropriação privada da natureza no modo de produção capitalista. (GERMANI, 2010, p.6)

[54] O índice de Gini é uma unidade variável adimensional, apresentando valores compreendidos entre 0 e 1. Quanto mais o resultado aproxima-se de zero, menor o grau de concentração e quanto mais se aproxima de 1 maior o grau de concentração.

MAPA 12 - ESPACIALIZAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA NA BAHIA (ÍNDICE DE GINI 2017)



FONTE: Projeto GeografAR.

Além dos altos índices de concentração fundiária, também identificamos altos índices de conflitos no campo no estado da Bahia. A Tabela 1 e o Gráfico 1, retratam esses altos índices e foram elaborados a partir dos dados disponibilizados durante os últimos cinco anos nas publicações "Conflitos no Campo no Brasil", da Comissão Pastoral da Terra (CPT)[55], na qual esses conflitos são subdivididos em 3 matrizes: conflitos por terra, trabalho escravo e conflitos por água. A partir da análise dos dados (Tabela 1 e Gráfico 1) podemos constatar que os números de conflitos na Bahia são altos e tiveram aparentemente uma queda, menor registro de ocorrências, no ano de 2020 que corresponde ao primeiro ano de pandemia de Covid-19. No ano seguinte o número total de conflitos voltou a crescer, com destaque para o aumento de registro de conflitos por terra e por água:

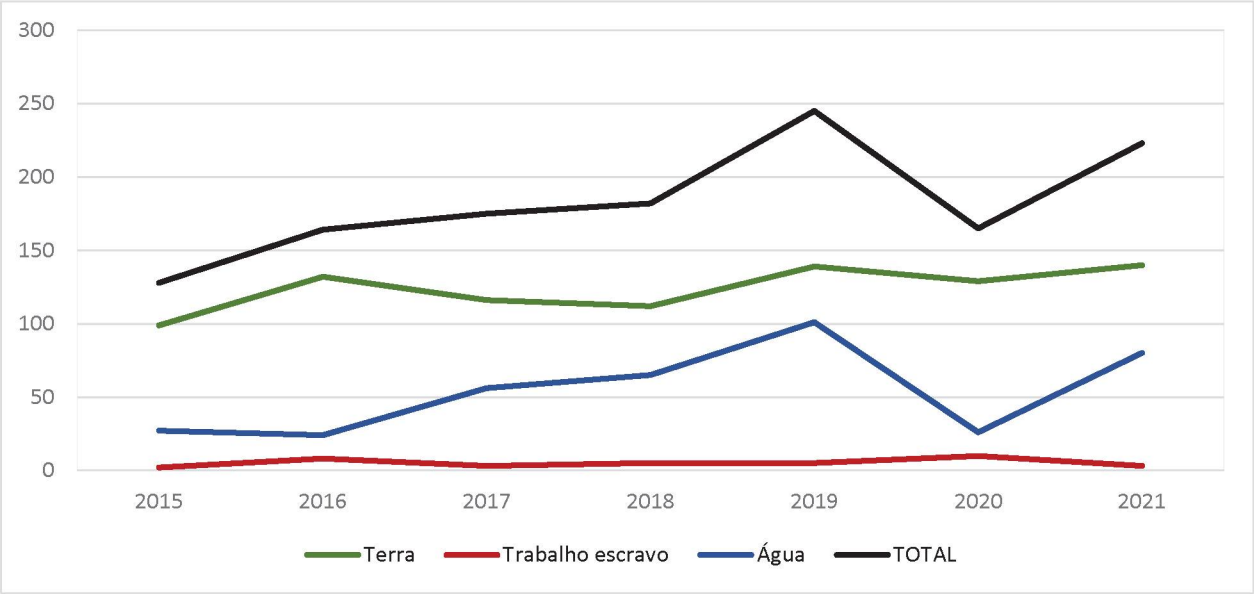
TABELA 1 - CONFLITOS NO CAMPO REGISTRADOS NA BAHIA (2015–2021)

	2015	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Terra	99	132	116	112	139	129	140
Trabalho escravo	2	8	3	5	5	10	3
Água	27	24	56	65	101	26	80
TOTAL	128	164	175	182	245	165	223

FONTE: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT; 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.
ELABORAÇÃO: A autora.

[55] A CPT é uma entidade fundada em 1975 e que faz parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Desde 1985, sistematiza e publica anualmente o caderno *Conflitos no Campo no Brasil*, disponível em: cptnacional.org.br

GRÁFICO 1 - CONFLITOS NO CAMPO REGISTRADOS NO ESTADO DA BAHIA (2015 – 2021)



FONTE: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT; 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.
ELABORAÇÃO: A autora.

Associado aos números de conflitos por terra, a CPT também identifica uma diversidade de categorias de sujeitos que protagonizam esses conflitos na Bahia. São eles: camponeses de fundo e fecho de pasto, Sem Terra, quilombolas, posseiros, pequenos proprietários, pescadores, assentados, indígenas e geraizeiros. Essa diversidade de categorias representa também, expressões das relações de poder que também são estruturantes da questão agrária e que não se reduzem à apropriação privada da terra. Nas relações de poder estes sujeitos são interpelados pela raça, gênero e classe, assim como, por lógicas que desqualificam a diversidade de uso da terra e de formas de se relacionar com a natureza protagonizada por estes grupos.

Esses dados dialogam com outro aspecto ressaltado por Germani (2010) como um dos elementos que contribuem para a compreensão da questão agrária brasileira, especialmente da Bahia. Trata-se do elevado número de terras devolutas[56]: "Estima-se que mais de 55% do território baiano esteja nesta situação, isto é, constituído por terras devolutas, mas que o Estado não sabe onde e com quem estão, portanto, não tem o controle deste patrimônio público" (GERMANI, 2010, p. 8).

Isto posto, é necessário destacar que este elevado número de terras devolutas não é sinônimo de existência de um elevado número de terras vazias (sem uso/ocupação), uma

[56] Terras devolutas: são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular.

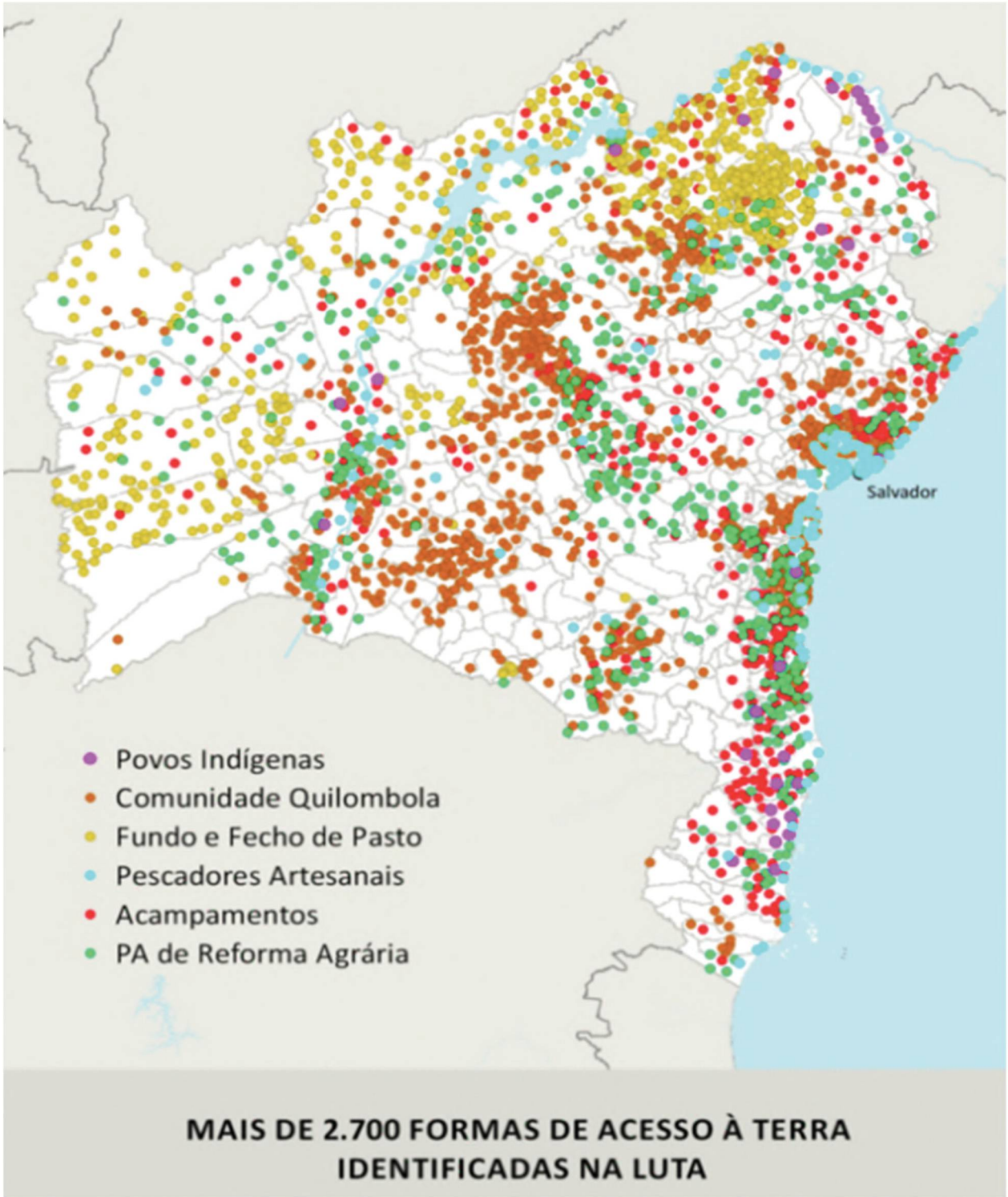
vez que estas terras podem estar ocupadas por comunidades camponesas e por diferentes povos e comunidades tradicionais (como é o caso das comunidades quilombolas de Seabra, abordado no primeiro capítulo). Bem como, podem também estar sendo griladas e apropriadas individualmente como mercadoria, seja como reserva de valor ou como valor de troca, sobrepondo-se inclusive a territórios de uso comum, o que torna o uso das terras devolutas uma importante problemática a ser tratada.

A concentração de terras, os conflitos no campo e as terras devolutas são algumas das dimensões que compõem a questão agrária[57] brasileira. Os dados da CPT revelaram uma diversidade de sujeitos que enfrentam esse cenário de conflitos no campo na Bahia. E esta é outra dimensão que também merece destaque: a da diversidade de usos da terra no estado. Essa diversidade de usos da terra está diretamente associada à diversidade de comunidades camponesas, de povos e comunidades tradicionais que, historicamente, ocupam o estado. O Mapa 13 ilustra a espacialização de mais de 2.700 formas de acesso à terra que foram identificadas pelo grupo de pesquisadores que compõem o GeografAR. Seguramente, há muitas outras formas que vão aparecendo na medida em que sujeitos coletivos vão se organizando e se tornando visíveis (GERMANI, 2010).

De acordo com o Mapa 13, podemos observar que esses sujeitos estão distribuídos por todo o território do estado e certamente, em cada local, há dinâmicas específicas associadas ao uso e à apropriação da natureza (que, por vezes, resultam em cenários de tensões e conflitos). Por outro lado, estas dinâmicas podem estar articuladas a contextos mais amplos de apropriação capitalista da natureza (agronegócio, mineração, eólicas, energia solar, portos, estradas, minerodutos, linhas de transmissão, etc.) que podem variar de escala. Um empreendimento instalado em uma determinada localidade não significa que seus impactos e sua atividade se reduziriam a escala local, pode estar articulado a circuitos de exploração, de comercialização e de beneficiamento que também podem estar articulados às escalas estadual, nacional e global. Portanto, a compreensão destas dinâmicas exige análises que estabeleçam relações interescalares e que estejam associadas às reflexões sobre as relações de poder que atuam nesses territórios e que compõem a questão agrária.

[57] Outras dimensões também fazem parte da questão agrária, por exemplo: conflitos trabalhistas, educação do campo, agrotóxicos, transgênicos, agronegócio, agroecologia, gênero, uso da natureza, uso comum, etc.

MAPA 13 - FORMAS DE ACESSO À TERRA IDENTIFICADAS NA LUTA[58] – BAHIA 2019



FONTES: INCRA, CDA, CAR, MST, FETAG, CETA, CPT, Centrais e Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, Fundação Cultural Palmares e Projeto GeografAR (2019)
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR[59].

[58] Na legenda do mapa, PA corresponde a Projeto de Assentamento de Reforma Agrária.

[59] Conjunto de imagens disponíveis em GIF no site do projeto. Disponível em: < https://geografar.ufba.br/ >. Acesso em junho de 2020.

Se correlacionarmos os Mapas 12 e 13 (que, respectivamente, representam os índices de concentração de terras e o de diversidades de usos da terra no estado da Bahia) com o Mapa 3 (que apresenta a localização do Território de Identidade Chapada Diamantina), podemos observar que esta região é marcada por elevados níveis de concentração de terras, assim como, por uma diversidade de formas de acesso à terra.

Posteriormente, abordaremos com mais profundidade o contexto de luta e resistência dessas comunidades; por hora, buscamos trazer questões que auxiliam a pensar a formação socioespacial dessa região e, consequentemente, a questão agrária permeada por constructos raciais. Vale retomar a compreensão apresentada por Gemani (2010, p. 17) de que:

> [...] a questão agrária é, essencialmente, uma questão territorial e que, toda a questão territorial expressa relações de poder e, numa sociedade estruturada em classes, significam constantes enfrentamentos. Quando a correlação de forças é muito desigual as estratégias para os enfrentamentos são fundamentais. (GERMANI, 2010, p.17)

Destacamos, a raça também como um dos elementos que estruturam nossa sociedade e que assim, atua na configuração da questão agrária. Deste modo, consideramos que é necessário fazer o esforço de trazer a dimensão racial para a análise das disputas pela natureza e conflitos por terra e território que envolvem a questão agrária. No próximo tópico, discorreremos sobre o processo de formação socioespacial bem como a análise desse processo a qual nos auxilia a compreender o cenário de relações de poder que marcaram e marcam a questão agrária na região – tanto no que corresponde aos atuais conflitos pela terra e pelo território de disputa pela natureza, como no que diz respeito aos sujeitos coletivos em resistência nesses contextos, que não obstante são sujeitos racializados. Dessa forma, no próximo tópico trabalharemos com uma perspectiva de cunho histórico sobre o processo de ocupação do TI Chapada Diamantina e que também é marcada pela questão racial.

2.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TI CHAPADA DIAMANTINA

Discorrer sobre o processo de ocupação do TI Chapada Diamantina é discorrer sobre uma região que, desde os princípios da colonização portuguesa no Brasil, foi denominada de sertão. O termo sertão durante muito tempo foi compreendido como sinônimo de distância (distante do litoral), de vazio (pouco povoado), de atraso e marcado por uma reduzida presença do poder público (MOREIRA, 2018; SILVA, G.G.B., 2012).

As definições do termo sertão foram variando ao longo do tempo, Moreira (2018) agrupa os estudos clássicos sobre o sertão em três marcos analíticos paradigmáticos: o geoclimático[60], o político[61] e o culturalista[62]. O termo sertão foi cunhado durante o período colonial para distinguir as áreas não litorâneas. Ou seja, referia-se às áreas de interesse de interiorização da ocupação colonial. Neste momento, buscamos compreender alguns aspectos basilares desse processo de interiorização da ocupação e povoamento colonial das áreas denominadas de sertão, onde estava inserido o que hoje é denominado de TI Chapada Diamantina. Elencar o processo histórico de ocupação socioespacial dessa região auxilia a identificar como foi se dando o acesso à terra, especialmente no que tange à apropriação privada da terra, assim como os diferentes sujeitos que ocupavam e foram ocupando tal região.

O trabalho de Santos (2010) discorre sobre as fronteiras do sertão baiano no período de 1640 a 1750 e elabora um mapa para situar sua área de estudos que muito nos auxilia na compreensão da vastidão do que, nesse período, era denominado de sertão baiano. As delimitações feitas pelo autor foram inspiradas na obra de Caio Prado Júnior que inscreve o interior da capitania da Bahia, acrescido do Piauí, do norte de Minas Gerais e das áreas ribeirinhas da margem esquerda do rio São Francisco (SANTOS, 2010).

Desse modo, o Mapa 14 que segue é uma reprodução de um dos mapas elaborados por Santos (2010), no qual ele identifica no polígono delimitado em linha rosa o sertão baiano e o polígono delimitado em linha verde a área do interior da capitania da Bahia. Nesse mapa, inserimos o recorte aproximado do que corresponderia a atual região do Território de Identidade Chapada Diamantina.

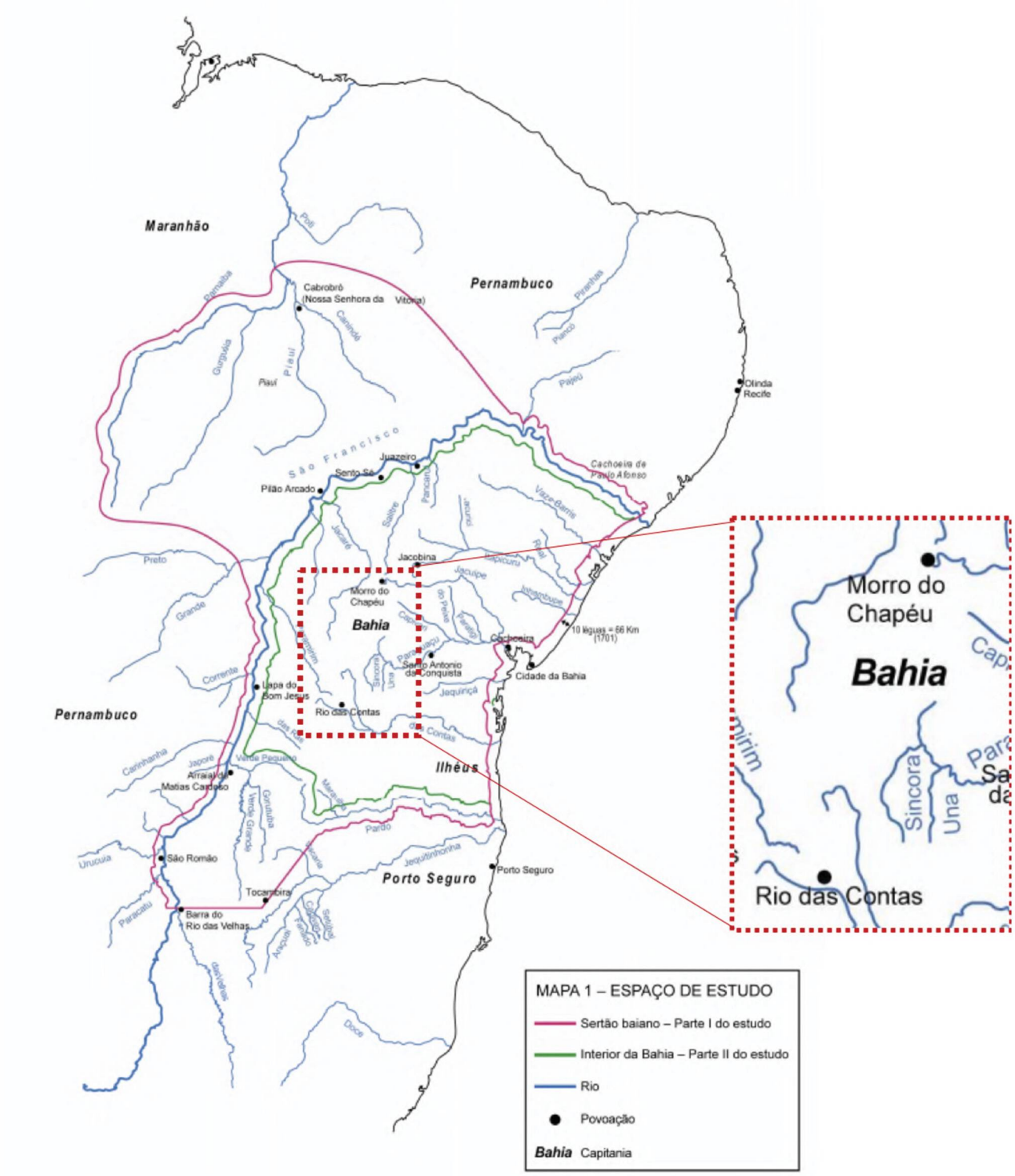
---

[60] O termo sertão geralmente está associado à ideia de seca. Nos períodos de estiagem, a vegetação de Caatinga e os rios intermitentes constituem os principais elementos explicativos da região (MOREIRA, 2018).

[61] Estudos que delimitam e caracterizam a região mais em função das suas relações de poder do que de suas condições climáticas contextualizam a região dentro do modelo de desenvolvimento econômico do país, denunciando as práticas das elites locais e os usos políticos da seca (MOREIRA, 2018).

[62] Estudos voltados à compreensão da população "sertaneja" compreendem as manifestações da cultura sertaneja como expressões da cultura popular assentada nos modos de vida subalternos e símbolo das origens do Brasil (MOREIRA, 2018).

MAPA 14 - REPRESENTAÇÃO DO SERTÃO BAIANO E INTERIOR DA CAPITANIA DA BAHIA NOS SÉCULOS XVII E XVIII



FONTE: SANTOS (2010). Destaque do recorte: limite aproximado do TI Chapada Diamantina elaborado pela autora.

O trabalho de Neves (2003) é outra importante referência para a análise do processo e formação socioespacial do sertão baiano. O autor procurou averiguar as

configurações de propriedade, posse e exploração da terra no Brasil, avaliando o caso particular do Alto Sertão da Bahia, durante os séculos XVIII e XIX. Apesar de, no trabalho de Neves (2003), não haver uma representação clara das delimitações da área denominada pelo autor de Alto Sertão da Bahia, acreditamos que essa área corresponderia aproximadamente ao polígono delimitado em verde no mapa de Santos (2010) (Mapa 14), onde está situado o TI Chapada Diamantina.

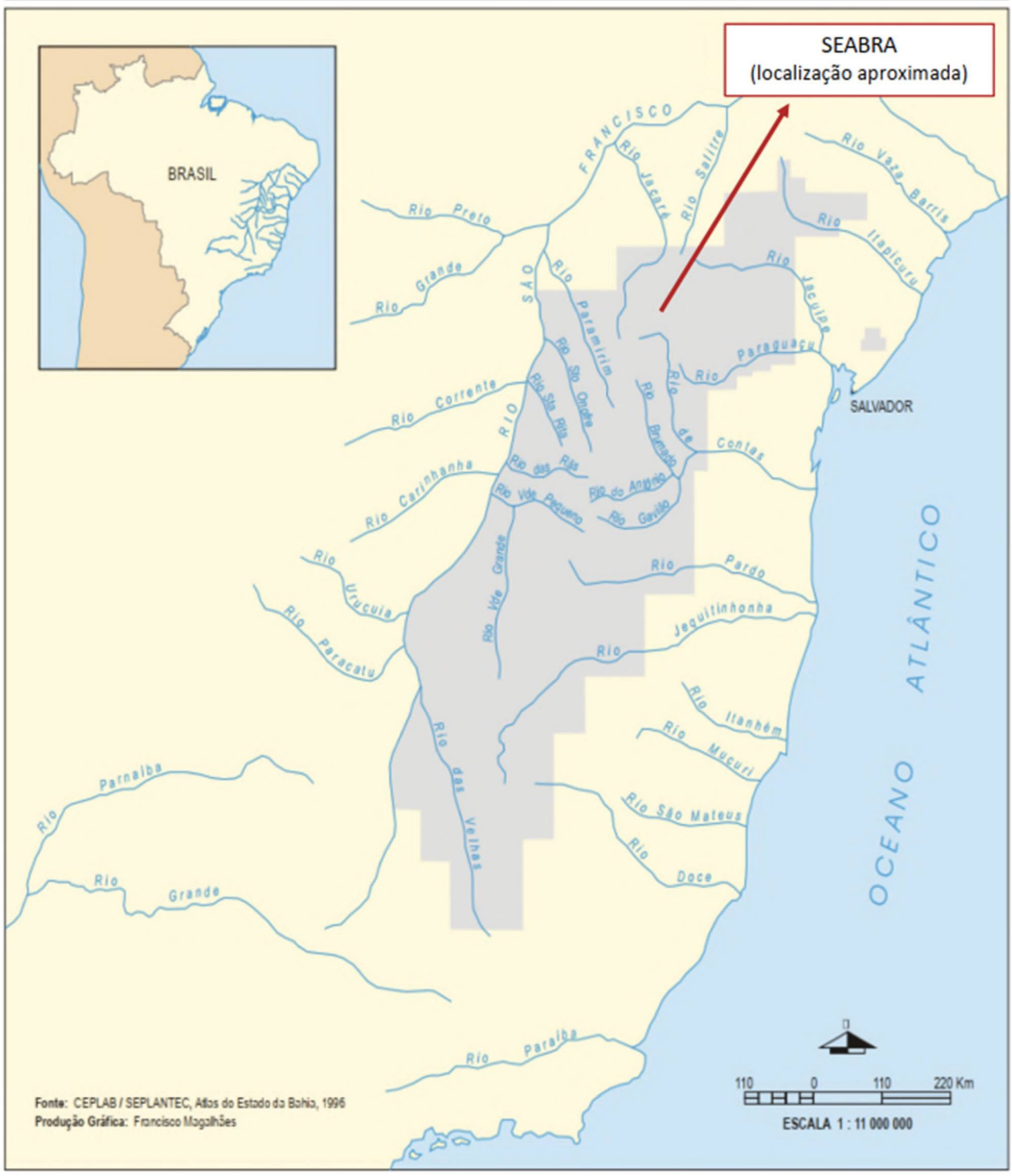
Neves (2003) discorre sobre a construção dos domínios fundiários de um dos primeiros latifundiários dessa região, Antônio Guedes de Brito, que se apropriou da margem direita do rio São Francisco, desde o centro-norte da Bahia ao centro-sul de Minas Gerais (conforme o Mapa 15). O autor retrata como, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, esse enorme latifúndio se formou. Antônio Guedes de Brito ampliou seus domínios sobre a terra principalmente por meio da guerra de extermínio aos povos indígenas e pela consequente apropriação de seus territórios: "Por onde Guedes de Brito estendeu seus domínios, o fez movendo guerra, submetendo, expulsando ou exterminando populações nativas" (NEVES, 2003, p. 149 e 150).

As evidências desse feito foram sistematizadas pelo autor principalmente a partir da análise de cartas régias, de autos de litígio e, também, da análise de depoimentos de testemunhas presentes em autos de processos contra posseiros. Esses documentos demonstram que o objetivo era extinguir o "gentio bárbaro" e estender seus latifúndios. Assim, o direito de posse dessas terras foi adquirido por meio da guerra contra indígenas:

> A disponibilidade de áreas exploráveis com abundância e diversidade de recursos naturais possibilitou iniciativas pessoais de conquista e ocupação de territórios indígenas sem o controle do governo metropolitano nem de seus prepostos coloniais ou até com a complacência de quem deveria coibir essa prática. Alguns senhores de terras ampliaram seus domínios e mantiveram a posse de áreas que ocuparam, sem carta de concessão de sesmarias. Dentre os régulos desse processo destacaram-se Francisco Garcia d'Ávila e Antônio Guedes de Brito, pelas extensões das áreas ocupadas. Considerando-se que os povos nativos não abandonavam o seu território sem resistir ao avanço do invasor, pode-se supor a magnitude dessa guerra pelos sertões. Guedes de Brito apropriou-se do Médio São Francisco, desde o Centro-Norte da Bahia até o Centro-Sul do atual território de Minas Gerais e o transmitiu, hereditariamente, sem cartas de doação da maioria dessas terras (NEVES, 2003, p. 249).

No Mapa 15, Neves (2003) buscou representar a área aproximada das terras de Antônio Guedes de Brito, o primeiro grande latifundiário da região, parte dessas terras foi recebida por meio de sesmarias e grande parte foi apropriada por meio da guerra contra os povos indígenas. De acordo com o Mapa 15, podemos identificar que esse latifúndio se estendia da Bahia à Minas Gerais.

MAPA 15 - LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DAS TERRAS DE ANTÔNIO GUEDES DE BRITO
FINAL DO SÉCULO XVII



FONTE: NEVES (2003). Seta e quadro com a indicação aproximada de Seabra elaborado pela autora.

Na obra de Capistrano de Abreu (1960), que trata dos caminhos antigos e o povoamento do Brasil, podemos compreender que muitos dos caminhos do sertão correspondiam a antigos caminhos indígenas que foram percorridos por missionários jesuítas, bandeirantes e alguns desses transformados em rotas oficiais do período colonial. Com relação à área que hoje corresponde ao estado da Bahia, o autor destaca Salvador e a região do Recôncavo Baiano[63], durante a segunda metade do século XVI, como importantes centros de povoamento. Os engenhos estavam no interior da mata, não muito distantes da faixa litorânea, a ocupação colonial nesse contexto se estendia principalmente pela faixa litorânea da Mata Atlântica. Conforme Abreu (1960), a interiorização nas áreas de caatinga por meio do gado foi a principal estratégia adotada para iniciar a ocupação dos sertões baianos:

> Do que não pode haver dúvida é que as catingas pouco remuneravam a lavoura, como então, mais ainda que hoje, se praticava, - simples latrocínio da natureza, sem compensação alguma oferecida por parte do homem. Urgia dar-lhes destino, mesmo porque a área dos catingais era enorme, e descurá-la tanto montava a deixar sem proveito a maior parte do país. A criação do gado resolveu o problema (ABREU, 1960, p. 90).

Neves (2003) destaca que, desde os Guedes de Brito até seus sucessores, a extração da renda da terra se fez principalmente por meio dos estabelecimentos da pecuária escravista e por meio de sistemas de arrendamentos de terras para a criação de gado. De acordo com o autor, desenvolvia-se nessa região uma economia agrária que se autoabastecia e que exportava gado para o Recôncavo açucareiro, para as minas auríferas de Minas Gerais e para as áreas de exploração mineral do Alto Sertão da Bahia (Jacobina, Rio de Contas e posteriormente Lençóis), ou seja, a pecuária antecede as minas, mas também, a partir delas definiam importantes rotas de conexão dessa região com outras partes do Brasil.

Boa parte da atividade produtiva do alto sertão baiano centrava-se na pecuária, mas a constituição de áreas de exploração de minérios é um dos fatores centrais para compreender o processo de ocupação do sertão baiano. As primeiras explorações minerais registradas oficialmente na Bahia são da exploração do ouro em Jacobina, que se tornou uma das mais importantes vilas mineiras ao longo do século XVIII, consolidada em meio aos processos de embates, violência e apropriação das terras de povos indígenas (ANTONINO, 2019). Vale destacar que são da região de Jacobina alguns dos documentos

[63] Localizado em torno da Baía de Todos os Santos. No Mapa 3 corresponde ao Território de Identidade de número 21.

(tais como autos de processos contra posseiros) analisados por Neves (2003) e que demonstram o poderio sobre a terra da família Guedes de Brito.

Glaybson G.B. da Silva (2012) explica que a exploração do ouro em Jacobina inicia em meados do século XVII e se estende até meados do século XVIII. Além de render significativos enriquecimentos aos cofres da Coroa portuguesa, o autor destaca que esse período de exploração de minérios deu maior visibilidade à região contribuindo com a intensificação de processos de povoamento. Na última metade do século XVII, também se inicia a extração do ouro em Rio de Contas e, de acordo com Capitan (2009), é devido à exploração aurífera que, na primeira metade do século XVIII, Portugal, por meio do Conselho Ultramarino, cria duas novas vilas no interior da Bahia: as vilas de Santo Antônio de Jacobina e a Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio Contas.

No Mapa 16, a seguir, é possível identificar a rota que conectava essas duas zonas auríferas. Trata-se de uma reprodução do mapa elaborado por Santos (2010) na qual podemos observar os principais caminhos do sertão baiano durante a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII. Ao lado de cada caminho, o autor acrescenta o ano da referência documental mais antiga encontrada sobre ele. Nesse sentido, queremos chamar a atenção ao caminho que conectava Rio das Contas à Jacobina, passando pelos povoados de Mato Grosso[64], Bom Jesus e Morro do Chapéu. Conforme o mapa, o registro mais antigo desse caminho data de 1725 e a área onde veio a se formar o município de Seabra está localiza entre o trecho que conecta Bom Jesus a Morro do Chapéu.

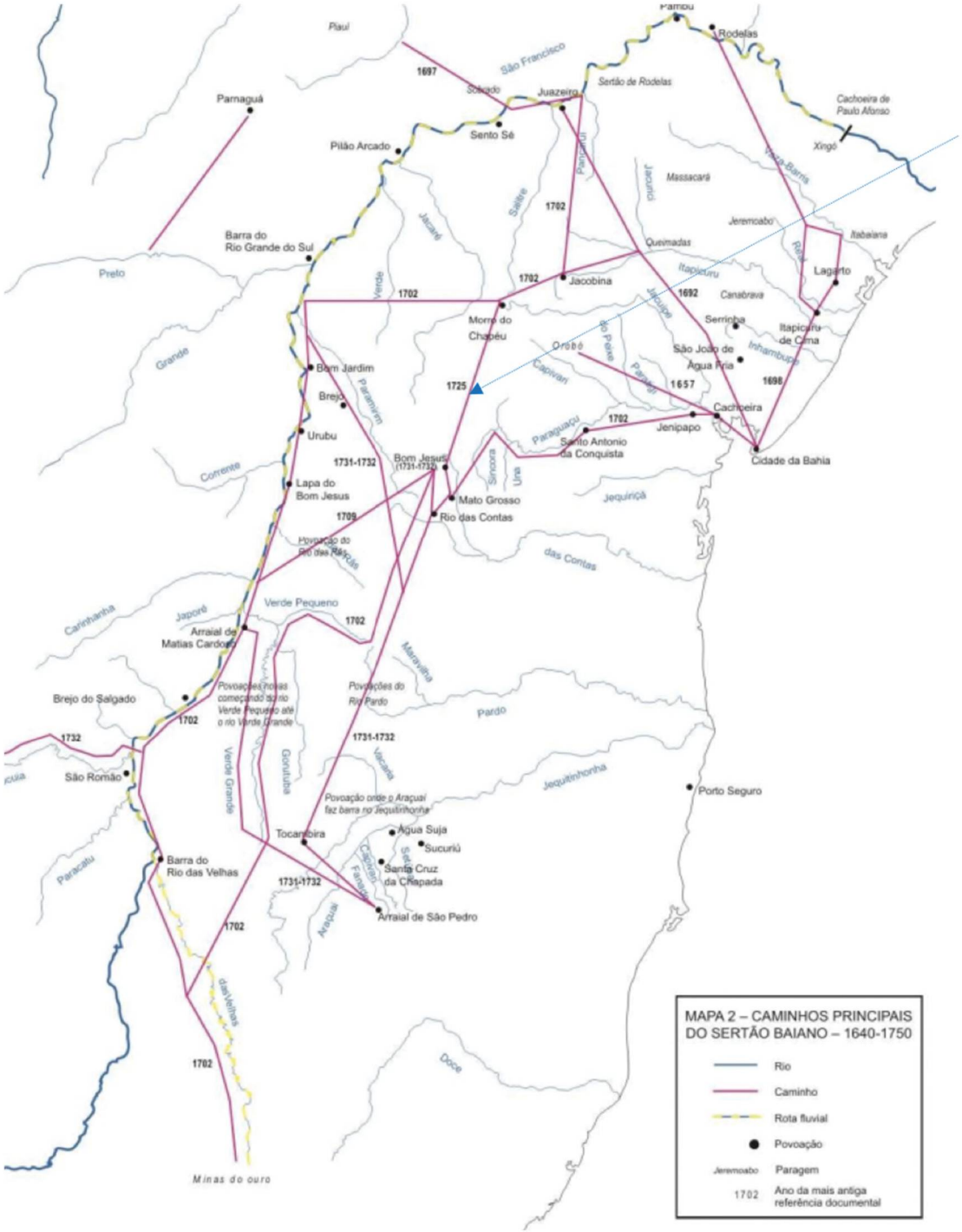
No início do século XVIII, Portugal determinou a abertura de uma estrada que ligasse os dois principais núcleos de exploração aurífera da Bahia: Jacobina e Rio de Contas (um dos caminhos representado no Mapa 16). Assim, a história de Seabra, bem como de outros municípios da região, está associada à constituição de caminhos que conectavam zonas mineradoras tornando-se um importante ponto de pouso para viajantes em trânsito entre as minas e favorecendo o estabelecimento de fazendas pecuaristas e cultivos agrícolas[65].

---

[64] Hoje sede do atual município de Rio de Contas.

[65] Resumo do histórico do município de Seabra disponibilizado pela prefeitura municipal. Disponível em: < https://www.seabra.ba.gov.br/pagina/historia>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

MAPA 16 - PRINCIPAIS CAMINHOS DO SERTÃO BAIANO (1640 – 1750)



Localização aproximada do atual município de Seabra

FONTE: SANTOS (2010).

Nessas fazendas pecuaristas, ocorria uma combinação de trabalho escravo e também de arrendamento de terras. Ambas beneficiavam o latifundiário no trato com o gado e na produção de alimentos, diminuindo a necessidade de trazer alimentos de regiões mais distantes. Sobre os arrendamentos e o contexto de pós decadência aurífera, Neves (2003) explica:

> O conceito de arrendamento de terras relaciona, diretamente, um inquilino como possuidor precário de uma gleba dentro de uma propriedade, com o proprietário, ao qual se torna semidependente. Nos seus domínios, os Guedes de Brito arrendavam grandes faixas de terra para assentamento de fazendas pecuaristas, desde finais do século XVII. Quando esses domínios transferiram-se para a Casa da Ponte, no final do século XVIII, a decadência aurífera dispersava pelos sertões, grandes contingentes de despossuídos de meios para produzir a subsistência, que não foram absorvidos como mão-de-obra pelos fazendeiros, que empregavam o trabalho escravo (NEVES, 2003, p. 195).

Para compreender quem seriam esses "grandes contingentes de despossuídos" mencionados pelo autor, é importante destacar que a forma de ocupação nessa região foi se estabelecendo de uma forma que, além de manter a exploração do trabalho escravo, também contava com o trabalho livre. Neves (2003) descreve a estratificação social que emergia nesse cenário, nos séculos XVIII e XIX, de forma hierárquica: no topo da pirâmide social estariam os senhores e na base dessa pirâmide estaria a população escravizada (negros e indígenas). Entre esses dois extremos haviam homens (acrescentamos também mulheres) livres de diferentes condições econômicas e níveis sociais:

> Essa estratificação compunha-se com marginalizados e miseráveis, pedintes, salteadores; seguiam-se os que se sustentavam com a meação e eventual aluguel diário da força de trabalho; os que produziam a subsistência na pequena propriedade com o próprio trabalho e o da sua família, contratando, ocasionalmente, diaristas ou sendo acertados na mesma condição por outros proprietários; os senhores de pequenas e médias glebas, que ampliavam a produção familiar com a força de trabalho de um ou de poucos escravos, podendo dispor de meeiros e contratar diaristas nos serviços de lavoura e dos diminutos criatórios de bovinos, equinos, ovinos, caprinos e suínos; os senhores que empreendiam a pecuária em uma ou mais unidades agrárias, a policultura e algumas monoculturas com a perspectiva de excedentes comerciais; e no topo da pirâmide, poucos grandes fazendeiros, alguns absenteístas, vivendo nos arraiais e vilas, ou em cidades distantes, empreendedores de pecuária extensiva, produzindo o autosuprimento em cada unidade (NEVES, 2003, p. 219-220).

É de fundamental relevância considerarmos essas formas de estratificação social que foram se estabelecendo na região para entendermos os diferentes fluxos de povoamento do alto sertão baiano. Antonino (2019) aponta que, além da existência de minas auríferas, o alto sertão baiano se configurava também como uma área de rotas

responsáveis pela entrada de mercadorias para os sertões mineradores (Jacobina e Rio de Contas) e essas rotas também serviam para o próprio escoamento dos minérios, afinal, a sede do governo-geral da Colônia localizava-se em Salvador, na Bahia. Assim, foi se configurando um adensamento populacional nos sertões baianos que, com a posterior corrida por diamantes, se tornou maior na região que veio a ser denominada de Chapada Diamantina. De acordo com o autor,

> [...] com o ouro sendo explorado ao longo de 100 anos, seu declínio chegou devido a vários fatores, entre eles a exploração na África do Sul, as técnicas rudimentares e a não descoberta de novas aluviões auríferos. Assim, a descoberta de diamantes reavivou certas regiões brasileiras. Os primeiros descobrimentos na Bahia datam do início da década de 1840 nas cabeceiras do Rio de Contas, na Chapada Diamantina, porém relatos de viajantes alemães – Spix e Martius durante 1817 e 1818 – já descreviam sua natureza francamente diamantífera (ANTONINO, 2019, p. 188-189).

O processo de aumento do número de pequenas propriedades nessa região passou a ocorrer, principalmente, a partir do início da exploração de jazidas de minérios de diamantes na Chapada Diamantina. A exploração de diamantes tem início na segunda metade do século XIX, primeiramente em Rio de Contas, na "Chapada Velha" e, posteriormente, na chamada "Chapada Nova"[66], onde o principal núcleo de exploração de diamantes situava-se na localidade de Lençóis[67]. Considerando o período de mineração aurífera, Glaybson da Silva (2012, p. 24) afirma:

> Durante estes três séculos, a mineração foi transformando aqueles sertões na Chapada Diamantina. A abertura das frentes de trabalho, a implantação de fazendas e a urbanização das povoações engendraram severas modificações nesse espaço. (SILVA, G.G.B., 2012, p.24)

No final do século XIX, Lençóis centralizava o movimento garimpeiro e tornou-se nessa época o maior centro urbano do interior da Bahia com a presença de uma aristocracia mineradora, constituída de antigos senhores daquelas terras e imigrantes enriquecidos (NEVES, 2003). De acordo com o autor, essa nova ocupação econômica do alto sertão da Bahia foi composta em grande parte por ex-mineradores provindos de áreas

---

[66] G.B.Silva (2012) usa os termos "Chapada Velha" e "Chapada Nova" em virtude do fato de ambas estarem localizadas na mesma formação geomorfológica da Chapada Diamantina. A primeira recebe o adjetivo de velha por ser a de povoamento mais antigo, associada principalmente à mineração do ouro (situada na porção ocidental da Serra do Sincorá). Já a segunda foi chamada de nova pelo fato de ter passado por um intenso processo posterior de povoamento, associado à mineração dos diamantes (situada na porção oriental da Serra do Sincorá). A Serra do Sincorá é uma das principais na formação geomorfológica da Chapada Diamantina.

[67] É possível verificar a localização do município no Mapa 3 que representa o Território de Identidade Chapada Diamantina.

de decadência da exploração do ouro (Jacobina, Rio de Contas e também de Minas Gerais).

Ao analisar os processos criminais de Lençóis no período de 1845 a 1870, G. B. Silva (2012) identificou as origens declaradas pelos envolvidos (réus, vítimas e testemunhas) e constatou que a maioria dos migrantes vinham da Bahia (71%). Outros 14% tinham origem em Minas Gerais. Do restante, a origem se distribuía em menor quantidade por Ceará (2%), Pernambuco (2%), São Paulo (1%), Sergipe (1%), estrangeiro (3%) e origens desconhecidas (6%).

Segundo Neves (2003), a partir desse contexto de intensa migração, a pequena propriedade tornou-se mais numerosa que o latifúndio no alto sertão baiano. No entanto, pode-se afirmar que isso não significou uma ruptura com a lógica da concentração de terras. O autor descreve em seu trabalho a sucessão geracional da posse do latifúndio dos Guedes de Brito; bem como sobre a forma como foram ocorrendo os processos de arrendamento e de fracionamento dessas terras. Segundo o autor, ao longo do tempo, as terras dos Guedes de Brito foram passando para a Casa Ponte e para os Saldanhas da Gama, que, na segunda metade do século XIX, iniciaram o processo de loteamento, parcelamento e venda das terras, em um contexto no qual a política de terras legitimada pelo Brasil imperial passava a disponibilizar a propriedade da terra para a plena comercialização[68].

O período entre 1850 e 1870 foi marcado por intensa extração de diamantes em Lençóis e no seu entorno, povoações inseridas ou localizadas nas proximidades da Serra do Sincorá. De acordo com G. B. Silva (2012, p. 50),

> [...] no decorrer dos anos 1850, Lençóis emergiu como um ponto de referência na Bahia imperial, que buscava urgentemente alternativas para sanar a crise instaurada com o colapso do açúcar naquele período. Um dos principais indícios da expressividade da vila revelou-se através dos esforços do governo da Província para construir conexões viárias para a região, mesmo num momento em que os gastos com as obras públicas precisavam ser parcimoniosos.

Conforme G. B. Silva (2012), conectar Lençóis a outras partes da província da Bahia, especialmente ao Recôncavo, e com Portugal era fundamental para o desenvolvimento da economia do diamante mesmo em um contexto de crise econômica devido ao colapso do açúcar. Assim, em 1858, passados somente dois anos após ter sido

[68] Diz respeito a Lei de Terras de 1850, marco regulatório da comercialização de terras no Brasil e que será melhor abordada no tópico 2.6 deste capítulo.

elevada à categoria de vila, Lençóis já havia se tornado o mais importante centro populacional da Chapada Nova. A possibilidade de prosperidade na exploração de diamantes atraía investimentos do império e atraía a vinda de migrantes, tanto para trabalhar diretamente na exploração das lavras diamantinas quanto em atividades relacionadas a esse contexto.

> Os comerciantes também foram atraídos por esses novos centros de negócios. Com isso, fica aparente que a dinâmica populacional que seguiu a inauguração das jazidas diamantinas não significou apenas a afluência de sujeitos que tentariam a "sorte" nos garimpos. O relato da transferência deliberada dos comerciantes da Chapada Velha para a Nova denuncia que no rastro do diamante, muito rapidamente se instalava uma rede de aparelhos necessários à vida nas áreas de trabalho (SILVA, G. G.B., 2012, p. 42).

O povoamento do alto sertão se deu com a presença de populações escravizadas (negra e indígena) e populações de indivíduos livres (divididos em hierarquias sociais) e se manteve ao longo do século XVII até meados do século XVIII. Em sua análise sobre a escravidão negra nas lavras diamantinas de Lençóis, G. B. Silva (2012) constata, a partir da análise das escrituras de compra e venda de escravizados, em que a minoria deles era de origem africana (7,6%). A maioria massiva eram de nascidos no Brasil (afrodescendentes), provindos dos arredores de Lençóis[69]. Essas informações levam o autor a afirmar que a região da Chapada Diamantina foi pouco dependente do comércio transatlântico de africanos e que os senhores recorriam poucas vezes aos mercados de cativos do litoral.

Já nas análises dos inventários, a proporção de africanos era maior. Correspondia a 20,2% do conjunto de cativos deixados pelos inventariados. Sobre essa diferença, Glaybson da Silva (2012) explica que as escrituras englobavam tanto a transferência de escravizados entre donos na mesma comarca, quanto à aquisição de novos trabalhadores. Os inventários apresentam o número de escravizados acumulados por algum tempo. Por isso poderia constar desses inventários escravizados de origem africana adquiridos antes da proibição do tráfico.

Uma informação que também chama a atenção quando G. B. Silva (2012) analisa a origem dos escravizados diz respeito ao tipo de qualificação (ou classificação) racial atribuído aos nascidos no Brasil. A Tabela 2 apresenta os dados das escrituras e do

---

[69] O autor ressalta que a proibição do tráfico negreiro e a distância da área de comercialização litorânea contribuíram para que a comercialização de escravizados se desse com os nascidos no Brasil. Por outro lado, o autor reforça que algumas escrituras também podiam forjar a origem do escravizado durante o período em que o tráfico ocorreu de forma ilegal.

inventário mencionados anteriormente. Nela, nota-se a atribuição de diferentes categorias como cabra, crioulo, mulato, pardo e preto. Difícil compreender os atributos que distinguiam um tipo de qualificação da outra, mas certo é que todas tinham um cunho racial considerados não brancos e subjugados a categorias desumanizantes (comercializado e escravizado).

TABELA 2 - QUALIFICAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS (1850 – 1870)

	Escrituras	Inventários	Total	%
Africano (a)	30	17	47	9,8
Cabra	103	11	114	23,8
Crioulo (a)	123	41	164	34,2
Mulato (a)	10	4	14	2,9
Pardo (a)	77	3	80	16,7
Preto (a)	45	0	45	9,4
Não informado	7	8	15	3,1
Total	395	84	479	100,0

FONTE: SILVA, G.G.B. (2012).

De acordo com Neves (2003), os inventários de propriedades dessa época, de certa forma, traziam uma "visibilidade" da presença da população negra e uma "invisibilidade" indígena:

> Praticava-se no Alto Sertão da Bahia a escravidão negra, empregando-se os índios como criados livres, sobretudo índias, nos serviços domésticos, numa relação de trabalho que pouco ou nada diferenciava do cativeiro além do estatuto jurídico que, sendo livre não permitia ao senhor o registro cartorial de propriedade nem emitir escritura de compra e venda. No convívio social recebia o mesmo tratamento do escravo. Até meados do século XX encontravam-se velhas índias, suas filhas e netas, na condição de criadas domésticas, tanto em cidades como no campo (NEVES, 2003, p. 223).

O processo de invisibilização e subalternização dessas populações (negras e indígenas) é um dos elementos fundantes do processo colonial. A grande diversidade de sujeitos que ocupam e fazem o uso da terra no TI Chapada Diamantina foi se constituindo nesse contexto de silenciamento, subalternização e racialização dos corpos. Estudos que pautem as populações indígenas e negras (tanto africanas como dos seus descendentes) são fundamentais para a superação desse silenciamento, que se abate sobre a diversidade étnica e cultural da região e sobre as resistências desses sujeitos ao longo do processo de formação socioespacial dessa região até hoje.

Esse olhar, a partir de uma perspectiva histórica sobre o processo de ocupação da região que hoje é denominada de TI Chapada Diamantina, permite-nos estabelecer

relações com as análises apresentadas no início desse capítulo sobre algumas dimensões da questão agrária da Bahia. Além de ser um estado com uma elevada concentração de terra e de terras devolutas, é também um estado com grande diversidade de sujeitos coletivos, historicamente racializados, que ocupam e fazem o uso da terra.

A constituição dos territórios quilombolas de Seabra está diretamente associada ao processo histórico-geográfico de formação socioespacial da região do TI Chapada Diamantina. Tal processo está atrelado à estrutura racista do colonialismo e, apesar das poucas informações registradas sobre a origem da formação das comunidades quilombolas[70] de Seabra, podemos afirmar, que foi a partir desse contexto de formação socioespacial que muitas comunidades quilombolas se constituíram nesta região, encontrando brechas de resistência para ter acesso à terra. Esta, por sua vez, é uma das dimensões que devem ser reconhecidas como intrínsecas à questão agrária, por um capitalismo que se consolidou de forma racializada e que continua racista. Deste modo, nos tópicos que se seguem, buscaremos aprofundar a análise e a discussão sobre quilombos e a questão racial.

2.3 QUILOMBOS: UM OLHAR HISTÓRICO E DE REFLEXÃO SOBRE ESSE CONCEITO

A historiadora Maria Beatriz Nascimento associa a origem do conceito de quilombo a uma instituição africana, ou seja, como um conceito próprio dos africanos bantos, principalmente originários de Angola, utilizado durante a história da pré-diáspora para fazer referência aos acampamentos de guerreiros na floresta, administrados por chefes rituais de guerra. Segundo a pesquisadora, no Brasil o conceito foi adquirindo características próprias e sendo modificado ao longo dos séculos (NASCIMENTO, 2018).

No Brasil, os termos quilombo ou mocambo aparecem, já nas primeiras décadas da colonização, para fazer referência ao processo de fuga de pessoas negras escravizadas. Em princípio, a formação de quilombos e mocambos era quase sempre associada aos escravizados fugitivos: "Dos canaviais e dos engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades. Data de 1575 o primeiro registro de mocambo, formado na Bahia" (GOMES, 2015, p. 12).

---

[70] Tratam-se de comunidades que não tiveram o seu processo de constituição histórica registrados em documentos escritos. Sabe-se que os nossos acervos documentais são marcados por este tipo de silenciamento. A história de suas origens, geralmente, está resguardada principalmente na memória coletiva transmitida pela oralidade nas comunidades como foi identificado pelos RTID (INCRA, 2009, 2010a, 2010b e 2010c).

A primeira definição oficial de quilombo no Brasil foi elaborada na resposta do Rei de Portugal à Consulta do Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740, que enfatizou a ocupação coletiva e ilegal da terra ao definir quilombo ou mocambo como "toda a habitação de negros fugitivos que passem de cinco, em toda parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles" (ALMEIDA, 2011, p. 38). A partir dessa definição de cunho jurídico-formal, os elementos constitutivos de um quilombo poderiam ser resumidos a cinco características: a) fuga; b) quantidade mínima de "fugidos"; c) localização marcada pelo isolamento; d) moradia consolidada ou não; e) capacidade de consumo que explicitaria autossubsistência (ALMEIDA, 2011, p. 39).

A definição construída pelo Conselho Ultramarino tinha por finalidade criar uma descrição mínima do que seriam os quilombos para, assim, combater qualquer agrupamento negro que fugia dos moldes da organização social estabelecida pelo sistema escravista. Do período colonial ao período imperial, essa definição jurídica formal de cunho repressivo do que seria um quilombo pouco se alterou. A tentativa foi sempre de nominar os quilombos como algo que ameaçava o sistema escravocrata:

> A sua primeira definição se encontra no corpo das legislações colonial e imperial, de uma forma explicitamente indefinida, que buscava abarcar sob um mesmo instrumento repressivo o maior número de situações, bastando para a sua caracterização a reunião de cinco (colonial) ou três (imperial) escravos fugitivos, formassem eles ranchos permanentes (colonial) ou não (imperial) (ARRUTI, 2006, p. 71-72).

Se, por um lado, o surgimento de um quilombo atraía a repressão, por outro, atraia também mais fugas para ele. De acordo com Gomes (2015), isso era o que talvez mais causasse preocupação entre os fazendeiros. Tanto nas áreas rurais, como nas áreas suburbanas, quilombos eram formados e tidos como "sinônimos de transgressão à ordem escravista" (GOMES, 2015, p. 16).

Há uma grande heterogeneidade em como se deu a origem de formação e a forma de organização dos diversos quilombos, porém todos estão associados ao contexto do sistema colonial escravista. No momento focaremos principalmente nos períodos colonial e imperial para, mais adiante, discorrermos também sobre o pós-abolição e assim, analisar de forma relacional ambos contextos e também, suas continuidades e descontinuidades nos quilombos da atualidade.

Nesse sentido, alguns autores apresentam críticas e problematizam os diferentes significados/definições que foram atribuídos e que predominaram ao longo do tempo sobre o que seriam os quilombos. Almeida (2011) problematiza a perpetuação da

definição jurídico-formal de quilombo, criada ainda no período colonial e pouco modificada no imperial. Segundo o autor, a definição criada por estes instrumentos punitivos e de perseguição manteve por muito tempo uma ideia de quilombo totalmente "frigorificada", associada principalmente à ideia de fuga e de isolamento. Leite (2000) acrescenta a essa crítica o predomínio de uma visão que compreende quilombo a partir do que foi o Quilombo de Palmares, enquanto uma unidade guerreira, constituído a partir de um suposto isolamento e autossuficiência.

Também trazendo fortes críticas às concepções que associam quilombos à ideia de isolamento, Gomes (2015) afirma que não se pode falar de apenas uma base que sustentava a economia quilombola, mas de múltiplas estruturas socioeconômicas que estavam diretamente associadas a fatores geográficos, demográficos e culturais. O mais importante, de acordo com o autor – em qualquer período ou local – foi o fato de não estarem completamente isolados:

> No Brasil – ao contrário de outras áreas escravistas nas Américas -, as comunidades de fugitivos proliferaram como em nenhum outro lugar, exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram. Nunca isolados, mantinham trocas econômicas com variados setores da população colonial, que incluíam taberneiros, lavradores, faiscadores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates e quitandeiras, tanto escravos como livres. Tais trocas, que nunca foram sinônimos de paz ou ausência de conflitos, sobretudo significaram experiências que conectavam toda a sociedade escravista, tanto aquela que reprimia como a que acobertava quilombos e suas práticas (GOMES, 2015, p. 20).

O trabalho de Gomes (2015) apresenta e descreve como de diversas formas os quilombos, formados ao longo do período escravocrata, estiveram organizados de tal forma que mantinham relações com a sociedade escravista. Em muitos casos, circuitos mercantis clandestinos eram formados e, além da comercialização de excedente da produção agrícola, podia ocorrer também a comercialização do fornecimento de lenha, da farinha, da fabricação de cerâmica e cachimbos, de produtos resultantes das coletas extrativistas (caça, pesca, etc.). Para além da ideia de autossuficiência, muitos quilombos/mocambos tinham sua produção econômica articulada aos circuitos locais por meio dos quais os quilombos podiam, por exemplo, adquirir tecidos para roupas e armamentos.

Muitos quilombos podiam não manter uma completa autossuficiência, mas mantinham um processo de trabalho autônomo, livre da submissão aos grandes

proprietários e isso se concretizava independentemente de estarem de certa forma em localidades mais isoladas ou até mesmo próximas das casas-grandes (ALMEIDA, 2011).

A autonomia podia passar a existir internamente às fazendas. Houve um processo de construção de existência autônoma nos limites das fazendas, no quintal, no terreiro e na própria senzala. Sobre esse processo de autonomia no interior das próprias fazendas escravistas, Almeida (2011) identifica que um ponto central dos relatórios militares de repressão e combate aos quilombos visava prioritariamente trazer a força de trabalho de volta à disciplina do trabalho nas plantações. Houve casos em que o retorno dessa mão de obra "indisciplinada" para as grandes plantações coincidiu com períodos de quedas de preços no mercado mundial. Nesse sentido, Almeida (2011) ressalta que o sistema repressor precisa de suporte econômico para funcionar de forma efetiva. A escassez dos recursos financeiros dos grandes proprietários contribuiu para que os mecanismos de coerção e justiça privada não funcionassem com a mesma intensidade facilitando, assim, a autonomia dos escravizados no interior das fazendas. Sobre esse tipo de processo, Almeida (2011, p. 69) afirma que "é como se o quilombo tivesse sido trazido para dentro da casa-grande, ou mesmo aquilombado a casa-grande" e acrescenta:

> Mas o fato de ter trazido de lá para cá e agora querer levar daqui para lá quebrou com o dualismo dentro/fora; o quilombo, em verdade, descarnou-se dos geografismos, tornando-se uma situação social de autonomia, que se afirmou ou fora ou dentro da grande propriedade. Isso muda um pouco aquele parâmetro histórico, arqueológico, de ficar imaginando que o quilombo consiste naquela escavação arqueológica onde há indícios materiais e onde estão as marcas ruiniformes da ancianidade da ocupação (ALMEIDA, 2011, p. 69).

Também refletindo sobre as diferentes formas de aquilombamento no interior de fazendas escravistas, Gomes (2015) relata em seu trabalho alguns processos de negociações de conflitos envolvendo negros aquilombados no interior de uma fazenda. O aquilombamento no interior de uma fazenda representava também um tipo de levante, de protesto onde procuravam tanto preservar e/ou alargar espaços de autonomia e direitos costumeiros conquistados junto aos fazendeiros, como se rebelar em processos onde compra, venda, doação e transferência de escravizados ameaçavam desestabilizar suas relações sociais de convívio e de parentesco.

Em momentos de crises econômicas, principalmente relacionadas ao abastecimento de alimentos, aumentava o controle e confisco da produção das roças dos cativos por parte dos fazendeiros e estes momentos também podiam resultar em protestos. A presença de roças de subsistência cultivadas por cativos no interior de uma fazenda era

comum e podia estar articulada também às produções de quilombos do entorno da casa-grande:

> Quase invisível, a conexão da economia quilombola se espelhava entre vários setores, inclusive se misturando com práticas semelhantes dos escravos nas senzalas com suas roças de subsistência, direito costumeiro conquistado junto aos fazendeiros. Não só a farinha, mas o milho, o arroz, o feijão, além de outros legumes, chegavam aos mercados locais e mesmo a vilas mais afastadas e com densidade populacional. Cativos e quilombos constituíram práticas econômicas a partir das quais interagiam (GOMES, 2015, p. 28).

Sobre esse tema, no trabalho de Capitan (2009) podemos encontrar aspectos identificados na região da Chapada Diamantina que poderiam corresponder a essas formas de aquilombamentos abordadas por Almeida (2011) e Gomes (2015). A autora discorre sobre comunidades quilombolas do município de Rio de Contas e destaca que, durante a passagem dos naturalistas Johan Spix e Karl Martiun, em 1820, nesta região:

> [...] os naturalistas registraram importância da mão-de-obra do negro escravizado em diversas áreas de trabalho (agricultura, pecuária e serviços especializados). Eles descreveram que era permitido aos negros trabalharem em roças próprias, nos dias consentidos pelos senhores. Tal consentimento, tanto desonerava o escravocrata no custeio de seu escravo, quanto permitia aos negros o acúmulo de capital para a compra da alforria (CAPITAN, 2009, p. 132).

O aquilombamento representaria assim, esse processo de autonomia e de resistência que ocorriam no interior das fazendas escravistas. Essas reflexões sobre quilombos e aquilombamentos permitem desmistificar a ideia da existência de uma dicotomia absoluta entre fazenda e quilombo, na qual os quilombos só poderiam ter existido fora do domínio das grandes propriedades:

> [...] a situação do quilombo existe onde há autonomia, existe onde há produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa reapropriação do mito do "bom senhor" tal como se destaca hoje em certas condições de aforamento (ALMEIDA, 2011, p. 70).

Além de problematizar as definições atribuídas aos quilombos que partem da ideia de fuga, de isolamento e de autossuficiência é preciso também trazer a dimensão da mobilidade de muitos quilombos, tal como trabalhada por Gomes (2015). Segundo o autor, durante o período escravista, ocorreu uma série de expedições punitivas de ataque aos quilombos, muitas das quais com duração de anos e anos a fio. Nesse processo, áreas eram desbravadas e frentes de ocupação e colonização eram abertas. Nesse sentido, os quilombos precisavam também ser comunidades móveis de ataque e defesa:

> A localização se associava a conexões mercantis, ao não isolamento e às expectativas geográficas. Situar-se em montanhas ou planícies podia ser uma estratégia [...] O objetivo sempre foi evitar ataques surpresa, já que, percebendo alguma movimentação, optavam por abandonar roças e mocambos (GOMES, 2015, p. 35).

Essa breve abordagem sobre quilombos no Brasil durante o período escravocrata buscou problematizar as definições criadas por meio de instrumentos jurídicos formais com fins repressivos e punitivos. As reflexões aqui apresentadas ampliam o debate e a complexidade do que foram os quilombos durante esse período histórico que, associado às dinâmicas socioespaciais específicas, deram origem a diferentes formas de quilombos/mocambos e de aquilombamentos.

A partir dessa discussão, podemos estabelecer relações com a origem de algumas das comunidades quilombolas de Seabra. Dentre as cinco comunidades quilombolas, em cujo processo de constituição conseguimos identificar informações, duas fazem referência direta ao período escravocrata e, mesmo assim, de forma diferente: no Morro Redondo, a origem da comunidade é associada à história de um negro escravizado, o "Timutinho", que haveria fugido de alguma fazenda e se instalado onde hoje é a comunidade; no Baixão Velho a referência também é feita ao período escravocrata, ao destacar a estratégia de captura e escravização a partir da organização de uma festa (talvez na tentativa de escravizar pessoas negras que já eram forras ou que nasceram libertas). Já as outras três comunidades (Olhos d'água do Basílio, Capão das Gamelas e Agreste) têm suas origens associadas aos processos de deslocamento de homens e mulheres (negros e negras) que vinham de comunidades vizinhas e caminhavam em busca de terras com fontes de água para se instalar, esses deslocamentos não são claramente identificados em um determinado período histórico.

Para além de buscar apontar com exatidão o processo de origem dessas comunidades quilombolas, essas informações nos permitem aproximar e levantar um conjunto de questões sobre a compreensão do contexto escravocrata dessa região, assim como na constituição da estrutura agrária. Há uma mescla de situações: escravizados fugitivos; aquilombados (no qual a festa feita por fazendeiros se tratava de uma emboscada para comercializá-los como escravizados); possivelmente negros livres que se deslocavam em busca de terra para viver, conforme vimos com Gomes (2015). Desta maneira, conforme Neves (2003), na região do TI Chapada Diamantina o povoamento se deu com a presença de populações escravizadas (negra e indígena) e populações de indivíduos livres (divididos em hierarquias sociais). Vale destacar, que havia nesta

parcela de indivíduos livres a presença de pessoas negras, que conseguiram comprar sua alforria (especialmente a partir do trabalho na mineração) ou que, por serem descendentes desses mesmos trabalhadores nasceram livres. Essas reflexões serão retomadas ao longo do trabalho. No próximo tópico nos aproximaremos, então, dos "silêncios" após a abolição da escravatura.

2.4 "SILÊNCIO RUIDOSO": RAÇA, RACISMO E QUILOMBOS

Com o intuito de seguir em diálogo com as reflexões e problematizações que tratam da questão quilombola, procuraremos neste momento voltar nossa análise à construção da ideia de raça e racismo. Como veremos adiante, trata-se de elementos estruturantes da nossa sociedade, que podem ser identificados nas comunidades quilombolas de Seabra. A questão racial é uma temática complexa, diretamente vinculada à história dos quilombos no Brasil. Sendo assim, iniciaremos este tópico buscando compreender como raça, racismo e quilombos foram questões silenciadas no contexto histórico do pós-abolição até a Constituinte de 1988.

Partimos do entendimento da ideia de raça como uma construção social, como um instrumento de classificação social que busca hierarquizar a sociedade por meio de características fenotípicas e não genotípicas, ou seja, não se trata de características genéticas que poderiam abrir a possibilidade de serem compreendidas como naturais, mas de classificações atribuídas por meio de relações de poder na classificação e hierarquização dos corpos (GONZALEZ, 2018; NASCIMENTO, 2018; QUIJANO, 2005 e 2013).

Em suas reflexões sobre a implementação e perduração de um sistema de classificação racial na América Latina, Lélia Gonzalez (2011) destaca dois importantes aspectos que estabelecem relações com formas de classificação racial existentes tanto na Espanha como em Portugal. O primeiro deles se refere às formações históricas desses países a partir da luta de muitos séculos contra os mouros (predominantemente negros). A autora destaca que a dimensão racial teve um importante papel ideológico nas lutas da Reconquista da Península Ibérica pelos cristãos e que consequentemente possibilitou que portugueses e espanhóis adquirissem uma sólida experiência com respeito a essa forma de articulação das relações raciais. O segundo aspecto destacado pela autora faz referência à forma como as sociedades ibéricas se estruturaram de maneira altamente hierarquizada, com muitas castas sociais diferenciadas e complementares. Sendo assim:

> Herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latinoamericanas não podiam deixar de se caracterizarem como hierárquicas. Racialmente estratificadas, apresentam uma espécie de continuum de cor que se manifesta num verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas). Neste quadro, se torna desnecessária a segregação entre mestiços, indígenas e negros, pois as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante. (GONZALEZ, 2011, p. 15).

Se de um modo a classificação racial que se solidificou na América Latina representa uma continuidade das premissas de um tipo de classificação racial presente nas sociedades ibéricas, de outro modo é necessário destacar que a experiência de classificação racial implementada no período de expansão colonial europeia, teve como importante diferencial de outras possíveis formas de classificação racial praticadas até então: a construção de uma ideia de "raça" que legitimou a comercialização em escala global de pessoas negras de origem africana tratadas como mercadorias e, portanto, desprovidas de humanidade. A ideia de raça e a prática do racismo que emergem a partir desse contexto tornaram-se um importante instrumento de poder utilizado na expansão do colonialismo e do capitalismo:

> A ideia de "raça" é, seguramente, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Produzido no início da formação das Américas e do capitalismo, nas passagens do século XV para o XVI, nos séculos seguintes foi imposta sobre toda a população do planeta como parte da dominação colonial da Europa (QUIJANO, 2013, p. 43).

Aníbal Quijano (2005, 2013) argumenta que a América foi o primeiro espaço/tempo onde o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado foi se configurando como um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo, como a primeira expressão da modernidade. Dentre os eixos formadores desse padrão de poder destaca-se a classificação hierárquico-social da população mundial por meio de três dimensões diferentes e simultaneamente articuladas, são elas: trabalho, gênero e raça (QUIJANO, 2005).

Lélia Gonzalez (2018) também identificava a existência de uma articulação entre racismo, sexismo e classes sociais como elementos intrínsecos e estruturantes do capitalismo. A autora compreende a raça como um atributo socialmente elaborado que se relaciona diretamente com o aspecto subordinado da reprodução de classes sociais. O racismo, enquanto construção ideológica e conjunto de práticas,

> [...] é um dos principais determinantes da posição dos negros e não-brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se numa parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a reprodução da divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito (GONZALEZ, 2018, p. 97 - 98).

Compreender a "raça" como eixo estruturante do padrão de poder capitalista é de fundamental importância para compreender a sua perpetuação nas relações sociais e por isso, acrescentamos a sua importância na concepção da questão agrária. A partir de uma concepção hierárquica entre quem está destinado a ser dominado e a quem está destinado a ser dominador, classificações foram criadas a partir da ideia de raça. Ou seja, como uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pelas invasões europeias, foram produzidas identidades sociais historicamente novas como "índios", "negros", "mestiços" dentre outras que passaram a ser utilizadas para se diferenciarem daquelas denominadas de "brancos/europeus".

Nesse sentido, a distribuição racista das novas identidades sociais foi articulada com uma distribuição racista do trabalho, uma distribuição racista nas formas de controle e exploração do trabalho do capitalismo colonial (escravidão, servidão, pequena produção mercantil e o salário). Assim, as identidades raciais criadas para se referir aos colonizados foram associadas ao trabalho não pago, e desenvolveram entre os colonizadores a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos e/ou europeus:

> Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (QUIJANO, 2005, p.109).

Essas formas de controle não pago e não assalariado do trabalho, ou melhor, o sistema de escravização implementado a partir da colonização das Américas foi legitimado pela distinção racial e, assim, voltado principalmente à exploração dos homogeneamente rotulados de indígenas e negros. Foi sobre os últimos que o sistema escravista se organizou mundialmente em um negócio racista e lucrativo de comercialização mundial de corpos negros de origem africana.

A concepção colonial e homogeneizante da figura do "negro" buscou apagar identidades e culturas com conhecimentos específicos, apesar de, em muitos casos, a escravização ter priorizado culturas com conhecimentos especializados em determinados

trabalhos (culturas com práticas agrícolas em áreas tropicais, culturas com especialidade na metalurgia, etc.):

> De origens múltiplas, todos eles foram transformados – na visão dos europeus – em africanos, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões. Entre os escravizados havia reis, príncipes, rainhas, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas e um sem-número de agricultores, mercadores urbanos, conhecedores da metalurgia e do pastoreio (GOMES, 2015, p. 8).

Essa diversidade de povos foi reduzida à condição de objeto, desumanizou-se o humano, para justificar sua intensa exploração. Foi algo que perdurou no Brasil através do regime oficial de escravização por quase quatrocentos anos. Mesmo com o fim do período colonial, o regime escravista manteve-se vigente por mais de sessenta anos e até mesmo a abolição da escravatura não significou o fim da lógica que fundamentava esse sistema. Nesse sentido, alguns autores (QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2005; SANTOS, 2001) vêm construindo uma reflexão teórica que argumenta que o fim do período colonial não significou o fim da colonialidade. O colonialismo não se resumiu a um período de nosso passado histórico. Há uma colonialidade do poder, do saber e do ser que alimentam e mantém um colonialismo interno[71] e externo, característica essencial e necessária do capitalismo que, enquanto sistema de poder, segue mantendo a "raça" como um dos seus eixos estruturantes:

> Deste modo, a "raça" - uma maneira e um resultado da dominação colonial moderna – permeou todos os âmbitos do poder mundial capitalista [...]. O "racismo" nas relações sociais cotidianas não é a única manifestação da colonialidade do poder – mas é sem dúvida, a mais perceptível e onipresente. (QUIJANO, 2013, pp. 43-44).

Nesse sentido, "raça" e "racismo" tiveram continuidade mesmo com o fim do período colonial e do período escravista porque correspondem a uma das manifestações da colonialidade do poder. Assim como em toda a América Latina, mas principalmente no Brasil, o fim do período colonial e a abolição da escravatura não foram sinônimos de fim do racismo. Ao contrário, o que se construiu foi um silenciamento intencional dessas questões.

Lélia Gonzalez (2011, p. 16) aponta para a existência de um "silêncio ruidoso" a respeito das contradições raciais presentes na América Latina. Tal silêncio se

[71] González Casanova (2006) é um dos autores que trata do conceito de "colonialismo interno" para explicar que os processos de independência, sobretudo na América Latina, não se desenvolveram em um marco decolonial. Ao contrário disso, as situações de exploração cultural, epistêmica e econômica permaneceram.

fundamenta, modernamente, num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial. A autora enfatiza sua crítica a um dos principais argumentos do mito da democracia racial, que consiste em afirmar que os negros e indígenas, após o período colonial e escravista, foram contidos no interior da sociedade em condições de relativa igualdade com outros grupos raciais.

Diversos países latino-americanos, nesse sentido, teriam buscado desde seus processos de independência e desde o fim do sistema escravista apagar os indicadores raciais nos seus censos e documentos oficiais. A autora argumenta que em alguns casos os indígenas foram reabilitados como símbolo místico da resistência contra a agressão colonial e neocolonial, mas sem deixar de serem mantidos em condição de subordinação. Com relação aos negros, destaca que são abundantes os estudos sobre a sua condição durante o regime escravocrata, porém, desde a abolição há a produção de um silenciamento:

> Desse modo, a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue" como se diz no Brasil), é internalizado com a conseqüente negação da própria raça e da própria cultura. (GONZALEZ, 2011, p. 15).

O mito da democracia racial e a teoria do branqueamento são teorias diferentes, mas que se complementam: ambas buscam produzir o apagamento das desigualdades raciais no Brasil a partir da produção de estudos acadêmicos. O campo de estudos denominado de Relações Raciais no Brasil, predominantemente baseado no estudo sobre negros, historicamente, foi produzido por acadêmicos brancos. Ao problematizar esse aspecto, Figueiredo e Grosfoguel (2009, p. 226) afirmam que o mais adequado seria denominar de "hierarquias raciais" porque compreendem que predomina a verticalidade das relações sobre a suposta horizontalidade expressa na definição "Estudos das Relações Raciais".

Na análise construída pelos autores sobre como se configurou o campo dos "Estudos das Relações Raciais" no Brasil eles vão demonstrar a importância desses estudos nas Ciências Sociais brasileiras, já nas primeiras décadas do século XX, assim

como a existência de um campo institucionalizado e hegemonizado por perspectivas e epistemologias euro-brasileiras, cuja perspectiva comparativa com os Estados Unidos já existia (FIGUEIREDO & GROSFOGUEL, 2009).

Figueiredo e Grosfoguel (2009) dividem esse campo de estudos em três momentos: o primeiro defendia o clareamento ou o embranquecimento da população, teoria do branqueamento, como uma alternativa ao futuro da nação brasileira, partindo da crença de que mestiçagens sucessivas levariam ao desaparecimento da população negra; no segundo momento emerge uma interpretação do Brasil a partir de uma chave cultural que ressaltava a valorização da mistura racial e cultural, essa perspectiva acabou por consolidar a crença na democracia racial brasileira ou no mito da democracia racial[72] - essa perspectiva se manteve vigente, segundo os autores (2009), pelo menos até o início dos anos 1990. (Acreditamos que esta perspectiva ainda permaneça na atualidade, 2022.) -; já o terceiro momento é marcado por estudos que corroboram com a crença na inexistência do preconceito racial no Brasil, fortalecendo a ideia de que o preconceito no Brasil é de classe. As mudanças no enfoque dos estudos sobre as "relações raciais" acontecem a partir do final da década de 1970 (período em que o recém-formado Movimento Negro Unificado - MNU faz denúncias sobre o racismo no Brasil), com a produção de trabalhos que demonstravam as desigualdades no acesso à educação e nos níveis de renda entre negros e brancos[73].

Aquilo que Lélia Gonzalez (2018) denominava de "silêncio ruidoso" sobre as contradições raciais representa esse período de apagamento do pós-abolição que, além de silenciar as desigualdades raciais, também silenciava a questão quilombola. Se durante o período colonial e imperial a abordagem existente sobre quilombos tinha um fim jurídico-normativo de identificar um quilombo para combatê-lo, após a abolição há também um apagamento dos quilombos:

> Aqueles cinco elementos[74] já mencionados se mantiveram nas definições de quilombo e só vão sofrer um deslocamento de variação e intensidade entre eles

[72] Os trabalhos de Gilberto Freyre foram as principais referências dessa perspectiva. A obra "Casa grande e senzala" é uma das mais conhecidas e formula a ideia de uma relação cordial entre senhores e escravos. A miscigenação seria uma das consequências desse processo que consequentemente contribuiria com a existência de uma democracia racial.

[73] As obras dos sociólogos Clóvis Moura e Florestan Fernandes são exemplos dessa abordagem que relaciona classe e raça.

[74] a) fuga; b) quantidade mínima de "fugidos"; c) localização marcada pelo isolamento; d) moradia consolidada ou não; e) capacidade de consumo que explicitaria autossubsistência (ALMEIDA, 2011, p. 39).

> mesmos. Na legislação republicana nem aparecem mais, pois com a abolição da escravatura se imaginava que o quilombo automaticamente desapareceria ou que não teria mais razão de existir. Constata-se um silêncio nos textos constitucionais sobre a relação entre os ex-escravos e a terra, principalmente no que tange ao símbolo de autonomia reprodutiva representado pelos quilombos (ALMEIDA, 2011, p. 64).

O "silenciamento ruidoso" acerca das contradições raciais e dos quilombos perduraram conjuntamente por décadas. As conquistas no rompimento desse silenciamento se efetivam principalmente nas proximidades do centenário da abolição da escravidão em decorrência de mobilizações articuladas pelos movimentos negros. Quando a pauta pelos direitos quilombolas adentra ao debate de formulação da nova Constituição Federal, ela emerge fortemente vinculada à luta contra as desigualdades raciais. Os/as pesquisadores/as negras, juntamente com a militância negra, recuperavam a memória histórica do Quilombo dos Palmares como símbolo de resistência negra para pensar o que seriam os quilombos do pós-abolição. Maria Beatriz do Nascimento, no final da década de 1970, foi uma das pesquisadoras que trouxe uma análise sobre quilombos articulada com a questão racial:

> Embora o quilombo enquanto agrupamento passível de repressão pareça só existir enquanto houve o sistema produtivo da escravidão, ele não pode ter desaparecido enquanto organização em que vários grupos sociais estão comprometidos, somente porque o regime escravocrata extinguiu-se. Pensamos que ele, tanto como modelo quanto como seguimento de estrutura social, perdurou absorvendo os novos elementos que aparecem com a desorganização do trabalho escravo, isto é, os ex-escravos, assim como outros indivíduos de grupos raciais, que, de algum modo, ficaram fora da nova reestruturação da economia dominante. É verdade que não vamos vê-los após a abolição enquanto quilombo passível de repressão. Mas se nós tomamos a história da repressão ao negro após a abolição, talvez possamos identificar essa nova repressão com o que aconteceu historicamente com um quilombo. Queremos dizer que oficialmente o quilombo termina com a abolição, mas que permanece enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura, embora não mais com aquele nome nem sofrendo o mesmo tipo de repressão. Se sabemos que o negro e outros oprimidos permanecem, por exemplo, nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho, como também pela marginalização racial, podemos dizer que o quilombo, embora transformado, perdura (NASCIMENTO, 2018, p. 78).

No contexto em que a autora escreve este fragmento, ela problematiza tanto a ideia do simples desaparecimento dos quilombos após o fim do sistema escravista, quanto a continuidade da desigualdade racial e repressão racial que acontecem nas áreas periféricas das cidades e, acrescentamos, também no campo. Nesse sentido, Nascimento (2018), ao afirmar que oficialmente o quilombo termina com a abolição, desperta a

construção de uma reflexão a respeito de sua continuidade nas diferentes formas de resistência negra.

Todo esse processo de ruptura do silêncio sobre raça e quilombos repercutiu na elaboração da Constituição Federal (CF) de 1988, fim do período de ditadura civil-militar, obtendo uma grande conquista política com a inserção do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual garante o direito ao território dos remanescentes das comunidades de quilombos. Arruti (2006) discorre sobre o processo de aprovação do Art. 68 do ADCT da CF de 1988 e ressalta que a aprovação do artigo foi fruto de intensas negociações políticas levadas por representantes do movimento negro e de que o seu texto final teria sido resultado de um esgotamento do tempo e das referências de que o movimento dispunha para o debate. Apesar das incertezas sobre o conceito de "remanescentes das comunidades de quilombos" é importante considerar o seguinte:

> A expressão "remanescente das comunidades de quilombos" que emerge na Assembleia Constituinte de 1988 é tributária não somente nos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude uma "dívida" que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade privada (LEITE, 2000, p. 11).

Se oficialmente os quilombos tinham terminado com a Abolição, eles renascem a partir da luta antirracista que respaldou a Constituição de 1988. Dessa vez, a definição de quilombo foi reformulada enquanto definição jurídica formal, não de caráter criminal/repressivo, mas sim de construção de sujeitos de direitos, assegurando principalmente o direito à titulação dos seus respectivos territórios. A esse cenário está atrelado o processo de mobilização das comunidades quilombolas de Seabra que, conforme os Quadros 1, 2 e 3, culminaram no acionamento de diferentes instituições para assegurar-lhes o direito à titulação dos seus respectivos territórios.

A definição jurídica de quilombo renasce e simultaneamente nasce enquanto categoria política e sociológica. Vimos assim, a exemplo de Seabra, comunidades negras passarem por processos de mobilização e acionamento coletivo da identidade quilombola e por outro lado, vimos também uma ampliação no campo acadêmico de estudos sobre quilombos. No tópico que segue, discorreremos com mais detalhes sobre essa ressignificação no campo jurídico do conceito de quilombos.

2.5 DA CONQUISTA POR DIREITOS À PERMANÊNCIA DO RACISMO

Com a CF de 1988 temos uma ressignificação do quilombo. O Art. 68 do ADCT afirma que o governo deve assegurar às comunidades quilombolas a regularização fundiária da área em que vivem: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 1988, Art. 68 ADCT).

Tendo em vista a multiplicidade de formas de ocupação da terra, o Art.68 dos ADCT, além de romper o silenciamento político sobre os quilombos, traz consigo o desafio de considerar e de garantir o direito a toda essa diversidade de quilombos. Dessa forma, Almeida (2011) critica o termo "remanescente" que traz consigo a ideia de sobra, de algo que restou do passado e propõe que se deve trabalhar com o conceito de quilombo a partir do que ele é no presente:

> [...] tem que haver um deslocamento. Não é discutir o que foi, mas sim discutir o que é e como esta autonomia está sendo construída historicamente [...] Quer dizer, como é que se constituiu autonomia a partir da desagregação das grandes plantações sejam algodoeiras, sejam de cana-de-açúcar ou cafeeiras? Esse é o grande problema e isso faz com que muitas vezes sejamos obrigados também a romper com o dualismo geográfico atribuído ao quilombo, isto é, que ele seja entendido como oposição à *plantation* e como está fora dos limites físicos da grande propriedade fundiária (ALMEIDA, 2011, p. 64 e 65).

Arruti (2006) aborda como o Art. 68 resultou no processo de construção do conceito de quilombo como uma categoria sociológica, bem como esse processo foi marcado por uma acirrada disputa entre arqueólogos e antropólogos. No campo acadêmico, a abordagem antropológica sistematizou e produziu diferentes trabalhos que problematizam a concepção de "remanescente", conforme já mencionado. Também passou a associar a questão quilombola às reflexões sobre uso comum e etnicidade:

> Assim, ao lado do paradigma histórico e etnológico das terras de uso comum, o conceito de grupo étnico impõe uma definição de remanescentes de quilombos calcada em critérios subjetivos e contextuais, marcados pela ideia de contrastividade, por meio da qual um grupo se percebe e se define sempre pela oposição (no caso, o conflito fundiário) a um outro. O conceito de grupo étnico surge, então, associado à ideia de uma afirmação de identidade (quilombola) que rapidamente desliza semanticamente para a adoção da noção de auto-atribuição, seguindo o exemplo do tratamento legal dado à identidade indígena (ARRUTI, 2006, p. 93).

A respeito da adoção da noção de autoatribuição, Arruti (2006) acrescenta que foi de grande importância para o conceito de quilombo não ficar preso a um rótulo e a um rol de características fixas, associadas a um determinado estereótipo culturalista ou

historicista que preconiza o que tais grupos deveriam ser e, certamente, excluiria muitos casos concretos. Assim, o conceito de quilombo vai se formando enquanto categoria política na medida que os próprios grupos aderem a essa autoatribuição e por isso, pode-se afirmar que o quilombo na atualidade "significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado" (LEITE, 2000, p. 6).

A promulgação do Art. 68 do ADCT na CF de 1988, não representou apenas uma ressignificação do quilombo, representou, sobretudo, uma conquista de um projeto de cidadania da população negra no Brasil, podemos dizer, de um projeto antirracista de sociedade. No entanto, apesar da importante conquista no âmbito normativo, no âmbito da prática a execução do referido projeto começou a avançar até os dias atuais a passos muito lentos. Conforme Leite (2000) isso se deve tanto por conta da grande quantidade de casos de comunidades quilombolas levantados desde então e que surpreendeu os órgãos designados para coordenar o processo de titulação, quanto devido ao fato desse projeto esbarrar em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias. Conforme a autora:

> No início dos anos 90 percebia-se já: o seu campo de ação, as consequências mesmas do artigo proposto e aprovado pela Constituição não seriam suficientes nem sequer estavam sendo avaliadas pelos setores conservadores que nele votaram. **Acreditavam tratar-se de alguns pequenos casos isolados, bons para produzir a visibilidade aos atos de governo e para colocar uma pedra definitiva em cima do assunto.** Esta é uma avaliação pertinente, compartilhada por diferentes lideranças do movimento negro. E como hipótese não é inconsistente, se forem considerados os inúmeros impasses criados para sua aplicação assim que se percebeu: 1) a grande quantidade de áreas a serem tituladas no Brasil sob esta perspectiva, já que a população afro-descendente é numerosa; 2) o poder de mobilização e reorganização das comunidades motivadas pelo próprio artigo; 3) a evidência da definição de uma nova identidade para os descendentes de africanos no Brasil, através da possibilidade de sua inclusão, finalmente, na condição de brasileiros, de cidadãos, e da viabilidade mesma de ocorrerem titulações em grande parte das demandas desde então esboçadas (LEITE, 2000, p. 25 – grifo nosso).

Diante deste contexto, o processo de luta e conquista de criação de outros instrumentos normativos foi importante para que se avançasse na garantia dos direitos proferidos pela CF de 1988 às comunidades quilombolas. Por isso, cabe destacar a importância da Convenção nº 169 que trata sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, criada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 1989, e que entrou em vigor internacional,

em setembro de 1991. Somente onze anos depois, no ano de 2002, o Brasil passa a incorporar o grupo de países signatários da Convenção 169 quando a ratifica, e assim passa a se comprometer internacionalmente com suas diretrizes. A Convenção reconhece aos povos indígenas e tribais o direito à propriedade e posse de seus territórios, à consulta prévia para medidas que possam afetar suas vidas e ressalta como critério fundamental de definição desses povos a autoidentificação. Determina também ao governo a adoção de medidas para proteger o meio ambiente desses territórios.

Trata-se, assim, de mais um instrumento jurídico que contempla a defesa de territórios tradicionais, como os de comunidades quilombolas. De acordo com o item 1 do Artigo 14° da Convenção:

> Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e posse das terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos devidos casos, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tradicionalmente tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dispensada especial atenção à situação de povos nômades e de agricultores itinerantes (CONVENÇÃO 169 - OIT, Art.14).

No Artigo 2° da Convenção, fica estabelecido que os governos têm a responsabilidade de "proteger os direitos desses povos e garantir o respeito à sua integridade" (CONVENÇÃO 169 - OIT, Art. 2). No Artigo 6° aborda-se o direito à consulta prévia aos povos indígenas e tribais toda vez que estejam previstas medidas legislativas (isso é, novas leis e normas) ou administrativas (como políticas públicas ou projetos de infraestrutura) que venham afetar as suas vidas como em: "2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser feitas, de boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo ou consentimento com as medidas propostas" (CONVENÇÃO 169 - OIT, Art.6).

Segundo Shiraishi Neto (2007, p.46), o fato de esta Convenção estabelecer como critério fundamental a autoidentificação, "tem provocado e promovido de forma deliberada uma verdadeira ruptura no mundo jurídico, que sempre esteve vinculado aos intérpretes autorizados da Lei". O autor complementa dizendo que a Convenção 169 "não define a priori quem são esses 'povos indígenas e tribais', apenas oferece instrumentos para que o próprio sujeito se autodefina, como o da 'consciência de sua identidade'". Trata-se assim, de um elemento importantíssimo, pois se a Convenção definisse de antemão, excluiria uma infinidade de povos e comunidades tradicionais desse dispositivo.

Um avanço mais contundente na política de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas se dá sobretudo, a partir de 2003, ano em que passa a vigorar o Decreto 4887. Apesar do direito à titulação do território quilombola ser garantido pela CF e pela Convenção 169, na prática, a garantia desse direito apresentava alguns entraves: Como identificar tais comunidades? Qual o procedimento em relação a terras com títulos de indivíduos alheios à comunidade? Como proceder para titular as terras das unidades da federação? (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 802).

O Decreto 4887 vem na direção de equacionar estas questões, marcando um significativo avanço no caminho para o reconhecimento e para a regularização fundiária de comunidades quilombolas, haja vista que as questões enunciadas fazem ainda mais sentido quando, em um crescente, "as terras passam a ser assediadas por indivíduos ou grupos que possuem representatividade política a nível local, estadual e nacional. Ou então trata-se de grupos transnacionais, em que o Estado possui interesse estratégico" (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 802).

Deste modo, vale frisar, que tal qual a Convenção 169 da OIT, o Decreto 4887 ao versar sobre os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por comunidades quilombolas também valida a questão da autoidentificação, conforme: "§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade"[75].

A promulgação do Decreto 6040 de 2007 que formula a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), torna-se mais um instrumento jurídico que fortalece a conquista por direitos dos povos e comunidades tradicionais, como é o caso das comunidades quilombolas. A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Vale destacar, que estes instrumentos jurídicos garantem o respeito aos direitos territoriais das comunidades quilombolas e a garantia desses direitos intercede diretamente na questão agrária.

---

[75] BRASIL. DECRETO Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. [...] **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de nov. 2003. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em 2020.

Antes da promulgação do Decreto 4887, a competência de demarcações e titulações cabia a Fundação Cultural Palmares (FCP), até então vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). A partir do Decreto, a competência das demarcações passa a ser de responsabilidade do INCRA, coube então à FCP, entidade atualmente vinculada ao Ministério da Cidadania[76], a responsabilidade de formalizar a existência de comunidades quilombolas. Essa formalização ocorre por meio da emissão de certidões que reconhecem uma referida comunidade como Comunidade Remanescente de Quilombos. Além do processo de certificação, a FCP é responsável por prestar assessoria jurídica e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania às populações quilombolas.

Os dados divulgados pela FCP revelam a expressividade do número de comunidades quilombolas no país: de 2004 até outubro de 2020, foram emitidas 2.798 certidões de autodefinição envolvendo 3.456 Comunidades de Remanescentes de Quilombos (FCP, 2020a). Vale enfatizar que a certificação não garante a titulação do território, mas obter a emissão desse documento é necessário para qualquer comunidade que queira abrir um processo de titulação no INCRA.

Do ponto de vista dos processos abertos de reconhecimento e titulação da terra no INCRA, pode-se constatar que há uma notória morosidade que se evidencia na relação entre o número de comunidades certificadas pela FCP, processos abertos e títulos emitidos pelo INCRA. Entre os anos de 2005 e 2018 foram abertos no INCRA 1.749 processos com o fim de obter a regularização fundiária e titulação coletiva de territórios quilombolas. Desse total de processos abertos apenas 127 conquistaram a titulação do território (INCRA-DFQ, 2019a; 2019b).

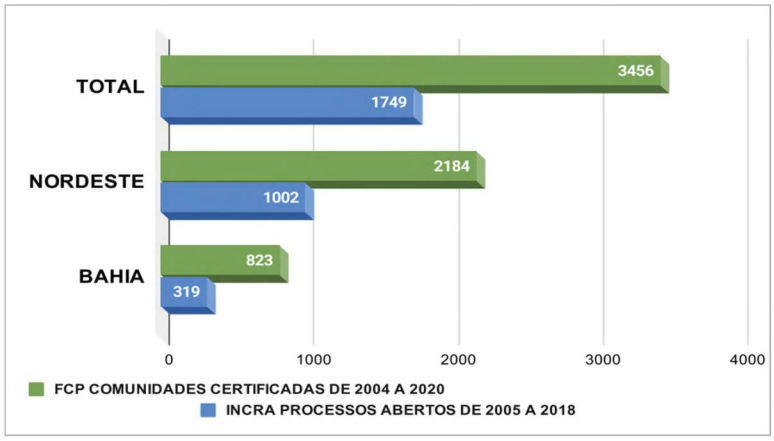
Observamos, assim, que durante as últimas décadas é expressivo o número de comunidades quilombolas certificadas pela FCP e esse reconhecimento (simbólico) da comunidade é de fundamental importância. No entanto, o número de comunidades com seus territórios demarcados evidencia um reconhecimento (material) pouco expressivo. Assim, o reconhecimento identitário não se configura como sinônimo de reconhecimento territorial. É necessário que o reconhecimento seja conjunto, pois, para essas comunidades, identidade e território possuem relação intrínseca. A reivindicação pelo território está diretamente associada à sua dimensão material que é o acesso à terra, esse é um elemento central da questão agrária. A morosidade no avanço das titulações de

[76] O Ministério da Cultura foi extinto no ano de 2016 pelo governo de Michel Temer, mas diante das manifestações populares a medida foi suspendida e o ministério voltou a existir. No governo de Jair Bolsonaro passa a ser incorporado ao recém-criado Ministério da Cidadania.

territórios quilombolas no Brasil, além de se configurar como uma estratégia que busca evitar a retirada desses territórios do mercado de terras, também indica a existência de um racismo territorial que se expressa por meio do desprezo aos direitos territoriais dessas comunidades.

A Bahia é um dos estados com o maior número de comunidades reconhecidas como quilombolas pela FCP e um dos estados com maior número de processos abertos no INCRA em busca de garantir a titulação coletiva de territórios quilombolas (ver Gráfico 2). De acordo com a FCP, as certidões expedidas no estado da Bahia durante o período de 2004 a 2019 corresponde a 24% do total das certidões emitidas nacionalmente[77], (FCP, 2020a). A expressividade do estado da Bahia em número de comunidades quilombolas também se verifica a partir dos dados do INCRA. Dos 1.749 processos em tramitação no INCRA, 1.002 processos correspondem à região Nordeste, onde 319 são do estado da Bahia, ou seja, 18% dos processos abertos no INCRA correspondem à Bahia (INCRA-DFQ, 2019b).

GRÁFICO 2 - CERTIFICAÇÕES FCP E PROCESSOS INCRA



FONTE: FCP, 2020a; INCRA-DFQ, 2019b.

O estado da Bahia também aprovou importantes marcos jurídicos de escala estadual no reconhecimento dos territórios de comunidades quilombolas. Após a vitória no plano federal, com a inserção de um artigo na Constituição, o MNU seguiu organizado para influenciar também nas Constituições Estaduais e esse esforço repercutiu de forma exitosa na Bahia. No ano de 1989, a Constituição Estadual da Bahia foi aprovada com o Art. 51 no Ato das Disposições Transitórias (ADT), que estabelece: "O Estado executará,

[77] Foram expedidos um total de 670 certidões a 823 comunidades do estado da Bahia.

no prazo de um ano após a promulgação desta Constituição, a identificação, discriminação e titulação das suas terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos" (BAHIA, 1989, Art. 51 ADT).

Apesar da grande conquista, o prazo de um ano estabelecido para que o governo estadual identificasse e titulasse suas terras ocupadas por quilombos não foi cumprido. De acordo com estudo realizado pelo geógrafo Diosmar M. Santana Filho (2018), as primeiras titulações ocorrem apenas no final da década de 1990, na Região do Médio São Francisco, a partir de ações coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em parceria com as comunidades que resultaram na regularização das terras pelo antigo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA)[78].

Ainda tratando da esfera estadual cabe destacar o Decreto 15.671/2014, que regulamentou a Lei 13.182/2014 que dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial do Estado da Bahia. Dentre as questões reguladas pelo referido decreto, destaca-se a defesa do direito a regularização fundiária das comunidades quilombolas e também o reconhecimento da questão da autoidentificação das comunidades. Além do mais, ainda em consonância com a Convenção 169 da OIT, o referido decreto versa sobre o direito à consulta prévia e estabelece os procedimentos de consulta em obras de infraestruturas que gerem impacto em terras e territórios quilombolas.

Outra referência no âmbito dos avanços organizativos diz respeito à criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)[79] no ano de 1996, em Bom Jesus da Lapa (BA), que veio a contribuir significativamente para que o movimento quilombola passasse a ser reconhecido nacionalmente. Ao mesmo tempo, a CONAQ contribuiu para o enfrentamento da questão quilombola nas discussões de escala estadual. Durante os mais de vinte anos de existência da CONAQ, a reivindicação pela titulação dos territórios tem sido sua pauta central.

Em suma, temos um conjunto de instrumentos jurídicos que preconizam e normatizam o direito de se autorreconhecer e de se autoidentificar enquanto comunidade quilombola, assegurando simultaneamente a essas comunidades o direito à propriedade

---

[78] Atualmente as titulações emitidas pelo Estado da Bahia são feitas pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), unidade da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que, conforme disposto na Lei de Nº 13.204/ 2014, tem por finalidade promover, coordenar, supervisionar, acompanhar, executar e avaliar as políticas de regularização fundiária e reforma agrária no estado (Fonte: < http://www.cda.sdr.ba.gov.br/cda >. Acesso em: julho de 2020).

[79] Para maiores informações sobre a história de criação da CONAQ, acessar: http://conaq.org.br/nossa-historia/

coletiva de seus territórios e o direito à consulta prévia em casos de interesses que se sobreponham sobre seus territórios. Esses são elementos importantes de serem considerados e que serão retomados ao longo desse estudo, especialmente no próximo capítulo no qual discorreremos sobre casos de avanços de empreendimentos, em comunidades tradicionais do entorno de Seabra e nas próprias comunidades quilombolas deste município, avanços estes que não estão respeitando o direito dessas comunidades ao território e simultaneamente o direito à consulta prévia, livre e informada.

2.6 RACISMO E QUILOMBOS: CONTINUIDADES NO PRESENTE

O conceito de Comunidades Negras Rurais Quilombolas elaborado por Amorim e Germani (2005) está dentro desse conjunto de perspectivas analíticas sobre os quilombos de hoje. De acordo com os autores, o conceito incorpora as chamadas "terras de pretos", "terras de santo", "mocambos", "comunidades negras" e "quilombos", essas são algumas expressões usadas pelos próprios habitantes locais para fazer referência a seus territórios e que, geralmente, dizem respeito às formas de ocupação que esses grupos fazem. Nesse contexto, os laços de consanguinidade e de familiaridade exercem papel fundamental. São eles que sustentam a utilização de áreas de forma individual e coletiva nessas comunidades. Muitas delas não possuem registros escritos, sendo sua história pautada na tradição e tendo a oralidade como principal forma de transmissão, podendo, assim, ser enterrada com a morte de um ancião.

As comunidades quilombolas abrangem realidades de grupos distintos e tornaram-se, na contemporaneidade, termos de autoafirmação política. Essas categorias inspiram a luta contra o racismo e a luta por direitos e possuem como elo comum a herança de um passado escravista promotor da exploração, da violência e da opressão direcionada aos negros e negras de origem africana e, consequentemente, aos afrobrasileiros. Atualmente, as comunidades quilombolas correspondem a grupos mobilizados em torno dessa identidade política, que se caracteriza por ter como cerne de suas lutas a demanda por titulação dos seus respectivos territórios tradicionalmente ocupados:

> As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial,

> entre outros. Nenhuma destas características, porém, está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas (ARRUTI, 2006, p. 39).

Antônio Bispo dos Santos[80] (2018) distingue a forma de ser das comunidades quilombolas da forma de ser da sociedade branca colonialista destacando que os contratos das comunidades quilombolas, das comunidades tradicionais, eram feitos por meio da oralidade e a relação com a terra se dava através do cultivo: "A terra não nos pertencia, nós é que pertencíamos à terra. Não dizíamos 'aquela terra é minha' e, sim, 'nós somos daquela terra'". (SANTOS, 2018, p.1). Por sua vez, na forma de ser da sociedade capitalista branca colonialista, os contratos são escritos e a propriedade privada da terra é um de seus principais marcos. A reivindicação por titulação emerge diante desse cenário no qual o direito ao território recai na lógica dos contratos escritos.

Nesse sentido, o autor compreende que o título de propriedade privada é uma imposição do Estado utilizada para designar quem tem direito à terra e, por isso, a reivindicação por titulação é uma estratégia de garantir a existência das comunidades. Nas palavras dessa liderança quilombola, "se pudessem, nossas terras ficariam como estão, em função da vida" (SANTOS, 2018, p.1). Esse é um debate necessário ao enfrentamento da questão agrária no Brasil que traz o desafio de compreender e reconhecer a complexidade de formas de apropriação e uso da terra praticados por estas comunidades a partir de outras cosmologias e, como veremos mais adiante, de outras ontologias.

Compreender que a terra e a natureza devem estar em função da vida representa uma concepção que diverge da concepção de natureza propagada pela modernidade/colonialidade capitalista. Diante da grande heterogeneidade de comunidades quilombolas, a demanda de titulação dos seus territórios se constitui como um elo comum no qual a luta pelo território se revela como eixo aglutinador no enfrentamento da questão agrária, do combate ao racismo e da luta por direitos.

Antônio Bispo dos Santos (2018, p. 1) apresenta importantes reflexões sobre a contemporaneidade da luta pela titulação dos territórios quilombolas e problematiza o fato de, durante um longo período, quilombolas e comunidades tradicionais terem sido genericamente classificadas pelo Estado como "posseiros", ao que Santos responde: "não éramos posseiros, éramos pessoas...", argumentando que essa forma impositiva de nominar as pessoas traz consigo a perspectiva colonialista que coisifica as pessoas e que

---

[80] Quilombola, ativista político e relator de saberes pertencente à comunidade Saco-Curtume, município de São João do Piauí (PI).

nomina para dominar. Assim, para além da denominação abstrata e homogeneizante de "posseiros", a identidade quilombola emerge com a força da autodenominação que busca romper com a lógica de poder de quem nomina para dominar e busca disputar a regularização fundiária por meio da titulação coletiva das terras.

Sobre essa perspectiva estratégica na disputa pela regularização das terras, Santos (2018, p. 7) explica:

> Se as cidades, com todas as suas armas, não vivem em paz, e nós da comunidade vivemos em paz sem as armas, logo vê-se que não são as armas que resolvem os problemas. Por isso meu tio Antônio dizia para transformarmos as armas em defesa. Mãe Joana, também uma das minhas grandes mestras, dizia que a vasilha de dar é a mesma de receber. Logo, se eu te aponto um revólver é porque tenho medo de um revólver. E essa disputa não tem fim. Assim, discutir a regularização das terras pela escrita não significa concordar com isto, mas significa que adotamos uma arma do inimigo para transformá-la em defesa. Porque quem vai dizer se somos quilombolas não é o documento da terra, é a forma como vamos nos relacionar com ela. E nesse quesito nós e os indígenas confluímos. Confluímos nos territórios, porque nosso território não é apenas a terra, são todos os elementos.

Entre as onze comunidades quilombolas de Seabra, dez comunidades já possuem a titulação do território (conforme Quadro 3 do primeiro capítulo). Podemos constatar, segundo a fala de um dos quilombolas com o território titulado, que o processo de conquista do título correspondeu à luta coletiva pleiteada pela comunidade e ensejou um sentimento de segurança do direito coletivo à terra, visto que até então, nunca tinham sido possuidores de qualquer documento de propriedade de terra:

> E quando foi em 2005, a gente foi correndo atrás desses certificados, desse conhecimento... foi a luta da comunidade, não foi ninguém que trouxe não! Foi nós, que a luta que a comunidade correu atrás, correu atrás. Quando foi em 2005 nossa comunidade foi reconhecida como remanescente, a gente pegou o certificado e hoje quando foi 2014 nós já pegou o título quilombola. Isso foi uma luta da comunidade e essa comunidade hoje tá segura, a comunidade hoje é escrita como quilombola [...] Hoje o sustento que a gente tem é ele (*referindo-se ao título quilombola*), porque antigamente nós andava e nossas terras hoje tá garantido que não tinha antigamente. Ninguém podia ter um documento e hoje nós tem um documento que garanta a comunidade de modo geral (Raimundo Januário da Silva, Quilombo Agreste - Seabra, 23/09/2020).

Para outra liderança quilombola, de uma comunidade que ainda não foi titulada, obter o título simboliza ter acesso a direitos que até então a comunidade não tem garantido. A fala que segue é de uma liderança da comunidade quilombola do Morro Redondo, reconhecida pela FCP no ano de 2005 e que, desde o ano de 2009, está com o processo de titulação em andamento no INCRA – ou seja, há treze anos aguardando a titulação:

> A importância do título quilombola eu acho que é porque assim, com o título a gente tem uma garantia de lutar por nossos direitos e sem a titulação acho que as coisas ficam bem mais difícil, dificulta muito a nossa luta (Cecília de Jesus Pina, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 16/09/2020).

A titulação coletiva implica diretamente no reconhecimento formal do acesso à terra. Ter a documentação da terra torna-se uma forma de reconhecimento e de garantia de direitos que vão além da posse da terra; trata-se de ser reconhecido como cidadão de direitos. As falas destacadas representam essa simbologia, uma se sentindo mais amparada por ter a titulação coletiva das terras e outra que almeja a garantia de direitos com a futura emissão da titulação. Em uma sociedade na qual a lógica da propriedade privada é a que vigora, muitas dessas comunidades, além de serem apartadas dessa lógica, não tiveram o reconhecimento de suas lógicas próprias, geralmente pautadas no uso comum dos recursos naturais. A lógica da propriedade privada da terra está intrinsecamente ligada à lógica da mercantilização da terra e, nesse sentido, é importante destacar que essas duas lógicas operam conjuntamente e, desde a sua gênese, a racialização do acesso à terra se fez presente. De acordo com Leite (2000, p. 5):

> O usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se, ao longo do processo de formação social brasileira, cada vez mais, moeda de troca, configurando um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso (principalmente à escola e à compreensão do valor da terra), passou mesmo a ser valor "embutido" no "negócio". Processos de expropriação reforçaram a desigualdade destes "negócios", de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo deste processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar. (LEITE, 2000, p.5)

A reflexão feita pela autora, especialmente quando fala de "um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele" ressalta essa questão como uma dimensão estruturante da questão agrária visto que, ao passo que o usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais vão se consolidando em nossa sociedade como moeda de troca, a acessibilidade aos mesmos passa a ser medida pela raça. Estes apontamentos dialogam diretamente com as reflexões sobre raça e racismo que desenvolveremos nos dois próximos subitens. Nos quais, discutiremos a respeito da presença do racismo, como eixo estruturante, nas formas definidoras e legitimadoras de reconhecimento do acesso à terra (discussão que viemos aprofundando ao longo deste capítulo); assim como identificaremos o racismo como elemento definidor dos níveis de acesso à educação das comunidades quilombolas de Seabra (a discussão, a seguir, busca dialogar com o capítulo

anterior, uma vez que quando apresentamos alguns dos fatores contribuintes do processo de organização quilombola o acesso à educação foi mencionado como um fator importante).

2.6.1 Racialização do acesso à terra: antes e depois da Lei de Terras

O racismo e a restrição do acesso à terra às populações negras que hoje se autoidentificam como quilombolas estão diretamente ligados ao nosso passado colonial, à estruturação do capitalismo e da colonialidade do poder. Porto-Gonçalves (2006), além de compreender o racismo como elemento estruturante do sistema mundo moderno-colonial, destaca que na América Latina a nossa estrutura de classes e o acesso à terra são etnizados, ou podemos dizer racializados. Dialogando com o trabalho de Quijano (2005), o autor afirma que há um comportamento étnico e racial conformando as classes e o acesso à terra na América Latina e no Caribe, onde a monopolização das terras por brancos e seus descendentes *crioulos* compõe a base de sustentação do sistema de classes.

Nesse sentido, no Brasil, a racialização do acesso à terra está amplamente relacionada à compreensão do capitalismo como sistema de poder que foi se desenvolvendo e se estruturando desde o período colonial. A criação da Lei de Terras no ano de 1850 é um dos principais marcos legais que simboliza e legitima a racialização do acesso à terra no Brasil. Antes de abordar especificamente a Lei de Terras é importante compreender que, desde o período colonial, o regime de distribuição de terras no Brasil sempre buscou beneficiar uma elite branca. No período colonial (1500 a 1822) as terras eram de domínio da Coroa portuguesa e esta cedia seu direito de uso a pessoas (homens, brancos e de origem europeia) de sua confiança ou conveniência (capitanias hereditárias e sesmarias). Após a independência, a concessão de sesmarias foi suspensa e, até a promulgação da Lei de Terras (1822 a 1850) vigorou o regime de posse livre que, por sua vez, mantinha as terras sob o domínio da elite branca escravocrata, não reconhecendo a posse aos indígenas e muito menos os territórios de negros e negras escravizados, alforriados ou livres – os quilombos (BARBOSA, 2011).

A Lei 601 de 1850 – Lei de Terras – foi promulgada em um contexto que previa a emancipação do trabalhador cativo (que ocorreu somente em 1888, o Brasil foi o último país da América Latina a abolir o sistema de escravidão) e, dessa forma, estabeleceu que as terras devolutas poderiam ser adquiridas e ocupadas por meio de compra. A Lei de Terras é o símbolo da mercantilização do acesso à terra e pode ser compreendida como

uma lei criada com o fim estratégico de manter a estrutura de poder que etnizava e racializava o acesso à terra no Brasil, uma vez que os povos indígenas, negros e negras alforriados dificilmente teriam acesso à terra por meio de compra. Nesse sentido, José de Souza Martins (1986, p.32) destaca que "num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa" (MARTINS, 1986, p. 32). Para o autor:

> [...] a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativeiro da terra – aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas. A Lei 601 estabeleceu em termos absolutos que a terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra. Extinguia, assim, completamente, a viabilidade da posse liberada no interregno de 1822 a 1850 (MARTINS, 1991, p. 65).

Dessa maneira, é importante abordar o contexto dos quilombos durante o pós-abolição e uma das questões importantes de serem abordadas nesse período diz respeito ao acesso à terra. Não estando mais no estado de cativos, os ex-escravizados e seus descendentes passam a se deparar com "terras cativas" e esta é uma das dimensões que marcam a intensa mobilidade dos quilombos do pós-abolição. A mobilidade deste momento não estava associada à necessidade estratégica de defesa aos ataques das expedições punitivas e sim pela necessidade de acesso à terra, com uma Lei de Terras vigente que restringia o seu acesso e que também, penalizava a posse ilegal. Conforme Gomes (2015, p. 126),

> [...] o deslocamento permanente foi um traço marcante para várias famílias de libertos nas primeiras décadas do século XX. Através de arranjos de moradias, trabalho e parceria, as primeiras gerações de libertos tentavam reconstruir territórios para si e suas famílias. Outra experiência foi aquela do "pacto paternalista", no qual famílias de libertos permaneceram nas mesmas fazendas onde elas, seus pais e avós tinham sido escravos, agenciado roças, autonomia e direitos costumeiros no uso da terra.

Após a Abolição, o acesso à terra manteve-se oficialmente concentrado nas mãos da elite possuidora e herdeira de terras. Tanto no campo como na cidade, os negros estavam alforriados, porém sem terras, visto que a terra se tornara "cativa do capital" e dessa forma, foram múltiplas as maneiras encontradas para se estabelecerem enquanto comunidades autônomas. O fato de muitas dessas comunidades em busca de titulação do território não disporem de documentação da terra representa esse longo processo de racialização do acesso à terra, evidenciando uma marca racial na questão agrária que se constitui por meio de diversas variáveis. Como é o caso das comunidades quilombolas de Seabra, conforme a fala anterior do Sr. Raimundo (quilombola do Agreste), antes do título

não tinham qualquer documento que lhes garantissem o direito à terra ou conforme a fala da Sra. Cecilia (quilombola do Morro Redondo), a comunidade até hoje aguarda a titulação para ter garantia de seus direitos sobre a terra/território que tradicionalmente/ancestralmente ocupam.

Mesmo assim, como mencionado anteriormente, os processos de apropriação da terra por parte dessas comunidades foram se estabelecendo de múltiplas formas. O levantamento sobre a origem das comunidades quilombolas de Seabra simboliza essa diversidade. De acordo com a fala de um desses quilombolas, podemos identificar aspectos dessa autonomia na gestão do território "antes do documento" e sua continuidade com a titulação do território:

> E nossa comunidade hoje não tem gente de fora e nem nós queremos, porque só pode ficar hoje conforme a gente tem o documento reconhecido. Só pode ser mesmo família, só os quilombolas mesmo, não pode vir gente de fora pra nossa comunidade. Não pode vender terrenos, nós não pode vender terrenos pra fora. Não queira vender terrenos! Aqui passa de pai pra filho, de filho pra irmão, de herdeiro pra herdeiro é assim. Que é isso que nós têm, a reforma agrária aqui é feita, antigamente antes do documento e hoje é o título coletivo (Raimundo Januário da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 23/09/2020).

Ainda sobre a multiplicidade de formas e contexto de constituição de quilombos, Gomes (2015) destaca que no pós-abolição novos quilombos podiam ser formados a partir de deslocamentos que resultaram em apossamento e usufruto de áreas em terras devolutas, como também por meio de complexos arranjos de moradia, trabalho e parceria. Tanto nos casos onde ocorria a permanência de ex-escravizados no interior das fazendas, como nos casos onde negros libertos percorriam fazendas em busca de trabalho e moradia, ao estabelecerem suas roças e moradias, construíam sua forma de ser e de se reproduzir socialmente, mesmo que sujeitos às regras dos proprietários das fazendas e sujeitos ao trabalho não remunerado nas plantações dos fazendeiros.

Há exemplos também de quilombos formados em terras doadas pelo Estado como retribuição aos que serviram em alguma guerra. Nesses casos, as parcelas de terras doadas por herança aos ex-escravizados, são as chamadas "Terras de Pretos" (ALMEIDA, 2008). Já as chamadas "Terras de Santo" correspondem ao processo de desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à Igreja (áreas exploradas por ordens religiosas, por exemplo, jesuítas, carmelitas e mercedários), alguns desses domínios foram abandonados ou entregues a moradores, agregados, negros e indígenas que ali cultivavam (ALMEIDA, 2008).

Podemos afirmar que a construção do "cativeiro da terra" também simbolizou a racialização do acesso à terra, elementos que contribuíram com a estruturação da questão agrária no país e que precisam ser melhor analisados. A Lei de Terras de 1850 legitimou a racialização do acesso à terra tanto nas áreas rurais, como nas áreas urbanas, conforme aponta o trabalho de Campos (2005, pp. 22-23) sobre as favelas no Rio de Janeiro. O autor afirma que a Lei de Terras criou "um descompasso entre os que puderam tomar a si o direito de possuir terras devolutas e os que ficaram excluídos do processo". Essa exclusão também é problematizada por Leite (2000, p. 5):

> Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada "libertos". Desde então, atingidos por todos os tipos de racismo, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia -e denuncia-, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra. (LEITE, 2000, p.5)

Até mesmo comunidades quilombolas possuidoras de documentos de propriedade da terra, comprada ou herdada de antigos senhores depararam-se com conflituosos processos de expropriação, como é o caso da histórica luta por titulação do Quilombo Invernada dos Negros, em Santa Catarina, apesar de dispor de documento[81] que legitimaria seu direito à terra (MOMBELLI, 2009). O processo de mercantilização da terra e o não reconhecimento das terras de uso comum se configuraram como processos de etnização/racialização que, até os dias atuais, marcam o contexto das lutas no campo, envolvendo, sobretudo, diferentes povos indígenas, quilombolas, diversas comunidades tradicionais, posseiros e Sem Terras.

2.6.2 Racialização do acesso à educação: quilombolas nas escolas de Seabra

A dissertação de mestrado de Azamor Coelho Guedes (2018) analisa o processo de escolarização de jovens quilombolas da Chapada Diamantina e apresenta o histórico da educação quilombola no município de Seabra. Ao analisar esse processo, o autor constata como o racismo esteve presente e como a organização quilombola foi importante

[81] A comunidade possui um testamento lavrado em cartório do fazendeiro (antigo dono das terras), informando a doação de parte das terras aos seus ex-escravizados, condicionada ao usufruto e a inalienabilidade perpétua das terras (MOMBELLI, 2009).

para combatê-lo e assegurar os direitos de acesso à educação das comunidades quilombolas[82]. Sobre esse assunto, além do trabalho de Guedes (2018), também destacaremos algumas informações da entrevista feita pela professora Ana Carla Portela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), em seu canal no Instagram[83], com o professor Lauro Roberto, importante liderança quilombola da comunidade da Vazante (Seabra-BA) já mencionado no capítulo anterior.

Lauro destaca que, entre as dez comunidades quilombolas de Seabra, até o início da década de 1990, apenas a comunidade da Vazante tinha o ensino Fundamental I sem interrupções, como já apontado anteriormente. Depois de concluir o Fundamental I, as crianças tinham que se deslocar por aproximadamente 8km a pé para cursar o Fundamental II em outra comunidade. Já para cursar o Ensino Médio e Magistério, uma pequena parcela conseguia migrar para a casa de algum parente no município vizinho de Boninal para seguir com os estudos. Essa foi a trajetória percorrida por Lauro e por alguns quilombolas da Vazante que vieram a se tornar professores e a lecionar em outras comunidades quilombolas de Seabra. Na comunidade quilombola Serra do Queimadão, por exemplo, a construção de uma estrutura para a escola de Ensino Fundamental I se inicia somente em 1994 e apenas no ano de 1998 que, pela primeira vez, conclui-se um ano letivo completo na comunidade.

> Com dezessete anos fui ser professor na Serra do Queimadão, lá eu descobri o que é ser professor. Lá eu descobri o que é e quais são os entraves inclusive que a gente encontra numa comunidade que foi a última comunidade no município de Seabra a ter uma escola. Uma sala de aula construída pelo poder público, isso aconteceu de fato em mil e novecentos e.., a partir de mil novecentos e noventa e quatro, mas a escola só veio funcionar efetivamente com um professor terminando um ano letivo em mil novecentos e noventa e oito. Pra você ter ideia eu fui o primeiro professor a conseguir concluir um ano letivo do início ao fim na Serra do Queimadão, na história da Serra do Queimadão isso aconteceu em mil novecentos e noventa e oito (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, 14/10/2020 *apud* PORTELA, 2020).

---

[82] O autor trata das situações de racismo enfrentadas pelos estudantes quilombolas ao ingressarem no Ensino Médio em uma das escolas estaduais da sede do município de Seabra. Destaca o importante papel das lideranças quilombolas que pressionaram a discussão dessa problemática com a direção da escola e auxiliaram no processo de construção de práticas pedagógicas antirracistas.

[83] PORTELA, ANA CARLA. **África do lado de cá**: Ciclo 3 - Entrevista de Lauro Roberto Ferreira Oliveira a Ana Carla Portela (ex-professora do IFBA de Seabra), realizada em 14 de outubro de 2020.- 1 Live. (58min) Instagram, 2020. Disponível em:< https://www.instagram.com/p/CGVwYPkjkpF/ >. Acesso em 28 de outubro de 2020.

Atualmente, nas comunidades quilombolas de Seabra, existem apenas escolas do ensino Fundamental I, as escolas de Fundamental II estão localizadas apenas em comunidades não-quilombolas que são consideradas pólos. Essa problemática é apontada no trabalho de Guedes (2018) e também está presente na fala do Lauro:

> Nós temos um eixo de comunidades quilombolas. Eu vou fazer questão de citar os nomes das comunidades quilombolas e dentro desse eixo de comunidades quilombolas a gente tem uma menor parte, uma pequena parte de comunidades que não são quilombolas. Incrivelmente, a forma como se constituiu a estrutura política do município, as escolas de ensino Fundamental II foram justamente parar nas comunidades brancas. Então vamos lá, a gente tem: Morro Redondo, comunidade negra; a gente tem Baixão Velho, comunidade negra; Agreste, uma comunidade negra e todas comunidades grandes; a gente tem Capão das Gamelas, uma comunidade negra; a gente tem Vão das Palmeiras, uma comunidade negra; a gente tem Serra do Queimadão, uma comunidade negra quilombola. Todas comunidades quilombolas de Seabra! A gente tem ainda Lagoa do Baixão e Basílio, comunidades negras. Portanto, corresponde digamos assim, tirando Vão das Palmeiras e Capão das Gamelas que estão no núcleo do Velame, se pegar as outras todas é onde estão 90 por cento dos alunos, mas onde é que os alunos estão estudando? Esses alunos são deslocados dessas comunidades e vão estudar no Baixãozinho, por exemplo... que é uma comunidade branca. A outra parte vai estudar no Alagadiço que também é uma comunidade branca. O que é que ocorre então? Ocorre que nas comunidades quilombolas, mesmo tendo a maior parte dos alunos até hoje nunca teve ensino Fundamental II e em algumas delas hoje os meninos mesmo que estudam no Fundamental I, que estão por exemplo no terceiro, no quarto e no quinto ano. Eles têm que se deslocar dessas comunidades para estudar nas comunidades brancas. Alguém pode dizer assim "poxa mas isso não significa muito", pra mim sempre significou muito porque olha o caso de Alagadiço por exemplo. Vou tomar o Alagadiço como exemplo, Alagadiço não tinha estrutura nenhuma foi feita a infraestrutura do Alagadiço. Alagadiço sempre teve menos habitantes e menos alunos portanto do que por exemplo Morro Redondo, do que Agreste, do que Baixão Velho por exemplo, mas no entanto, alunos do Agreste e do Morro Redondo tiveram que deslocar para chegar no Alagadiço para estudar. Ou seja, hoje o argumento é "ah, mas a infraestrutura está no Alagadiço", hoje a estrutura está lá mas quando lá não tinha sala de aula, quando lá não tinha os prédios, quando não tinha a cobertura do pátio, quando não tinha nada disso fizeram uma escolha consciente por estruturar aquela escola naquele lugar que é uma comunidade branca. Uma escolha que já se sabia de antemão que as pessoas que estão nas comunidades negras teriam que se sacrificar pra que aquela escola funcionasse naquela comunidade branca [...] a escolha de implantar a escola, ela tem sim um viés que está dentro dessa estrutura racista que temos nesse país, que está também dentro dos governos, está dentro da política, está também dentro dos espaços de poder (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, 14/10/2020 *apud* PORTELA, 2020).

Essa fala denuncia o racismo ao visibilizar como as políticas públicas do âmbito educacional historicamente privilegiaram as comunidades rurais não quilombolas, ou seja, em sua maioria comunidades brancas em detrimento das quilombolas. Em uma análise mais profunda, seria possível constatar em outros âmbitos da esfera das políticas públicas, para além da educação expressões do racismo estrutural presente na institucionalidade e, consequentemente, nas políticas públicas.

Podemos dizer que o processo de silenciamento da questão racial e quilombola abordado nas páginas anteriores repercutiu de diferentes maneiras nas diversas comunidades quilombolas deste país e o acesso à educação certamente é um dos aspectos que deve ser levado em consideração. No caso das comunidades quilombolas de Seabra, outro ponto que deve ser destacado com relação a esse aspecto é o recente acesso de estudantes dessas comunidades ao Ensino Médio de Seabra.

Somente a partir do ano de 2005, os estudantes dessas comunidades quilombolas conquistaram o direito ao transporte escolar para poder cursar o Ensino Médio na sede do município de Seabra, ou seja, há apenas quinze anos. Esse período é marcado pelo processo de mobilização e organização das comunidades por meio da autoatribuição da identidade quilombola[84]. Conquistas "simples" como essas foram de fundamental importância para romper com o longo processo de exclusão dessas comunidades ao ensino formal.

Guedes (2018) discorre sobre esse contexto de chegada dos primeiros estudantes quilombolas no Colégio Estadual Filinto Justiniano Bastos, localizado na sede do município de Seabra. O autor discorre sobre esse momento a partir dos relatos feitos em entrevistas com estudantes que vivenciaram esse período. Na fala dos entrevistados, é muito presente o racismo do olhar branco que reduz o negro a características físicas depreciativas. A fala da quilombola Valdenice Rosa Silva é um exemplo:

> É... na verdade o problema de aceitação mais, num era nem por conta de que a gente não se aceitava e sim pelo fato das pessoas nos verem como estranhos, não aceitar a gente ocupar aquele espaço. Foi muito difícil, tanto é que no primeiro ano, no segundo ano de 2007 e 2008, a gente não conseguia fazer amizade com ninguém com medo. Nós éramos tachados de preto, urubus e aquelas musiquinhas que até hoje fica na cabeça... "fedor, chega pra lá, seu suvaco tá fedendo". "O suor tá de matar, eito, vai aprender a passar desodorante pro suvaco não feder". Era essa coisa que eles cantavam toda a vez que viam a gente sentados no pátio. Isso deixava a gente muito constrangido, e deixava a gente toda a hora se cheirando, pra ver se não tava fedendo. Então isso foi um processo muito louco, muito difícil. (Valdenice Rosa da Silva, Quilombo Agreste - Seabra *apud* GUEDES, 2018, p. 68).

Estas expressões diretas de racismo ocorreram em um ambiente escolar público no qual muitos estudantes também provinham de zonas rurais e que, economicamente, podiam ser classificados como pertencentes à mesma classe social. Nesse sentido, Guedes (2018) destaca que o quilombola não pode portando ser definido apenas por sua ruralidade

[84] Lembrando que das dez comunidades quilombolas de Seabra, nove obtiveram o reconhecimento da FCP no ano de 2005 e uma no ano de 2006.

(até porque temos quilombos urbanos) e classe, a dimensão racial é central e este exemplo é marcante durante o processo de inserção dos estudantes quilombolas no Ensino Médio.

A atuação das lideranças quilombolas foi de fundamental importância para visibilizar e ajudar a combater junto à escola a situação racista que os estudantes quilombolas estavam enfrentando no ambiente escolar:

> Aqui no Filinto em Seabra, na escola Filinto, muitos dos nossos alunos negros das comunidades quilombolas vão ser discriminados. Vai ter gente sem querer sentar perto dele, vai ter aluno querendo mudar de turno porque tinha negro na escola. De forma que aí de novo a gente ressalta a importância das lideranças, as lideranças: aí entra seu Jaime, João Evangelista, entra Seu Júlio Cupertino que vai entender a gravidade daqueles procedimentos e aí a gente não pode esquecer de ressaltar a importância de Najara. Najara que era professora de língua portuguesa lá no Colégio Filinto e aí o Filinto passa a ter uma visão com base nessas intervenções que as lideranças começaram a fazer, nos projetos que a professora Najara começou a desenvolver na escola e aí o Filinto começa a se transformar numa escola que tratou essa questão um pouco melhor... (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, 14/10/2020 *apud* PORTELA, 2020).

A partir dessas análises podemos identificar como o longo silenciamento da questão racial e quilombola resultaram em um longo período de ausência de políticas públicas e de garantia de direitos a essas comunidades. Vale enfatizar que essa ausência está simultaneamente associada a projetos deliberados de exclusão por parte do poder público, conforme a fala do Prof. Lauro sobre a escolha de quais comunidades receberiam infraestruturas para a instalação de escolas.

A organização das comunidades quilombolas de Seabra a partir da autoidentificação quilombola representa aquilo que Almeida (2011) denominou "como possibilidade de ser". Conforme apontado no capítulo anterior, praticamente todas as comunidades quilombolas de Seabra foram reconhecidas pela FCP no ano de 2005. É exatamente neste ano que as comunidades conseguem viabilizar a entrada de seus estudantes no Ensino Médio e ainda assim precisando se organizar para combater o racismo.

***

A discussão apresentada até o momento permite compreender que a origem e a organização dos quilombos durante o período escravista foram marcadas por uma forte heterogeneidade e que o silenciamento sobre sua existência após a abolição da escravatura nunca foi sinônimo de seu desaparecimento. As comunidades quilombolas não estão em um passado distante, estão presentes, seguem representando resistência e luta em defesa de seus direitos no enfrentamento às diferentes manifestações do racismo.

Almeida (2011, p.43) reforça a importância de considerar que cada grupo tem sua história própria que legitima sua condição e a construção de sua identidade coletiva quilombola. De acordo com o autor, o quilombo se configuraria como uma "possibilidade de ser", ou seja, como "um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis". Sob esta mesma perspectiva, Ilka Boaventura Leite (2000, p. 24) enfatiza que "o quilombo chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania dos afrodescendentes".

Tanto Almeida (2011) quanto Leite (2000) apontam que a conquista por direitos das comunidades quilombolas configuraram-se como passos importantes para alcançar uma cidadania negada não apenas aos quilombolas, mas a toda população negra. O próprio geógrafo Milton Santos, também já enunciava esta problemática ao afirmar que:

> Há uma relação entre corporeidade, individualidade e sociedade. Essa relação vai também definir a cidadania. Neste país, por exemplo, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo. Por conseguinte, a diferenciação entre "cidadanias", dentro de uma mesma sociedade, é relacionada com a corporeidade (SANTOS, 1996, p. 10).

Constatamos assim, que a questão quilombola no Brasil está diretamente relacionada aos constructos sociais de "raça" e "racismo". A racialização do acesso à terra e a racialização do acesso à educação são dimensões do racismo que estruturam a nossa sociedade e que nos permitem atestar a atualidade da questão quilombola e sua relação com o enfrentamento ao racismo. Se o Art. 68 dos ADCT da CF representa um marco na compreensão dos quilombolas enquanto sujeitos de direitos e figura como instrumento da luta antirracista, as demandas e os desafios para a garantia desses direitos e para a ruptura das estruturas racistas também seguem atuais.

Ainda nessa linha, refletindo sobre a atualidade da questão quilombola, vale destacar, no rol dos dispositivos jurídicos-legais relacionados aos processos de certificação e titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombos, a abertura de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239/2004, que esteve em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que questionava a legalidade do Decreto

4887/2003. A referida ADI, ajuizada pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL) – atual Partido Democrata (DEM). O julgamento da ADI 3239 foi realizado em fevereiro de 2018 no STF com um resultado final favorável à garantia dos direitos conquistados pelas comunidades quilombolas. A constitucionalidade do Decreto 4.887/2003 foi confirmada, trata-se de mais uma importante conquista das comunidades quilombolas, mas que, no entanto, seguem em disputa o cumprimento da Constituição e do Decreto nas demandas por titulação de territórios quilombolas.

Do mesmo modo, podemos afirmar que a atualidade da questão quilombola está atrelada à questão racial e a processos de luta pelo território. De um território que não se reduz a um pedaço de terra, está diretamente associado às formas de acesso e uso da natureza que são elaboradas e construídas ancestralmente pelas comunidades quilombolas. Essas formas de uso e gestão da natureza se dão de forma relacional e, por isso, se dão por meio de processos de territorialização que constituem suas territorialidades e consequentemente, seus territórios. Conforme Porto-Gonçalves (2003), não há um território sem territorialidade e que não tenha sido resultado de um processo de territorialização.

Vimos assim, a constituição de uma questão agrária na qual a luta pela terra está atrelada ao cenário das lutas por direitos territoriais, no qual a apropriação privada moderno/colonial capitalista de exploração da natureza gera um cenário de tensões e de conflitos com as formas de se relacionar com a natureza das comunidades tradicionais. No caso das comunidades quilombolas, esse contexto de luta implica, também, no enfrentamento do racismo. Conforme abordamos ao longo deste capítulo, o racismo é um braço da modernidade/colonialidade que sustenta o capitalismo como padrão de poder e que desta forma, também, é uma das dimensões que vai atravessar a questão agrária. No próximo capítulo, continuaremos a análise buscando compreender como está se conformando o atual cenário de disputas pela natureza no TI Chapada Diamantina e suas correlações com a questão quilombola e a questão da raça.

3. CAPÍTULO – RACISMO E NEOEXTRATIVISMO: UMA LEITURA SOBRE O AVANÇO DE EMPREENDIMENTOS NO TI CHAPADA DIAMANTINA

> *A nossa luta agora em termo de salvar as **serras** é porque nós temos total consciência de que sem as serras nós não temos o **rio**. Nós temos total consciência de que sem as serras nós não temos as **árvores** e sem as árvores nós não temos os pássaros, nós não temos os répteis, nós não temos por exemplo a **vida**. Nós estamos destruindo aos poucos aquilo que é vida na mãe terra. **E nesse caso, a Chapada Diamantina de forma em geral, ela é uma caixa d'água para a Bahia ou é uma caixa d'água do sistema?***
>
> Cacique Juvenal, povo Payayá[85] - destaque nosso – (TV UNEB - Seabra, 2020a)

Conforme abordamos nos capítulos anteriores, voltamos a afirmar que as comunidades quilombolas de Seabra possuem formas próprias de se relacionar e de se constituírem como comunidade. Estão em constante transformação, o que segue retroalimentando a construção dos seus respectivos modos de vida, pautados no conhecimento ancestral e na forma de se relacionarem com a natureza. Dentro dessa diversidade de comunidades quilombolas há, também, diversas questões e enfrentamentos que são comuns a elas, como por exemplo, o avanço do extrativismo capitalista sobre seus territórios. Neste capítulo, buscaremos discorrer sobre as ligações existentes entre a concepção colonial/eurocêntrica das ideias de raça e a concepção de natureza – como constructos da modernidade/colonialidade que estruturam o padrão de poder capitalista – e que, por sua vez, interpelam essas comunidades por meio da expansão de empreendimentos extrativistas.

Conforme apresentamos ao longo do capítulo anterior, partimos do entendimento da ideia de raça como uma construção social, como um instrumento de classificação social que busca hierarquizar a sociedade por meio de características fenotípicas e não genotípicas, ou seja, não se trata de características genéticas que poderiam abrir a possibilidade de serem compreendidas como naturais, mas de classificações atribuídas por meio de relações de poder na classificação e hierarquização dos corpos (GONZALEZ, 2018; NASCIMENTO, 2018; QUIJANO, 2005, 2013).

---

[85] Fala proferida no dia 02 de outubro de 2020 durante o lançamento da Campanha Internacional Salve as Serras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=72bPjn2ErRY&t=569s>. O povo Payayá é originário das cabeceiras do Rio Utinga na Chapada Diamantina.

Nesse sentido, "raça" e "racismo" tiveram continuidade mesmo com o fim do período colonial e do período escravista, pois correspondem a uma das manifestações da colonialidade do poder. O fim do período colonial e a abolição da escravatura não foram sinônimos de fim do racismo. O que se construiu foi um silenciamento intencional dessas questões:

> No Brasil, falar sobre raça e de racismo significa compreender dimensões da nossa sociedade geralmente silenciadas, omitidas e apagadas. Em cada realidade do mundo o racismo se traduziu de forma distinta. O racismo brasileiro é um sistema complexo que intersecciona múltiplas hierarquias. Ele ilumina a questão de gênero, a étnica, a sexualidade, a classe e a geracional (OLIVEIRA, 2020, p. 76).

Podemos acrescentar a essa análise feita por Oliveira (2020) a dimensão ambiental como uma das questões que também é permeada pelo racismo. Assim como a construção da ideia de raça e a prática do racismo tornaram-se importantes instrumentos de poder utilizados na expansão do colonialismo e do capitalismo, o fortalecimento da concepção dicotômica de matriz ocidental europeia – que separa hierarquicamente sociedade de natureza –, tornou-se, também, um dos instrumentos de poder que fundamentaram o colonialismo, contribuindo, consequentemente, com a expansão capitalista.

Para Horácio Machado Aráoz (2009), essa concepção dicotômica parte de uma criação colonial de "natureza exterior", ou seja, de uma natureza como meio de trabalho, objetificada (objeto de conhecimento, objeto de conquista, objeto de exploração, objeto mercadológico, etc.), e que foi simultaneamente formulada pela criação colonial de uma "natureza interior" como força de trabalho racional. A criação dessa "natureza interior", corresponderia então à classificação hierárquica colonial de determinados corpos (sujeitos racializados) como corpos "naturalmente" dispostos à exploração do trabalho. Conforme o autor, esse processo formula, de forma paradoxal e radical, uma separação entre o "mundo natural" e o "mundo humano":

> Assim, a partir de então e até a atualidade, a Natureza vida, já relegada à sua condição de mero recurso, será pensada de modo linear, concebida e tratada como objeto de conquista e de exploração a serviço da acumulação [...] A ideia de colonialidade da Natureza remete a esse dispositivo epistêmico por meio do qual o capital traçou uma trajetória de objetificação, cientificação e mercantilização da Natureza, tanto daquela exterior (territórios-recursos naturais), como da interior (corpos-força de trabalho) (MACHADO ARÁOZ, 2016, p. 455).

A partir dessa concepção de separação entre sociedade e natureza, a natureza é definida por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior que consegue controlar e dominar a natureza. A dominação da natureza é, também, uma das relações de dominação impostas pelo colonialismo. O colonialismo é uma expressão do olhar antropocêntrico ocidental, sobretudo europeu, em que "dominar a natureza" pressupõe, também, dominar outras pessoas (grupos racializados: os não-brancos, principalmente negros e indígenas). Assim, de acordo com Porto-Gonçalves (2002), sob a condição de dominados ficaram aqueles que foram assimilados à natureza como selvagens ("da selva", da natureza) e sem cultura (entende-se por cultura, nessa perspectiva, o ocidental, o europeu, o burguês, o branco, o cristão e o patriarcal cisheteronormativo).

Deste modo, vemos que a separação e/ou classificação hierárquica entre sociedade/natureza tem suas raízes no colonialismo e é permeada por relações de poder que também cunharam de forma hierarquizada a "condição humana" por meio do racismo:

> Así, el proceso histórico-geográfico de expansión del modelo civilizatorio de Occidente tiene, en sus orígenes, el reparto colonial del mundo, lo que implica no sólo la apropiación desigual de los medios de vida (imperialismo) sino también el recíproco reconocimiento asimétrico de la 'condición humana' (racismo). La configuración de la economía-mundo capitalista se apoya tanto en la conquista científico-tecnológica de la tierra como fuente proveedora de 'recursos naturales', cuanto en la conquista disciplinadora de los cuerpos, como sujetos amoldados a la lógica racional de la producción mercantil (MACHADO ARÁOZ, 2009, p. 5).

De acordo com Machado Aráoz (2009), houve um processo de "racionalização" do "humano", é dizer, uma conquista disciplinadora dos corpos através de uma forma de limpar estes corpos de qualquer vestígio de "natureza" para convertê-los em territórios de domínio exclusivo da razão. Isto implicou diretamente em um processo de silenciamento, apagamento e/ou extermínio de outros saberes, de outras cosmologias, de outras ontologias e de relacionamento com a Natureza. Tal processo, conforme Machado Aráoz (2009), é genealogicamente dependente da correlativa racialização dos povos e se conformou com a conquista da América e da estruturação do chamado "Novo Mundo".

Essa perspectiva está interligada com a construção da ideia de modernidade que, por sua vez, deu-se conjuntamente com a construção da colonialidade. Isso inclui a apropriação e subalternização de riquezas e de conhecimentos por meio da dominação daqueles grupos que foram racializados, considerados como selvagens e submetidos ao trabalho escravo:

> [...] por meio desse silêncio produzido pelo eurocentrismo se esconde a clivagem que constitui a modernidade que, assim, tenta invisibilizar a colonialidade que lhe é constitutiva. A modernidade sempre aparece como ideal a ser atingido por suas qualidades positivas o que só é possível ignorando-se o seu-outro que é a colonialidade, enfim, o papel protagônico dos povos originários e dos afro-latino-americanos na sua conformação, ainda que subalternizados pelas relações de poder que conforma o sistema mundo moderno-colonial. A constituição desse sistema mundo não é obra dos europeus somente, mas sim dessa relação cuja clivagem nos constitui até hoje, enfim, o sistema mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 9-10).

Deste modo, como já mencionado anteriormente, é válido enfatizar que há uma articulação entre a perspectiva moderno/colonial de natureza e a construção da ideia de raça como eixo estruturante do padrão de poder capitalista. Essa articulação não se reduz apenas à estratégia de dominação que buscou hierarquicamente racializar determinados sujeitos e, simultaneamente, equipará-los à natureza como algo de menor valor e, assim, prontos para serem dominados. A articulação se faz também por meio da estratégia de desvalorizar e/ou não reconhecer outras formas de saberes e conhecimentos que partem de uma relação não hierárquica e sim relacional com a natureza, como veremos com maior profundidade no próximo capítulo.

Machado Aráoz (2009) entende que a partir da taxativa separação ontológica entre o sagrado, o humano e o natural, a razão moderna empreende, também, um caminho para a progressiva racionalização-mercantilização do "mundo", no qual a "natureza" e pessoas racializadas são alvo de exploração, expropriação, violência e apagamento de suas cosmologias.

Deste modo, racismo e extrativismo são estruturantes do padrão de poder capitalista e se interseccionam. Ao longo do presente capítulo poderemos observar como essa interseccionalidade se materializa, ou melhor, se territorializa no TI Chapada Diamantina e, por sua vez, em Seabra, ambos contextos atrelados às dinâmicas extrativistas da atual conjuntura do estado da Bahia. Sendo assim, para avançar nessa reflexão buscaremos primeiramente, discorrer no próximo tópico sobre os conceitos de extrativismo[86]/neoextrativismo para posteriormente e em diálogo com esses conceitos, fazer uma leitura dos processos de territorialização de empreendimentos extrativistas a

[86] É importante esclarecer que o termo "extrativista" utilizado na literatura latino-americana e na presente tese não corresponde às práticas de uso da natureza desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais as quais no Brasil também recebe a denominação de extrativismo (ex: extrativismo do coco de babaçu, extrativismo praticado por seringueiros, por pescadores artesanais, etc.).

partir de uma análise que transitará pelas escalas do estado da Bahia, do TI Chapada Diamantina e Seabra.

3.1 EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO: CONTINUIDADES DA MODERNIDADE/COLONIALIDADE

Prosseguindo com a discussão apresentada no tópico anterior, é importante compreender o extrativismo como uma extensão desta concepção dicotômica que separa hierarquicamente natureza de sociedade, na qual os chamados "recursos naturais" estão sujeitos à dominação, extração e exploração para acumulação. Conforme Machado Aráoz (2016):

> [...] o extrativismo não é um modo de produção, mas tampouco é uma fase dos processos produtivos, nem algo que defina somente a economia de um país ou região onde se realiza a extração. Nem é um fenômeno recente, nem algo atemporal. O extrativismo é um fenômeno estrutural, historicamente delimitado à moderna era do capital. Emerge como produto histórico geopolítico de diferenciação e hierarquização originária entre territórios coloniais e metrópoles imperiais – os *primeiros* concebidos como meros espaços de saque e espólio para o aprovisionamento dos *segundos* (MACHADO ARÁOZ, 2016, p. 454)

Deste modo, o extrativismo não é apenas um fenômeno emergente da conjuntura ecológico-política do século XXI, ele está diretamente atrelado às origens do sistema-mundo que impõe um ordenamento territorial que se principia com a divisão colonial do mundo, institui a separação entre metrópoles e colônias, centros e periferias, cria uma "geografia da extração" (subordinada, dependente e provedora) e cria uma "geografia do centro" (de consumo e de acumulação). O extrativismo produz o que o autor denomina de uma "dialética do desenvolvimento" ao produzir "desenvolvimento" no centro (concentração e acumulação dos meios de poder e de consumo) e "subdesenvolvimento em suas periferias" (superexploração da Natureza tanto exterior – ambiente geofísico-biológico/Terra –, como interior – força de trabalho/energia corporal).

O autor compreende o extrativismo como uma dimensão intrínseca ao capitalismo, que nasce do e com o capitalismo, e juntamente ao que o autor denomina de necroeconomia do capital:

> Surgida y formada bajo el *habitus* racional de la expoliación, esa (necro)economía se asimila a la práctica del saqueo; nace ya entonces como economía colonial, bajo el signo de la conquista, del arrebato, de la violencia expropiatoria; de la explotación de los cuerpos y los territorios (MACHADO ARÁOZ, 2015, p. 14).

A perpetuação do extrativismo segue mantendo essa lógica de exploração e de expropriação que, conforme o autor, está diretamente associada a um padrão de poder que faz dos territórios e dos corpos subalternizados a principal fonte de abastecimento das energias vitais para a acumulação do capital. Sua continuidade se faz presente por meio da colonialidade/modernidade e, sobretudo, garantida e alicerçada pelo Modo de Produção Capitalista. Conforme o autor, a matriz extrativista não é algo novo, é a condição de possibilidade da mundialização do capital e assim como não há colonialidade sem colonialismo, também não há capitalismo sem extrativismo. O extrativismo:

> [...] remete ao padrão geográfico-colonial de apropriação e disposição das energias vitais (as primárias: energias naturais; e as secundárias: socioterritoriais) por parte de uma minoria social violenta que impôs a economia de guerra como cosmovisão e prática de relacionamento com o mundo – o que, em longo prazo, produz condições (ecobiopolíticas) de superioridade em alguns (poucos) seres humanos e grupos socioculturais e efeitos (ecobiopolíticos) de inferiorização em vastas maiorias da humanidade (MACHADO ARÁOZ, 2016, p. 456 – 457).

A análise do autor situa, deste modo, o processo de emergência e consolidação do extrativismo como um processo situado no tempo e no espaço. Ele está diretamente associado ao contexto de colonização da América Latina, onde a exploração do ouro, da prata, das plantações de cana, café, tabaco e tantos outros elementos dos territórios se deu conjuntamente com a exploração dos corpos de grupos racializados (principalmente das populações indígenas e negras de origem africana, assim como de seus descendentes).

É por meio da colonialidade/modernidade capitalista que a lógica extrativista continua a se fazer presente nos dias atuais. A formulação do conceito de neoextrativismo corresponde a uma reconfiguração da noção de extrativismo, cunhada para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em certo grupo de setores econômicos responsáveis por remover um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento e que, geralmente, estão voltados à exportação (MILANEZ; SANTOS, 2013).

De acordo com Eduardo Gudynas (2009), o chamado extrativismo, que inclui setores clássicos de exploração como a mineração e os hidrocarbonetos, tem uma longa história na América Latina. O economista equatoriano, Alberto Acosta (2016), em diálogo com as análises de Machado Aráoz e de Gudynas, destaca que o extrativismo não se limita aos minerais ou ao petróleo envolve setores também considerados extrativistas como o agrário, florestal, pesqueiro, etc. Para Acosta (2016), o extrativismo corresponde às atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou

processados apenas parcialmente) e que por vezes, se destinam à exportação. Isso inclui tantos os recursos considerados não renováveis quanto renováveis:

> Por conta do enorme nível de extração, muitos recursos "renováveis", como a madeira ou a fertilidade do solo, perdem sua capacidade de renovar-se, já que a taxa de extração é muito mais alta do que seus limites ecológicos de renovação. Então, nos ritmos atuais de extração, os problemas causados pelo uso de recursos naturais não renováveis poderiam afetar todos os recursos, renováveis ou não (ACOSTA, 2016, p. 50).

Esta reflexão é fundamental para compreendermos como algumas atividades extrativistas que não estão diretamente centradas na exploração do solo ou da água como principais fontes de exploração e acumulação de capital, podem diretamente comprometer a qualidade e/ou exaurir estes elementos da natureza e comprometer o território de vida de muitas comunidades tradicionais. A título de exemplo, podemos destacar os monocultivos do agronegócio, visto que predominantemente são pautados em um modelo de produção que concentra grandes extensões de terras, com sistemas de irrigação que fazem intenso consumo de água e com o uso de agrotóxicos que, por sua vez, contaminam água e solo.

No mesmo sentido que Alberto Acosta (2016), a socióloga argentina Maristella Svampa (2019) também fala da necessidade de ampliar a compreensão das atividades que podem ser consideradas como extrativistas/neoextrativistas:

> El neoextractivismo contemporáneo puede ser caracterizado como un modelo de desarrollo basado en la sobreexplotación de bienes naturales [...] el neoextractivismo designa algo más que las actividades consideradas tradicionalmente como extractivas, pues incluye desde la megaminería a cielo abierto, la expansión de la frontera petrolera y energética, la construcción de grandes represas hidroeléctricas y otras obras de infraestructura – hidrovías, puertos, corredores bioceánicos, entre otros–, hasta la expansión de diferentes formas de monocultivos o monoproducción, a través de la generalización del modelo de agronegocios, la sobreexplotación pesquera o los monocultivos forestales (SVAMPA, 2019, p. 21 – 22).

Deste modo, para além da exploração de minerais e petróleo, atividades ligadas ao agronegócio e à geração de energia (eólicas, solar, hidrelétricas, etc) também podem ser consideradas como atividades extrativistas. Por isso, neste capítulo discorreremos a partir da chave de análise do extrativismo sobre a territorialização do agronegócio, da mineração e da geração de energia a partir da instalação de parques eólicos no TI Chapada Diamantina.

Conforme Gudynas (2009), as atividades extrativistas vêm alimentando as correntes exportadoras e desempenhando papéis centrais nas economias nacionais. Estão também, por outro lado, no centro de fortes polêmicas e conflitos decorrentes de seus

impactos econômicos, sociais e ambientais. O autor cunha o conceito de neoextrativismo para se referir, principalmente, aos países da América Latina, historicamente extrativistas e que passam por um aprofundamento desse modelo.

Machado Aráoz (2019) também dialoga com o conceito de neoextrativismo ao compreendê-lo principalmente como uma nova fase do extrativismo, ou seja, não se trata do desaparecimento ou superação de um modelo extrativista para um modelo neoextrativista, trata-se sobretudo da sua atualização, da sua continuidade. Por isso, Acosta (2016), em diálogo com as reflexões de Eduardo Gudynas, vai denominar o neoextrativismo de uma versão contemporânea do extrativismo. Deste modo, Machado Aráoz (2019) compreende o neoextrativismo como essa continuidade do extrativismo que ao longo das últimas décadas desenvolveu novas tecnologias políticas, materiais e simbólicas que culminaram com uma nova capacidade de superexploração de territórios e de corpos.

Assim como o extrativismo, o neoextrativismo é um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. Gudynas (2009) compreende que, no contexto neoextrativista, o aprofundamento do modelo extrativista resultou especialmente do papel ativo do Estado, tanto em governos conservadores como nos governos autodefinidos progressistas. O autor faz uma análise crítica da intensificação do neoextrativismo sobretudo no contexto dos governos progressistas que, conforme o autor, trabalharam nos diferentes países da América Latina em prol da legitimação do extrativismo/neoextrativismo por meio da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada por estes setores.

Ao discorrer sobre o conceito de neoextrativismo na América Latina, Gudynas (AZEVEDO, 2021) esclarece que é necessário fazer uma distinção entre a esquerda e o progressismo. Segundo o autor, o progressismo governante que operou na América Latina, em princípios dos anos 2000, é filho de uma esquerda plural, que desejava modificar substancialmente as estratégias de desenvolvimento, articulada com ambientalistas ou feministas. No entanto, essa esquerda se torna progressismo quando, ao assumir os governos, "aderiu a um desenvolvimentismo de alto impacto sobre as minorias e o ambiente, deteriorou os direitos e foram engolidos pela corrupção – e é por isto que quando um governo progressista tinha que optar entre petróleo e os povos indígenas, escolhia sempre o petróleo" (GUDYNAS *apud* AZEVEDO, 2021).

Em diálogo com as reflexões teóricas de Gudynas, Milanez e Santos (2013, p. 01) apontam a presença do neoextrativismo a partir de duas dimensões que envolvem a política de extração de minérios durante governos progressistas no Brasil:

> Por um lado, ele pode ser associado ao processo de reprimarização da economia brasileira, medido pelo aumento constante da participação da indústria extrativa mineral na pauta de exportação e no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Por outro lado, pressupostos neoextrativistas podem ser também identificados nas propostas de novo marco legal da mineração, elaboradas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e dos Substitutivos apresentados pela Câmara dos Deputados.

Em consonância com a análise realizada por Gudynas sobre a atuação dos governos progressistas no fortalecimento do extrativismo, Machado Aráoz (2016) destaca que o "novo" ou estranho, nesta situação, é o fato de os governos e as forças políticas autoidentificadas como de esquerda assumirem a defesa e o fomento de políticas centradas no aprofundamento da velha matriz primário-exportadora. Isto é, há uma insistência em manter a colonialidade/modernidade extrativista com a qual as sociedades latino-americanas foram violentamente incorporadas ao mundo do capital e em sua divisão internacional do trabalho:

> Assim, alegando os interesses das classes oprimidas e a bandeira da luta contra o imperialismo, os governos progressistas acabaram justificando a trilha do 'extrativismo' como uma condição necessária para consolidar empregos, salários e políticas sociais (MACHADO ARÁOZ, 2016, p. 448).

Deste modo, é importante contextualizar que este momento de intensificação do extrativismo e/ou de consolidação de um modelo neoextrativista pode ser identificado ao longo das últimas décadas, no caso brasileiro, quando o país efetivamente participou do que ficou conhecido como o "boom" da extração mineral ou "boom" das *commodities*. Esse processo está diretamente associado ao crescimento da demanda internacional por bens minerais, sobretudo de países como a China. A crescente demanda e o aumento dos preços de minérios – como ferro, cobre e bauxita – no mercado internacional contribuíram para o aumento da extração realizada em território nacional, que passou a ter, desde 2009, a grande indústria chinesa como principal destino de exportação (BITTENCOURT; GOMES; DAFLON, 2016).

Em meio a essa conjuntura de ascensão da mineração, o setor mineral brasileiro obteve expressivos lucros. Porém, essa lucratividade não pode ser atribuída apenas à subida dos preços dos minérios, estando também associada a outros aspectos. Dentre eles, podemos destacar o crescimento de investimentos privados no setor, com o aumento de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em

infraestrutura de viabilização da mineração (principalmente transporte e energia); assim como o significativo aumento da quantidade de minérios efetivamente extraídos dos territórios (BITTENCOURT; GOMES; DAFLON, 2016).

Deste modo, a atuação do Estado contribui diretamente com a promoção do neoextrativismo. De acordo com Gudynas (2016) tanto no extrativismo quanto no neoextrativismo progressista "repetem-se alguns aspectos-chave, como a apropriação da Natureza para alimentar o crescimento econômico e uma ideia de desenvolvimento entendido como progresso material continuado e linear" (GUDYNAS, 2016, p. 176).

No contexto de "boom" das *commodities*, havia mais dinheiro para dividir em medidas de compensação e amortização. Além disso, o uso estatal da renda extrativista por governos progressistas tinha um caráter redistributivo que funcionava como uma espécie de motor das políticas de "desenvolvimento com inclusão social". Mas, quando caíram os preços das matérias-primas, essa situação se tornou insustentável:

> Quando isso ocorreu os progressismos se esgotaram politicamente, não puderam gerar novas ideias, e as alternativas que estavam disponíveis não foram aceitas. Então, quando os progressismos foram substituídos por regimes conservadores ou ultraconservadores, como o de Jair Bolsonaro, o que fizeram foi aprofundar ainda mais os extrativismos, recortar mais controles e, sobretudo, permitir que a violência fosse imposta (GUDYNAS apud AZEVEDO, 2021).

A ascensão de governos conservadores, como no caso brasileiro, demonstra a prioridade em promover o extrativismo a qualquer custo. A pressão política para a aprovação, por exemplo, do Projeto de Lei (PL) 191/2020, que busca regulamentar a mineração em terras indígenas, o que viola o direito ao território desses povos, é uma prova disso. A estagnação no processo de titulação dos territórios de comunidades quilombolas também está relacionada com esse contexto de priorização do avanço do extrativismo. O crescimento do desmatamento na Amazônia, do mesmo modo, conforme os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM):

> O desmatamento de florestas na Amazônia alcançou um novo e alarmante patamar nos últimos três anos. A perda de floresta entre 2019 e 2021 ultrapassou os 10 mil km² ao ano, número 56,6% maior que a média anual do período anterior - 2016 a 2018 (IPAM, 2022, p. 01).

Estes são alguns exemplos de como o extrativismo se faz presente e segue crescente, perpetuando, de forma conjunta, tanto à construção moderno-colonial da ideia de natureza quanto à da ideia de raça na forma de se espacializar e de avançar sobre territórios ocupados por diferentes povos e comunidades tradicionais. Por isso, buscaremos trazer para a análise a compreensão de como o extrativismo/neoextrativismo

está se configurando no TI Chapada Diamantina e, mais especificamente, como está se aproximando ou atingindo as comunidades quilombolas do município de Seabra.

3.2 TERRITORIALIZAÇÃO DAS FORMAS DE DISPUTA PELA NATUREZA NO TI CHAPADA DIAMANTINA

A partir da discussão apresentada anteriormente sobre extrativismo e neoextrativismo, buscaremos no decorrer deste tópico construir uma leitura espacial com base nesses conceitos de análise sobre a territorialização e o avanço do capital a partir da instalação de empreendimentos que, metodologicamente, dividimos em três setores extrativistas/neoextrativistas na região do TI Chapada Diamantina. São eles: 1) setor elétrico, com destaque para a instalação de parques eólicos; 2) setor agrícola, com destaque para a implementação de pivôs centrais e de barragens voltadas à agricultura irrigada do agronegócio; e 3) setor mineral, voltado à exploração de rochas ornamentais e de minério de ferro.

A princípio, a forma como estes três setores têm se territorializado no TI Chapada Diamantina não apresenta de forma direta e intensa uma relação com o mercado de *commodities*. No entanto, veremos casos como: o da exploração de minério de ferro no município de Piatã onde há uma empresa inglesa realizando a exploração mineral; os casos das comunidades do município de Boquira e da comunidade quilombola do Morro Redondo (Seabra) onde a extração de rochas ornamentais como mármore, conglomerados, quartzito e granito pode estar voltada tanto ao mercado nacional como internacional; a presença do agronegócio na Bacia do Rio Paraguaçu e sua expansão para o município de Piatã a qual revela um modelo de concentração de terras com o intenso uso de água por meio da implantação de pivôs centrais para a produção de batata, tomate, morango, café e mais recentemente de uvas para a produção de vinhos, produções estas voltadas para o mercado nacional e internacional; e, por fim, a questão da produção de energia, como no caso da atual crescente dos parques eólicos (aqui citamos os casos dos municípios de Brotas de Macaúbas, Iraquara e novamente o quilombo Morro Redondo em Seabra), cuja compreensão também sugere uma demanda por energia que visa abastecer setores extrativistas como o da mineração e do agronegócio.

De acordo com Machado Aráoz (2019) estamos diante de uma nova fronteira extrativista que se instrumentaliza de tecnologias extremas, extremas no sentido que implicam formas muito violentas de devastação e de formas intensas de depredação e

destruição da capacidade de contenção da vida nos territórios. Extremas também na quantidade de "recursos" naturais explorados (florestais, agrícolas, pecuária, minerais, etc.) para atender a demanda do mercado mundial com grandes volumes. Essa necessidade de grandes volumes implica, por sua vez, em grandes infraestruturas (rodovias, hidrovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, etc.) e demandas por fontes de energia que se dizem limpas e renováveis que, por vezes, são necessárias para alimentar outros projetos extrativos como a exploração de minérios e de petróleo.

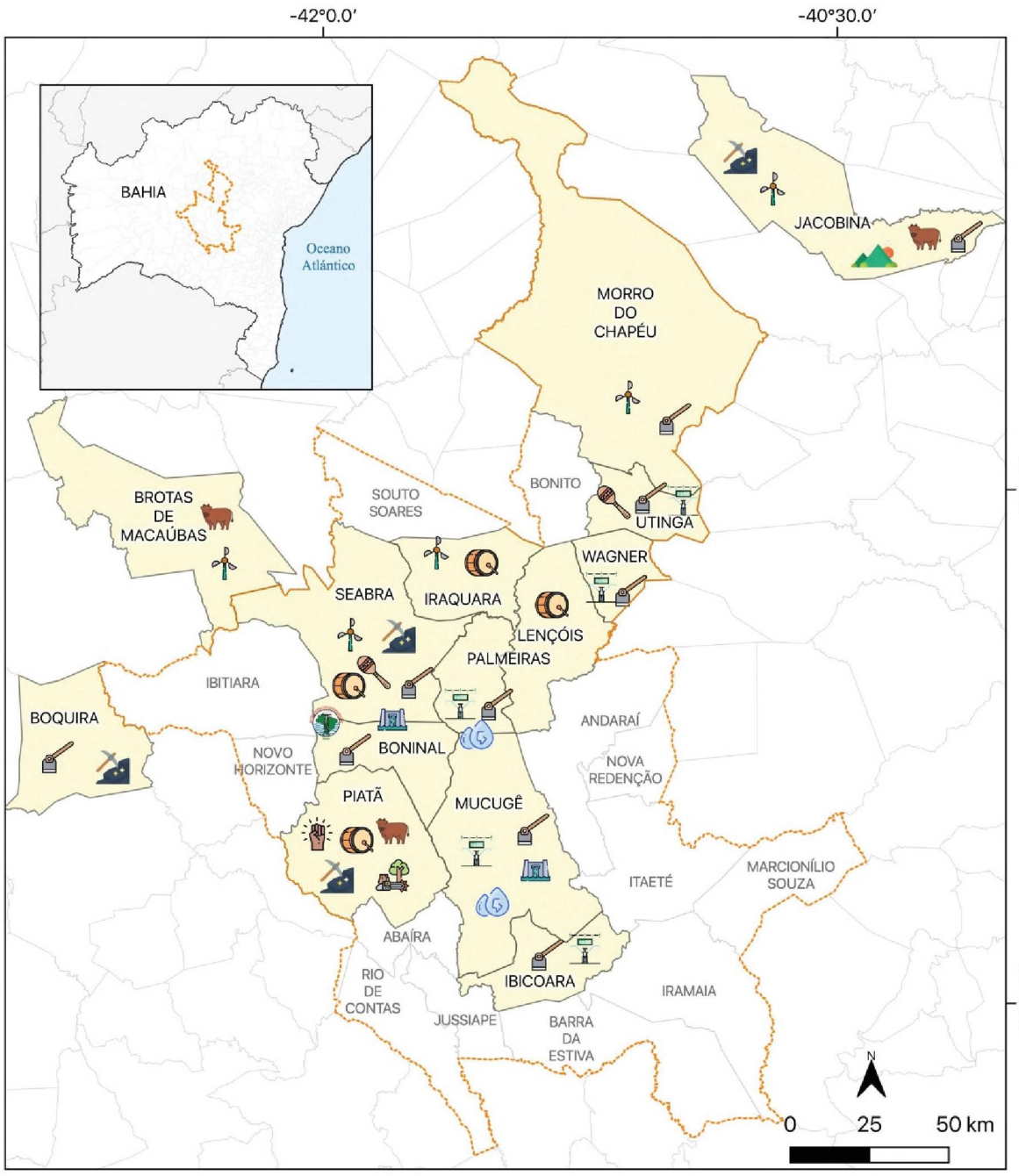
Enfim, veremos que a forma desses setores extrativistas operar acontece segundo os moldes do padrão de poder capitalista: por meio de um extrativismo que se apropria diretamente do solo, do subsolo, da água, dos ventos, do sol e de distintas áreas de vegetação nativa, provocando a concentração de terras, o esgotamento e/ou contaminação da água, a expropriação ou o cerceamento de acesso ao território de vida de comunidades tradicionais, dentre outros.

Conforme Gudynas (2012, p. 132 – 133):

> El neoextractivismo va más allá de la propiedad de los recursos, sean estatales o no, ya que termina reproduciendo la estructura y las reglas de funcionamiento de los procesos productivos capitalistas, volcados a la competitividad, la eficiencia, la maximización de la renta y la externalización de los impactos sociales y ambientales (GUDYNAS, 2012, p. 132 – 133).

Problematizaremos, assim, como cada um destes três setores (elétrico, agrícola e mineral) estão reproduzindo a estrutura e as regras de funcionamento dos processos produtivos capitalistas, contando com forte atuação estatal (infraestrutura, flexibilização legal, isenções, financiamentos, etc.) consolidando, assim, uma forma de apropriação da natureza que gera impactos e conflitos socioambientais e territoriais. Nos próximos tópicos apresentaremos casos concretos de comunidades que estão localizadas nos municípios que compõem o TI Chapada Diamantina e outros casos de comunidades que estão em municípios limítrofes a esse território de identidade e muito próximas de Seabra. Tratam-se dos municípios de Boquira, Brotas de Macaúbas e Jacobina, localizados respectivamente nos seguintes TI: Bacia do Paramirim, Velho Chico e Piemonte da Diamantina (ver Mapa 3 com a localização de cada TI) -, e embora não pertencentes ao TI Chapada Diamantina, enfrentam problemáticas semelhantes e possuem articulações nas ações de resistências. O Mapa 17 representa a localização de cada um dos casos (comunidades e tipos de empreendimentos) que serão descritos no decorrer dos próximos tópicos.

MAPA 17 - EMPREENDIMENTOS E SUJEITOS EM RESISTÊNCIA NO TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA



Empreendimentos
- Barragem
- Eólicas
- Desmatamento
- Mineração
- Pivô Central

Resistências
- Camponeses
- Fundo de Pasto
- Indígenas
- MAB
- Quilombolas
- Salve as Serras
- SOS Águas da Chapada
- SOS Bocaina e Mocó

Território de Identidade Chapada Diamantina

Municípios com conflitos identificados

Elaboração: Aline Miranda Barbosa, 2022.
Fonte: IBGE, SEI.
Sistema de Coordenadas Geograficas
DATUM: SIRGAS 2000.

obs: a localização dos pontos é ilustrativa, podendo haver mais empreendimentos e processos de resistências.

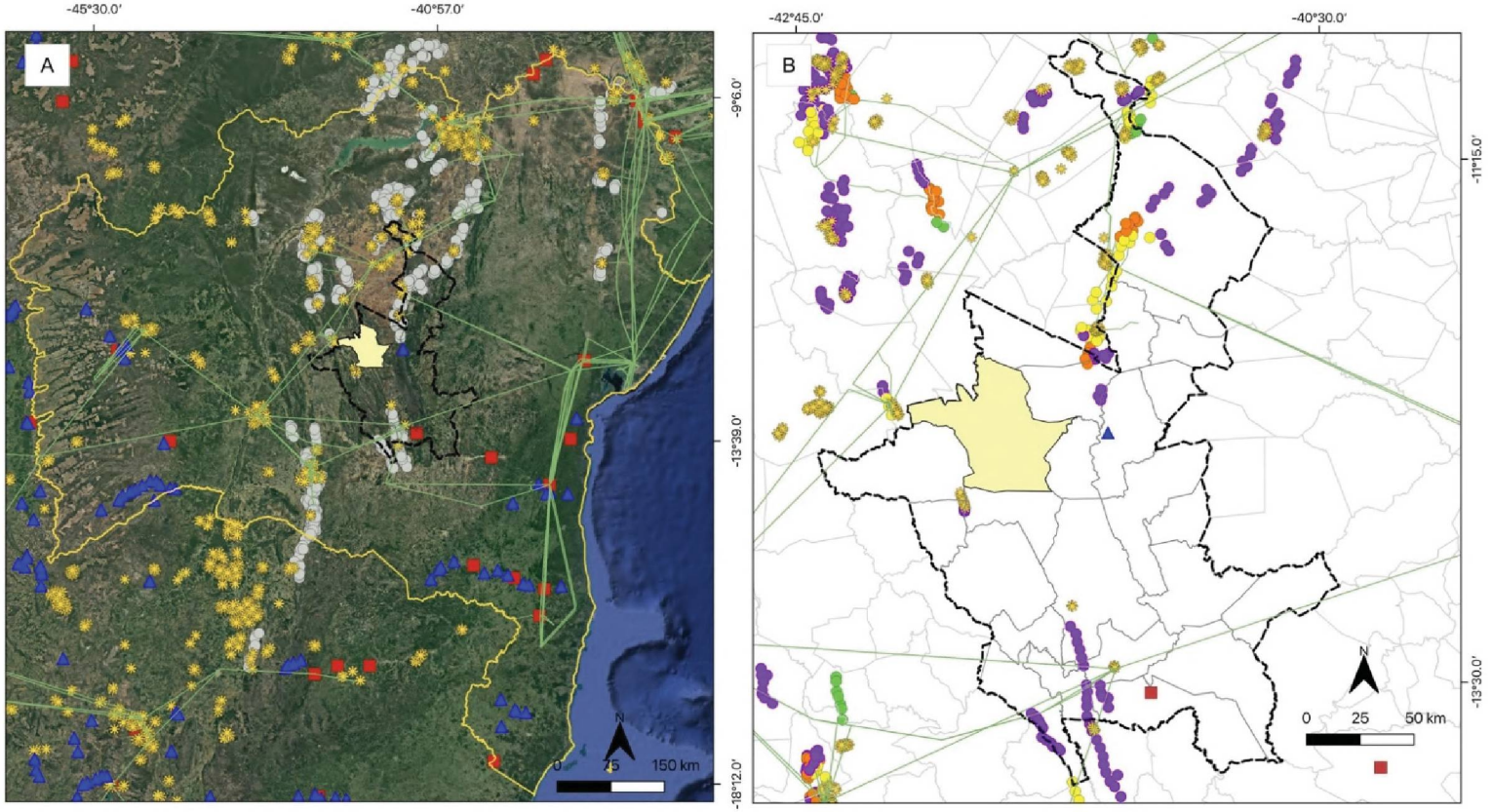
3.2.1 Setor elétrico: Brotas de Macaúbas, Iraquara e Morro do Chapéu

Com relação ao setor elétrico, a partir do Mapa 18, a seguir, podemos observar como os empreendimentos relacionados a este setor estão espacializados no estado da Bahia e, mais especificamente, no TI Chapada Diamantina. O Mapa 18-A representa a escala estadual e, por meio dele, podemos constatar que os principais empreendimentos relacionados ao setor elétrico presentes na Bahia são: hidrelétricas (polígonos vermelhos); parques eólicos (polígonos cinzas); energia solar (polígonos amarelos) e as linhas de transmissão de energia (linhas em verde).

O Mapa 18-B, que representa a escala do TI Chapada Diamantina, permite constatar que, nesta região, está ocorrendo um processo de expansão dos parques eólicos e solares. Podemos identificar também que o município de Seabra está situado na rota de projeção de expansão, sobretudo, dos empreendimentos eólicos. A representação dos parques eólicos apresenta uma escala de cores que corresponde ao estágio de funcionamento de cada parque: em amarelo estão representados aqueles que estão em funcionamento, em laranja os que estão em construção, em verde os que ainda não tiveram a construção iniciada e em lilás um grande número que está aguardando a concessão de outorga para passar para os demais estágios até entrar em funcionamento[87].

[87] Vale destacar que os dados cartográficos consultados, a respeito dos parques eólicos, correspondem aos disponibilizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em fevereiro de 2021, podendo, em poucos meses, ocorrer o aumento desses números.

MAPA 18 – TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO, TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA



LEGENDA

Tipos de empreendimentos:
- Usinas Hidrelétricas UHE
- Pequenas Centrais Hidrelétricas PCH
- Eólicas
- Solar
- Linha de Transimssão

- Município de Seabra
- Território de Identidade Chapada Diamantina
- Bahia

LEGENDA

Fase eólicas:
- Despacho de Registro de Requerimento de Outorga - DRO
- Construção não iniciada
- Construção
- Operação

- Usinas Hidrelétricas UHE
- Pequenas Centrais Hidrelétricas PCH
- Linha de Transimssão

- Município de Seabra
- Divisão Municipal
- Território de Identidade Chapada Diamantina

Elaboração: Aline Miranda Barbosa.
Fonte: IBGE (2015), SEI (2018), ANEEL (fev/2021)
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM: SIRGAS 2000

É possível observar a expressividade do número de empreendimentos eólicos na Bahia a partir da análise da Tabela 3, a seguir, na qual podemos ver que, do total de 1.197 empreendimentos eólicos no país, 403 estão no estado da Bahia. A Bahia é o estado com o maior número de empreendimentos eólicos, estando o Rio Grande do Norte em segundo lugar (345), o Piauí em terceiro (126) e o Ceará em quarto (112). A Tabela 3, também apresenta a quantidade de energia eólica outorgada, que corresponde à potência autorizada pela ANEEL para um determinado empreendimento operar; e a quantidade de energia fiscalizada, que condiz à potência que está em operação no empreendimento. Com relação a esses últimos dados, podemos afirmar que dos 14 estados com empreendimentos, metade deles possui empreendimentos eólicos que atingem o total de potência outorgada (SC, MA, MG, PR, RJ, SE e SP); a outra metade dos estados (BA, RN, PI, CE, RS, PB e PE), apresenta o valor de potência fiscalizada menor que o da potência outorgada, certamente por esses estados não estarem com todos os empreendimentos na fase de operação.

TABELA 3 - POTÊNCIA OUTORGADA, POTÊNCIA FISCALIZADA E QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA EÓLICA NO BRASIL (MAIO/2022).

UF	Potência outorgada (kW)	Potência fiscalizada (kW)	Qtde
BA	11.875.070,64	5.961.445,64	403
RN	11.276.236,00	1.707.881,00	345
PI	4.419.050,00	2.418.550,00	126
CE	2.881.340,00	2.506.440,00	112
RS	1.888.391,98	1.835.891,98	84
PB	1.217.585,00	624.975,00	44
PE	1.179.165,00	899.365,00	44
SC	250.599,50	250.599,50	18
MA	426.022,50	426.022,50	16
MG	156	156	1
PR	2.500,00	2.500,00	1
RJ	28.050,00	28.050,00	1
SE	34.500,00	34.500,00	1
SP	2,24	2,24	1
TOTAL	**35.478.668,86**	**16.696.378,86**	**1197**

FONTE: SIGA, ANEEL, 2022[88].

A energia eólica tem se expandido no Brasil no decorrer das últimas décadas e, no estado da Bahia, as primeiras operações iniciaram no ano de 2012 nos municípios de Brotas

[88] Dados disponibilizados no Sistema de Informações de Geração da ANEEL SIGA. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9>. Data de referência dos dados: 05 de mai. de 2022.

de Macaúbas e Caetité; tornando-se, em poucos anos, um dos estados com maior produção de energia eólica do país (SANTANA FILHO, 2019). Na Bahia, as áreas de maior interesse em exploração eólica estão localizadas no interior do estado, na região do semiárido. A Figura 1, publicada na nova versão do Atlas Eólico do Estado da Bahia[89], representa essas zonas de interesse e, conforme podemos observar, o estado é dividido em sete áreas de "potencial eólico", todas localizadas no interior do estado e em áreas de maior altitude. A área de número 7 corresponde às proximidades do município de Seabra e, junto às áreas de número 3 e 5, conformam uma grande área de interesse eólico que abrange a região da Chapada Diamantina.

FIGURA 1 - MAPEAMENTO DAS PRINCIPAIS ÁREAS PROMISSORAS PARA EMPREENDIMENTOS EOLIOELÉTRICOS NA BAHIA



FONTE: SCHUBERT (2013).

O apoio estatal ao avanço desse tipo de empreendimento também é percebível na criação de instrumentos normativos que viabilizam a instalação de empresas eólicas, como foi o caso da publicação, no dia 01 de julho de 2020, da Instrução Normativa Conjunta - IN

[89] O primeiro Atlas Eólico da Bahia foi publicado em 2002 e, o segundo, em 2013.

SDE/SDR/CDA/PGE 01/2020[90]. A referida IN 01/2020 dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração de energia eólica, os denominados "corredores do vento".

A partir dessa instrução normativa, os processos de regularização fundiária dos territórios de comunidades tradicionais, como as quilombolas e as comunidades de fundo e fechos de pasto, têm sido acelerados e, por vezes, a titulação é concedida às comunidades de forma atrelada aos interesses das empresas, como o que está acontecendo na comunidade quilombola do Morro Redondo, município de Seabra, conforme abordamos no primeiro capítulo e retomaremos no tópico 3.3. Isto porque, quando a empresa não é proprietária da terra onde almeja instalar o empreendimento, é necessário que sejam realizados contratos de arrendamentos com os proprietários particulares ou com associações que possuam a titulação coletiva da terra:

> Em síntese, a modelagem de Regularização Fundiária de terras públicas, rurais e devolutas que integram os Corredores de Ventos da Bahia propõe o diagnóstico da ocupação e situação jurídica dos imóveis rurais, a identificação das terras públicas e devolutas para arrecadação e abertura de matrícula, visando a emissão de títulos de terras em favor das famílias agricultoras e as condições necessárias, aos empreendedores, para participação nos Leilões de Energia, sobretudo, considerando a Portaria nº 21/2008 do Ministério de Minas e Energia - MME, que padronizou o procedimento para Registro na Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, prevendo que as empresas que desejam propor a inclusão de seus projetos nos leilões de compra de energia proveniente de novos empreendimentos devem apresentar "o comprovante do direito de usar ou dispor do local a ser destinado ao empreendimento de geração" (art. 5º, §3º, VI). Ou seja, as empresas precisam deter previamente a posse legítima do imóvel (CDA, 2020 [91]).

Esse processo de crescimento de implementação de projetos eólicos vem sendo compreendido como um processo de "acumulação por espoliação"[92]. Araújo e Meireles (2019) fazem essa análise ao identificarem, nos casos estudados pelos autores no estado do Ceará, a ocorrência de expropriação e privatização de áreas de uso comum e de recursos territoriais. Mariana Traldi (2019) analisou os impactos socioeconômicos e territoriais de parques eólicos na Bahia e no Rio Grande do Norte, concluindo, assim, que o semiárido está

---

[90] Cada sigla corresponde à: SDE (Secretária de Desenvolvimento Econômico), SDR (Secretária de Desenvolvimento Rural), CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário), PGE (Procuradoria Geral do Estado) e a IN 01/2020 pode ser consultada através do seguinte link, disponível em: < http://www.cda.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/2020-07/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20-%20%C3%81REAS%20ENERGIA%20EOLICA.pdf >. Acesso em: abril de 2022.

[91] "Manual de Procedimentos: regularização fundiária das terras públicas, rurais e devolutas que integram os corredores de vento no estado da Bahia" (anexo I da IN 01/2020). Disponível em: < http://www.cda.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/2020-07/ANEXO_I_Manual_de_Procedimentos.pdf >. Acesso em: abr. de 2022.

[92] Conceito formulado por Harvey (2005) em diálogo com as reflexões de Marx sobre a acumulação "primitiva" ou "original", compreendendo esses processos como um movimento contínuo do capitalismo e com as reflexões de Rosa Luxemburgo sobre a ideia de que o capitalismo tem que dispor perpetuamente de algo "fora de si mesmo".

se configurando como uma nova área de expansão da produção de energia elétrica do país e, simultaneamente, como uma promissora fronteira para a acumulação capitalista. Conforme a autora:

> Acreditamos que a implantação de parques eólicos no semiárido brasileiro pode ser caracterizada como um processo de acumulação por despossessão (HARVEY, 2010) que promove a inserção de pontos e manchas do território na economia-mundo como consequência da necessidade constante de ampliação dos processos de acumulação pelo Capital (HARVEY, 2013). Este fato tem como fundamento primeiro a apropriação dos ventos, uma riqueza natural, por empresas, em sua maioria, privadas e estrangeiras (TRALDI, 2019, p. 266).

Vale destacar que a apropriação dos ventos implica diretamente na apropriação da terra para a instalação do empreendimento e, até mesmo, da água[93]. Esse tipo de apropriação privada da natureza e sua consequente mercantilização ocorre em áreas que não são vazios demográficos. Se dá em áreas que, por vezes, constituem os territórios de comunidades camponesas e de diferentes povos e comunidades tradicionais.

Por mais que, no estado da Bahia, a partir da IN 01/2020, esse processo esteja sendo acompanhado pelo processo de regularização fundiária dos territórios tradicionais, é importante problematizar o fato de o governo do estado estar estabelecendo parcerias com empresas do setor eólico para auxiliar nesses processos de titulação. Conforme a discussão apresentada anteriormente vimos que a luta e reivindicação por titulação de muitas comunidades não é de agora, são comunidades que há décadas estão reivindicando a titulação de seus territórios de uso tradicional para seguirem com suas práticas tradicionais. No entanto, diante deste contexto passam a obter a titulação sob o acompanhamento e presença das empresas em seus territórios.

Araújo e Meireles (2019, p. 62) destacam alguns dos fatores que contribuem com a expansão do setor de energia eólica no Brasil, são eles: a) a emergência da questão ambiental no espaço público; b) o fortalecimento da noção de "energia limpa"; c) a conjuntura econômica favorável para investimentos no setor; d) o protagonismo do Estado, por meio de linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), políticas de incentivo e isenções fiscais.

Para os autores, é de fundamental importância problematizar o consenso criado em torno da ideia de que a energia de matriz eólica é "limpa" por não emitir Gases de Efeito Estufa (GEE) à atmosfera durante a geração de energia elétrica e, assim, não contribuir diretamente com a acentuação das mudanças climáticas. Araújo e Meireles (2019) problematizam também a ideia de que a energia gerada por essa fonte seria de "baixo impacto ambiental", com reduzidas ou nenhuma implicação indesejável aos ecossistemas e às

[93] Durante a fase de instalação do empreendimento, é usado uma grande quantidade de água para a construção da base dos aerogeradores e na manutenção das vias de acesso.

populações das regiões onde os parques são instalados. Conforme os autores, a propagação dessas ideias de "energia limpa" e de "baixo impacto ambiental" contribuíram para que, nos últimos dez anos, essa fonte adquirisse significativa legitimidade social:

> Tal legitimidade, contudo é questionada na escala local, pois é crescente o número de grupos sociais localizados em territórios próximos aos parques eólicos que apontam no espaço público que suas práticas espaciais são desestruturadas e por vezes inviabilizadas em função do processo técnico adotado na geração de energia eólica no País. A expressão "energia limpa", criada no âmbito das negociações climáticas, engloba processos técnicos de geração de energia que, apesar de não emitir GEE à atmosfera, provoca alterações indesejáveis aos ecossistemas e conflitos ambientais. As implicações territoriais provocadas por essas fontes de energia ditas "limpas" são corriqueiramente desconsideradas no espaço público ao incluí-las nessa categoria (ARAÚJO & MEIRELES, 2019, p. 62).

Para além do discurso que propaga a expansão do setor eólico a partir do viés ambiental, há também o discurso pautado na ideia de desenvolvimento e de geração de empregos[94]. Em áreas como o semiárido, esse tipo de discurso se torna mais enfático, sobretudo porque muitas comunidades dessa região são estereotipadas como comunidades carentes, tendo seus modos de vida deslegitimados e, assim, o direito ao uso tradicional do território entra em disputa com processos de instalação de empresas deste setor. Deste modo, destacaremos alguns casos no qual diferentes comunidades se organizaram para conseguir apoio e dar visibilidade aos conflitos que estão vivenciando com a chegada de empreendimentos eólicos em seus territórios.

3.2.1.1 Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto (Brotas de Macaúbas)

Brotas de Macaúbas foi um dos primeiros municípios a ter a instalação de complexos eólicos e segue sendo alvo de interesse de expansão desse setor. O caso que abordaremos trata da questão dos contratos de arrendamentos estabelecidos por uma empresa eólica. De acordo com Ribeiro e Oliveira (2020), o contato da Statkraft Energias Renováveis com as Associações de Moradores de Mangabeira e Boa Vista teve início em 2016 e, no ano de 2018, a empresa apresentou a primeira versão da minuta de contrato de arrendamento às comunidades. Vale destacar que os contratos de arrendamento são de extrema importância para que uma empresa desse setor possa participar dos leilões de energia da ANEEL.[95]

---

[94] O trabalho de Traldi (2019) contrapõe essas ideias ao analisar, nos casos de parques eólicos da Bahia e no Rio Grande do Norte, como o discurso de geração de empregos e de recolhimento de impostos aos municípios são ínfimos.

[95] Uma empresa do setor eólico necessita comprovar o direito de uso do terreno tanto para participar dos leilões da ANEEL quanto para obter o licenciamento ambiental. Isso se dá por meio da comprovação de posse ou do arrendamento de terras de terceiros.

É nesse contexto que as comunidades de fundo de pasto de Mangabeira e Boa Vista se organizaram e conseguiram obter a assessoria de uma equipe de apoiadores[96] que contribuiu com a análise e negociação dos contratos. Nas primeiras versões dos contratos de arrendamento, havia pontos que tinham como principal objetivo assegurar direitos e vantagens à empresa em detrimento das comunidades, a saber: a) a falta de informação sobre a localização dos aerogeradores; b) a indeterminação quanto ao tempo do período pré-operacional; c) os valores estipulados sem esclarecimento quanto aos critérios utilizados; d) o livre acesso à área pela comunidade condicionado à autorização da empresa, assim como o acesso a empréstimos e parceria agrícola; e) a transferência para a comunidade da obrigação de pagar todos os tributos presentes e futuros sobre todo o imóvel, independentemente da área ocupada; e f) a vigência do contrato de 30 anos com renovação automática, caso não haja manifestação 01 ano antes (RIBEIRO et al., 2018).

Conforme Ribeiro e Oliveira (2020), os contratos foram assinados com nova redação e exclusão de cláusulas prejudiciais às comunidades após inúmeras negociações assessoradas pela equipe. De acordo com as autoras, este caso demonstra que os contratos podem sofrer alterações para maior benefício de uma comunidade ou proprietário e, ao mesmo tempo, exemplifica a importância de se obter uma assessoria em defesa das comunidades. Por outro lado, também podemos compreender que este caso, que atinge comunidades de Fundo e Fecho de Pasto de Brotas de Macaúbas, são expressões do racismo. Visto que, além de atingirem territórios de comunidades tradicionais, as empresas não chegam com informações em linguagem acessível às comunidades ou não possibilitam o acesso a todas informações necessárias para se compreender a dimensão e verdadeiras implicações do empreendimento em seus territórios.

Este modo de agir explicita um racismo que desqualifica os saberes das comunidades e as formas das mesmas se relacionar com a natureza, como se o empreendimento correspondesse a uma suposta alternativa que as retirariam também de um suposto atraso. A desqualificação do conhecimento se dá também por meio de um prejulgamento de que se tratariam de comunidades ignorantes, como se estas não fossem capazes de compreender e discutir sobre a viabilidade ou não do empreendimento em seus territórios.

3.2.1.2 Comunidade Quilombola Riacho do Mel (Iraquara) e Comunidades Camponesas (Morro do Chapéu)

[96] Essa equipe foi composta por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Fundação Padre João, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) e de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (RIBEIRO; ARAÚJO; OLIVEIRA; GERMANI, 2018).

A comunidade quilombola Riacho do Mel também vem sendo impactada com a possibilidade de instalação de um empreendimento eólico em seu território. O território ainda não é titulado e, desde o momento que tiveram conhecimento da possibilidade de instalação de um empreendimento eólico, a situação na comunidade tornou-se tensa, visto que a empresa eólica interessada na área busca fazer diálogos e negociações individuais para viabilizar o arrendamento das terras. O caso foi relatado durante uma *live*[97] e, até então, nenhum contato por parte da empresa havia sido realizado com a comunidade para explicar ou estabelecer algum tipo de diálogo coletivo sobre o interesse na instalação do empreendimento no seu território. Até o momento da referida *live,* a comunidade não tinha o território titulado e, por isso, apresentava grande receio de que pessoas não-quilombolas começassem a assinar os contratos de arrendamento:

> A gente sabe que essas terras estão em posse de pessoas que nem são da comunidade. Então essas pessoas, não sendo da comunidade, elas não têm o amor que nós temos por Riacho do Mel. Tem amor por Riacho do Mel quem é de Riacho do Mel. Quem comprou uma terra porque queria investir o seu dinheiro [...] ela não tem amor por Riacho do Mel, não tem amor como nós [...] É aí onde tem uma preocupação muito grande porque essas pessoas quando vê a proposta de arrendamento que eles colocam, porque essas pessoas que têm as terras arrendadas é elas quem vão ganhar. Então elas não recusam muitas vezes, não vão recusar porque elas querem ganhar aquele dinheiro (Janete Ramos, Quilombo Riacho do Mel – Iraquara, depoimento *online* em 15/10/2020 – TV UNEB - Seabra, 2020b).

A falta de acesso a informações que possibilitem a compreensão da dimensão do empreendimento e de seus impactos gera insegurança, sentimento de desrespeito e conflitos internos na comunidade. Conflitos esses que passam a emergir diante do receio de que pessoas não-quilombolas, mas que vivem na comunidade, comecem a assinar os contratos de arrendamento individualmente e sem um diálogo coletivo, colocando, assim, em risco a permanência da comunidade em seu território e a continuidade de seu modo de vida.

Na mesma atividade virtual, foi relatada a questão das eólicas no município de Morro do Chapéu, um dos primeiros municípios da Bahia em que ocorreu a instalação desse tipo de empreendimento. A fala de uma das lideranças da região ressaltou a problemática dos contratos, destacando que, além de gerar conflitos entre os moradores de uma comunidade (devido ao fato de a empresa tratar individualmente com as pessoas que possuem a propriedade da terra), esses contratos também trazem cláusulas abusivas que ferem os direitos das comunidades, como por exemplo: cláusulas que exigem o sigilo do contrato; que estipulam multas com valores exorbitantes no caso de descumprimento de qualquer cláusula do contrato; que obrigam herdeiros e sucessores a manterem os contratos, etc.

---

[97]TV UNEB – Seabra. **Boca Piu**: Chapada Diamantina, Agricultura Familiar e a Instalação de Torres Eólicas – TV UNEB Seabra, 2020b. 1 vídeo (1h54min52s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HXC4ulWxHZg&t=5078s>. Acesso em: set. de 2021.

3.2.1.3 Movimento "Salve as Serras" (Jacobina)

Diante desse cenário de avanço das áreas de interesse de implementação de complexos eólicos, emergiu o Movimento "Salve as Serras" (SAS),[98] que lançou, em outubro de 2020, uma campanha internacional homônima. O movimento nasce, especialmente, no contexto de ameaça de instalação de empresas eólicas e da mineração nas Serras da Jacobina, uma das serras que compõem o complexo geomorfológico da Serra do Espinhaço. A Serra do Espinhaço se estende de Minas Gerais a Bahia e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) como Reserva da Biosfera. Na Bahia, compreende as Serras da Jacobina, Chapada Diamantina e a Serra da Bicuda, onde estão se projetando os empreendimentos eólicos.

A fala do Cacique Juvenal, do povo Payayá, pronunciada durante o ato virtual[99] de lançamento da campanha, sistematiza a luta dos povos dessa região:

> O que eu me refiro à importância desse debate, desse lançamento, do lançamento dessa Campanha Salve as Serras é uma coisa pra nós muito importante. E a principal importância disso é divulgar o nosso inconformismo com a demolição, com o processo de demolição que o sistema produtivo está fazendo da natureza em nome do enriquecimento de poucas pessoas, de poucas empresas, de poucos seres humanos, de poucos seres vivos que ainda ocupa um espaço na mãe terra (Cacique Juvenal, depoimento *online* em 15/10/2020 - TV UNEB - Seabra, 2020a).

No mesmo ato virtual, a Profa. Dra. Guiomar Germani (GeografAR/UFBA) discorreu sobre o envolvimento do seu grupo de pesquisa no trabalho de mapeamento das comunidades de fundo e fechos de pasto do estado em parceria com a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI). Dentre as problematizações apontadas pela pesquisadora, vale enfatizar a seguinte reflexão: "Quais são as comunidades, as associações que estão nas rotas dos ventos?". Tal pergunta se relaciona ao fato de que, embora o mapa georreferenciado das comunidades já exista e seja de acesso público[100], o mapa georreferenciado das rotas dos ventos é uma informação privilegiada. Tanto a universidade quanto a sociedade não possuem acesso a essa informação, que está sob o poder das empresas.

Vale destacar que o SAS tem atuado especialmente na região das serras, tanto do município de Jacobina quanto dos municípios vizinhos, buscando apoiar as comunidades atingidas por empreendimentos eólicos e minerais. Este movimento contribui tanto com o

---

[98] Link do site oficial do Movimento SAS: <http://salveasserras.org/>.

[99] Atividade realizada no dia 02/10/2020, transmitido pelo canal do Youtube da TV UNEB Seabra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=72bPjn2ErRY&t=569s>. Acesso em: nov. 2020.

[100] Consultar "Mapeamento das Comunidades de Fundo de Fechos de Pasto no Estado da Bahia SEPROMI/UFBA". Disponível em: < https://geografar.ufba.br/germani-guiomar-oliveira-gilca-g-de-coordenacao-mapeamento-das-comunidades-de-fundo-e-fechos-de >. Acesso em: abr. de 2022.

fortalecimento da articulação entre a academia e os moradores da região das serras, quanto nos processos de mobilizações populares e no encaminhamento de denúncias[101]. Deste modo, o SAS colabora diretamente com a visibilização dos processos de luta e resistência das comunidades, assim como com as denúncias dos impactos socioambientais e conflitos gerados frente à instalação desses empreendimentos.

3.2.2 Setor agrícola: Bacia do Rio Paraguaçu e Piatã

No âmbito agrícola, abordaremos situações diretamente associadas à forma como vem se constituindo a ocupação do agronegócio na Chapada Diamantina. Dentre os empreendimentos extrativistas provenientes deste setor, destacaremos a instalação de pivôs centrais e de barragens voltadas à agricultura irrigada. Ambos têm gerado conflitos com relação ao uso e gestão das águas, assim como com relação a práticas de desmatamento com fins de instauração de novas zonas de produção agrícola de grande porte.

Com relação ao uso de irrigação por pivôs centrais, a Bahia é o terceiro estado com o maior número no Brasil[102] (BRITO, 2021). Dentre os municípios identificados, no ano de 2013, com maior quantidade de pivôs centrais e áreas irrigadas, dois deles pertencem à região da Chapada Diamantina. O município de Mucugê, ocupando a posição de primeiro lugar com 471 pivôs em uma área de 32.106,78 ha, e o município de Ibicoara, em quarto lugar, com 206 pivôs em uma área de 11.635,03 ha (GUIMARÃES & LANDAU, 2014). Estas áreas corresponderiam respectivamente a 13% e 14% da área territorial dos municípios de Mucugê e Ibicoara, ou seja, são porcentagens significantes do modo de ocupação do território municipal e além de pertencerem ao TI da Chapada Diamantina, os referidos municípios pertencem a uma das mais importantes bacias hidrográficas da região, a do Rio Paraguaçu[103].

Deste modo, apontaremos como o avanço da instalação de pivôs centrais e de barragens, voltadas para o modelo de agricultura irrigada do agronegócio, tem se expandido no TI Chapada Diamantina e gerado tensões, principalmente no uso e gestão das águas da Bacia do Rio Paraguaçu. Esta expansão, consequentemente, impacta diferentes comunidades que vivem de práticas tradicionais de cultivo e manejo da natureza, como é o caso das comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, fundo e fecho de pastos que vivem nesta região.

---

[101] A formalização de um protocolo de denúncias junto ao Ministério Público Estadual da Bahia é exemplo disso.

[102] Minas Gerais ocupa a posição de primeiro lugar e Goiás a de segundo lugar.

[103] A nascente e os principais afluentes dessa bacia estão na Chapada Diamantina. O Rio Paraguaçu nasce no município de Barra da Estiva, percorre por Ibicora, Mucugê e vários outros municípios (um trajeto de aproximadamente 600 km) até desaguar na baía de Iguape, no Recôncavo Baiano.

3.2.2.1 Bacia do Rio Paraguaçu (Ibicoara, Mucugê, Lençóis, Utinga, Wagner e Palmeiras)

O processo de chegada e expansão do agronegócio ao longo da bacia do Rio Paraguaçu teve início durante a década de 1980, sobretudo nos municípios de Ibicoara e Mucugê, com o estabelecimento de empresas agrícolas, de capital nacional e internacional, voltadas à produção de monocultivos de batatas, morangos e café:

> A chegada do agronegócio no alto Paraguaçu começou na década dos 80. O desenvolvimento de tecnologias e técnicas de cultivo, junto com a abundância de água, foram fatores importantes para que as empresas deste setor considerassem este espaço como estratégico para produzir batatas e outros produtos. As empresas maiores combinam capital nacional e internacional, incluindo participação japonesa ou chinesa. É o caso do grupo Igarashi[104], presente em vários municípios da bacia – Mucugê, Ibicoara, Palmeiras, Nova Redenção entre outros - e também nas grandes áreas de cultivo de *commodities* do cerrado, a exemplo de Correntina (ARANZABAL e OLIVEIRA, 2019, p. 8).

O estado de tensões socioambientais e conflitos territoriais presentes nessa região, em decorrência do agronegócio, aparece de forma central no trabalho realizado pela "Caravana do Paraguaçu"[105]. A referida caravana percorreu o rio Paraguaçu, desde o Recôncavo (foz) até a Chapada Diamantina (nascente), com a intenção de visibilizar os conflitos presentes ao longo desta bacia hidrográfica. Na região do alto Paraguaçu (Chapada Diamantina), os principais conflitos giram em torno do uso da água pelo agronegócio. As comunidades relatam a problemática do assoreamento e redução do nível da água dos rios como uma das consequências do aumento de pivôs centrais e barragens voltadas à irrigação nesta região.

Tanto Ibicoara quanto Mucugê contam com a presença de inúmeras barragens destinadas à irrigação e a principal delas é a Barragem do Apertado (em destaque no Mapa 19), localizada a alguns quilômetros da cabeceira do rio Paraguaçu. Suas obras foram concluídas em 1998 pela Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (CERB). De acordo com Oliveira, C. (2018, p. 1):

> [...] a Barragem do Apertado possui usos distintos, dentre os quais destacam-se a irrigação e o abastecimento doméstico. Mas, nos últimos três anos em que acentuou

---

[104] Em novembro do ano de 2017 ocorreu no município de Correntina uma intensa mobilização contra as fazendas do grupo Igarashi que resultou da destruição de equipamentos de irrigação dessa fazenda. O contexto de tais mobilizações foram denominados de "Guerra da Água". Ver as referidas notícias da época disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rujl2OPc17U> (TV Bahia, 2019) e <https://www.brasildefatoba.com.br/2017/12/18/guerra-da-agua-no-oeste-da-bahia> (GOMES, Maíra., 2017).

[105] Uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Diocesana de Ruy Barbosa, Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), Movimento de Pequenos Pescadores (MPP) e outras organizações, movimentos sociais, ambientalistas e sociedade civil comprometidos com a defesa dos direitos territoriais (ARANZABAL e OLIVEIRA, 2019). A atividade foi realizada entre os dias 03 e 13 de junho de 2019, dentre os resultados destaca-se a produção do documentário "Os conflitos territoriais da Bacia do Paraguaçu". Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=WUh4Hsxo7jk >. Acesso em: set. de 2021.

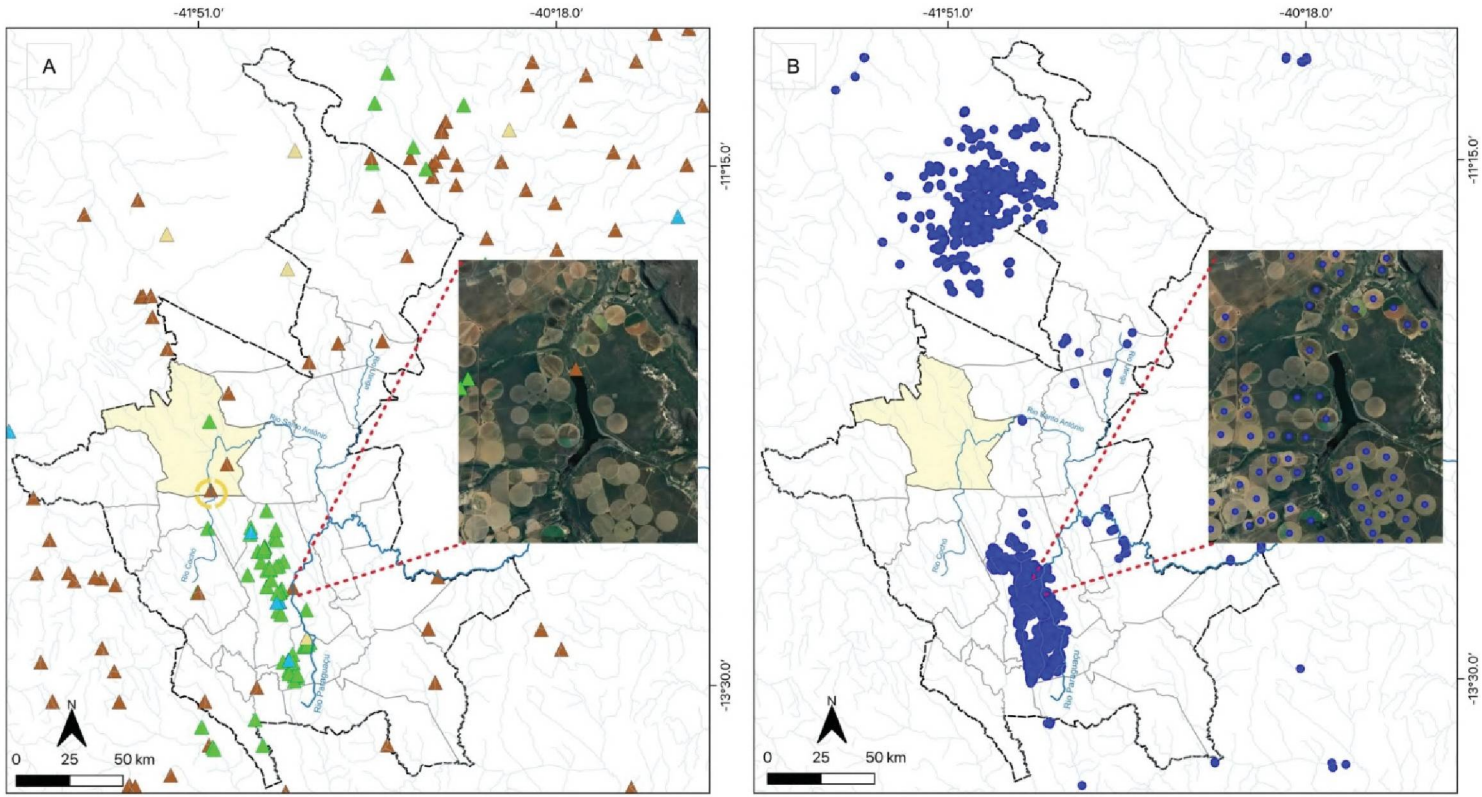
> o colapso hídrico no alto Paraguaçu o rio chegou a cortar logo abaixo da barragem. O sistema de abastecimento da cidade de Mucugê (BA) foi interrompido. Percebe-se uma priorização pelo agronegócio em detrimento ao abastecimento humano (OLIVEIRA, C. 2018, p. 1).

O Mapa 19, a seguir, nos permite observar a distribuição das barragens e de pivôs centrais no TI Chapada Diamantina. No Mapa 19-A podemos identificar que a região com maior concentração de barragens voltadas para os sistemas agrícolas de irrigação (polígonos em verde) corresponde à área dos municípios de Mucugê e Ibicoara. Da mesma maneira, o Mapa 19-B, com a localização de pivôs centrais, demonstra uma concentração nos mesmos municípios. Sendo assim, há dois indicadores (barragens para irrigação e pivôs centrais) que exemplificam como se dá a espacialização do agronegócio nesses municípios, com forte tendência para se expandir para o seu entorno.

A partir do Mapa 19 podemos constatar que a imagem de satélite em destaque, tanto na localização das barragens (Mapa 19-A) quanto na localização dos pivôs centrais (Mapa 19-B), deixa em evidência a localização da Barragem do Apertado, que, conforme a classificação registrada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), trata-se de uma barragem na qual o seu uso principal estaria voltado ao abastecimento humano. No entanto, observamos que seu entorno direto é marcado pela presença de um grande número de pivôs centrais, o que leva a crer que a existência da referida barragem tende a contribuir com o elevado número de pivôs centrais do agronegócio. Deste modo, chamamos a atenção para o fato de que também podem existir outras barragens que, a princípio, estão classificadas como de uso principal ao abastecimento humano, mas que podem estar sendo utilizadas para atender às demandas do agronegócio.

O município de Seabra, em destaque amarelo no Mapa 19, apesar de não apresentar um número substancial de barragens ou de pivôs centrais voltados aos sistemas de irrigação do agronegócio, pode estar na rota de expansão deste setor. Temos, por exemplo, o caso da Barragem de Baraúnas/Vazante (abordada no primeiro capítulo e em destaque no Mapa 19-A), que no mapa está representada por um polígono marrom entre os limites municipais de Seabra e Boninal, e que está sendo construída pela CERB, cujo uso principal, a princípio, estaria destinado ao abastecimento humano, e que ao longo das últimas décadas tem gerado tensões com relação ao direito de uso e permanência do quilombo da Vazante e das comunidades de Caetitu e Pau Ferro em seus territórios de uso tradicional.

MAPA 19 – TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA, TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA



A relação entre a construção da Barragem do Apertado e o agronegócio também é identificada na dissertação de mestrado elaborada por Tâmara Bastos Silva (2019), no qual a autora pesquisou as mudanças no uso e cobertura do solo em Mucugê. A partir de estudos comparativos entre as imagens de satélite, a autora identificou que, em 1993 (anteriormente à Barragem do Apertado), a agricultura irrigada por pivô central compreendia 0,98% do território do município e, em 2016 (posteriormente à construção), passou a equivaler a 14,96% do seu território, correspondendo a 370,41 km² (equivalente a 37.041 ha). Por sua vez, a área ocupada por vegetação densa no município caiu de 22,80% (em 1993) para 5,30% (em 2016).

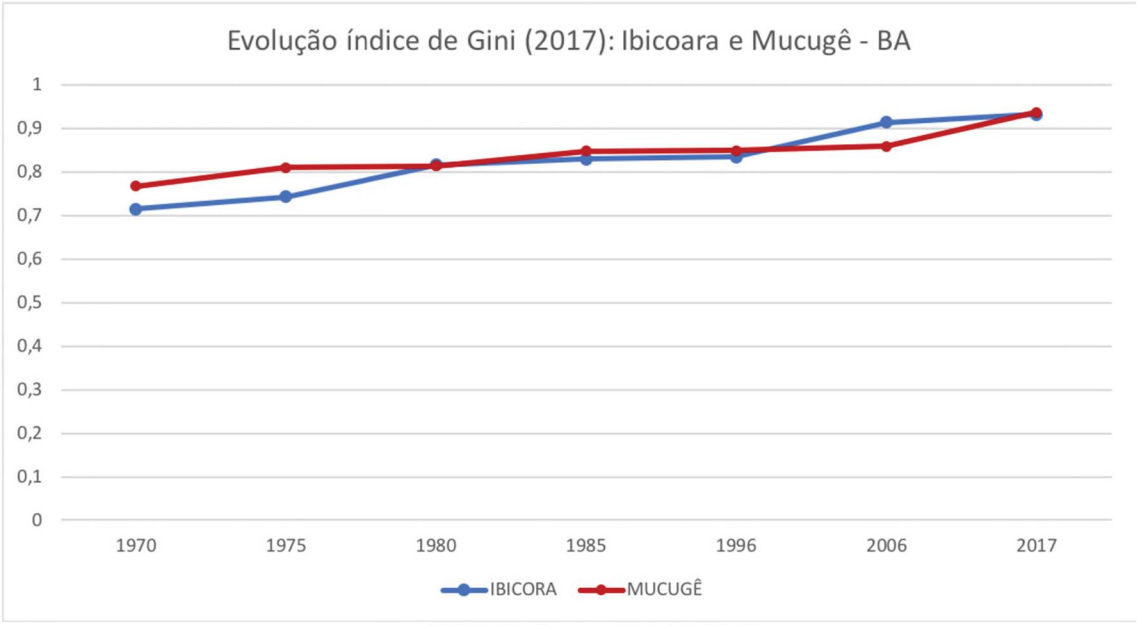
É importante destacar que a implantação da barragem do Apertado foi acompanhada por um processo de fomento do agronegócio na região, resultando na constituição do denominado "Agropolo Mucugê-Ibicoara". Deste modo, a análise realizada por Silva (2019) representa tanto o avanço do agronegócio nos municípios quanto a consequente redução de áreas cobertas por vegetação densa. A autora ressalta:

> Para o município de Mucugê deve-se considerar a expansão agrícola, como fator preocupante. Pois, a mesma apresentou uma expansão territorial bastante considerável no período estudado, e, por isso, é esperado a manutenção dessa tendência de crescimento para os próximos anos. Além disso, a substituição da vegetação densa por Savana Gramíneo - Lenhosa demostra vulnerabilidade. Tal fato deve ser seriamente considerado para redução dos impactos tanto em âmbito local quanto regional. Pois, o município de Mucugê abrange 52% da área do Parque Nacional da Chapada Diamantina (SILVA, 2019, p. 40).

À problemática identificada por Silva (2019) soma-se também a constatação da elevação da concentração de terras nos municípios de Mucugê e Ibicoara. O Gráfico 3 foi elaborado a partir do levantamento de dados sobre a evolução do Índice de Gini nos municípios do estado da Bahia realizado pelo grupo de pesquisa GeograFAR. A partir da análise do Gráfico 3, podemos observar que nos anos de 1970 e 1975, em que antecede o início das obras da Barragem do Apertado, os índices correspondiam respectivamente: Ibicoara à 0,716 e 0,744; Mucugê à 0,768 e 0,811. Durante os anos de construção da barragem o Índice de Gini seguiu aumentando, nos anos de 1980, 1985 e 1996 foram: Ibicoara 0,817; 0,830 e 0,835; Mucugê 0,815; 0,849 e 0,850. Após a construção da Barragem do Apertado o Índice de Gini, nos anos de 2006 e 2017, dos dois municípios se aproximam de 1[106], revelando assim um maior grau de concentração de terras: Ibicoara de 0,915 vai para 0,933 e Mucugê de 0,860 vai para 0,938.

[106] Quanto mais próximo de 0, menor o grau de concentração de terras e quanto mais próximo de 1, maior é o grau de concentração de terras (1 significa que tem um único proprietário).

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DE IBICOARA E MUCUGÊ – BA, 2017



FONTE: GeograFAR (2020)[107]
ELABORAÇÃO: A autora.

Se compararmos este Gráfico 3 com o Mapa 12 (que representa a espacialização da concentração de terra na Bahia), poderemos observar que no ano de 2017 os municípios do TI Chapada Diamantina que apresentam os níveis de concentração fundiária classificados de muito forte a absoluta (0,901 a 1,00) são respectivamente: Mucugê (0,938), Ibicoara (0,933) e Lençóis (0,923). Nos três municípios a presença do agronegócio tem se tornado intensa. Um caso emblemático que ocorreu em Lençóis, no ano de 2017, revelando um cenário de conflito por terra, diz respeito à situação de violência extrema que recaiu sobre a comunidade quilombola Iuna. No período de dois meses a comunidade sofreu com duas ações violentas que resultaram em sete assassinatos: primeiramente com o assassinato do quilombola Lindomar Fernandes Martins, 37 anos, em 16 de julho de 2017 e, posteriormente, com uma chacina que resultou na morte de mais seis quilombolas no dia 6 de agosto de 2017 (Adeilton Brito de Souza, Gildásio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição)[108]. A mobilização que se seguiu foi no sentido de denunciar que a causa das mortes e as constantes ameaças que a comunidade vinha sofrendo tinham relação com conflitos fundiários que assolavam a região. Conforme relata o agente da CPT:

> Temos aqui grandes empresas multinacionais na região de Iraquara que já acabaram com o solo e a água e agora estão migrando para esta área do baixo Paraguaçu. Há um interesse de uma empresa japonesa em delimitar esta área da bacia do rio Santo

[107] GRUPO DE PESQUISA GEOGRAFAR. Universidade Federal da Bahia. Estrutura Fundiária. Salvador, 2020. Disponível em: https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria Acesso em: fev. 2020.

[108] Ver reportagem "Conflitos partilhados no Marimbus": Disponível em: < https://ocachapadadiamantina.org/conflitos-partilhados-no-marimbus/ >. Acesso em: jul. de 2022.

> Antônio para ampliação do agronegócio como pivô. Por isto, reforçamos a hipótese de que esta chacina está relacionada com a questão fundiária aqui nesta região (Edinaldo Oliveira, Comissão Pastoral da Terra, agosto de 2017)[109].

Essa situação de extrema violência ocorrida no Quilombo Iuna em Lençóis e a não resolução da compreensão dos crimes, demonstram uma situação de tensão e de falta de amparo do Estado na proteção das comunidades e de seus territórios. A comunidade quilombola de Iuna ainda não tem a titulação do território e, depois do ocorrido, muitas famílias emigraram: "Das 42 famílias de quilombolas que viviam no território, apenas 12 permaneceram após o massacre" (PIRES, 2017).

Ainda sobre o contexto de expansão do agronegócio com base na agricultura irrigada no TI Chapada Diamantina também é identificada expansão nos municípios de Utinga e Wagner, principalmente nos cultivos de banana, mamão e manga. Esse modelo de produção agrícola está interferindo na dinâmica hídrica do rio Utinga, que é um dos principais afluentes da Bacia do Rio Paraguaçu[110], além de ser o rio responsável pelo abastecimento de água das cidades de Utinga, Wagner, Lajedinho e Andaraí (OLIVEIRA, C. 2018, p.2).

> As bombas se multiplicam para alimentar os sistemas de irrigação ao longo do rio Utinga, onde concentra grande parte das monoculturas de mamão e banana. Nos últimos 10 anos houve um aumento do plantio irrigado, de culturas que absorvem um grande volume de água, passando de aproximadamente 200 para mais de 1.000 hectares. Isso é equivalente a mais de 2 milhões de pés de banana, que para manter sua produtividade necessita, para cada planta, 40 litros de água por dia (OLIVEIRA, C. 2018, p. 2).

O município de Utinga, além de contar com a presença de comunidades camponesas, também abriga o território indígena do povo Payayá. Dentre as ações que os Payayás estão envolvidos em defesa das águas da região, destaca-se a manutenção de um viveiro de mudas voltado à recuperação florestal das matas ciliares da sub-bacia do Utinga[111].

A questão da concessão de outorgas aos grupos empresariais do agronegócio também é outro ponto de tensão na região. O movimento SOS Águas da Chapada Diamantina emerge a partir desta problemática e teve como estopim[112] a concessão de outorga de poços com

---

[109] O relato aqui transcrito foi apresentado em entrevista a Uilson Viana, do Portal Combate Racismo Ambiental, em agosto de 2017. Ver mais em: Entidades e movimentos discutem massacre de Iúna, em Lençóis-BA: Relação com o tráfico ou conflito agrário? Combate Racismo Ambiental, 31 de agosto de 2017. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2017/08/31/entidades-e-movimentos-discutem-massacre-de-iuna-em-lencois-ba-relacao-com-o-trafico-ou-conflito-agrario/ Acesso em: out. de 2017.

[110] O rio Utinga deságua no rio Santo Antônio que, por sua vez, deságua no rio Paraguaçu.

[111] Fala do cacique Juvenal Payayá sobre o viveiro de mudas durante a *live* da TV UNEB - Seabra - FACINE: Chapada Diamantina Resistente. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=e0EbEZQ56LM >. Acesso em: set. de 2021.

[112] Ver a fala da profa. Marjorie Nolasco (Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS) durante a *live* da TV UNEB-SEABRA: "FACINE: SOS Chapada Diamantina". Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=8x5L47ZxpYY&t=285s >. Acesso em: set. de 2021

intensa captação de água do rio Santo Antônio, no município de Palmeiras, em benefício da empresa Igarachi e para fins de irrigação por pivô central. O movimento segue mobilizado denunciando o uso agroindustrial (que, além de resultar em escassez hídrica, pode ter como efeito a contaminação das águas por resíduos de agrotóxicos) e pleiteia transformar a Chapada Diamantina em patrimônio das águas da Bahia para que, assim, os Gerais do Cerrado baiano e as áreas de Cavernas não sejam usadas para fins que ponham em risco as águas.

3.2.2.2 Comunidades dos Gerais e de Fundo e Fecho de Pasto (Município de Piatã – Bacia do Rio Paraguaçu)

O município de Piatã está se configurando como uma nova zona de expansão do Agropolo Mugugê-Ibicoara e a eminência deste avanço tem gerado conflitos na região. O caso foi abordado durante o II Congresso Virtual UFBA 2021: Universidade em Movimento, na mesa "Conflitos Socioambientais na Chapada Diamantina – BA"[113]. Os participantes da mesa[114] relataram que os conflitos emergiram a partir da chegada de três novos empreendimentos agrícolas das seguintes empresas: Hayashi, Trebechi e Fazenda Progresso.

O maior conflito tem sido com a empresa Hayashi, que obteve a Autorização para Supressão de Vegetal Nativa (ASV) junto ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), no dia 19 de outubro de 2020, para desmatar uma área de 958,33 hectares de vegetação nativa na Fazenda Piabas, propriedade de Shuichi Hayashi, localizada na região do Gerais de Piatã entre o Rio de Contas e Rio Gritador. No entanto, um mês após o INEMA emitir a autorização e com o desmatamento já em andamento, a legalidade da referida ASV foi questionada pelo Ministério Público Estadual da Bahia (MPBA), que recomendou, no dia 20 de novembro de 2020, o cancelamento da licença por conta de irregularidades[115] no procedimento de solicitação e emissão da referida autorização. Foi recomendado, também, que o INEMA interditasse qualquer atividade decorrente da autorização e que o proprietário suspendesse qualquer ação de retirada de cobertura vegetal na fazenda e de interferência nas áreas encharcadas e corpos hídricos do imóvel rural.

Conforme reportagem "De olho nos ruralistas: observatório do agronegócio no Brasil" (2021)[116], mesmo diante das recomendações do MPBA, o proprietário da fazenda,

---

[113]Realizada no dia 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=jEUQdfVTtNw >. Acesso em: set. de 2021.

[114] Uma moradora do município de Piatã e o promotor de justiça do MPBA que estão acompanhando o caso.

[115] MP Recomenda cancelar autorização de supressão de vegetação nativa em fazenda do agronegócio em Piatã. Disponível em: < https://www.mpba.mp.br/noticia/54609 >. Acesso em: abr. de 2022.

[116] PITTELKOW, NANCI. Observatório dos Conflitos Ambientais surge da união de geraizeiros, indígenas e pesquisadores na Chapada Diamantina. **De olho nos ruralistas:** observatório do agronegócio no Brasil. Bahia,

Shuichi Hayashi, ignorou a recomendação e continuou desmatando, chegando a trabalhar com cinco tratores ao mesmo tempo, conforme relatos ouvidos pela reportagem. Diante disso, no dia 24 de novembro de 2020, a população de Piatã realiza uma manifestação demonstrando a rejeição à instalação dos empreendimentos agrícolas nos Gerais de Piatã. Conforme Foto 19, a manifestação se coloca diretamente contra a expansão do agronegócio nesta região e em defesa da água, do solo, da vegetação nativa dos Gerais e em defesa da vida das comunidades que habitam e convivem com os Gerais.

FOTO 19 - MANIFESTAÇÃO EM PIATÃ CONTRA O AGRONEGÓCIO (NOV/2020)



FONTE: De olho nos ruralistas: observatório do agronegócio no Brasil. (PITTELKOW, 2021)

A área de instalação dos empreendimentos atinge diretamente as comunidades da Ressaca e dos Gerais[117]. As comunidades denunciam que tanto as solicitações de ASV quanto as solicitações de outorga para o uso de água pelas empresas (Hayashi, Trebechi e Fazenda Progresso) deveriam ser avaliadas de forma conjunta, uma vez que se trata de um empreendimento voltado ao agronegócio no qual as empresas agem conjuntamente. O empreendimento engloba 19 propriedades que, juntas, totalizam uma área de 5.164 hectares, dos quais 4.791,65 necessitam de irrigação (PITTELKOW, 2021).

No dia 8 de dezembro de 2020, a Justiça suspendeu a autorização do INEMA[118]. Quase um ano depois, em 19 de outubro de 2021, o julgamento da suspensão seria retomado,

---

11 de nov. 2021. Disponível em: < https://deolhonosruralistas.com.br/2021/11/11/observatorio-dos-conflitos-ambientais-surge-da-uniao-de-geraizeiros-indigenas-e-pesquisadores-na-chapada-diamantina/ >. Acesso em: abr. de 2022.

[117] Conflito registrado pelo Caderno de Conflitos no Campo 2020 da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: < https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0 >. Acesso em: set. de 2021.

[118] Desmatamento na Chapada: Após pedido do MP, Justiça suspende autorização do INEMA a empresa do agronegócio. Disponível em: < https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/08/desmatamento-na-chapada-

mas foi novamente adiado (PITTELKOW, 2021). O referido empreendimento incluía em seu projeto uma grande demanda hídrica que poderia ser suprida a partir de poços artesianos, barragens ou com a implementação de pivôs centrais. A disputa em relação ao acesso à água é uma das questões centrais que agravaram a situação de conflito na região, conforme o promotor de Justiça Augusto Cesar Carvalho de Matos:

> O imóvel rural está, totalmente, assentado sobre as áreas de recarga dos rios Gritador, Três Morros e de Contas e dos seus respectivos afluentes, área essencial para a produção e manutenção das águas que alimentam os referidos rios, propiciando as condições de sobrevivência à biodiversidade e assegurando o bem-estar das populações humanas da região por meio da provisão dos recursos hídricos para abastecimento e consumo humano (MPBA, 2020).

A fala de uma das lideranças dos Gerais de Piatã também ressalta a importância da água para as comunidades e, além disso, demonstra preocupação com relação ao uso de agrotóxicos implementados por esse tipo de empreendimento de produção agrícola, que se difere da agricultura familiar praticada pelas famílias que vivem e produzem nos Gerais:

> "Com o uso desses poços artesianos de grande profundidade, com certeza vai secar as nossas nascentes", opina Cleurisvaldo Castro Trindade. O geraizeiro relata a preocupação com a pulverização de agrotóxicos, que pode poluir a sua plantação: "A gente sobrevive do que a gente planta. Os Gerais todo é uma família só, uma família grande" (PITTELKOW, 2021).

Este caso representa a forma como está se desenhando o avanço da fronteira agrícola do agronegócio em Piatã, sobretudo do avanço do Agropolo de Mucugê e Ibicoara no Gerais de Piatã, para o estabelecimento de monoculturas de batata a partir de um modelo de produção intensiva que requer intensivo uso de recursos hídricos e de agrotóxicos; e a partir da junção de um pequeno número de empresas com alta concentração de terras.

Junto a este levantamento e aos casos descritos identificamos de que forma o agronegócio tem se configurado na região do TI Chapada Diamantina: como uma atividade extrativista/neoextrativista -, podemos afirmar, inclusive, que a forma como este setor está avançando sobre as comunidades tradicionais desta região demonstram uma forma do capital operar articulando extrativismo e racismo, complexificando ainda mais a questão agrária. Com casos de violência extrema como é o denunciado pela comunidade quilombola Iuna; assim como no aumento da concentração de terras – pois podemos questionar nas mãos de quem as terras estão se concentrando e certamente não são nas mãos das comunidades tradicionais desta região: indígenas, fundo e fecho de pasto, quilombolas, assentados da Reforma Agrária e demais camponeses e camponesas –; acrescenta-se também o delicado contexto de acesso e uso da água, onde além de estar ocorrendo a superexploração com a instalação de pivôs centrais, há também o descomprometimento com sua qualidade a partir da instalação de monocultivos que fazem o uso de agrotóxicos.

---

apos-pedido-do-mp-justica-suspende-autorizacao-do-inema-a-produtor-rural.ghtml >. Acesso em: abril de 2022.

3.2.3 Setor mineral: Piatã e Boquira

A Bahia é um dos estados da região Nordeste onde a expansão da atividade mineradora tem se tornado mais intensa. Entre os anos de 2013 e 2015, Lucas Zenha Antonino (2019) constatou que, nesta região, havia 1.600 empresas de mineração em funcionamento. Desse total 245 estavam em atuação no estado, com aproximadamente 40 tipos de substâncias minerais sendo exploradas em mais de 170 municípios. Segundo o autor, aproximadamente um terço dos municípios baianos possuía, neste período, territórios extrativo-minerais em plena atividade.

Em um trabalho mais recente sobre conflitos territoriais na Bahia envolvendo o setor mineral, Antonino e Germani (2021) constataram que os conflitos envolvendo a mineração no Brasil e na Bahia não apenas não cessaram como tendem a aumentar. Conforme constatado pelos autores, a partir de 2012, o estado da Bahia se tornou líder em solicitações de autorização de pesquisas minerais, recebendo um enorme volume de novos processos a cada ano. Os seguintes dados nos permitem perceber a expressividade do número de processos minerários ativos na Bahia:

> Em 2021, registrou-se 553 projetos em andamento com situação ativa de "Concessão de Lavra" na Bahia [...] Essa é a totalidade de extrações legais ativas na Bahia, adicionando mais 40 processos ativos de lavras garimpeiras formais. A mineração está presente em mais de 200 municípios da Bahia onde 60 substâncias minerais são exploradas. Somam-se a estes os 1.439 processos que solicitam autorização para extração; portanto, estes números de concessões irão triplicar em curto espaço de tempo. As autorizações de pesquisas minerais em andamento registram 14.118 processos, somadas a mais 1.686 que estão solicitando autorização para pesquisar (ANTONINO e GERMANI, 2021, p. 54).

Conforme os dados mencionados pelos autores, podemos constatar que havia neste contexto aproximadamente 18.000 processos minerários ativos no estado da Bahia. O Mapa 20, a seguir, representa a espacialização dos processos minerários ativos na Bahia com base nos dados atualizados pela ANM em junho de 2021. No Mapa 20-A, podemos visualizar extensas manchas em vermelho, que representam o total de 22.905 polígonos que correspondem à área de cada processo minerário ativo no estado da Bahia. É possível identificar a intensidade dessas "manchas" no TI Chapada Diamantina e em toda região das mediações da cadeia de montanhas da Serra do Espinhaço. No manifesto do movimento SAS é enfatizado que, além das eólicas, a região é ameaçada também pela atividade mineradora:

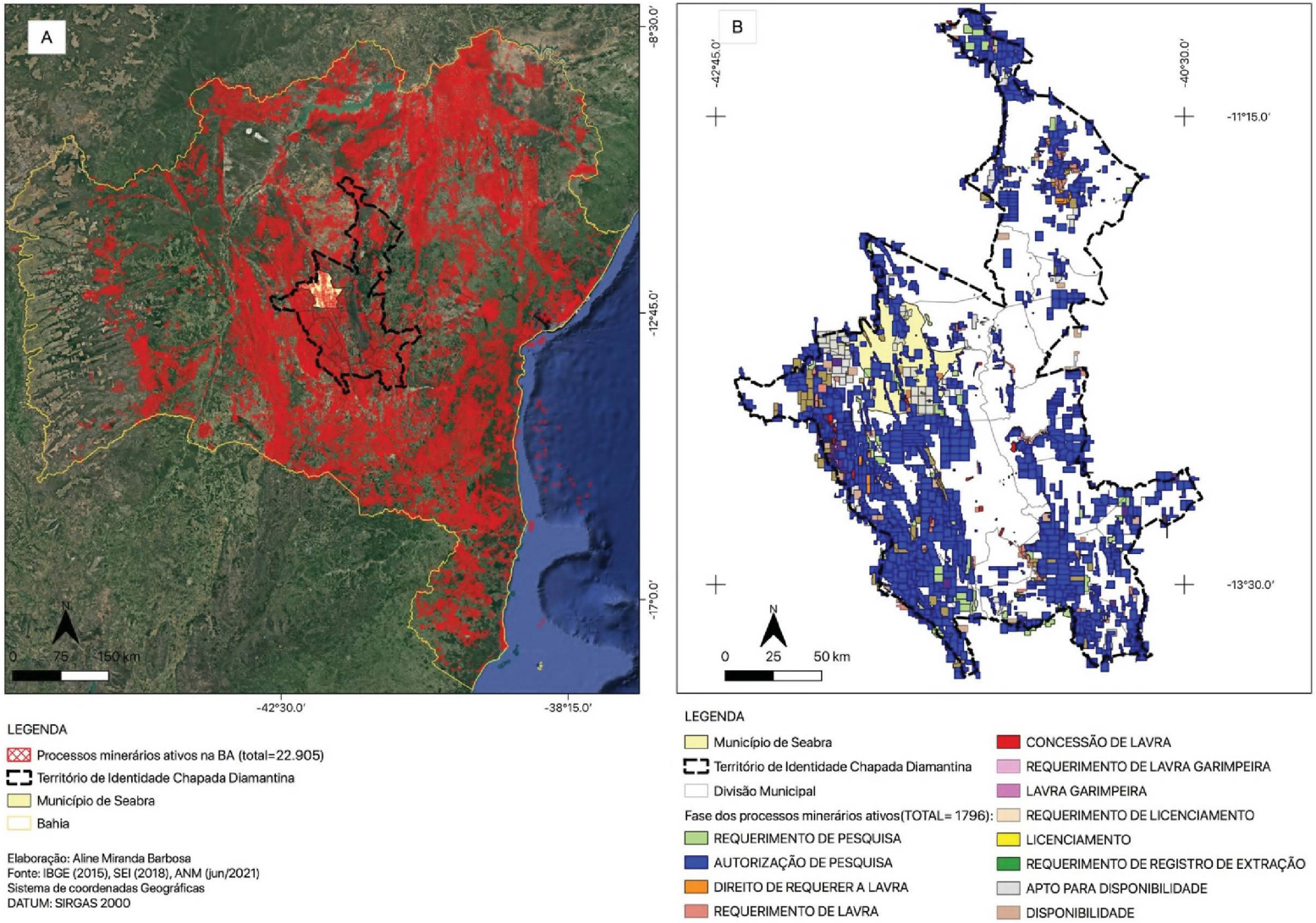
> Vale mencionar que estamos num cinturão de grandes mineradoras. Temos a Caraíba Metais com a extração de cobre em Jaguarari, a Ferbasa[119] que atua na extração de cromita em Andorinha e Campo Formoso[120], a Yamana Gold em Jacobina, grande exploradora de ouro, só para citarmos algumas. Por si só, esse

[119] Companhia de Ferro Ligas da Bahia.

[120] Cidade conhecida pela intensa extração de calcário para a fabricação de cimento e de esmeraldas.

aglomerado de grandes mineradoras, nessa pequena região da Chapada, já caracteriza este espaço como área de grandes impactos socioambientais causados por esta constelação de mineradoras. Somos um corpo em chagas, adoecidos pelas grandes feridas escavadas no corpo da Terra (SALVE AS SERRAS, 2020).

MAPA 20 – TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR MINERAL, TI CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA



No Mapa 20-B, podemos verificar o total de 1.796 processos minerários ativos no TI Chapada Diamantina, no qual cada polígono está representado com uma determinada cor que correspondente à fase do processo. Podemos constatar, desse modo, que há um expressivo número de processos minerários ativos no município de Seabra e que, tanto neste município quanto no total da área do TI Chapada Diamantina, muitos processos minerários estão no estágio inicial de solicitação de autorização de pesquisa (polígono em azul no mapa). Nesse sentido, vale destacar que há situações nas quais o processo ainda se encontra nesse estágio inicial e mesmo assim a empresa já consegue iniciar a extração do minério, como é o caso da empresa Brazil Iron em Piatã que abordaremos mais adiante.

Nesse sentido, corroboramos com a análise feita por Antonino e Germani (2021) ao alertarem que a expressividade do número de processos minerários ativos na Bahia demonstra a vontade e o ímpeto do setor mineral em vencer qualquer obstáculo, inclusive avançar sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais. A exemplo disso, abordaremos a seguir os casos de comunidades quilombolas do município de Piatã e de comunidades de fundo e fecho de pasto do município de Boquira atingidas por empreendimentos do setor minerário.

3.2.3.1 Comunidades quilombolas da Bocaina e Mocó (Município de Piatã)

No município de Piatã, a extração de minério de ferro está impactando diretamente comunidades quilombolas. As comunidades da Bocaina e Mocó são as principais atingidas em decorrência das atividades de extração de minério de ferro por parte da empresa britânica *Brazil Iron Mineração*. A situação é de conflito e as comunidades atingidas estão organizadas, denunciando o desrespeito e os impactos socioambientais que passaram a sofrer desde a instalação da mina.

O projeto Boca Piu da TV UNEB Seabra organizou uma *live* sobre a temática da mineração: "Chapada Diamantina: agricultura familiar e as mineradoras" [121]. Entre os participantes da atividade, estavam presentes duas lideranças de comunidades atingidas por mineradoras no município de Piatã e de Seabra. Sobre a situação das comunidades quilombolas de Piatã, Janailza Oliveira, uma das lideranças dessas comunidades, relatou sua experiência em relação às mineradoras:

> Nos últimos tempos as pessoas das comunidades, elas não estão tendo vida. O sossego que a gente tinha, aquela tranquilidade, aquela paz de zona rural. Hoje devido a essas atividades a gente não tem mais. A questão da poeira tá tanta... o maior problema da gente é a poeira, um dos problemas né, porque não é uma poeira comum, é um pó de ferro. As comunidades estão inalando diariamente o pó de ferro que é uma preocupação muito grande lá. Lá a renda principal da gente é a agricultura

[121] Atividade realizada no dia 08/10/2020, transmitida pelo canal do Youtube da TV UNEB Seabra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6L50SDNJ0m8.>. Acesso em: jan. de 2021.

> familiar, tem também criadores de animais, apicultura, mais o principal mesmo é a agricultura familiar. Muitas pessoas agora não estão tendo coragem de plantar por causa desse medo, por medo de tá comendo um alimento contaminado né. Porque esse pó da mineração tá indo tudo pras plantações, é além do mais, tá tendo também a questão do barulho né... aquela paz, aquela tranquilidade a gente não tá tendo mais porque a mineradora trabalha 24h por dia, feriado, final de semana, o tempo todo (Janailza Oliveira, Quilombos do Mocó e Bocaina – Piatã, depoimento *online* em 08/10/2020 – TV UNEB - Seabra. 2020b).

Diante deste contexto, uma das ações realizadas por parte das comunidades quilombolas atingidas foi a organização de uma manifestação pública nas ruas de Piatã, em setembro de 2020, com o intuito de denunciar os problemas que estavam enfrentando e solicitar amparo do poder público. No entanto, em vez de conquistarem o diálogo e/ou negociação com a empresa sob o amparo do poder público, foram atingidas por bombas de gás lacrimogêneo pela Polícia Militar para dispersar a mobilização[122]. Na Foto 20 podemos observar as faixas e cartazes apresentados pelas comunidades quilombolas durante a manifestação e uma mulher sendo auxiliada a sanar a irritação causada nos olhos por conta do lançamento da bomba de gás lacrimogênio.

FOTO 20 - MANIFESTAÇÃO EM PIATÃ CONTRA A MINERAÇÃO (SET/2020)



FONTE: Teia dos Povos.

Dentre os principais impactos sentidos e relatados[123] pelas comunidades, estão: o fato de a atividade de extração mineral ocorrer de forma ininterrupta (24h por dia nos 7 dias da semana); a poluição sonora (as explosões são realizadas sem aviso prévio e não pararam durante a pandemia da Covid-19); a poeira decorrente do tráfego de caminhões e das

[122] Matéria "Comunidades Quilombolas de Piatã sofrem com impactos de mineradora Brazil Iron". Disponível em: < https://teiadospovos.org/comunidades-quilombolas-de-piata-sofrem-com-impactos-de-mineradora-brazil-iron/ >. Acesso em: abril de 2022. Publicada em: 03/11/2020.

[123] Tais relatos podem ser consultados nas seguintes *lives*: 1) TV UNEB Seabra "Chapada Diamantina: agricultura familiar e as mineradoras", a atividade foi realizada no dia 08/10/2020. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=6L50SDNJ0m8 >. Acesso em: set. de 2021; 2) TV UFBA "Congresso Virtual UFBA 2021: Conflitos socioambientais na Chapada Diamantina – BA", a atividade foi realizada no dia 23/10/2021. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=jEUQdfVTtNw >. Acesso em: set. de 2021.

explosões (resulta no acúmulo de pó nas casas, nas plantações, nos solos, nas águas das nascentes e, ainda, pode gerar doenças respiratórias); abalo nas estruturas das casas (devido às explosões e tráfego de caminhões); a deposição irregular dos rejeitos (acúmulo na beira das estradas); o assoreamento de nascente (relatam ser a primeira vez que a nascente do Bebedouro diminui seu nível); o risco de contaminação de nascentes (as comunidades conseguiram realizar análises da qualidade da água e foi identificado a presença de chumbo, fósforo, manganês e zinco).

As comunidades relatam também que algumas famílias já estão deixando de plantar com receio de que os alimentos cultivados possam estar contaminados em decorrência da interferência da mineradora na qualidade da água, do solo e do ar. A ameaça à qualidade dos bens naturais que são de fundamental importância para a vida das comunidades tem relação direta com o que Machado Aráoz (2016) vai denominar de "zonas de sacrifícios", no qual as formas de vida nesses territórios passam a ser sacrificadas em prol do modelo extrativista/racista de exploração da natureza. Nesse sentido, o processo de expulsão da comunidade vai acontecendo e há casos de famílias que chegaram a abandonar suas casas em decorrência das danificações em suas estruturas causadas pelas explosões da mineradora.

Diante deste contexto, é criado o movimento SOS Bocaina e Mocó que, além das comunidades atingidas, agrega uma série de instituições, entidades e organizações colaboradoras. Em setembro de 2021, um ano depois da manifestação pública nas ruas de Piatã, as comunidades conquistaram a realização de uma audiência pública conduzida pelo MPBA no território das comunidades. Nesta ocasião, as comunidades reforçaram as omissões e os impactos socioambientais gerados pela empresa mineradora *Brazil Iron*[124].

A Foto 21 apresenta imagens da referida audiência pública, nas quais é possível ler os cartazes elaborados pelas comunidades com os seguintes dizeres: "Somos agricultura familiar, vidas importam, alimentos saudáveis", "Somos quilombolas com orgulho", "Bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", "Entre a mineradora e a comunidade quilombola: 400 metros", "Deus está do nosso lado", "Não houve consulta prévia", etc.

[124] Matéria "Mineradora Inglesa Brazil Iron Omite Existência de Comunidade Quilombola". Disponível em: <https://teiadospovos.org/mineradora-inglesa-brazil-iron-omite-existencia-de-comunidade-quilombola/ >. Acesso em: abril de 2022. Publicada em: 14/09/2021.

FOTO 21 - AUDIÊNCIA PÚBLICA ORGANIZADA PELO MPBA EM PIATÃ (SET/2021)



FONTE: Teia dos Povos.

Dentre as principais denúncias, estão: o fato de a comunidade não ter sido consultada sobre a instalação do empreendimento; a situação de a empresa estar extraindo minérios sem licença ambiental (a empresa possui apenas uma autorização ambiental) e, conforme a normatização estadual, um empreendimento desse porte precisa ter a licença ambiental; a invisibilização das comunidades quilombolas, visto que há casas muito próximas da área minerada localizadas a menos de 40km (tanto a empresa não informa a presença das comunidades quilombolas na área de influência do empreendimento quanto o INEMA não menciona as comunidades quilombolas nos documentos emitidos a favor da empresa e, consequentemente, não propõe nenhum tipo de mediação).

É importante destacar que o processo de extração de ferro iniciado pela empresa *Brazil Iron* se deu enquanto a empresa estava apenas com o seu processo minerário na fase de solicitação de autorização de pesquisa. Ou seja, vimos a partir deste caso que, para uma empresa iniciar a exploração de minério na área desejada, o andamento do processo minerário não necessariamente precisa ter andado por todas as etapas que iniciaria com o requerimento de pesquisa até a obtenção da concessão de lavra. O caso da mineração em Piatã trata-se, assim, de um conflito que segue latente no qual as comunidades estão organizadas e mobilizadas em defesa de seus territórios e de seus modos de vida. Conforme discutimos no capítulo anterior, ao analisar o caso de Piatã é possível identificar as diferentes formas em que o extrativismo se articula com o racismo, um exemplo é o não respeito a consulta prévia, livre e informada sobre os empreendimentos que recaem sobre uma comunidade tradicional, neste caso, quilombola. Como mencionado anteriormente, essas situações revelam a existência de um racismo territorial que se expressa por meio do desprezo aos direitos territoriais dessas comunidades.

3.2.3.2 Comunidades rurais Buriti/Nova Aparecida e Caldeirão (Município de Boquira – TI Bacia do Paramirim)

Boquira é um dos municípios da Bahia que também tem a presença de empreendimentos minerários em atividade e, atualmente, este setor está voltado principalmente à extração de rochas ornamentais, sobretudo de quartzito e granito. Abordaremos o caso das comunidades rurais de Buriti/Nova Aparecida e de Caldeirão, duas comunidades rurais vizinhas, ambas impactadas pelo mesmo empreendimento de extração de granito. Fátima Cristina da Silva Oliveira (2018) contextualiza que a referida atividade minerária iniciou suas atividades no ano de 2014, conseguindo ampliar a área de exploração com a instalação de mais dois pontos de extração, respectivamente, nos anos de 2015 e de 2017. A autora destaca que, em nenhum momento, houve organização de qualquer tipo de consulta coletiva às comunidades, mesmo existindo residências a cerca de 800 metros de distância de uma das áreas de extração que, inclusive, utiliza explosivos em suas atividades.

Nas entrevistas realizadas com os moradores das referidas comunidades, Oliveira, F. (2018) conseguiu identificar o sentimento de desrespeito e indignação por não terem sido consultados sobre a instalação e ampliação das áreas de extração do empreendimento, e afirma que a maioria não consegue mencionar nenhum impacto positivo com a instalação do empreendimento, exceto alguma esporádica ajuda financeira por parte da empresa, como o auxílio para a reforma da igreja da comunidade Buriti/Nova Aparecida e na organização de algumas festividades. Outro ponto mencionado como positivo foi a oferta de empregos para moradores locais, no entanto, a menção deste aspecto vem acompanhada de relatos de más condições de trabalho, como a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), de técnicos de segurança de trabalho, acúmulo de horas extras trabalhadas e não recebidas, etc.

No que diz respeito aos impactos negativos, diversos aspectos são mencionados: a excessiva extração do lençol freático devido ao intenso uso de água para manter o empreendimento (o uso da tecnologia do fio diamantado para o corte dos blocos exige grande quantidade de água); a degradação das estradas devido ao grande tráfego de carretas para escoar a produção; a poluição sonora (devido à utilização de maquinário e explosivos); a oferta de empregos a inúmeros profissionais de fora da comunidade; a degradação da paisagem (com valores identitários e culturais); as rachaduras nas casas; o desmatamento; a suspensão de partículas e acúmulo de poeira nas residências (OLIVEIRA, F. 2018).

Além dos impactos socioambientais mencionados pelas comunidades, a autora destaca a vulnerabilidade do patrimônio arqueológico diante das atividades minerárias. Em Boquira foram identificados 38 sítios desta natureza e todos em áreas requeridas para exploração mineral. Somente na área de atuação do empreendimento que atinge as comunidades de Buriti/Nova Aparecida e Caldeirão foram identificados e catalogados 25

sítios arqueológicos. Em seu estudo, Oliveira, F. (2018) registrou, também, a depreciação de alguns destes sítios arqueológicos em decorrência da atividade mineradora e destaca o risco que este tipo de atividade traz à conservação desse importante patrimônio cultural.

O caso das comunidades rurais de Buriti/Nova Aparecida e Caldeirão também revela como a exploração mineral, que neste caso não está diretamente associada ao mercado de *commodities* minerais (como seria o caso da exploração de minério de ferro), se concretiza como um modelo neoextrativista de exploração da natureza que não respeita os direitos das comunidades, que gera impactos socioambientais (como o comprometimento da água) e que inclusive, desconsidera a importância da conservação de patrimônios arqueológicos. O caso da comunidade quilombola de Morro Redondo (Seabra), abordado no primeiro capítulo apresenta problemáticas semelhantes ao abordado neste caso e que discorreremos mais no final deste capítulo.

3.2.3.3 Da disputa pela natureza ao racismo ambiental

Apresentamos, deste modo, um levantamento de como cada um destes três setores extrativistas/neoextrativistas está se territorializando no TI Chapada Diamantina e transformando, de certa forma, o TI Chapada Diamantina em uma tríplice fronteira de expansão do capital: fronteira energética, fronteira agrícola e fronteira mineral. Compreender a dinâmica desses setores neste recorte espacial possibilita identificar o cenário do contexto regional em que estão inseridas as comunidades quilombolas do município de Seabra. Um cenário composto por uma trama de interesses sobre o uso e a gestão da natureza que tanto se contrapõe quanto atinge diretamente as formas de saber e de viver dos territórios de comunidades tradicionais, como as quilombolas, sujeitos de análise da pesquisa em curso. Algumas dessas comunidades já se deparam com o avanço de empresas destes setores em seus territórios e outras, futuramente, também podem vivenciar esse tipo de situação. Tal cenário representa relações de poder que passam pelo setor econômico, mas que vão além, tratam-se de relações de poder que recaem na disputa pela natureza, na valorização e desvalorização de determinados saberes, na subalternização de determinados corpos, na não garantia de direitos ao território; relações de poder que também marcam um Estado que está em disputa, uma disputa assimétrica e que todavia, nesta trama, o Estado tem desempenhado o papel de beneficiar o avanço do extrativismo/neoextrativismo.

A partir das situações mencionadas, podemos enumerar , ao menos, um conjunto de dez ações/estratégias que são comuns e/ou que se repetem entre os empreendimentos dos três setores: 1) os empreendimentos são projetados sem o conhecimento das comunidades que estão e vivem nos territórios; 2) as comunidades são tratadas como áreas de vazios demográficos e, por isso, estariam disponíveis aos avanços de empreendimentos; 3) o acesso

à informação detalhada e em linguagem acessível às comunidades sobre o projeto de instalação e funcionamento do empreendimento não ocorre, quando as comunidades se deparam com contratos demandados pelas empresas, estes geralmente são apresentados com uma linguagem de difícil compreensão e com cláusulas que tendem a priorizar o benefício das empresas; 4) o Estado atua em apoio às empresas, seja na criação de instrumentos normativos, seja na atuação de suas instituições e/ou autarquias (INEMA, CDA, CERB, Polícia Militar) que, por vezes, contribuem com a viabilização do empreendimento até mesmo na forma como são conduzidos os processos de titulação das comunidades; 5) a questão da água extremamente necessária para a garantia dos modos de vida das comunidades é vista como algo colocado em risco pelo avanço de cada um desses setores; 6) o discurso de geração de empregos também é anunciado pelos empreendimentos como se tratassem de comunidades desempregadas, desvalorizando o trabalho que muitas delas têm com a terra (não são desempregadas, são agricultores e agricultoras); 7) quando ocorre a oferta de empregos é importante destacar que esses, por vezes, são temporários, correspondem a um número irrisório e/ou são para ocupar postos de menor valor salarial; 8) a contratação para cargos de maior valor salarial geralmente é voltada para pessoas de fora das comunidades, de outros municípios ou estados; 9) termos como desenvolvimento, progresso, sustentabilidade e energia limpa são empregados como forma de promover e legitimar o avanço desses empreendimentos, principalmente em áreas de ocupação de comunidades tradicionais, como se essas comunidades fossem consideradas atrasadas e/ou subdesenvolvidas; 10) do mesmo modo, as situações de conflito e os impactos gerados às comunidades tendem a ser silenciados ou colocados como insignificantes.

O panorama apresentado das formas de disputa pela natureza identificadas a partir do levantamento de casos no TI Chapada Diamantina e entorno, nos permite analisar como o extrativismo/neoextrativismo está se territorializando nesta região e anunciando movimentos de expansão que tendem a reproduzir o mesmo cenário de conflitos socioambientais e agrários identificados nos casos abordados neste tópico. O diagnóstico, mencionado anteriormente, sobre o conjunto de ações que são comuns e/ou que se repetem entre os empreendimentos dos três setores extrativistas analisados (eólico, agronegócio e mineração) demonstram como este cenário de disputa pela natureza/território está diretamente associado à questão agrária.

No capítulo anterior destacamos a questão racial como uma das dimensões que compõem a questão agrária brasileira e neste capítulo discorremos sobre como a colonialidade/modernidade construiu e perpetuou tanto uma ideia de raça quanto uma ideia de natureza, que se materializam em relações sociais desiguais e hierárquicas. Tais constructos sociais conformam de forma intrínseca a relação entre racismo e extrativismo na forma de expansão do capitalismo e permeiam diretamente a questão agrária.

Nesse sentido, salientamos que o entendimento de que as ideias de raça e de natureza (separada da sociedade) como construções da modernidade/colonialidade e estruturantes do capitalismo podem contribuir com as construções teóricas que vêm sendo formuladas sobre racismo ambiental. As discussões e análises sobre racismo ambiental no âmbito da injustiça ambiental vêm se fortalecendo no Brasil ao longo das duas últimas décadas. Dentre as diferentes abordagens, destacamos a definição apresentada por Selene Herculano (2006) no rol das discussões sobre injustiça ambiental e racismo ambiental no Brasil:

> Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (HERCULANO, 2006, p. 11).

É importante destacar que em um país onde o racismo se constitui como elemento estrutural da nossa sociedade (ALMEIDA, 2019), o racismo ambiental, por sua vez, atravessa grande parte dos conflitos socioambientais, configurando-se de forma dinâmica e complexa em cada espaço concreto. No tópico anterior foi possível identificar "a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais". Portanto, a reflexão que Herculano (2006) apresenta sobre a racismo ambiental dialoga com as reflexões apontadas por Machado Aráoz (2009, 2016 e 2019) ao longo deste capítulo ao analisar como o extrativismo recai sobre a natureza e sobre corpos racializados. Ou seja, constatamos que são principalmente as comunidades tradicionais, como as quilombolas, e seus territórios, que são transformadas em "zonas de sacrifício" em prol de um suposto desenvolvimento resultante do extrativismo/neoextrativismo.

Podemos dizer que essa é uma das formas do racismo ambiental operar, nos dias atuais, legitimando-se por meio de um discurso no qual as perspectivas de progresso, desenvolvimento e sustentabilidade são acionadas em benefício de alguns e em prol do capital. Enquanto que, por outro lado, são criadas situações de conflito, violência, expulsão e impactos ambientais às comunidades que têm os seus territórios como sinônimos de vida. Tal forma de operar representa a continuidade dessa dupla relação entre modernidade e colonialidade que se efetiva, simultaneamente, por meio da propagação da dupla relação entre o extrativismo capitalista e o racismo.

Dentre os diversos elementos que marcam as falas das lideranças das comunidades que estão se deparando com projetos que ameaçam seus territórios e que comprometem diretamente a forma de uso e gestão dos recursos naturais vivenciados por elas, destacamos o não acesso às informações esclarecedoras sobre a implementação de atividades relacionadas aos parques eólicos ou à mineração em seus territórios. Em outras palavras, as comunidades

não têm acesso à consulta livre, prévia e informada. De forma geral, elas denunciam o sentimento de falta de respeito para com elas:

> Sendo destratados, não tratados na verdade, com falta de respeito a nossa comunidade. Porque estão chegando invadindo de forma que só buscam as pessoas que são proprietárias das roças, sem explicação e nada de sentar com a comunidade e explicar o que é que tá vindo pra nossa comunidade, se é benéfico ou maléfico né. Que a gente não tem conhecimento nenhum. Hoje a gente fica à mercê de algo, como um passarinho preso na gaiola, sem uma direção porque não temos esses esclarecimentos por essas pessoas (Elizabete, Associação de Moradores da Serra dos Morgados – Jaguarari[125]).

> Porque nós enquanto associação, a gente sabe do nosso papel, enquanto representante da associação, a gente tá aqui pra ouvir o povo, pra ver o que é que eles querem, o que é que eles acham que é melhor pra eles. Mas como é que eu posso decidir por algo sem conhecer. Então pra gente conhecer se a energia eólica ela vai trazer benefícios ou não é preciso que a gente conheça seus impactos e seus benefícios, olhar os dois lados da moeda. Eu tenho participado de várias discussões, não só eu, mas como outras pessoas da comunidade... nesse intuito de buscar conhecer mais sobre o assunto pra que quando a gente tiver que decidir. Sabe, se juntar e vê o que a gente pode fazer, a gente tenha consciência do que é que a gente pode fazer. Mas até o momento empresa nenhuma nos procurou, como eu disse, a gente ficou sabendo assim... alguém viu, soube que a empresa estava vindo aqui pra ver os ponto [...] Onde a gente ficou sabendo dessa forma e daí a gente procurou realmente em fontes seguras saber que era fato mesmo aquela conversa e foi confirmado mesmo que Riacho do Mel é sim alvo dessas eólicas (Janete, Quilombo Riacho do Mel – Iraquara, depoimento *online* em 15/10/2020 – TV UNEB – Seabra,.2020b)

> Mas muitas vezes eles tomam os espaços da gente, eles vão chegando assim, eles não pedem licença. É uma falta de respeito né, com os moradores, e assim, é inaceitável essas coisas. Não que eles devam chegar "com licença que a gente tá entrando", pelo menos que você tivesse uma ciência do que está acontecendo a sua volta. A gente mora ali, tem pessoas que nasceram ali. É uma falta de respeito total, é como se não existisse nada. A gente vai chegar e simplesmente tomar conta e não é assim que se faz! (Darci Avelina, povo Petiquara/comunidade da Brauninha – Seabra, depoimento *online* em 08/10/2020 – TV UNEB – Seabra, 2020b).

> A gente correu atrás da empresa pra questionar. Fizemos três reuniões com eles porque eles chegaram simplesmente instalaram e não fez com a gente uma reunião de utilidade pública pra explicar o que é que eles iam minerar, por quanto tempo, quais os impactos que ia trazer e os benefícios, nada! Simplesmente, se instalaram e veio agora as consequências né!? Então a gente conversou com eles, fizemos três reuniões e foram só promessas, promessas, promessas e nada foi cumprido até agora (Janailza Oliveira, Quilombos Mocó e Boicaina - Piatã, depoimento *online* em 08/10/2020 – TV UNEB – Seabra, 2020b).

Estas falas representam mais do que o sentimento de falta de respeito para com elas diante da forma como estas empresas e empreendimentos avançam sobre os seus territórios. Estas falas representam outras cosmologias nas quais o respeito, o viver em comunidade, a valorização da ancestralidade e a convivência com a Natureza conformam uma ontologia relacional que diverge da ontologia dualista do capital (no próximo capítulo discorreremos com mais profundidade sobre essa tensão ontológica[126]).

---

[125] Fala pronunciada no vídeo da Campanha Internacional Salve as Serras. *In:* SALVE AS SERRRAS. **Salve as Serras**, 2020. 1 vídeo (7min23s). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=O8AlFvxlfL4>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

[126] Conforme Escobar (2014).

3.3 PROJETOS E EMPREENDIMENTOS SOBREPOSTOS AOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE SEABRA: UMA FACE DO RACISMO AMBIENTAL

O levantamento dos casos abordados no tópico anterior, nos permite constatar a espacialização e territorialização de uma ontologia dualista do capital (que separa sociedade de natureza e compreende esta última como fonte de riqueza para a geração de lucro, justificando assim a sua exploração e consumo excessivo) no uso e gestão da natureza que opera de forma interligada com o racismo e manifesta dimensões da Questão Agrária. Desta forma, têm acontecido diferentes formas de degradações e impactos que atingem diversas comunidades do TI Chapada Diamantina e entorno, onde a mineração, o agronegócio e especialmente as eólicas chegam e se colocam como sinônimos de desenvolvimento da nação (algo necessário para o país) e do local (com o discurso de geração de empregos e implementação de novas infraestruturas[127]). O capitalismo cria uma concepção de natureza:

> [...] em que a produção de "riqueza" está dialética e inexoravelmente ligada à depredação das fontes e meios de vida. *A capitalização da Natureza – inclusive nas formas de conservacionismo – é a morte da Natureza* (...) No entanto, essa morte não se distribui proporcional e simetricamente, abrigada de modo diferencial, nas economias coloniais, assim marcadas como zonas de sacrifício (MACAHDO ARÁOZ, 2016, p. 457).

Esta concepção de natureza provoca, deste modo, a morte e o sacrifício para alguns pautados na articulação entre racismo e extrativismo. Partimos assim de uma escala de análise mais ampla sobre o TI Chapada Diamantina e entorno para neste tópico afunilar o olhar para a escala local que envolve os territórios quilombolas do município de Seabra, que por sua vez, está inserido no contexto escalar do TI Chapada Diamantina. Sendo assim, além de estarem localizados em uma área que está se configurando como de interesse de avanço de setores extrativistas/neoextrativistas (futuras zonas de sacrifícios), estes territórios estão também se deparando com a chegada e a instalação de empreendimentos que já se traduzem como uma das formas de territorialização do racismo ambiental em sua própria conjuntura (uma geografia do que está em curso/em andamento).

Voltar o olhar para a escala das comunidades quilombolas de Seabra nos permite retomar as situações relatadas no primeiro capítulo em diálogo com os referenciais e reflexões que foram desenvolvidas até então e assim, para além da descrição possamos aprofundar análises e reflexões. Deste modo, abordaremos os seguintes processos que estão em curso e que atingem comunidades quilombolas de Seabra: o caso da instalação da Barragem Baraúnas/Vazante no território quilombola da comunidade da Vazante; a iminência da

[127] As empresas geralmente se beneficiam da precariedade de políticas públicas de infraestrutura das cidades e comunidades onde vão se instalar para trazer a falsa ideia de desenvolvimento.

instalação de empreendimentos eólicos na comunidade quilombola do Morro Redondo e o contexto de sobreposição de processos minerários nos territórios quilombolas de Seabra.

3.3.1 Barragem de Baraúnas/Vazante no Território Quilombola Vazante (Seabra)

Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, a construção da Barragem de Baraúnas/Vazante [128] no território tradicional da comunidade quilombola da Vazante, trata-se de um projeto que tem início na década de 1980, quando também se inicia o processo de organização e resistência da comunidade. A pressão em prol da construção da barragem acentuou-se ao longo das últimas décadas e foi ganhando apoio da população do município, principalmente porque a população de Seabra convive com o problemático sistema de racionamento de água e a perspectiva de construção da Barragem de Baraúnas/Vazante vinha acompanhada do discurso de que essa problemática seria resolvida com a sua construção.

Além de atingir diretamente o território da comunidade quilombola da Vazante (Seabra), a implementação da barragem atinge outras comunidades do município de Boninal, com destaque às comunidades camponesas de Caititu e Pau Ferro, que, ao longo dos últimos anos, encontram-se mobilizadas a partir do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O processo de implementação da barragem poderia provocar a expulsão de mais de 150 famílias que vivem nessas comunidades. A organização por meio do MAB contribuiu para que se avançassem na discussão de pautas que incluíam questões como a regularização fundiária, a indenização justa e o reassentamento desta população (MAB, 2021) [129].

A movimentação para o início das obras de construção da barragem pelo governo estadual inicia-se, em meados do ano de 2015, quando o Estado e o município avançam no processo de pressão/acordo com a comunidade quilombola da Vazante para construção da barragem. A responsabilidade da obra está, desde então, a cargo da Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (CERB), que afirma que o principal uso da barragem será destinado ao abastecimento humano[130] (ver destaque da barragem no Mapa 19-A) e, por se tratar de uma área localizada no semiárido, a promessa de água abundante, capaz de solucionar o problema

---

[128] A localização da referida barragem pode ser observada no mapa do setor agrícola (MAPA 19-A), corresponde ao triângulo marrom localizado ao sul de Seabra com um círculo tracejado na cor amarela em seu entorno, quase na divisa com o município de Boninal.

[129] Ver matéria do MAB sobre as conquistas na busca por reparação aos impactos causados pela barragem. Disponível em: <https://mab.org.br/2021/10/07/atingidos-por-barragem-vazante-baraunas-avancam-na-luta-por-regularizacao-fundiaria-na-chapada-diamantina-ba/ >. Acesso em: 20 nov. 2021.

[130] Conforme informações divulgadas pela companhia, o principal destino de uso da Barragem Baraúnas/Vazante será para o abastecimento de água das sedes dos municípios de Seabra, Boninal e parte de Piatã. Matéria da CERB sobre a implementação da Barragem Vazante-Baraúnas. Disponível em: < http://www.cerb.ba.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/cerb-realiza-reuni%C3%B5es-p%C3%BAblicas-para-apresentar-o-empreendimento-da-barrage >. Acesso em: 02 set. 2021.

de escassez hídrica da região e de promover o desenvolvimento ganha credibilidade popular e coloca a comunidade como entrave ao desenvolvimento[131]:

> [...] a pressão sobre a construção da barragem ela só fez aumentar. Só que agora com a argumentação de que não era só para a agricultura, a argumentação agora era de que o povo vai morrer de sede. Se o povo vai morrer de sede, nós temos que fazer a barragem. Só que todo mundo nesse discurso, tanto governo quanto políticos e o povo da sede de Seabra esqueceram que nessas terras tinha gente morando lá, esqueceram que lá era uma comunidade de pessoas que tinham direitos sobre suas terras. Esqueceu que lá, por exemplo, não só tinha como ainda tem pessoas que vivem da terra. Ou seja, se faltar a terra ela não tem nada, porque o único bem que ela tem é a terra (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, 31/03/2021).

Esta fala é um exemplo da discussão que abordamos anteriormente sobre a construção de "zonas de sacrifícios" (MACHADO ARÁOZ, 2016) no contexto de expansão extrativista. A princípio, o principal destino da Barragem Baraúnas/Vazante foi voltado ao abastecimento humano da população de Seabra e entorno e deste modo, não se trataria de um caso diretamente associado ao neoextrativismo. No entanto, a constatação do cumprimento do seu real propósito só será possível de se verificar a partir do seu funcionamento, uma vez que, o caso descrito anteriormente sobre a Barragem do Apertado (município de Mucugê), tinha em seu princípio o mesmo compromisso (abastecimento humano) e resultou no beneficiamento ao agronegócio e no aumento da concentração de terras na região.

Quando Lauro Roberto afirma que "esqueceram que lá era uma comunidade de pessoas que tinham direitos sobre suas terras", vale lembrar que no ano anterior ao início da movimentação para a construção da barragem houve o processo de titulação quilombola da comunidade. Tal conquista em seguida foi transformada na redução dos danos e luta por mitigações pela construção do referido empreendimento, ou seja, a comunidade não chegou a ter o direito de usufruir de um território finalmente titulado, no sentido de poder planejar a longo prazo e usufruir de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de comunidades quilombolas.

Voltamos assim, a dialogar com a definição de racismo ambiental proposta por Herculano (2006) ao afirmar que degradação ambiental e humana com justificativa ao desenvolvimento atinge principalmente determinados segmentos da população que são naturalizados como inferiores e que deste modo, a eles podem ser imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. A fala de Lauro Roberto explicita esta situação quando afirma que se estas comunidades ficam sem terra, elas perdem tudo porque a terra é tudo que possuem.

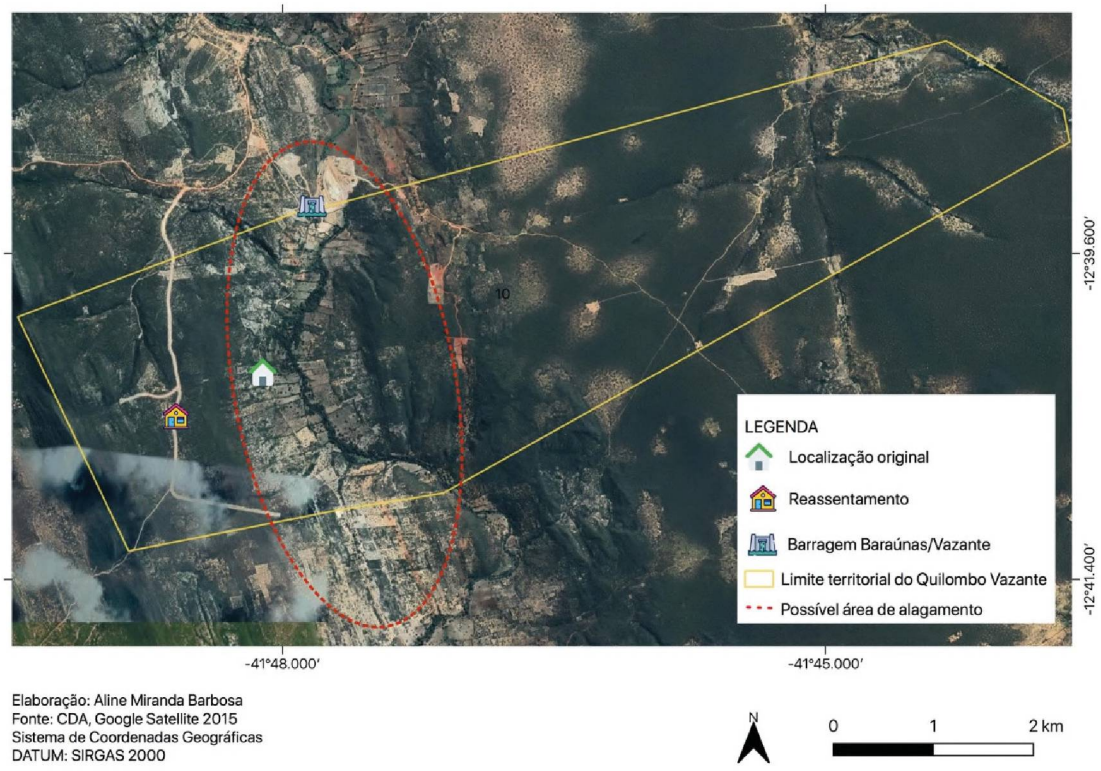
Deste modo, a partir do processo de mobilização da comunidade quilombola da Vazante, conforme mencionado no primeiro capítulo, ocorreram momentos de negociações

---

[131] Ver a matéria "Baraúnas: as águas que matam têm cor" que problematiza o fato de o Estado colocar a comunidade como entrave ao desenvolvimento. Disponível em: < https://correionago.com.br/baraunas-as-aguas-que-matam-tem-cor/ >. Acesso em: 01 nov. 2021.

para o estabelecimento do TAC, que entre suas cláusulas garante a construção de novas casas em uma nova área de reassentamento da comunidade. A seguir, no Mapa 21, pode ser observado os limites territoriais da comunidade quilombola Vazante, a localização da área de construção da Barragem Baraúnas/Vazante, o local de ocupação original das casas da comunidade, a localização do reassentamento onde estão construindo as novas casas e a delimitação aproximada da área que possivelmente será alagada com o funcionamento da barragem.

MAPA 21 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA VAZANTE: LOCALIZAÇÃO ORIGINAL, REASSENTAMENTO E BARRAGEM



Elaboração: Aline Miranda Barbosa
Fonte: CDA, Google Satellite 2015
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM: SIRGAS 2000

Conforme o Mapa 21 podemos observar que o território da comunidade ficará dividido em dois quando ocorrer o processo de inundação que garantirá o funcionamento da barragem. A localização original das casas, da igreja, do cemitério e de muitas roças ficarão submersos. Não são apenas as estruturas materiais que ficarão submersas, ao caminhar com Lauro Roberto (trabalho de campo realizado em junho de 2022[132]) no território em que ele nasceu e cresceu. Em todo tempo da conversa, histórias eram relembradas por ele e por diferentes momentos Lauro se emocionou, por fim afirmou que é dolorido saber que as memórias relatadas também ficarão submersas. Nas fotografias de número 22 a 24 podemos

[132] Infelizmente os áudios das gravações deste trabalho de campo foram corrompidos impossibilitando, assim, a transcrição direta das falas.

observar a localização original do Quilombo Vazante, na primeira delas (Foto 22) Lauro Roberto está rememorando as histórias vivenciadas na comunidade e compartilhando com a autora deste trabalho. Memórias como: o ritual que a comunidade fazia de rezar para chover, as famílias que habitavam cada casa, as histórias relacionadas ao tempo em que frequentava a escola da comunidade, etc.

FOTO 22 - CONVERSA COM LAURO ROBERTO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA VAZANTE (JUN/2022)



FONTE: Fábio Macedo (junho de 2022).

FOTO 23 - CASAS NÃO MAIS HABITADAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA VAZANTE (JUN/2022)



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 24 - IGREJA DE SÃO JOSÉ NA COMUNIDADE QUILOMBOLA VAZANTE





FONTE: A autora (junho de 2022).

Ao observarmos no Mapa 21 a localização do reassentamento, podemos identificar que as novas casas e toda a estrutura para a realocação da comunidade estão sendo construídas na menor porção do território. Conforme Lauro Roberto, a comunidade optou pela localização do reassentamento nesta área, mesmo que se torne a menor porção do território, justamente para não ficar muito isolada, visto que é da localização original e desta nova parte que se tem os melhores acessos às estradas e rodovias que possibilitam o deslocamento para os municípios de Boninal e Seabra.

Tanto o processo de decisão sobre a localização do reassentamento, quanto a localização e planta de cada casa contou com a mobilização e participação da comunidade. Todas as casas têm o mesmo tamanho, mas a disposição foi pensada por cada família por meio de um projeto que no início foi desenvolvido a partir de uma parceria entre a CERB e o Instituto de Tecnologia da Habitação (THABA), antigo núcleo de Tecnologias de Habitação Social do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED). O processo de construção das 52 casas foi iniciado em meados de 2016 e 2017, nas Fotos 25 e 26 é possível ver o local do reassentamento.

FOTO 25 - VISTA PARA O REASSENTAMENTO QUILOMBO VAZANTE



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 26 - CASAS EM FASE DE CONSTRUÇÃO, REASSENTAMENTO QUILOMBO VAZANTE



FONTE: A autora (junho de 2022).

Todavia, tanto as casas quanto a nova infraestrutura prevista para a comunidade não foram concluídas e, até mesmo, infraestrutura básica como o fornecimento de energia elétrica não foi garantido, no tempo previsto pelo TAC. Se contarmos o ano de 2015 como o ano que inicia os acordos para a construção da barragem, podemos dizer que a comunidade está, há praticamente sete anos, diante da espera da consolidação do reassentamento. A maioria das famílias já desocupou as casas da área que será alagada e apenas duas famílias seguem vivendo no local original.

Todo esse período de espera veio acompanhado de momentos de planejamento e expectativa da consolidação de um reassentamento que garantisse qualidade de vida e amenizasse os impactos causados pela barragem à vida da comunidade quilombola. No entanto, de pouco em pouco esses momentos foram convertidos em longa espera, frustração, cansaço e com muitas famílias pagando aluguel em Boninal ou Seabra até que suas casas fiquem concluídas. Muitos tiveram que procurar outro lugar para viver fora da comunidade, tanto os quilombolas que necessitam das novas casas, quanto as poucas famílias não quilombolas que viviam na comunidade e que ainda não foram indenizadas. Sobre essa pressão que se estende há décadas, Lauro Oliveira comenta:

> Aconteceu que a Vazante foi se esvaziando, as pessoas cansaram de sofrer essas pressões porque a qualquer hora esse povo pode chegar aqui e vai fazer a barragem, vai tomar tudo da gente e a gente vai precisar procurar uma saída (...) Então a Vazante passou por todo esse procedimento, então porque é que a Vazante hoje se

> esvaziou? As pessoas falam muito: "ah, que na Vazante tem pouca gente". Não! Tem muita gente! Porque a Vazante, se tivesse numa situação normal, as pessoas teriam continuado lá (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, Quilombo Vazante – Seabra, 31/03/2021).

A aprovação do início das obras de construção da Barragem de Baraúnas/Vazante tem provocado deste modo, a expulsão da comunidade do seu território tradicional ou como dito em outras palavras no título da matéria publicada pelo Observatório dos Conflitos Socioambientais da Chapada Diamantina: "Rio barrado comunidade que se escoa"[133]. Por mais que a organização da comunidade tenha resultado em distintos momentos de avanços nas negociações com a CERB, o atraso na conclusão das obras e a falta de qualquer outra política ou projeto de apoio às famílias atingidas, como o fornecimento de auxílio aluguel até que suas casas fiquem prontas, se expressa como um tipo de violência simbólica e material, assim como de desrespeito à essa comunidade quilombola. Nas Fotos 27 e 28 podemos observar que as placas com as informações sobre a obra de construção do reassentamento e da barragem indicam finalização prevista para o ano 2022, inicialmente, com o reassentamento pronto até o mês de outubro e a barragem pronta até o mês de novembro.

FOTO 27 - PLACA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO REASSENTAMENTO QUILOMBO VAZANTE



FONTE: A autora (junho de 2022).

[133] Matéria disponível em: < https://ocachapadadiamantina.org/rio-barrado-comunidade-que-se-escoa/ >. Acesso em: jul. de 2022.

FOTO 28 - PLACA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BARAÚNAS/VAZANTE



FONTE: A autora (junho de 2022).

A partir das observações realizadas em campo e nas fotos aqui apresentadas, torna-se difícil acreditar que estas obras realmente serão finalizadas no ano de 2022. Em conversa com Lauro Roberto, ele afirma que atualmente a comunidade quilombola já não luta contra a construção da barragem. Afinal, a construção já foi iniciada e os impactos já estão sendo sentidos pela comunidade, não há como reverter. Por isso, atualmente a luta da comunidade está centrada na reivindicação pela efetivação do Termo de Ajuste e Conduta (TAC) e deste modo, pela entrega do novo reassentamento em respeito a todos os impactos já causados a esta comunidade quilombola.

Os Mapas 22 e 23 representam imagens de satélite do programa Google Earth[134] que nos permite localizar a área de construção da Barragem Baraúnas/Vazante (quadrado vermelho), a área de ocupação original da comunidade e a localização do reassentamento. Estas imagens de satélite correspondem a anos distintos, no Mapa 22 se refere ao ano de 2009 e por isso podemos observar a ocupação territorial antes do início da construção das obras da barragem e do reassentamento; já no Mapa 23 a imagem é do ano de 2019, posterior ao início de construção dessas duas obras.

[134] As datas de 2009 e 2019 foram escolhidas porque a de 2009 é a última que se tem disponível anterior ao início das obras e a de 2019 é a primeira após o início das obras.

MAPA 22 - PARTE DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA VAZANTE, ANO 2009



FONTE: Google Earth (2009).

MAPA 23 - PARTE DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA VAZANTE, ANO 2019



FONTE: Google Earth (2019).

Ao comparar os dois mapas (Mapa 22 e Mapa 23) é possível identificar que a área onde está sendo construída a barragem era ocupada por roças e que as casas estavam nas proximidades do Rio Cochó; em ambas fotos podemos identificar o curso do rio com a presença de mata ciliar e com roças em seu entorno. Já a área destinada para o reassentamento era ocupada por roças, não haviam moradias nessa parte do território quilombola. A Foto 29 apresenta o local de construção da barragem, a partir dela e da comparação entre os dois mapas

anteriores fica fácil de compreender o que, quando estávamos em campo no local das obras, Lauro Roberto classificou de uma grande ferida no território quilombola da Vazante, a Barragem de Baraúnas/Vazante.

FOTO 29 - VISTA PARA A ÁREA DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BARAÚNAS/VAZANTE



FONTE: A autora (junho de 2022).

Podemos afirmar que, há mais de quatro décadas, a comunidade convive com a ameaça e a insegurança sobre as possibilidades e condições de permanência em seu território. O início das obras de construção da barragem e a lentidão no cumprimento dos acordos que preveem a construção de novas casas e infraestrutura necessária para a comunidade tornam-se processos de expulsão da comunidade de seu território. Deixar a comunidade em uma situação de insegurança quanto à garantia de condições básicas para a sua permanência no seu território é uma forma perversa e racista de desterritorialização e expulsão da comunidade. Compreender o processo que a comunidade da Vazante enfrenta ao longo das últimas décadas, assim como processos de ameaça ao território que outras comunidades do entorno estão enfrentando, é de fundamental importância, pois, em um futuro próximo, podem ser as outras comunidades quilombolas de Seabra que estarão enfrentando situações semelhantes.

3.3.2 Zona de interesse eólico nas mediações do Território Quilombola Morro Redondo

De acordo com a discussão que viemos construindo ao longo deste capítulo, fazemos a leitura de que o processo de expansão de empreendimentos de energia eólica no estado da Bahia está se configurando como uma das formas de territorialização do extrativismo. A utilização do termo "energia limpa" para classificar este tipo de empreendimento, devido ao

fato de não contribuir diretamente com o aumento da emissão de CO^2 na atmosfera, não deve ser confundida com a existência de um modelo energético que não gera impactos e conflitos socioambientais.

A forma como a energia eólica está se consolidando na Bahia está atrelada a manutenção de uma política energética na qual a produção de energia é realizada em larga escala, onde os projetos de energia eólica do estado da Bahia participam dos leilões de energia e da comercialização no mercado livre. É dizer, tal modelo possibilita atender sobretudo a demanda por energia de empresas, nacionais e internacionais, que por vezes estão associadas ao desenvolvimento de outros empreendimentos extrativistas como, por exemplo, atender a demanda energética de grandes empresas mineradoras. Deste modo, territórios tradicionais de comunidades quilombolas, indígenas, de fundo e fecho de pasto etc., passam as ser o alvo da expansão desse modelo de energia por estarem localizados nas áreas mapeadas e denominas de "Corredores dos Ventos".

Nesse contexto, a histórica pauta por regularização fundiária e titulação de muitas dessas comunidades e territórios é rapidamente transformada pela gestão pública em uma política de regularização fundiária em prol do crescimento do setor eólico. No primeiro capítulo deste trabalho descrevemos, a partir do trabalho de campo, como foi possível identificar o processo de avanço do setor eólico sobre o território quilombola do Morro Redondo. Na descrição que fizemos ao longo do primeiro capítulo foi possível constatar a articulação entre empresas do setor eólico, como é o exemplo da CER- Energia, juntamente com instituições associadas ao governo estadual, como é o caso da CDA.

Conforme o exposto no primeiro capítulo, certamente a CDA está agindo em consonância com a IN 01/2020, mencionada no tópico 3.2.1, que é um dos indicativos do forte apoio estatal ao estabelecimento e crescimento de empreendimentos do setor eólico na Bahia. A implementação da IN 01/2020 é apontada no discurso oficial como uma forma de se evitar a especulação de terras e ou grilagem de terras nos territórios de comunidades que estão inseridas nas áreas denominadas "Corredores dos Ventos" e que ainda não possuem a regularização fundiária de suas respectivas terras. No entanto, é preciso enfatizar, que há casos como o da comunidade quilombola do Morro Redondo que há décadas está reivindicando ao Estado a regularização fundiária de suas terras por meio da titulação coletiva de seu território tradicional. O atrelamento da garantia do direito aos territórios quilombolas, por meio da regularização fundiária, dentro desse contexto tende a favorecer e garantir a viabilidade do empreendimento do que, garantir o direito tradicional das comunidades quilombolas ao território e, consequentemente, salvaguardar a autonomia e o acesso a políticas que finalmente fortaleçam a continuidade de suas práticas tradicionais.

Voltamos a afirmar, que apesar do histórico processo de lutas antirracistas ter resultado em importantes conquistas por direitos ao reconhecimento dos territórios das

comunidades quilombolas, conforme foi discutido ao longo do segundo capítulo, vimos que segue vigente um processo que mantém uma estrutura racista no reconhecimento de direitos. A expansão de empreendimentos como o do setor eólico, que a princípio tem como principal objetivo a exploração dos ventos esbarra diretamente na questão da terra, da propriedade e uso da terra. Deste modo, instrumentos normativos criados principalmente para beneficiar a expansão extrativista em territórios tradicionais, como é o caso da IN 01/2020, configura-se mais do que um processo de racialização de quais direitos ao território serão respeitados ou ignorados. Esta situação volta a expressar dimensões de uma questão agrária que é permeada pela raça.

Esta questão agrária racializada passa a ser aprofundada com o processo de territorialização de um extrativismo que se expande conjuntamente com processos de racialização que simultaneamente resultam, como a análise dos casos abordados ao longo deste capítulo nos levam a afirmar, na territorialização de um tipo de racismo ambiental. No qual a sobreposição de empreendimentos extrativistas em territórios tradicionais ameaça as fontes de vida (água, solo, vegetação, serras, fauna, etc.) que constituem esses territórios e que são fundamentais para a existência dessas comunidades. Estes territórios são convertidos em "zonas de sacrifícios" para o benefício de alguns que vivem bem longe dessas mesmas zonas.

Como relatado no primeiro capítulo, após a realização da reunião entre CDA, CER-Energia e Associação Quilombola do Morro Redondo; o órgão estatal se retirou do território quilombola e a empresa permaneceu circulando nele, tendo contato individual com alguns moradores. Fez a entrega de calendários do ano de 2022, entregou folhetos com receitas de cozinha e fincou três marcos no território da comunidade (ver Mapa 10), ao longo do Serrão e da Taquara, localidades que compõem o território da comunidade e que são de extrema importância para a vida destas pessoas (ver Mapa 7).

A questão da inserção destes marcos no território da comunidade tem gerado questionamentos nas comunidades sobre o seu significado. O sentimento é o de ter o seu território invadido, uma vez que passou por um longo processo de estudo e demarcação dos seus limites com o INCRA e que atualmente parece ser questionado sem qualquer diálogo esclarecedor com a comunidade. A seguinte fala é de uma das famílias que tem suas terras de uso tradicional no Serrão, local onde foi inserido um dos marcos pela empresa CER-Energia. Nesta fala é relatado um pouco sobre a delimitação realizada pelo INCRA e a sensação de que a partir disso, finalmente teriam uma segurança com relação à garantia das terras e no entanto, a chegada da empresa está se configurando como um desrespeito a isso:

> Aí peguei aceitei, eu acho que eu fui um dos últimos a concordar com isso, mas eles falou que cada qual ia continuar com o seu. Eu não tenho terra pra vender mesmo, é mais pra criar o gado, lucrar de outra forma, beneficiando algo assim, agora pra

> vender não [...] A questão do INCRA é igual o que estou te falando, eu achei bom porque, vamos supor assim, estava dando segurança às minhas terras.
> Aí agora que eu fiquei triste foi por modo disso, os caras [se refere à empresa] não respeitaram as picadas dos quilombolas e entrou.
> [...]falou [se refere ao INCRA] que tinha a picada dos quilombolas e como já estava medido ninguém mais entrava. E os caras [se refere à empresa] chegou e entrou numa boa aqui assim. Eu me sinto meio perdido, sozinho... (AKIN, Quilombo Morro Redondo – Seabra, 30/12/2021).

Trata-se, assim, de um processo que está em andamento, de modo que ainda não estão esclarecidos os limites dessa cooperação de uma empresa do setor de energia com o processo de garantia do território da comunidade quilombola Morro Redondo, visto que os estudos antropológicos e a delimitação da área do território da comunidade foi realizada pelo INCRA, aprovada pela Associação Quilombola do Morro Redondo, há mais de dez anos, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) por meio da Portaria nº 468, de 9 de agosto de 2017 pelo presidente do INCRA (Anexo 7).

Por outro lado, os Anexos 3, 4, 5 e 6, explicitam que o território quilombola do Morro Redondo está se configurando como uma zona de interesse e de disputa por instalação de empreendimentos eólicos. No primeiro, Anexo 3, o documento redigido pelo deputado federal explicita inclusive o nome das empresas eólicas interessadas em assinar contrato de arrendamento com a comunidade quilombola do Morro Redondo e ainda ressalva que as empresas levariam assim, o "desenvolvimento na região". No segundo, Anexo 4, a empresa Ecopart[135] responsável pelo referido estudo levanta todas as potencialidades para a instalação de um empreendimento eólico e constata que o projeto de instalação de uma Central Geradora Eólica (CGE) denominada de "Parque Morro Redondo" é viável. Em nenhum momento é mencionado que a referida área corresponde a um território quilombola, apenas é mencionado os proprietários de uma fazenda localizada no território da comunidade e de outra fazenda vizinha ao território quilombola. Já os Anexos 5 e 6, correspondem à redação de ofício formulado pela pessoa não-quilombola que possui uma propriedade no quilombo Morro Redondo e que em diversos momentos insistiu para que a presidenta da associação assinasse os referidos ofícios direcionados à ministra do MAPA. Tais ofícios tiveram a sua primeira versão (Anexo 5) problematizada na assembleia da associação, do dia 30 de janeiro de 2022, visto que associa a reivindicação por titulação do território da comunidade ao suposto interesse em assinar contratos com empresas eólicas. E, de acordo com o texto do ofício, é também reforçado a ideia de que essas empresas trariam um suposto desenvolvimento ao afirmar que a instalação de empreendimentos eólicos pode "gerar emprego e renda na nossa tão carente comunidade". O texto do ofício finaliza afirmando que "o atendimento do nosso pleito é de fundamental importância econômica para a nossa comunidade e nossas futuras

[135] É importante destacar que a menção do nome das empresas Ecopar e Ecopart, aparecem nos anexos, a primeira no anexo III e a segunda no anexo IV. Não temos certeza se tratam-se de empresas diferentes pois não temos qualquer outra informação sobre elas.

gerações e que também possamos contribuir para a geração de energia limpa para o nosso querido Brasil". Na segunda versão do ofício (Anexo 6) foram retiradas todas as menções ao setor eólico e o local de assinatura da presidenta da Associação não está na mesma folha do corpo do texto. Vale destacar que, em ambas versões (Anexo 5 e 6), inserimos tarjas pretas nos contatos de e-mail e número de celular tanto do proprietário não-quilombola, quanto da presidenta da associação. Esta medida foi adotada neste trabalho para não divulgação dos dados dessas pessoas.

Por fim, os referidos Anexos (5 e 6) não foram escritos por pessoas da comunidade e também não partiram de uma discussão com a comunidade. Eles explicitam uma lógica que não valoriza o território e os conhecimentos da comunidade, ao contrário disso, à classifica como carente ou então à invisibiliza. Apresentam um discurso de desenvolvimento que parte do pressuposto, de uma visão estereotipada e racista, de que estas comunidades não possuem conhecimentos e tecnologias, e ainda, apresentam esse suposto desenvolvimento como um cenário almejado por todos.

É importante destacar que a atual vinculação do processo de titulação da comunidade quilombola do Morro Redondo com a presença da empresa eólica no território da comunidade foi realizada pela CDA por meio de uma reunião que não possibilitou à comunidade compreensão e total acesso às informações sobre a parceria da CDA com a empresa e o processo de titulação em andamento. Nenhum processo de consulta livre, prévia e informada foi iniciado com a comunidade, o que predomina é o sentimento de desrespeito na forma como a empresa está agindo (especialmente com a inserção de marcos no território da comunidade) e não fornecendo a comunidade o acesso à informação clara sobre sua atuação.

Este caso exemplifica como uma empresa pode chegar em um território quilombola juntamente com o poder público e agir sem um protocolo específico que respeite a coletividade da comunidade e sem fiscalização do próprio órgão público. No último trabalho de campo, realizado em junho de 2022, também foi possível identificar o avanço de empreendimentos eólicos sobre uma comunidade indígena do município de Seabra. Trata-se do povo Tapuya, localizado em Riacho das Palmeiras (há aproximadamente 22km da sede municipal de Seabra, no caminho para a comunidade de Morro Redondo). Não foi possível aprofundar a análise deste caso para o presente estudo, o que foi possível identificar é que desde o ano de 2015 muitas famílias que vivem em Riacho da Palmeiras foram procuradas por uma empresa eólica para a assinatura de contratos de arrendamento. Muitas famílias assinaram e as que decidiram não assinar correspondem principalmente às famílias indígenas. Apesar da pouca informação sobre a situação do empreendimento em Riacho das Palmeiras, esta situação além de afirmar que Seabra está na denominada rota dos ventos, afirma também que estes projetos recaem ou estão nas proximidades de territórios de comunidades

tradicionais como: quilombolas e indígenas. Deste modo, a modernidade/colonialidade segue articulando extrativismo e racismo em prol da expansão do capitalismo.

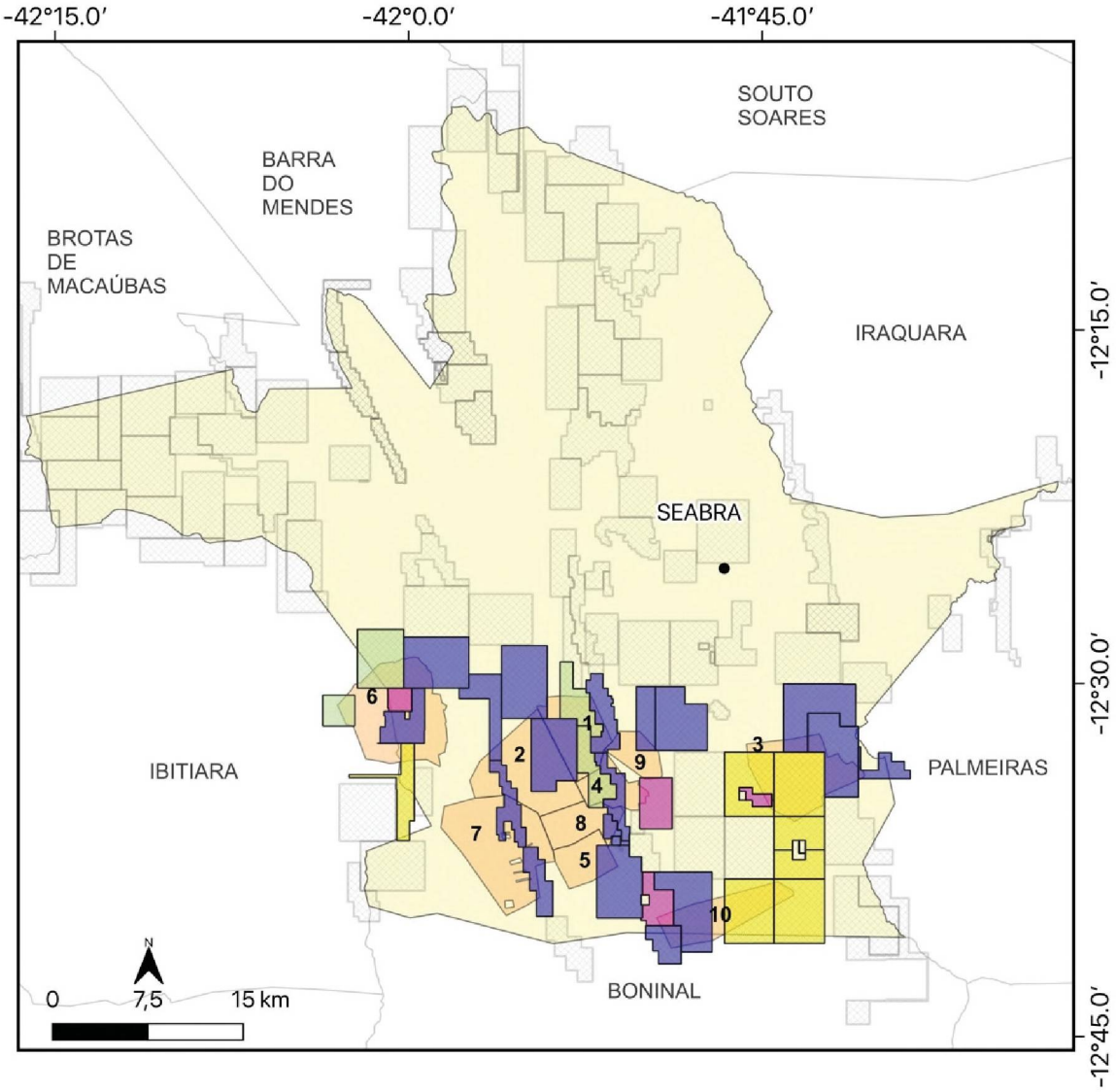
3.3.3 Processos minerários em Territórios Quilombolas de Seabra

O terceiro processo que trazemos está associado ao cenário de avanço do setor mineral sobre territórios quilombolas. Conforme o Mapa 24, a seguir, o município de Seabra conta com 144 processos minerários ativos na ANM (dados de junho de 2021). Deste total, conforme Mapa 24, 34 se sobrepõem diretamente às áreas dos onze territórios quilombolas do município (sem contar os que estão localizados no entorno próximo).

O cenário de avanço da mineração sobre os territórios quilombolas é alarmante. Além dos polígonos representados no Mapa 24 com processos minerários que sobrepõem diretamente os territórios quilombolas, há uma série de outros processos abertos nas proximidades desses territórios que também podem vir a gerar impactos negativos às comunidades quilombolas. Dentre os processos que se sobrepõem aos territórios quilombolas, a maioria corresponde ao estágio de autorização de pesquisa: 19 processos; 4 estão no estágio inicial de requerimento de pesquisa; 7 aptos para disponibilidade; e 4 com requerimento de lavra.

Vale destacar que, no caso da mineração, os territórios quilombolas que já são titulados não correspondem diretamente a territórios protegidos do avanço desse tipo de atividade, visto que, ainda que a titulação do território assegure o uso coletivo do solo à comunidade quilombola, a gestão de uso do subsolo segue sendo de responsabilidade da União, que pode conceder o direito de exploração do subsolo ao requerente de determinado processo minerário. No entanto, vale destacar que mesmo assim deve ocorrer o processo de consulta, conforme determina a Convenção 169.

MAPA 24 - PROCESSOS MINERÁRIOS ATIVOS EM SEABRA E NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS (JUN/2021).



LEGENDA

Processos minerários ativos em Seabra (total=144)

Fase dos processos minerários ativos em territórios quilombolas (total = 34):

- Requerimento de pesquisa (04)
- Autorização de pesquisa (19)
- Apto para disponibilidade (07)
- Requerimento de lavra (04)

Territórios Quilombolas:

1. Agreste
2. Baixão Velho
3. Cachoeira da Várzea e Mocambo da Cachoeira
4. Capão das Gamelas
5. Lagoa do Baixão
6. Morro Redondo
7. Olhos D'Água do Basílio
8. Serra do Queimadão
9. Vão das Palmeiras
10. Vazante

Município de Seabra

Sede Municipal

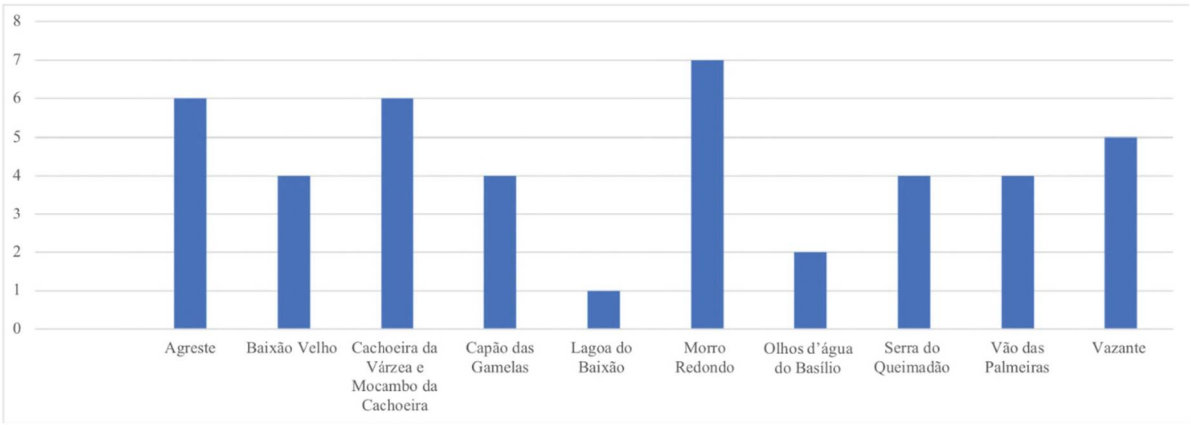
Elaboração: Aline Miranda Barbosa.
Fonte: IBGE, INCRA, CDA e ANM (jun/21).
Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000.

Com relação ao regime de exploração de minérios no Brasil, há uma distinção entre o direito de uso do solo e de uso do subsolo. Esse aspecto torna ainda mais complexa a situação de diversas comunidades tradicionais, já que a garantia do uso do solo legitimado não lhes dá o direito ao uso do subsolo. O subsolo é gerido pela União e esta pode conceder o direito de lavra (exploração do subsolo) a uma empresa. Entretanto, não há exploração do subsolo sem o uso/controle do solo e, assim, a comunidade detentora do direito de uso/ocupação do solo tem esse direito ameaçado:

> Na mineração brasileira, quem tem prioridade na exploração de um determinado território não são os proprietários do solo, isso não garante anterioridade alguma, muito menos os posseiros, ampla maioria das populações do campo e comunidades tradicionais. O critério utilizado, segundo legislação constitucional, é o "princípio da precedência", ou seja, quem descobrir primeiro onde tem o minério, onde tem a jazida ou um determinado veio mineral e registrar no órgão público responsável. Esse terá o direito sobre a possibilidade de exploração em determinado território, ou seja, quem registrou primeiro exercerá esse poder e depois poderá até negociar esse território mineral em formação. Esse princípio, em um país com desigualdade assombrosa como o Brasil, apenas reafirma a posição perpétua de um sistema concentrador de riquezas, no qual um morador de comunidade de Fundo de Pasto no norte da Bahia, por exemplo, criando seu gado e caprino em meio à Caatinga, jamais saberá que embaixo das suas terras tem uma jazida de cobre e, assim, tampouco irá registrar nos órgãos públicos (ANTONINO, 2019, pp. 143-144).

Nesse sentido, reafirmamos que diferentes formas de expansão do capital sobre os territórios quilombolas são projetadas sem o conhecimento daqueles que vivem no território. A análise da localização dos processos minerários ativos na ANM exemplifica essa situação. O Anexo 8 apresenta as informações detalhadas de cada um dos processos minerários que sobrepõem cada território quilombola e o Gráfico 4, a seguir, ilustra a distribuição do número de processos por território quilombola: o Agreste (6 processos), Baixão Velho (4 processos), Cachoeira da Várzea e Mocambo da Cachoeira (6 processos), Capão das Gamelas (4 processos), Lagoa do Baixão (1 processo), Morro Redondo (7 processos), Olhos d'água do Basílio (2 processos), Serra do Queimadão (4 processos), Vão das Palmeiras (4 processos) e Vazante (5 processos). De acordo com o Mapa 20 e o Anexo 8, é possível identificar que um processo minerário pode atingir a área de mais de uma comunidade quilombola.

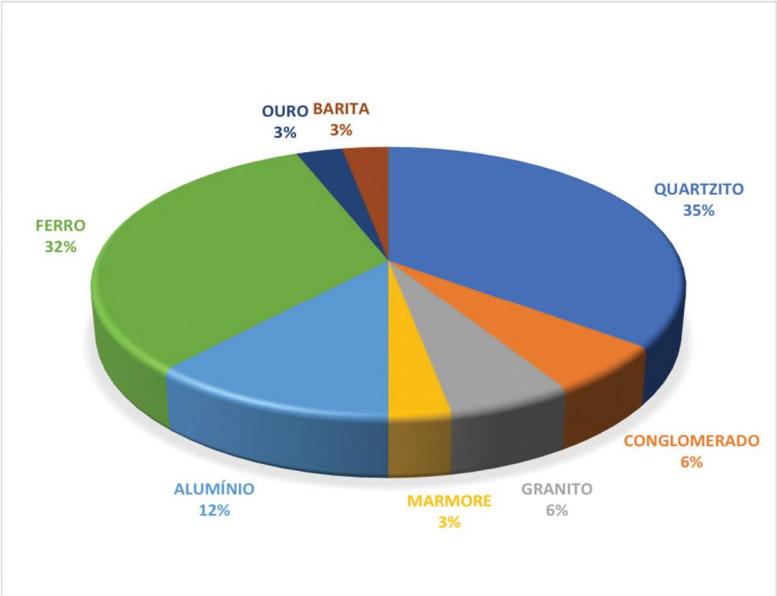
GRÁFICO 4 - QUANTIDADE DE PROCESSOS MINERÁRIOS POR TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, SEABRA – BA (JUN/2021).



FONTE: ANM.
ELABORAÇÃO: A autora.

Com relação ao tipo de substância, é possível identificar o interesse em extração dos seguintes minérios: barita (1 processo), conglomerado (2 processos), granito (2 processos), mármore (01 processo), minério de alumínio (4 processos), minério de ferro (11 processos), ouro (01 processo) e quartzito (12 processos). O Gráfico 5, a seguir, representa a porcentagem de processos abertos para cada tipo de minério. Com relação ao uso principal, são classificados e distribuídos da seguinte forma: 16 processos estão voltados ao uso industrial (ferro, alumínio e ouro), 16 para revestimento (conglomerados, granito, mármore e quartzito), 01 para produção específica de brita (quartzito) e 01 com o uso não informado (barita).

GRÁFICO 5 - PERSPECTIVA DE MINÉRIOS A SEREM EXPLORADOS NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, SEABRA – BA (JUN/2021)



FONTE: ANM.
ELABORAÇÃO: A autora.

No território da comunidade quilombola do Morro Redondo, conforme foi abordado no primeiro capítulo, a empresa Rocha Bahia Mineração LTDA faz extração de blocos de conglomerados desde o final de 2009[136], e o funcionamento acontece de forma esporádica (por alguns meses a empresa faz a extração e, por outros meses ou até por anos, fica sem atividade). O Mapa 7, no primeiro capítulo, apresenta a localização do empreendimento. Conforme as informações presentes no Anexo 8, a empresa ainda não tem a concessão de lavra e, possivelmente, este pode ser um dos fatores que impeçam que seu funcionamento ocorra de forma perene. Certamente por isso, muitos dos impactos são sentidos pela comunidade somente nos períodos de vigência da extração (ex.: circulação de caminhões, poeira, degradação das vias de acesso, etc.), mas o impacto paisagístico é notório e de caráter irreversível, atingindo diretamente o morro que dá nome à comunidade, Morro Redondo.

Ainda nesse contexto de avanço da mineração, há outro empreendimento mineral que, recentemente, tornou-se de conhecimento das comunidades. Se a instalação desse empreendimento vir a se efetivar, poderá atingir uma área de uso comum que envolve diferentes comunidades rurais, duas comunidades quilombolas (Agreste e Baixão Velho) e a comunidade chamada de Brauninha (localizada nas proximidades do Baixão Velho), onde vive outro povo indígena de Seabra, os Petiquara[137]. A referida situação foi relatada durante uma atividade da Universidade do Estado da Bahia[138], na qual é possível constatar a apreensão das comunidades pelo que está por vir, o anseio por esclarecimentos e por informações sobre o porte do empreendimento, assim como a sua forma de funcionamento, precisão da área que será utilizada, etc.

> Nos deparamos com um problema de um proprietário de uma outra comunidade... cedeu o espaço para uma mineradora e quando nós ficamos sabendo eles já tinham adentrado no território, no caso no terreno que o proprietário autorizou, mas assim não teve um convite né digamos assim das comunidades vizinhas. A comunidade em questão foi chamada, algumas pessoas, digamos que uma meia dúzia de pessoas né e ficaram cientes mas a área que a mineradora tá adentrando não seria apenas um terreno, abrange várias outras coisas. Nós temos várias comunidades no entorno né!? Então, a nossa comunidade é uma dessas, é uma comunidade vizinha. Essa área é uma área no caso de uso coletivo, nós temos uma nascente, então pra gente seria a pior coisa a gente perder esse espaço que é de uso coletivo e aí é onde que a gente se deparou com o problema né! (Darci Avelina, povo Petiquara, comunidade da Brauninha – Seabra, depoimento *online* em 08/10/2020 – TV UNEB – Seabra, 2020b).

---

[136] Como já mencionado no primeiro capítulo, a partir de 2011 é firmado um contrato de arrendamento entre a empresa mineradora e a família quilombola que fazia o uso dessas terras, que desde então, é renovado a cada três anos.

[137] Durante a realização desta pesquisa não foi possível ter uma maior aproximação dos casos de avanço de empreendimentos em territórios indígenas de Seabra. Tanto o caso do povo Tapuya (atingido por eólica), quanto do povo Petiquara (alvo de interesse de mineradoras) foram identificados em trabalho de campo a partir do diálogo com outras lideranças sobre a pesquisa em andamento.

[138] TV UNEB Seabra "Chapada Diamantina: agricultura familiar e as mineradoras", a atividade foi realizada no dia 08/10/2020. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=6L50SDNJ0m8 >. Acesso em: 01set. de 2021.

As situações apresentadas estão em curso e expressam uma das formas do racismo ambiental operar. Como destaca Tania Pacheco (2007), mesmo que determinadas populações não recebam diretamente rótulos racistas, o racismo se faz presente visto que "são tratadas como não-cidadãos, como seres utilizáveis e descartáveis, na medida em que o capital deles puder prescindir ou passar a considerá-los um entrave ao desenvolvimento de algum novo projeto". A autora enfatiza também a compreensão de que o racismo ambiental "não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem" (PACHECO, 2007).

Nesse sentido, as reflexões apontadas ao longo deste capítulo nos possibilitam compreender como o racismo ambiental tende a operar em consonância com o viés da modernidade/colonialidade capitalista (raça e natureza), visto que o avanço de projetos e empreendimentos dos setores agrícola, energético e da mineração se configuram como projetos de disputa pela natureza. Essa disputa ocorre contra as formas de ser, de existir e de se relacionar com a natureza das comunidades quilombolas.

Trata-se de projetos e empreendimentos idealizados por aqueles que não vão arcar com o ônus (impactos socioambientais), afinal, o bônus está voltado apenas para alguns. Essa é uma face da modernidade/colonialidade, justamente porque é por meio desta distribuição desigual de benefícios para alguns e prejuízos para outros que se dá esse tipo de racismo ambiental. A esse tipo de distribuição desigual, Porto-Gonçalves (2012) denomina de "geografia dos proveitos e dos rejeitos", a qual se constrói por meio da assimilação da dimensão ambiental ao ideário neoliberal e o primado do mercado.

A construção da ideia de raça constituiu um racismo que é estrutural em nossa sociedade e que, por sua vez, é estruturante do capitalismo, permeando as relações de poder que definirão quais grupos ficarão com os benefícios/proveitos e quais grupos ficarão com os prejuízos/rejeitos; quais grupos terão seus direitos garantidos e os que terão seus direitos negados; assim como, quais grupos terão seus territórios transformados em zonas de sacrifícios.

Nos casos apresentados, constatamos que as comunidades quilombolas estão tendo a violação da garantia do direito básico à consulta prévia, livre e informada sobre a implementação de qualquer empreendimento que atinja seus territórios ou que esteja no entorno. Inclusive, não estão tendo a garantia do direito de acesso às informações sobre as dimensões e possíveis impactos dos respectivos empreendimentos. Importante destacar, também, que esses empreendimentos têm estabelecido parcerias e/ou contado com o apoio do Estado. Nesse sentido, a falta de acesso à informação sobre os empreendimentos e a falta de

negociações coletivas com as comunidades contribuem para que situações de conflitos internos sejam criadas dentro das comunidades frente à instalação dos empreendimentos.

A partir das discussões apresentadas neste capítulo e nos anteriores, vemos que esse racismo que se perpetua em nossa sociedade, esse racismo estrutural brasileiro, é também o que dá sentido ao extrativismo/neoextrativismo e que recai sobre a questão agrária. A combinação entre este tipo de extrativismo capitalista, que abordamos ao longo deste capítulo, com o racismo é essencial para o capitalismo. Conforme Machado Aráoz (2016, p. 458):

> Ver e compreender até que ponto o capitalismo não pode funcionar a não ser à custa da exploração extrativista de economias coloniais poderia não ser politicamente tão importante não fosse o fato de que estamos vivendo e falando *de* e a *partir de Nossa América*. Entender e sentir até que ponto a exploração da Terra é, em si mesma, a exploração dos corpos, é algo crucial para os que estamos situados em uma perspectiva epistêmico-política do Sul[139]. É precisamente isso que nos faz tomar consciência de que a "riqueza" que o capital acumula – e que, em suas versões progressistas, promete "redistribuir" – é a riqueza do valor abstrato, cuja acumulação se dá à custa da fagocitose dos expropriados, dos "condenados da Terra"[140].

Tratamos assim de um racismo ambiental que se configura como resultado da junção de dois instrumentos de poder que estruturam o capitalismo: a dominação e a exploração da natureza por meio do extrativismo/neoextrativismo e a dominação e exploração dos corpos por meio do racismo. Ao longo deste capítulo foi possível identificar as diferentes formas em como estão se dando o processo de territorialização de empreendimentos extrativistas no TI Chapada Diamantina, assim como os sujeitos atingidos e em resistência nos territórios. Este cenário também pode ser compreendido como um contexto de "lutas ontológicas", esta é uma definição de Escobar (2014) que será melhor trabalhada ao longo do próximo capítulo. Discorreremos assim, sobre a ontologia de comunidades que estabelecem uma forma relacional de convívio com a natureza, ao contrário da ontologia perpetuada pelo modelo extrativista que separa sociedade de natureza, transformando esta última em objeto de dominação e exploração. Buscaremos, deste modo, nos centrar mais sobre essas resistências e suas ontologias, sobretudo porque elas indicam outros olhares e formas de se relacionar com a natureza que também complexificam a questão agrária.

***

Ao longo do presente capítulo acionamos os conceitos de extrativismo e neoextrativismo como conceitos de análise que nos auxiliam a compreender o contexto de expansão de empreendimentos dos setores da mineração, eólicas e agronegócio no TI

---

[139] Referência da citação: Boaventura de Souza Santos, *Una epistemología del sur*. (México, Clacso; Siglo XXI, 2009).

[140] Referência da citação: Frantz Fanon, *Los condenados de la tierra*. (Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007 [1961]).

Chapada Diamantina e, especificamente, sobre as comunidades quilombolas de Seabra. Compreender o extrativismo/neoextrativismo como fruto da visão hierárquica e dualista propagada pela modernidade/colonialidade sobre a concepção de Natureza, nos auxilia a entender a sua intrínseca relação com a criação da ideia de raça e permanência do racismo como estruturante da nossa sociedade; no qual a subjugação e exploração de determinados corpos e da natureza ocorrem de forma aliada e em benefício do capital.

O mapeamento dos casos de avanço de empreendimentos no TI Chapada Diamantina e entorno, nos possibilitou aproximarmos da apresentação de um cenário de disputas pela natureza que é muito complexo e que, todavia, mostra modos de operar que recaem sobre a forma de exploração da natureza sobre determinados corpos e determinados grupos principalmente afetados. Quando mudamos a escala de análise para as comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas, do município de Seabra, vemos o modo de operar se repetir e seus territórios serem convertidos em atuais e/ou futuras "zonas de sacrifícios".

A partir dos casos citados foi possível identificar uma lista de impactos, conflitos e formas de desrespeito aos direitos das comunidades que apontam não apenas para situações concretas de racismo ambiental, mas também de uma questão agrária que é racializada. Ao longo dos capítulos anteriores foi possível ir constatando como a colonialidade desqualificou e segue desqualificando, deslegitimando e subalternizando os saberes, as formas de se relacionar em comunidade com a natureza as quais são pautadas em outras visões de mundo, em outras cosmologias e em outras ontologias.

Nesse sentido, no próximo capítulo lançaremos mão dos conceitos de ontologia dualista e ontologia relacional para aprofundar a análise sobre o contexto de disputa por natureza tratado até então e, sobretudo, sobre as formas como essas comunidades estão na prática constantemente construindo formas de resistências que vão além dos enfrentamentos diretos, estão pautados principalmente em suas formas de viver e ser em comunidade.

4. CAPÍTULO – R-EXISTÊNCIAS QUILOMBOLAS: VIVER E FAZER EM COMUNIDADE

Desde que era impossível livrar-me de um complexo inato, decidi me afirmar como Negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer.
Frantz Fanon (2008)

Ao longo dos últimos capítulos tratamos das comunidades quilombolas de Seabra por meio de diferentes entradas de análise. No Capítulo 1, discorremos sobre as referidas comunidades a partir de uma breve contextualização sobre suas origens, organização política e as situações que anunciam a conformação de um cenário de disputa pela natureza. No Capítulo 2, a discussão é conduzida a partir de uma abordagem que versa sobre a questão quilombola e sua interligação com a questão racial em diálogo com o nosso recorte de estudo e que, por sua vez, atravessam a questão agrária. No Capítulo 3, refletimos sobre o papel da colonialidade/modernidade na construção da ideia de raça e de natureza, assim como, a consolidação de uma expansão capitalista que articula extrativismo e racismo. Um racismo que também é ambiental e que incide sobre a questão agrária brasileira.

Após esse percurso ficou evidente que a questão racial está diretamente vinculada à quilombola tornando-se necessário trazer, também, essa dimensão ao debate agrário. Assim como, o reconhecimento de que estas comunidades possuem saberes e formas ancestrais de se relacionarem com a natureza, que partem de uma cosmologia e de uma ontologia divergente da lógica moderno/colonial capitalista de domínio e exploração da natureza, este reconhecimento também se dá na questão agrária. Deste modo, os Capítulos 1, 2 e 3, sinalizaram distintos aspectos que contribuem com uma melhor compreensão da realidade e do contexto de luta/resistência das comunidades quilombolas de Seabra.

Conforme abordamos no segundo capítulo, a constituição desses territórios quilombolas está diretamente associada ao processo histórico-geográfico de formação socioespacial da região que hoje é denominada de TI Chapada Diamantina e que envolve o município de Seabra. Tal processo está atrelado à estrutura racista do colonialismo que no percorrer do século XVII até a metade do século XVIII avançou sobre essa região, a partir da guerra de extermínio aos povos indígenas. Podemos acrescentar sobre esta incursão a implementação de "grandes empreendimentos" de apropriação e domínio da natureza, assim como, de domínio e apropriação de corpos que foram racializados e sujeitos à escravização pelos grandes latifúndios sesmeiros, pecuaristas e escravagistas (SANTOS, 2017; NEVES, 2003).

Vimos que, a partir da segunda metade do século XVIII, o processo de ocupação colonial é acentuado a partir da instalação de "grandes empreendimentos" minerais, com a intensificação da extração de ouro nos municípios de Jacobina e Rio de Contas e sobretudo,

a partir da abertura de uma estrada onde conectava esses dois núcleos de exploração aurífera da Bahia e que passava por Seabra. Outro momento importante para se compreender o avanço no processo de ocupação dessa região diz respeito ao período de exploração de diamantes que perdurou, durante a segunda metade do século XIX, no regime imperial.

Do período colonial ao imperial, a questão agrária desta região era marcada pelo latifúndio pecuarista e pelas áreas de mineração, ambas com trabalhadores escravizados, indígenas e negros, estes últimos em maior número. Por outro lado, nesse contexto, conformava-se também a presença de trabalhadores livres, os quais migravam entre as áreas de mineração para trabalhar na exploração de minérios, ocupando pequenas áreas no interior dos extensos latifúndios dedicados à moradia e à lavoura (NEVES, 2003). Mesmo durante o período escravagista havia entre essa parcela de trabalhadores livres a presença de pessoas negras, que conseguiram comprar sua alforria (especialmente a partir do trabalho na mineração) ou que, por ser descendente desses mesmos trabalhadores, já nasciam livres.

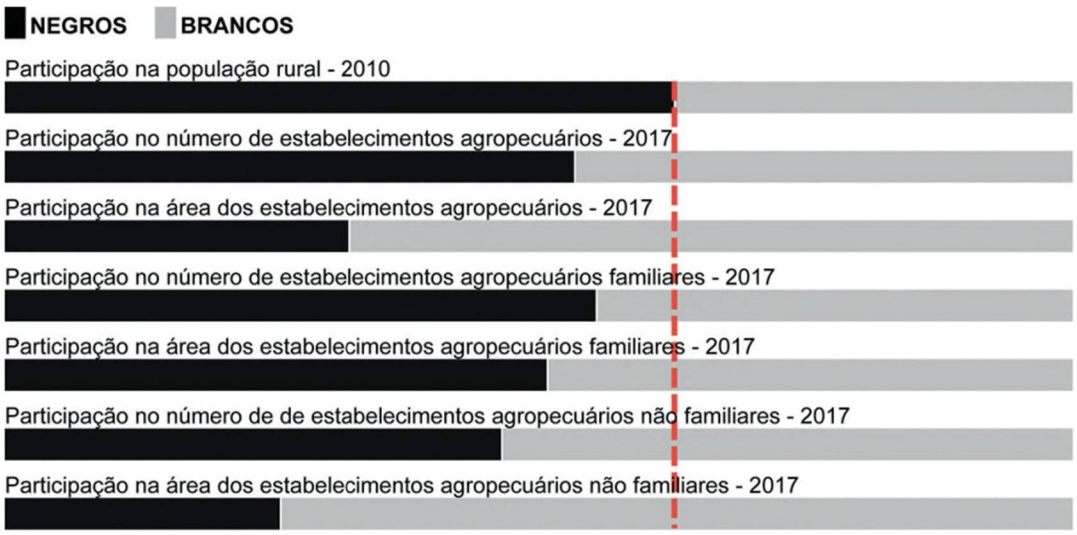
Compreendemos assim, conforme é aprofundado no segundo capítulo, que apesar de não ser possível situar com precisão a origem de cada comunidade quilombola de Seabra, é possível afirmar que estão associadas ao contexto agrário e de ocupação territorial do TI Chapada Diamantina e que são marcadas pela colonialidade/modernidade capitalista. Comunidades marcadas também, por um longo processo histórico de racialização dos corpos como instrumento de poder o qual justificou o processo de domínio e exploração das populações de origem africana, afro-brasileira e indígena; e na consequente racialização do acesso à terra, na consolidação de uma forma de domínio e exploração da natureza em prol do capitalismo que hoje está avançando sobre os territórios quilombolas por meio da mineração, das eólicas e do agronegócio.

No Capítulo 2, além de identificarmos como essas questões estão diretamente associadas ao nosso recorte de estudos, vimos também como esse capitalismo racista desempenhou um papel histórico que perpetuou até os dias de hoje um contexto de racialização do acesso à terra em escala nacional. Podemos observar a perpetuação e atualidade desse capitalismo racista no espaço agrário brasileiro ao analisar o Gráfico 6, a seguir, elaborado por Girardi (2022).

Neste gráfico, o autor compara a situação da população rural negra e branca contabilizada pelo Censo de 2010, no qual a população negra corresponde a 61% da população rural e a população branca a 36,3%. A comparação entre população negra e branca é realizada a partir de algumas variáveis publicadas no Censo Agropecuário de 2017. As variáveis selecionadas pelo autor foram: participação no número e na área de estabelecimentos agropecuários; participação no número e na área de estabelecimentos agropecuários familiares; e a participação no número e na área de estabelecimentos agropecuários não familiares.

Girardi (2022) elabora este gráfico partindo da hipótese de que em um cenário de igualdade entre a população rural de negros e brancos, as proporções das variáveis deveriam seguir a mesma proporção de negros e brancos que é representada no gráfico pela linha vermelha. Sendo assim, em uma situação de igualdade entre brancos e negros no acesso à terra, seria nessa linha vermelha que todas as barras pretas (negros) e cinzas (brancos) deveriam estar.

GRÁFICO 6 - BRASIL: COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS E DOS BRANCOS NA POPULAÇÃO RURAL COM A PROPORÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DAS TERRAS SOB CONTROLE DOS NEGROS OU DOS BRANCOS



FONTE: Girardi (2022).

Contudo, o Gráfico 6 representa que em todos os aspectos selecionados a população rural negra está em desvantagem em relação a população branca. Quando observamos sobretudo nas mãos de qual população estão os estabelecimentos agropecuários não familiares, ou seja, estabelecimentos capitalistas, que são maiores em área (proporção de terras), constatamos que estão centrados nas mãos da população branca. Ou seja, estes dados reforçam a discussão que apresentamos até então de que o processo de racialização do acesso à terra está articulado a consolidação de uma forma de domínio e exploração da natureza em prol do capitalismo.

Conforme abordamos no Capítulo 2, o modelo de propriedade privada da terra instalado no Brasil, sobretudo a partir da Lei de Terras (1850), deixou a população negra muito aquém de uma condição de igualdade com relação a população branca. Além disso, o Gráfico 6 nos possibilita afirmar o caráter racista do capitalismo através da constatação de que os estabelecimentos agropecuários voltados para a esfera do capital (extrativismo/neoextrativismo) estão concentrados e sob o domínio da população branca. No

Capítulo 3, pudemos identificar que na região do TI Chapada Diamantina o avanço desse capitalismo racista/extrativista se dá principalmente a partir do avanço de empreendimentos mineradores, eólicos e do agronegócio.

A identificação e espacialização, realizada no terceiro capítulo, das diferentes situações que exemplificam a forma como a mineração, eólicas e o agronegócio estão se expandindo e se territorializando no TI Chapada Diamantina demonstram o caráter extrativista/neoextrativista destes setores. Esta região segue sendo alvo de uma lógica extrativista que concebe a natureza como fonte de lucro e corpos racializados (comunidades quilombolas, indígenas, fundo e fecho de pasto, demais camponesas e camponeses) como os que deverão ter seus territórios e seus modos de vidas sacrificados em prol de um suposto desenvolvimento. Esta lógica extrativista também apresenta um cunho racista pois, conforme abordamos anteriormente, há um processo de desprezo das práticas e dos saberes que estas comunidades possuem com a natureza. Associado à essa desvalorização racista ocorre um processo de não criação de políticas públicas que valorizem e viabilizem o desenvolvimento das práticas tradicionais destas comunidades, fazendo assim, com que o discurso de "desenvolvimento" e "progresso" gerado pelo extrativismo se fortaleça como único caminho possível.

Como afirmamos anteriormente, estas questões devem ser compreendidas também como estruturantes da questão agrária, que foi conformada por um capitalismo que se consolidou de forma racializada e que continua racista. Considerando o exposto, e com o fim de aprofundar a análise, buscaremos ao longo dos próximos tópicos analisar algumas das práticas de r-existências das comunidades quilombolas de Seabra que nos possibilitam refletir sobre a existência de uma diferença ontológica e cosmológica entre as comunidades e os empreendimentos capitalistas.

4.1 R-EXISTÊNCIA QUILOMBOLA: NATUREZA E TERRITÓRIO

Se a resistência quilombola em outros tempos enfrentava as forças racistas do sistema escravista do colonialismo, atualmente, a luta antirracista segue necessária e está atrelada ao enfrentamento da continuidade das forças racistas (racialização do acesso à terra, do acesso à educação, de garantia de direitos territoriais, etc.) da modernidade/colonialidade que rege as forças globais do capital. Nesse sentido, podemos afirmar que as táticas de resistências dessas comunidades não são de hoje, fazem parte das estratégias de constituição coletiva, da ancestralidade e das formas de se relacionar com a natureza que foram construídas por elas.

Nesses territórios quilombolas foram se constituindo formas de viver em comunidade, maneiras de compartilhar conhecimentos e saberes, modos de valorizar a

ancestralidade e de se relacionar com a natureza que estão intrinsicamente inter-relacionadas. Podemos estabelecer uma relação com a ideia defendida por Nilma Lino Gomes (2018) sobre a existência de um "jeito negro de ser":

> [...] somos negras e negros da diáspora africana e o Brasil é nossa terra por conquista e por direito. Nele construímos, enraizamos e expandimos a nossa afrobrasilidade. Sim, acredito que existe um jeito negro de ser, de viver, de fazer política, arte, cultura, música, educar e produzir conhecimento. Isso não é essencialismo. É construção histórica, cultural, política e ancestral (GOMES, 2018, p. 115).

Ao tratar mais especificamente de comunidades quilombolas, é possível dizer que também existe um jeito negro quilombola de ser, de viver, de educar, de fazer política, arte, cultura, música, de produzir conhecimento e, acrescentamos, um jeito negro quilombola de se relacionar com a natureza. Tratam-se, melhor dizendo, de jeitos negros quilombolas de ser e de se relacionar com a natureza que se concretizam nos territórios quilombolas (as reflexões de Antônio Bispo dos Santos (2018) apresentadas ao longo do segundo capítulo desta tese são exemplos disso). Trata-se de uma relação que se estabelece a partir de uma cosmologia que não separa sociedade de natureza, parte de uma concepção que estabelece relações de envolvimento entre sociedade e natureza. Conforme Bispo dos Santos:

> Para nós a questão não é só a terra, é a terra e tudo que se relaciona com ela. Não são só nós, somos nós e quem mais se relaciona. Então não é regularizar só a terra, é garantir o relacionamento territorial. Esse debate que é mais interessante! Porque junto com a terra está o solo, está o vento, estão as águas, estão os demais minerais e estão as matas, estão as demais vidas do reino animal. Então o território quilombola não pertence apenas aos quilombolas, pertence a todas as vidas que se relacionam com aquele território [...] o nosso modo de vida demanda pelo relacionamento com a natureza como um todo e não só com a terra (SANTOS, 2021).

Compreender o território não apenas como terra, mas como todos os elementos é uma forma de dizer que não há território sem natureza, não há território sem todos os elementos que o compõem e com os quais as comunidades quilombolas criaram formas de saber e de conviver que se dão por meio da relação e não por meio de separações dicotômicas e hierárquicas. Reforçamos que não se trata de essencialismo, é construção histórica, cultural, política e ancestral (GOMES, 2018). Tal processo é resultante de cosmologias ancestrais, fruto de outras epistemologias, que encontraram formas de r-existir às práticas racistas-moderno-coloniais do capital. A ideia de r-existência trabalhada por Porto-Gonçalves (2006), apresenta essa reflexão de que no fundo são formas de existência que em determinados contextos são obrigadas a resistir pela forma de destruição que o capital lhes impõe, no entanto, é possível notar que essas formas de resistência geralmente têm um componente de existência prévia:

> [...] mais do que resistência que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive *reage*, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age *entre* duas lógicas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

Essa forma de agir, simultaneamente, em duas lógicas, da existência e da resistência, faz com que as r-existências anunciem e reivindiquem (mesmo que implicitamente) o reconhecimento de outras cosmologias, outras epistemes, outras formas de ver, de se relacionar e conceber outros Mundos, outras matrizes de racionalidade que foram por vezes, aniquiladas, subalternizadas e/ou invisibilizadas. Tais r-existências evocam na luta pelo território racionalidades que são relacionais, onde a materialidade do território (terra, água, montanhas, serras, vegetação, vento, etc.) está diretamente atrelada a uma forma de apropriação e uso que ocorre por meio de símbolos, de significados que mais do que aspectos culturais podem ser compreendidos, como veremos mais adiante, como ontologia.

De acordo com Valter do Carmo Cruz, nas lutas por direitos territoriais, o território funciona como uma espécie de condensador de direitos, visto que a dimensão simbólica e material da luta se somam no território. Nesse sentido, Cruz (2013) enfatiza que, quando se afirma que esses grupos sociais não lutam somente por terra, mas por território, estamos afirmando que as suas concepções de emancipação e justiça são mais complexas, pois abarcam dois eixos simultaneamente, o eixo da redistribuição e o eixo do reconhecimento:

> A luta pelo direito ao território é simultaneamente uma luta por redistribuição e pelo reconhecimento, pois o acesso ao território significa, do ponto de vista material, o direito aos meios de produção para esses grupos sociais, o direito à terra, à água, aos recursos naturais que permitem um modo de produzir e de viver próprio. Ao mesmo tempo, o direito ao território é o direito a uma cultura, a um modo de vida, a uma identidade própria, expressa num conjunto de práticas e representações sociais que forma o núcleo simbólico que diferencia esses grupos sociais do conjunto da sociedade (CRUZ, 2013, p.30).

Redistribuição e reconhecimento, conformariam os dois lados da mesma moeda da luta por território pleiteada por comunidades quilombolas. A materialidade da redistribuição é de fundamental importância em uma sociedade marcada pela racialização do acesso à terra, assim como o reconhecimento de saberes que na hierarquização racista da sociedade foram deslegitimados, classificados como primitivos e sem cultura. Podemos acrescentar assim, que a dimensão simbólica/material da luta antirracista também se soma na luta em defesa do território de comunidades quilombolas.

A titulação dos territórios é uma importante conquista, porém o processo de luta em defesa do território é permanente visto que, conforme abordamos no capítulo anterior, a colonialidade/modernidade racista do capital segue buscando avançar sobre esses territórios. Deste mesmo modo, quando a lógica moderno-colonial-capitalista avança sobre os territórios de comunidades quilombolas sem respeitar sua cosmologia e ontologia a partir, por exemplo, de projetos e de empreendimentos que visam o desenvolvimento capitalista, inclusive, lesando diretamente o modo de vida dessas comunidades, trata-se de uma das formas de territorialização do racismo ambiental.

Voltamos a afirmar assim, que a demanda por titulação dos territórios quilombolas se revela como um elo comum de uma heterogeneidade de comunidades quilombolas, mobilizadas em torno da autoafirmação política de suas identidades quilombolas, construindo, pois, uma luta pelo território que se revela como eixo aglutinador do combate às múltiplas dimensões do racismo. O combate ao racismo ambiental que não respeita suas cosmovisões, suas epistemologias, suas racionalidades, saberes e, consequentemente, suas formas de ser e estar em seus territórios fazem parte destas dimensões. A partir do diálogo com as proposições apontadas nos estudos do antropólogo Arturo Escobar (2014), buscaremos apresentar uma reflexão sobre a possibilidade de leitura dos conflitos ambientais e sociais, que envolvem o nosso recorte de estudo e a questão agrária da Bahia, como conflitos entre ontologias ou, conforme o autor aponta, como lutas ontológicas. Essas lutas ontológicas também anunciam a necessidade de incorporação da articulação entre redistribuição e reconhecimento, impulsionada pelas lutas por território protagonizadas por comunidades tradicionais, na leitura da questão agrária.

4. 2 ONTOLOGIA RELACIONAL E ONTOLOGIA DUALISTA: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DE LUTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A reflexão que propomos sobre a forma de territorialização do racismo ambiental em territórios de comunidades tradicionais, com foco especialmente nas comunidades quilombolas de Seabra, nos permite dialogar com a discussão teórica conduzida por Escobar (2014) a partir de seus estudos com as comunidades afrodescendentes ("palenques") da região do Pacífico colombiano. O autor identifica um processo de emergência de movimentos étnicos-territoriais no cenário das lutas sociais que trazem consigo uma nova problematização da vida. Esta nova problematização da vida, manifestada por identidades étnico-territoriais, é pautada a partir de outras cosmologias que divergem da concepção moderno/colonial de exploração e domínio da natureza. Conforme Escobar (2014), os processos de resistências e de luta em defesa do território protagonizado por comunidades e movimentos de base étnico-territorial se conformam como lutas ontológicas:

> La perseverancia de las comunidades y movimentos de base étnico-territoriales involucran resistencia, oposición, defensa, y afirmación, pero con frecuencia puede ser descrita de forma más radical como ontológica. Igualmente, aunque la ocupación de territorios colectivos usualmente involucra aspectos armados, económicos, territoriales, tecnológicos, culturales y ecológicos, su dimensión más importante es la ontológica. En este marco, lo que "ocupa" es el proyecto moderno de Un Mundo que busca convertir a los muchos mundos existentes en uno solo; lo que persevera es la afirmación de una multiplicidad de mundos. Al interrumpir el proyecto globalizador neoliberal de construir Un Mundo, muchas comunidades indígenas, afro-descendientes, y campesinas pueden ser vistas como adelantando luchas ontológicas (ESCOBAR, 2014, p. 76).

O autor apresenta uma distinção entre dois tipos de ontologias que conformam esse cenário de lutas, uma que denomina de "ontologia relacional" e outra de "ontologia dualista". A categoria de ontologia relacional ou "mundos relacionais", está associada às comunidades e movimentos cujo autor denomina de étnico-territoriais, ou seja, são aqueles que apresentam uma concepção de território como sinônimo de espaço de vida, no qual sociedade e natureza estão em relação intrínseca:

> Lo importante de señalar desde nuestra perspectiva es que la presión sobre los territorios que se está evidenciando hoy en día a nivel mundial —especialmente para la minería y los agro-combustibles— puede ser vista como una verdadera guerra contra los mundos relacionales y un intento más de desmantelar todo lo colectivo (ESCOBAR, 2014, p. 77).

Desse modo, o autor afirma que as lutas por territórios se convertem em lutas em defesa dos muitos mundos que habitam o planeta. O processo de apagamento e deslegitimação destes outros mundos foi empregado incessantemente pelo colonialismo e teve sua continuidade na permanência da modernidade/colonialidade por meio da consolidação de uma "ontologia dualista". De acordo com Escobar (2014, p. 76), "esta modernidad se há arrogado el derecho de ser "el" Mundo (civilizado, libre, racional), a costa de otros mundos existentes o posibles", a partir de uma ontologia dualista que se fundamenta em divisões dicotômicas e hierarquizadas, tais como: humano e não humano; cultura e natureza; indivíduo e comunidade; corpo e mente; razão e emoção; etc.

Essa concepção dualista, dicotomizante e hierárquica de matriz branca, colonial, patriarcal e eurocêntrica conformam uma ontologia que para a sua sustentação não reconhece a existência de outras ontologias. Em seu livro, "Pele negra, máscaras brancas", Frantz Fanon (2008) aborda a perversidade da classificação racial imposta pelo colonialismo às pessoas de origem africana e/ou afrodescendentes. Tal sistema não se reduziu à dominação e exploração dos corpos "negros", mas também à tentativa de apagamento e extermínio de suas ontologias:

> [...] qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada [...] Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretenciosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p. 103 - 104).

Apesar das condições impostas pelo colonialismo e pela modernidade/colonialidade tornar irrealizável qualquer outra ontologia que não seja a ontologia dualista, é dessas mesmas condições que emergem as próprias r-existências de comunidades quilombolas com suas ontologias relacionais. Com base nessas reflexões, buscaremos fazer uma leitura de como a ontologia relacional e a ontologia dualista atravessam o contexto de luta pelo território das comunidades quilombolas de Seabra.

Primeiramente e, voltando a dialogar especificamente com o capítulo anterior, buscaremos acionar o conceito de ontologia dualista como mais uma chave de análise que nos

permite refletir sobre o processo de expansão de empreendimentos minerários, eólicos e do agronegócio na região do TI Chapada Diamantina. Já a ontologia relacional será acionada como uma categoria de análise que nos ajuda a compreender diferentes dimensões da r-existência das comunidades quilombolas, de uma resistência que não se reduz ao enfrentamento direto, mas que está atrelada às práticas de existência, de viver e fazer em comunidade.

4.2.1 Empreendimentos de exploração da natureza: expressões da ontologia dualista do capitalismo moderno/colonial

Ao longo dos últimos capítulos abordamos como o TI Chapada Diamantina está diante de um contexto de avanço de projetos que visam a instalação de novos empreendimentos extrativistas na região, associados principalmente aos setores da mineração, da energia e do agronegócio. O mapeamento deste cenário, nos permitiu identificar situações de conflitos socioambientais e de racismo ambiental que já estão em andamento e outras que estão no âmbito da possibilidade. Tratam-se de projetos que não foram pensados por aqueles que habitam estes territórios de uso tradicional e, no entanto, se sobrepõem justamente aos territórios de comunidades tradicionais da região, inclusive das comunidades quilombolas de Seabra.

Identificamos assim, a partir do levantamento cartográfico e dos casos enunciados, a existência de uma geografia de expansão dos empreendimentos que está em curso, ou seja, identificamos a espacialização de um cenário de conflitos e tensões (existentes ou que estão por vir) em torno da disputa do uso e da apropriação da natureza. Uma disputa pautada na racialização que define quais territórios/comunidades deverão ser alvos de um suposto "desenvolvimento" que por sua vez, inviabiliza a continuidade de seus modos de vida e distribui de forma desigual quem se beneficiará com o bônus e quem se prejudicará com o ônus de tais empreendimentos.

Os casos abordados ao longo do terceiro capítulo, tanto ampliam a análise para o TI Chapada Diamantina quanto focalizam a análise para as comunidades quilombolas de Seabra, demonstrando, portanto, como os setores extrativistas da mineração, eólicas e agronegócio se territorializam a partir de uma ontologia dualista. Ou seja, a partir de uma lógica que se coloca como o único caminho viável para uma ideia de desenvolvimento e de progresso pautado em um pensamento linear que se impõe como sinônimo civilizado e racional. Como destacado por Escobar (2014), o pensamento pautado na ontologia dualista não reconhece a existência de outras ontologias, é um pensamento fundamentado em divisões dicotômicas e hierarquizadas (humano e não humano; cultura e natureza; indivíduo e comunidade; corpo e mente; razão e emoção; etc.) que parte de uma visão linear e verticalizada do ser.

Nesse sentido, os territórios quilombolas tendem a ser compreendidos pela ontologia dualista como áreas disponíveis à dominação e à exploração do capital. Assim esta situação acontece desde o colonialismo e segue se mantendo vigente pela colonialidade/modernidade. Ao refletir sobre os processos que ao longo da história teve como objetivo o combate e extermínio de ícones da resistência quilombola, camponesa e de comunidades tradicionais - como foi o caso de Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher -, Santos (2019) afirma que há semelhanças desses ícones com o processo de tentativa de extermínio que as comunidades tradicionais contemporâneas vêm sofrendo:

> O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual. Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência das nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida (SANTOS, 2019, p. 58).

A análise feita por Santos (2019) atualiza deste modo, o histórico processo de racialização, subalternização e ataque às comunidades quilombolas. Destaca o papel do Estado que permite e viabiliza a atuação de empresas que por meio de suas barragens inundam; por meio de suas mineradoras implodem, trituram e soterram; e por meio de suas eólicas fazem a terraplanagem de serras e morros. De acordo com as reflexões desenvolvidas por Santos (2018), comunidades tradicionais como as quilombolas e indígenas, são povos que tem uma cosmologia pautada em uma forma de ver e agir baseada na circularidade e que se constrói por meio do desenvolvimento do "ser". Assim a individualidade está diretamente associada à coletividade, o indivíduo é coletivo e não assume uma posição superior à coletividade tal qual, a relação entre humano e não-humano, cultura e natureza, razão e emoção, jovens e idosos, etc.; categorias que constituem formas de interações que são relacionais. Por outro lado, a sociedade que o autor denomina de "branca colonialista monoteísta"[141] é pautada em uma forma de ver e agir que é linear e vertical, que se desenvolve priorizando o "ter".

Tal cenário pode ser compreendido, de acordo com Escobar (2014), como um cenário de lutas ontológicas. No discurso oficial do estado da Bahia vemos, por exemplo, os empreendimentos eólicos são propagados como sinônimos de desenvolvimento e de energia limpa. Propagam, também, que estes geram renda às comunidades rurais do estado e que o fato de as áreas de interesse destes tipos de empreendimentos serem em lugares altos, como os topos de morros e serras, não seria um problema visto que geralmente estas áreas não são

[141] A perspectiva apresentada pelo autor dialoga com a concepção que viemos construindo ao longo do trabalho de uma sociedade moderno/colonial capitalista, racista, patriarcal e cis-heteronormativa. No entanto, ele destaca em seus textos e falas que mais do que descoloniais precisamos ser contra-coloniais.

produtivas. O discurso do governador do estado da Bahia, neste sentido, é de que tais empreendimentos são importantes porque contribuem com geração de renda dos agricultores. Em uma entrevista, ao ser questionado se a energia eólica gera renda no interior da Bahia, o governador Rui Costa afirma:

> Sobre a renda, de fato a transformação Nassif [entrevistador] é impressionante destes projetos no interior. Mudou completamente o padrão e eu diria até dos comércios, das pousadas. Você vê hoje que muitas cidades mudou completamente o perfil das lojas, são lojas hoje de alto padrão. Em geral nesses projetos, eles não compram a terra, principalmente os projetos de eólicas. Como eles usam uma extensão muito grande de terras, eles pagam o arrendamento por cada torre colocada na propriedade e como em geral eles procuram os lugares mais altos, para colocar as torres e nos lugares mais altos são os lugares mais rochosos, ou seja, de menor produtividade agrícola ou de nenhuma produtividade agrícola. Em geral eles pagam aí média em torno entorno de 6 mil e 7mil por torre e com isso agricultor consegue ter uma renda bastante expressiva" (TV GGN, 2021[142]).

O entendimento apresentado nesta fala sobre a importância das regiões de serras e morros está centrado na ideia de produtividade como único fator que atribuiria valor a essas áreas, ou seja, em um desenvolvimento centrado no "ter". É apontado a geração de renda como algo positivo justamente devido a ausência de um estado que promova políticas e programas efetivos de geração de renda que atendam de forma ampla essas comunidades, a partir da valorização de suas práticas e saberes. Vale destacar também que conforme a crítica apresentada pelo "Dossiê - Energias Renováveis na Bahia: Caminhos e Descaminhos" (DOSSIÊ ENERGIAS RENOVÁVEIS NA BAHIA, 2022[143]) os contratos de arrendamento estabelecidos com as empresas tratam-se de um instrumento particular entre as partes envolvidas e deste modo, as empresas praticam valores distintos nas compensações aos proprietários de terras. Por isso, o valor anual pago pela empresa pode ser e há exemplos, apontados pelo dossiê, bem inferior ao valor citado pelo governador.

Podemos afirmar que esta forma de enxergar o mundo, ontologia dualista, diverge da concepção de muitas das comunidades que vivem nos territórios onde estão presentes estas áreas de serras e morros. Quando percorremos a região denominada de "Serrão" do território Quilombola do Morro Redondo, conforme abordado no primeiro capítulo, pudemos observar a existência de uma ontologia relacional que entende as áreas de serra como áreas importantes para a existência de nascentes, para a manutenção de uma diversidade de fauna, flora e, assim, de fundamental importância para a comunidade e suas futuras gerações. Ou seja, mesmo que esta área não seja diretamente utilizada pela comunidade para a produção agrícola, ela é de fundamental importância e até mesmo contribui com a viabilidade da produção agrícola das terras mais baixas. Essa importância não está centrada apenas na produtividade ela é

[142] Pronunciamento do governador do estado.

[143] DOSSIÊ ENERGIAS RENOVÁVEIS NA BAHIA (2022).

valorizada pela paisagem que representa, pelo sossego, pelo canto dos pássaros, pelas memórias, dentre outros fatores.

O longo processo de colonização pautado, dentre outros elementos, na exploração dos corpos e na exploração dos territórios é atualizado através da continuidade da modernidade/colonialidade que por meio da articulação entre extrativismo e racismo segue promovendo o avanço do capital em áreas que ainda não haviam sido transformadas em zonas de sacrifícios. A ontologia dualista que é predominante na condução política do Estado traça uma geografia do futuro, conforme vimos no terceiro capítulo (empreendimentos instalados ou em fase de projeção), que promove um desenvolvimento pautado no lucro, na mercantilização da natureza e dos territórios tradicionais.

Dialogar com Escobar (2014) e com Santos (2018, 2019) nos permite dizer que a ontologia dualista apresenta uma visão de futuro que tem como objetivo o lucro, o consumo e a exploração intensa da natureza e dos corpos. No qual, esta visão de futuro é apresentada como única possibilidade dentro de uma linearidade e verticalidade de pensamento que valoriza o "ter" e que dicotomicamente representa um futuro sem futuro, visto que está pautado no consumo intenso e destruição de importantes fontes de vida como é o caso da água. Já a ontologia relacional das comunidades apresenta uma visão de futuro que tem o objetivo de prosseguir com a vida, a articulação entre valorização da ancestralidade e cuidado com as futuras gerações acontecem a partir de um olhar circular, que está em movimento, que valoriza os conhecimentos transmitidos às gerações e que segue passando às novas gerações. Passado e futuro estão entrelaçados nas práticas do presente de comunidades tradicionais como as quilombolas no qual sua relação com a natureza se dá em função da vida.

4.2.2 Manifestações culturais: expressões de uma ontologia relacional quilombola

Dentre as possibilidades de leituras que nos permitem identificar que os saberes, práticas e formas de se relacionar das comunidades quilombolas são expressões de uma ontologia relacional, destacamos a possibilidade de analisar as celebrações e festejos culturais protagonizados por estas comunidades como uma das dimensões que manifestam a presença de uma ontologia relacional no processo de luta por direitos e defesa de seus territórios.

Nesse sentido, elegemos abordar o "Encontro Cultura e Fé" (que envolve as comunidades quilombolas de Seabra), "Batuque da Resistência" (da comunidade quilombola do Agreste) e a festa do "Boi de Mariá" (da comunidade quilombola do Morro Redondo). A análise desses festejos tem relação com a observação que Porto-Gonçalves (2006) faz ao enfatizar que pensar a terra a partir do território implica em pensar politicamente a cultura. Conforme Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), os movimentos sociais da América Latina estão mostrando como o entrelaçamento entre o cultural e o político ocorre na prática. Deste

modo, ao abordar essas manifestações culturais queremos, além de chamar a atenção para sua matriz ontológica relacional, chamar a atenção para a sua dimensão política. Os autores denominam, deste modo, de "política cultural" esse laço constitutivo entre cultura e política que os movimentos sociais apresentam na prática em suas lutas:

> Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter "cultural" ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. Com a expressão "política cultural" nos referimos então ao processo pelo qual o cultural se torna fato político (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000, p. 17).

Olhar para essas manifestações culturais, protagonizadas por comunidades quilombolas, a partir desta definição de política cultural é central para que além de uma descrição desses festejos seja possível, a partir de suas respectivas análises, identificar elementos de r-existência territorial presentes nessas comunidades e que, simultaneamente, são fruto de uma ontologia relacional.

4.2.2.1 Encontro Cultura e Fé: grupos de Terno de Reis de Seabra

O Encontro Cultura e Fé acontece no município de Seabra, desde o ano de 2003, durante a época da quaresma[144], com o papel de fomentar a cultura popular por meio da valorização e fortalecimento dos diferentes "Ternos de Reis" ou "Folias de Reis"[145] existentes no município. Como as comunidades quilombolas representam a maioria nessas manifestações culturais no município, mesmo que este encontro não seja exclusivo destas comunidades, acaba tendo uma grande expressividade e protagonismo delas.

A cada edição uma comunidade diferente sedia a realização do encontro e a organização do mesmo é conduzida ao longo do ano por uma comissão permanente composta por representantes de diferentes comunidades. O processo de organização envolve o processo de escolha da comunidade que irá sediar o encontro e a realização de reuniões formativas sobre o propósito do encontro que, assim, vai criando as condições necessárias para a realização da festa. Geralmente conseguem estabelecer alguma parceria com a prefeitura que auxilia no fornecimento de transporte e alimentação.

---

[144] É o período do ano litúrgico que antecede a Páscoa cristã.

[145] Os grupos de Reis, também chamados Ternos de Reis ou Folias de Reis, tem o seu próprio repertório musical, suas danças e seus personagens. Essa manifestação cultural ocorre entre o dia de Natal e seis de janeiro, quando cantadores e sambadores revivem o mito dos Reis Magos. Iniciam a peregrinação um dia após o dia de Natal, dia 26 de dezembro, e terminam no dia 06 de janeiro, data denominada de "Dia de Reis". Ao longo desta peregrinação o grupo de Terno/Folia de Reis entra cantando de casa e casa, saúdam o/a dono/a da casa, rezam em frente ao presépio (também denominado de lapinha) e ganham algum tipo de oferta (café, biscoitos, bolos, vinhos, dinheiro, etc.)

A criação do Encontro Cultura e Fé foi inspirada no "Encontro de Reis da Chapada" realizado, no ano 2000, na cidade de Boninal. O referido encontro fez parte da série "Bahia Singular e Plural", realizada pela TV Educativa da Bahia[146], o qual reuniu cantadores de Reis dos municípios de Boninal, Piatã, Seabra, Mucugê, Andaraí, Palmeiras, Utinga e Rio de Contas. No vídeo realizado pela TVE, "Encontro de Reis da Chapada – Bahia Singular e Plural" tem uma fala do Sr. Júlio Cupertino[147] que diz o seguinte: *"A gente espera que esse encontro vai nos deixar muita felicidade e vai levar também, pra quem vem assistir, muitas felicidades [...] Isso é uma tradição. Reisado é tradição e é cultura!"* (Júlio Cupertino dos Santos apud BAHIA SINGULAR PLURAL, 2012.).

A ênfase que o Sr. Júlio Cupertino faz em sua fala ao dizer que o "reisado é tradição e é cultura" traz consigo não apenas uma ideia de afirmação, mas também de enfrentamento ao que é concebido como cultura nessa sociedade. A próxima fala também é de um dos participantes desse encontro, no entanto, não é indicado no vídeo de qual comunidade e município o autor da fala pertence, mas traz também em sua fala semelhante indignação e enfrentamento:

> O nosso encontro foi um encontro muito importante, quero agradecer a todos e que eu não esperava... Que hoje em dia, que essa tradição do Reis era uma coisa que tava isolado e hoje está aparecendo [...] Hoje em dia está aparecendo, já tá saindo na televisão, isso é uma coisa muito importante que a gente tem. Agora eu não sei porque que ficou tanto tempo engavetado. Porque não descobriu antes, deixou pra vim descobrir, abrir a gaveta agora com mais de 200 anos ou mais, então isso é que eu queria saber. (Sebastião de Oliveira dos Santos *apud* CTE-SEAD UFBA, 2018).

É a partir desse contexto e nessa mistura de afirmação, indignação e enfrentamento que os irmãos Júlio e Jaime Cupertino juntamente com o professor historiador Onildo Reis, que foi um dos organizadores do encontro realizado em Boninal, organizaram no ano de 2003 um encontro em escala menor reunindo os grupos de Reis de Seabra ao qual o Sr. Jaime Cupertino denominou de "Encontro Cultura e Fé". Nascia assim, uma "política cultural" organizada pelos quilombolas de Seabra:

> Juntamos todas as comunidades quilombolas da região para trabalhar juntos. Trabalhei muito com outras comunidades, criamos movimentos. Sou da Folia de Reis, temos grupos de batuque na comunidade. Fizemos, criamos assim um movimento chamado de Encontro de Cultura e Fé que hoje é um dos maior movimento do município de Seabra. Então nós estamos trabalhando, tem oito dias que nós fizemos um encontro aonde a gente leva uma média de umas quatro mil pessoas pra participar com a gente (Jaime Cupertino, Quilombo Vazante – Seabra, *apud*, CTE-SEAD UFBA, 2018)[148].

---

[146] BAHIA SINGULAR PLURAL. **Encontro de Reis da Chapada** - Bahia Singular e Plural. 2012. 1 vídeo. (14min55s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ED3IiSe_HA>. Acesso em: jun. de 2022.

[147] Mencionamos ao longo do Capítulo 1 a importância dessa liderança na organização das comunidades quilombolas de Seabra.

[148] Fala proferida na Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no encontro "Diálogo com Povos Tradicionais" realizado no ano de 2018. *In:* COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS – SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. CTE-SEAD UFBA. **Diálogo com povos tradicionais:** Quilombolas – CTE-SEAD UFBA. 2018.

Conforme a fala do Sr. Jaime Cupertino é possível identificar essa relação intrínseca entre cultura e política na organização do Encontro Cultura e Fé. Além das comunidades apresentarem os seus Reisados, este dia de festa se torna também um importante dia de trocas e de organização política entre as comunidades que em sua maioria são quilombolas. Devido ao contexto da pandemia da Covid-19, há três anos o Encontro Cultura e Fé não é realizado, sua última edição foi realizada no ano de 2019. Por conta desse contexto, não foi possível acompanhar em campo a realização do encontro.

No entanto, é importante destacar que nos momentos de incursões à campo, a importância do Encontro Cultura e Fé foi mencionada por diversas lideranças e por isso destacaremos a fala de João Evangelista de Souza[149], uma das lideranças do movimento quilombola de Seabra. Fala esta proferida na comunidade quilombola do Agreste, no dia em que o "Batuque da Resistência" (liderado pelas mulheres do Agreste) e o "Terno de Reis" fizeram suas manifestações culturais, por se tratar da data em que é celebrado o Dia de Reis (6 de janeiro):

> O ensino e a escola, ela nos ensinou tudo, contou a história de todo mundo, menos a nossa. E aí a gente não tinha vergonha nenhuma de dizer que a gente não conhecia a nossa história porque nunca nos foi contado. O pouco que a gente sabia era passado pelos nossos mais velhos que contavam um pouco de como foi a vida dessas pessoas, como foi a chegada aqui, como foi o início dessas comunidades e sempre foi com muita dificuldade. A dificuldade maior é que em todas as outras comunidades tinha tudo e as nossas não, primeiro que a gente não tinha esse poder de cobrança de reivindicação, de cobrança dos nossos direitos. Então as comunidades negras, naquela época, eram esquecidas e o movimento quilombola veio exatamente para nos esclarecer o que era nosso por direito.
> A gente tem que deixar muito claro que a partir do governo Lula é que a gente começa a ter esse reconhecimento né! O que é que é de direito deles que foi tirado nesse tempo todo e que esse governo começa a dar. E aí a gente pode tratar de várias coisas, mas tem uma coisa essencial que foi a questão da educação, acho que parte daí né. Quando a gente traz essas questões para a escola e aí começa a vir as outras questões, como a habitação, a energia, então tudo isso começa a ser discutido e a gente vem a partir dessa discussão. O que é mais interessante em tudo isso, é que eu costumo dizer que nós escolhemos a forma mais simples de falar da nossa dificuldade que foi através da cultura e a gente não pode deixar de fora o "Encontro Cultura e Fé" que foi criado também quase na mesma época e que tratava disso. É um encontro anual dessas comunidades, começa com os grupos de reisados mais restrito das comunidades quilombolas e se estende. Então nós usamos da cultura, do canto de reis e de outros pra dizer das nossas dificuldades (João Evangelista de Souza – Seabra, 06/01/2022).

Essa fala reforça a importância do Encontro Cultura e Fé e o seu caráter de afirmação e manifestação da cultura popular como uma política cultural praticada pelas comunidades, sobretudo quilombolas e que está dentro da ontologia relacional. Além do mais, esta fala denuncia o processo de apagamento dessas comunidades pela história oficial, denuncia,

---

1 vídeo (16min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n_Mwe9MseJ8>.Acesso em: 12 fev.2019.

[149] Atualmente ocupa o cargo de secretário da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente de Seabra e foi Presidente do Conselho Estadual das Comunidades e Associações Quilombolas do Estado da Bahia (CEAQ-BA).

também, como mencionado por João Evangelista, a "nossa história" era conhecida e repassada pela oralidade no encontro de gerações entre os mais velhos e os mais novos. Esta história não estava presente nas escolas, aqui vemos também outra dimensão do processo de racialização do acesso à educação. A denúncia de que "todas as outras comunidades tinha tudo e as nossas não" se refere diretamente às comunidades negras quilombolas e isso traz a dimensão racial como parte da questão agrária ao afirmar que outras comunidades rurais tinham tudo e as comunidades quilombolas não. O movimento quilombola se apresenta, assim, como uma luta antirracista por direitos e a menção ao Encontro Cultura e Fé ressalta que o referido evento se configura como uma estratégia de construir uma política cultural antirracista em defesa dos direitos das comunidades quilombolas.

4.2.2.2 Batuque da Resistência: Quilombo Agreste

Dentre as manifestações culturais praticadas pela comunidade Quilombola do Agreste podemos destacar a presença de três grupos de Terno de Reis: O Grupo Terno de Reis do Agreste (é o maior grupo e o mais antigo), o Boa Esperança (grupo formado pelos mais jovens) e o Raiz (formado por crianças); e de um grupo específico formado predominantemente por mulheres, chamado "Batuque da Resistência".

O grupo Batuque da Resistência foi criado, entre os anos de 2015 e 2016, por uma iniciativa de mulheres que se reuniram com o propósito de retomar as cantigas de batuque que há muitas gerações eram cantadas e tocadas na comunidade do Agreste, mas que, no entanto, já não estavam mais sendo praticadas. Esse processo foi impulsionado a partir de um estímulo que se deu no ambiente escolar quando algumas mulheres da comunidade foram questionadas, na escola onde estudavam, sobre quais manifestações culturais existiam na comunidade quilombola do Agreste. Ao citarem a existência do batuque, foi solicitado para que cantassem e/ou fizessem uma demonstração de como era e, neste momento, se deram conta que recordavam de pouca coisa. Este fato contribuiu para que a vontade de retomada do batuque aumentasse e se concretizasse com a criação do Batuque da Resistência:

> Porque na verdade o batuque já existia na comunidade, desde os antepassados. Não sei especificar há quanto tempo existe o batuque, porém tinha acabado por conta de pessoas mais novas. Os mais velhos não davam mais conta, não aguentavam mais e foi indo que os mais novos acabaram parando com o batuque [...] Então, tá aí o nome Batuque da Resistência, é uma chamada para nós mesmo como integrante da comunidade e como membro da comunidade. A gente disse: "vamos levantar o batuque tanto pra a gente ter a nossa manifestação cultural, quanto também pra dar um chamado e aí a gente resolve reformular o nosso grupo" (Valdenice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 11/07/2022).

O próprio nome do grupo foi concebido, então, a partir desta concepção de que o ato de dar continuidade a uma atividade coletiva praticada e transmitida por muitas gerações dentro da comunidade se configura como um processo de resistência. É dizer, uma forma de

r-existência diante de um processo que, historicamente, desqualificou e inferiorizou manifestações que não condiziam com a concepção colonial/eurocêntrica de cultura (entende-se por cultura, nessa perspectiva, o homem, o ocidental, o europeu, o burguês, o branco, o cristão e o patriarcal cisheteronormativo).

Nesse sentido, resgatar o batuque além de simbolizar o enfrentamento/resistência à colonialidade/modernidade que culminou no processo de racialização dos corpos e respectivamente na subalternização de suas culturas, também significa um processo de autoafirmar com orgulho à identidade e ancestralidade do grupo. Por isso, Valdenice Rosa afirma que quando o grupo Batuque da Resistência se junta em sua comunidade para tocar ou quando fazem apresentações em outros lugares, elas sempre começam cantando uma música que compuseram e que consideram ser o hino do grupo. A letra diz:

> Sou quilombola êeeh
> Oh quilombola
> Sou quilombola êeeh
> Oh quilombola
>
> Batuque da resistência, nós vamos apresentar
> Batuque da resistência, nós vamos apresentar
> O grupo reunido, samba vim mostrar
> O grupo reunido, samba vim mostrar
>
> Vou chamar a dona (fala o nome da pessoa) pra vim na roda sambar
> Vou chamar a dona (fala o nome da pessoa) pra vim na roda sambar
> (Valdenice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 11/07/2022).

Ao contextualizar os motivos que levaram esse grupo de mulheres a fazerem o movimento de relembrar e de resgatar as cantigas de batuque da comunidade, Valdenice Rosa destaca a necessidade de contribuir também com o processo de autoafirmação e de orgulho da identidade e ancestralidade quilombola. Como forma de exemplificar o motivo dessa necessidade, Valdenice Rosa fala do período em que ela e um grupo de estudantes do Quilombo do Agreste passaram a estudar em uma das escolas da sede municipal de Seabra[150]. Valdenice conta que constantemente eram tomados pelo sentimento de vergonha de suas origens diante das violências racistas que sofriam no ambiente escolar. Relembra, também, do momento no qual uma das professoras propôs que o grupo de estudantes do Quilombo do Agreste fizessem uma apresentação na escola das cantigas do Terno de Reis que faziam em sua comunidade e que tal pedido gerou grande apreensão e vergonha entre os estudantes quilombolas: "A gente ficou com muita vergonha e muitas pessoas riam da nossa apresentação, mas mesmo assim a gente conseguiu cantar o nosso batuque" (Valdenice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 11/07/2022).

[150] Tal situação foi abordada no tópico 2.6.2. do segundo capítulo (racialização do acesso à educação: quilombolas nas escolas de Seabra), no qual é possível constatar as diferentes situações de racismo que os estudantes quilombolas enfrentaram ao frequentar o ambiente escolar na sede municipal de Seabra.

Nesse sentido, o processo de relembrar e de resgatar transforma a valorização da memória coletiva da comunidade em um processo de resistência e autoafirmação identitária, no qual a afirmação de suas formas de existência se consolidam em formas de r-existências. Por isso, a cantiga que hoje corresponde ao hino do Batuque da Resistência é uma cantiga que autoafirma a identidade quilombola do grupo e que faz questão de apresentar cada uma de suas integrantes, cada pessoa tem seu nome mencionando e vai para o centro da roda dançar:

> Quando a gente tá cantando a gente tenta falar o nome das pessoas para que todo mundo conheça também naquele momento quem são as pessoas que tá ali, que tem *coragem*. Porque a gente sofreu muito por essas questões da gente não ter coragem de se autoapresentar como quilombola, de se autoapresentar como "eu sou de uma comunidade quilombola, sou filha de tal fulano que é membro, que é um reiseiro, que é do batuque". Então, querendo ou não, a gente sempre teve esse preconceito. Na verdade, não é que a gente tinha um preconceito, é que nos *foram impondo esse preconceito* por meio de tantas ofensas que a gente já sofreu na vida.
> [...]
> Mas eram coisas que nós mesmo tinha um preconceito, porque nós sabíamos que o pessoal ia rir, então por isso que a gente ficou travado por muito tempo. Com isso a gente vai perdendo um pouco da vontade de dizer de onde a gente é, a gente quer ficar um pouco mais no *anonimato*. Por muito tempo a gente fez isso, mas hoje em dia a gente vê a necessidade de estar mostrando as pessoas, de onde a gente é, de onde a gente vem e o que que a gente vai fazer, pra que a gente tá ali naquele momento. (Valdenice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 11/07/2022 – *grifo nosso*).

As afirmações apresentadas por Valdenice Rosa, demonstram como o espaço escolar foi para ela e seus companheiros um ambiente racista, que inibia qualquer postura de autoafirmação quilombola. E, por isso, tornava-se mais "confortável" assumirem uma posição de anonimato para que também não internalizassem aquele tipo de racismo que sofriam como uma forma de desvalorização ou de vergonha de suas práticas culturais.

O racismo é tão perverso que faz com que, por vezes, o sujeito racializado internalize o racismo como uma forma de desvalorizar e/ou não reconhecer suas origens. Frantz Fanon (2008) já escrevia sobre o complexo de inferioridade que por vezes recai sobre a população negra e analisa essa situação como uma patologia criada pelo racismo, visto que, é criada uma "zona de não-ser". O negro é transformado em "não-ser" dentro de um contexto no qual o racismo e podemos acrescentar o patriarcado, associam ao homem branco, cis, hétero, cristão e de origem europeia a condição de ser humano (zona do ser):

> Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a *conscientizar* seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais.
> Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir [...] (FANON, 2008, p. 95).

Podemos assim afirmar que essa nova possibilidade de existir tem se concretizado na luta quilombola a partir de um processo no qual a autoafirmação da identidade quilombola corresponde a uma luta antirracista de afirmação de direitos, de defesa do território e de enfrentamento ao racismo ambiental. É uma nova possibilidade de existir que precisa se

materializar no espaço agrário (assim como no urbano), visto que, nos casos em análise nesta pesquisa, constatamos um cenário de conflitos no campo e de disputa pela natureza criados pela expansão do capitalismo, que tem o racismo como um dos seus eixos de sustentação.

A nova possibilidade de existir corresponde, também, aos processos de r-existências que estão pautados no fazer em comunidade e no ser em comunidade, no qual a valorização da própria cultura, identidade e ancestralidade se materializam nos momentos de festas e celebrações. Valdenice Rosa conta que a realização do Batuque da Resistência na comunidade Quilombola do Agreste ocorre geralmente após os momentos de intenso trabalho das mulheres na organização de celebrações coletivas (festa do dia de Reis, casamentos, etc.), trabalhos que envolvem todo o processo de preparação das comidas, limpeza, no cuidado com as crianças, dentre outras coisas. Depois de concluir os trabalhos, as mulheres, fazem o Batuque da Resistência para festejar e se divertirem:

> [...] é um momento de alegria, um momento de agradecer também. O batuque não é apenas uma forma da gente só trazer a nossa tradição pra dentro. É uma forma também da gente curtir, de a gente ter aquele momento de alívio, de agradecer que deu tudo certo, "obrigada meu Deus", cada um agradece de uma forma e nosso agradecimento na maioria das vezes é esse. Esse agradecimento que a gente tem com o batuque e aí é num momento que nós mulheres exalamos o nosso cansaço e dizer a Deus obrigada que deu tudo certo né! (Valdenice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 11/07/2022 – *grifo nosso*).

As fotos que seguem foram registradas na celebração do Dia de Reis, 6 de janeiro de 2022, que devido ao contexto da pandemia da Covid-19 foi organizada apenas como um momento de reza conduzido pelo Terno de Reis da comunidade. Por isso, o tempo de duração da celebração foi menor e contou com a presença de poucas pessoas. Nas fotografias de número 30 a 33 podemos observar as mulheres do grupo cantando e tocando seus instrumentos, dançando e girando suas saias, brincando e se divertindo com as cantigas de batuque.

FOTO 30 - INSTRUMENTOS MUSICAIS DO "BATUQUE DA RESISTÊNCIA", QUILOMBO DO AGRESTE



FONTE: Bianca Sevciuc (janeiro de 2022).

FOTO 31 - DANÇA DO "BATUQUE DA RESISTÊNCIA", QUILOMBO DO AGRESTE



FONTE: Bianca Sevciuc (janeiro de 2022).

FOTO 32 - RODA DO "BATUQUE DA RESISTÊNCIA", QUILOMBO DO AGRESTE



FONTE: Bianca Sevciuc (janeiro de 2022).

FOTO 33 - ENCONTRO DE GERAÇÕES DO "BATUQUE DA RESISTÊNCIA", QUILOMBO DO AGRESTE



FONTE: Bianca Sevciuc (janeiro de 2022).

O grupo Batuque da Resistência conta com a participação de 20 a 30 integrantes, que majoritariamente é composto por mulheres e somadas a elas estão as crianças que também aprendem a cantar, dançar e tocar os instrumentos. A memória dos cânticos, danças e toques é assim, mantida viva por meio da prática de um batuque que valoriza o encontro de gerações, das(os) mais idosas(os) às(aos) mais jovens, todas e todos podem partilhar desse momento. Deste modo, o Batuque da Resistência:

> [...] sempre vem trazendo esse incentivo para as crianças. Porque não adianta a gente só com os mais jovens e adultos, ficar pra eles, ficar só pra gente. A gente tem que passar para as crianças, então é uma coisa que vem de *geração pra geração*, pra não terminar na comunidade. Porque querendo ou não, a comunidade precisa de um incentivo, precisa de cultura né! Principalmente nós de comunidades quilombolas (Valdenice Rosa da Silva, Quilombo Agreste – Seabra, 11/07/2022 – *grifo nosso*).

Por meio da festa, do canto, da dança e do batuque que a brincadeira acontece, ela se dá em roda, uma roda que é movimento e que ao mesmo tempo está aberta a incluir e envolver os presentes. Antônio Bispo dos Santos (2018) destaca a circularidade como um componente fundamental da cosmologia das comunidades quilombolas:

> Vemos de forma circular, pensamos e agimos de forma circular e, para nós, não existe fim, sempre demos um jeito de recomeçar [...] Nos espaços circulares cabe muito mais do que nos espaços retangulares. E isso nos permite conviver bem com a diversidade e nos permite sempre achar que o outro é importante, que a outra é importante. A gente sempre compreende a necessidade de existirem as outras pessoas (SANTOS, 2018, p. 3-4).

O próprio resgate do batuque representa essa circularidade que traz o recomeço, assim como a preocupação em incluir e envolver os mais jovens e as crianças. A circularidade se faz também por meio desse movimento de relembrar, resgatar, rememorar, aprender e passar adiante, mantendo vivo um saber e um fazer que se dá de forma coletiva. Conforme Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2021, p.74): "Nas culturas orais, o conhecimento se fundamenta no ato de se transmitir ou entregar algo para que o receptor tenha condições de colocar mais um elo em uma corrente dinâmica e mutável".

A prática do Batuque da Resistência parte assim de uma ontologia que é relacional, que parte de uma visão pautada na circularidade e que está em movimento, valoriza a ancestralidade e nutre o futuro a partir do compartilhamento de seus conhecimentos. Por isso, a realização do batuque tanto dentro da comunidade quanto fora da comunidade (apresentações em escolas[151], no "Encontro Cultura e Fé", etc.) é uma forma de praticar uma política cultural que está diretamente associada ao processo de autoafirmação e luta quilombola.

---

[151] Ver a participação do Batuque da Resistência durante a VIII Semana Preta do Instituto Federal da Bahia (IFBA), campus Seabra. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=bgh33BLye6U&t=1098s >. Acesso em: julho de 2022.

4.2.2.3 Boi de Mariá: Quilombo Morro Redondo

A seguir descreveremos como acontece a festa do Boi de Mariá, da comunidade quilombola do Morro Redondo. Assim como nas demais comunidades quilombolas, a organização desse festejo além de compor o cenário de riqueza da cultura popular presente na região do TI Chapada Diamantina, representa também a forma dessa comunidade se relacionar entre si e simultaneamente com o seu território, por meio de um saber, de um modo de viver e de fazer que é realizado em comunidade e que está fundamentado em uma ontologia que é relacional.

Não se sabe ao certo quando a festa começou, conforme o Laudo Antropológico que compõe os estudos do RTID da comunidade (INCRA, 2010c), a festa do Boi de Mariá data do início do século XIX e desde então acontece anualmente na comunidade, mantida por diferentes gerações[152]. A festa do Boi de Mariá passa a se constituir como um elemento fundamental da vida coletiva da comunidade e, por outro lado, traz consigo uma matriz comum das festas do período colonial. Deste modo, buscaremos refletir e dialogar com o trabalho de Mary Del Priore (1994) que em seu estudo sobre as festas e utopias no Brasil Colonial nos permite identificar que a cultura popular é composta por matrizes comuns, porém, são matrizes que se desenvolvem em contextos diferentes e que são apropriadas e ressignificadas de formas diferentes. De acordo com a autora:

> [...] a festa é também fato político, religioso ou simbólico. Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários. Servem ainda de exutórios à violência contida e às paixões, enquanto queimam o excesso de energia das comunidades. A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças (PRIORE, 1994, p. 10).

Nas próximas linhas descreveremos o processo de fazer/criar a festa do Boi de Mariá da comunidade quilombola do Morro Redondo por entender, conforme menciona Priore (1994) que a festa é também uma reafirmação dos laços de solidariedade da comunidade, de uma festa que é, tradicionalmente, realizada a partir da coletividade e para a coletividade da comunidade marcando suas especificidades e diferenças na forma de ser e fazer em comunidade, assim como de constituir seus territórios. Tal festa está diretamente associada à relação que a comunidade tem com a natureza, com o território. A origem da festa está associada a um período de estiagem que deixou a comunidade sem água em seu território. Conta-se que, na época, a principal fonte de água da comunidade provinha da chamada

[152] Os únicos momentos de interrupção foram nos anos de 2020 e 2021 por conta da pandemia da Covid-19.

"Lagoinha" (ver Mapa 7) e que esta havia secado completamente, deixando todo o povoado sem água. Com a intenção de que a água voltasse, uma das moradoras da comunidade, a Sra. Zabel, dona de uma imagem de São João Batista (Foto 34), fez uma promessa ao santo:

> [...] se a água voltasse, ela passaria a comemorar todos os anos, no dia 23 de junho, a festa de São João em sua casa, com a obrigação de nos primeiros raios de sol do dia 24 todos irem se lavar com a água devolvida pelo santo. A água voltou e a promessa passou a ser cumprida religiosamente (INCRA, 2010c, p. 156).

A Sra. Zabel era esposa de Joãozinho Vieira, conhecido como profeta e médico do povoado porque com a sua reza curava qualquer um que tivesse levado uma picada de cobra. O casal não teve filhos e quando Dona Zabel faleceu, o santo passou para os cuidados de outra pessoa da comunidade, ficou nas mãos de Tia Rosa que deu continuidade ao cumprimento da promessa (INCRA, 2010c). Somente com a morte de Tia Rosa e com a igreja construída que o santo passou a ser guardado na igreja. Consequentemente, até os dias de hoje, o período de novena e festa acontecem na igreja.

FOTO 34 - IMAGEM DE SÃO JOÃO BATISTA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

Sendo assim, a festa do Boi de Mariá emerge como consequência de uma promessa feita a São João Batista e, desde então, todos os anos no dia 15 de junho o mastro da bandeira de São João é levantado na comunidade e inicia-se o período de novena. Durante os nove dias a fogueira é acesa, as rezas são conduzidas pelas rezadeiras da comunidade por meio das chamadas ladainhas. Ao final da reza é servido o café (geralmente com canjica, bolos, os

tradicionais biscoitos denominados de avoador, etc.) e em sequência ocorre o batuque (momento de dançar e festejar).

O uso de fogos de artifício também faz parte da celebração. Os fogos são utilizados em todas as noites da novena e na maior noite de festa, a noite do dia 23 de junho. Há uma pessoa responsável por conduzir a queima dos fogos, essa pessoa é o fogueteiro. Ele tem um papel muito importante, porque todas as noites durante a reza há momentos específicos onde se deve soltar fogos e é preciso saber o momento certo de fazer isso durante a reza da novena. Quando a ladainha (reza) termina é dado o grito de "Viva São João Batista! Vivaaa!!!" e mais fogos são soltos não só pelo fogueteiro, mas por quem mais possuir fogos para soltar.

Conforme Priore (1994), nas festas do período colonial tanto o uso de mastros de bandeiras ou estandartes, quanto o processo de queima de fogos durante as festas, frequentemente, identificavam a presença das relações de poder estabelecidas pela elite associada ao Estado português ou à igreja católica. No entanto, vimos que na organização e condução da festa da comunidade a ocupação de posições específicas dentro da celebração (ex.: fogueteiros, rezadeiras, tocadores do batuque, etc.) não representam posições de poder, mas sobretudo a organização coletiva de uma festa que é voltada para toda comunidade e vizinhança.

Nesse sentido, é interessante observar como o modelo de festa do período colonial é ressignificado pelo quilombo do Morro Redondo. A comunidade que é formada a partir de uma matriz africana demonstra o sincretismo e adequação com a igreja católica, alimentando a crença no santo, porém conduzindo a festa a seu modo. O levantamento do mastro da bandeira não expressa nenhuma relação de poder que possivelmente poderia ser representado por uma família ou algum grupo interno ou externo à comunidade. Vale destacar também, que na origem da festa não havia nenhuma igreja construída na comunidade, as novenas e a festa ocorriam na casa da pessoa guardiã do santo (primeiramente Dona Zabel e depois Tia Rosa). Somente na segunda metade do século XX que a igreja da comunidade é construída e mesmo assim, podemos afirmar de que não se configura como uma expressão de poder direta da igreja católica, pois todo o período da novena e da festa não são conduzidos e organizados por nenhum representante direto da igreja (ex.: o padre) e sim pela comunidade.

A noite de reza na igreja que conta com a presença de um padre na celebração da missa ocorre na noite anterior ao dia da festa. Nesta noite, dia 22 de junho, as celebrações são dedicadas às crianças da comunidade. Elas participam e são saudadas em diversos momentos com o grito de "Viva as crianças!!! Vivaaa!!!": no batuque, na missa, no leilão e na comida que é partilhada entre todos os presentes, neste dia em especial tem muitos doces, pipocas, salgadinhos e refrigerantes.

Na manhã seguinte toda comunidade está envolvida com os preparativos da grande noite de festa, a noite oficial de celebrar o dia de São João Batista. Na Foto 45, podemos

observar a ornamentação do local onde será realizada a festa. A celebração ocorre na área em frente à igreja que é ornamentada com fitas, bandeirinhas, folhas de palmeira e de bananeira, galhos e troncos que deverão ser usados para manter a fogueira acesa durante toda a noite. A preparação da comida que será servida a todos no almoço deste dia e do dia seguinte é feita de forma coletiva. Conforme as fotografias de número 35 a 38 podemos ver mulheres e homens envolvidos nessa tarefa, a carne é de boi e muitos dos alimentos servidos são da produção da própria comunidade. A Foto 39 apresenta a igreja limpa e ornamentada para a principal noite de reza.

FOTO 35 - ORNAMENTAÇÃO DO LOCAL DA FESTA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 36 - PREPARAÇÃO COLETIVA DA COMIDA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 37 - PREPARAÇÃO COLETIVA DA COMIDA, QUILOMBO MORRO REDONDO





FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 38 - PREPARAÇÃO COLETIVA DA COMIDA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 39 - ORNAMENTAÇÃO DA IGREJA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

A preparação das fogueiras é algo que também é realizado durante o dia, visto que, é necessário que se tenha madeira suficiente para manter as fogueiras acesas durante toda a noite de São João Batista. A comunidade denomina as fogueiras que são acesas por todas as casas da comunidade como "fogueira deitada", para diferenciar de um outro tipo de fogueira que é acendida somente no local da festa, a "fogueira em pé". Trata-se de uma fogueira que possui o tronco de uma árvore com copa fincada em seu centro e que tem em seus galhos muitas prendas amarradas (laranja, cana, abacaxi, muitas frutas e até alguns pacotinhos com dinheiro dentro); quando a fogueira é acesa a queima da parte inferior desse tronco provoca sua queda e todos correm para tentar pegar as prendas que caem no chão.

A Foto 40 mostra o momento em que a "fogueira em pé" é erguida por um grupo de homens e os tipos de prendas que estão amarradas nos galhos. Esse símbolo da "fogueira em pé" é um marco da festa da comunidade que pode ter relação com o papel dos mastros nas festas do período colonial. Priore (1994) comenta que:

> [...] junto ao hasteamento da bandeira com a efínge do patrono, plantava-se uma árvore a qual penduravam-se frutos, flores, enfeites, ao som de cantos. [...] Os frutos da terra, sobretudo milho, a ela amarrados, deviam estar o mais exposto possível, representando a passagem da vegetação que morre para aquela que desabrocha. Em outras partes, o mastro recebia as mesmas honras votivas (PRIORE, 1994, p. 34).

FOTO 40 - HASTEAMENTO DA "FOGUEIRA EM PÉ" E PRENDAS AMARRADAS NO TOPO DA "FOGUEIRA EM PÉ", QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

As fogueiras são de fundamental importância na noite de celebrar o dia de São João Batistas, as Fotos de 41 a 43 mostram algumas fogueiras que foram acesas na frente das casas de famílias da comunidade. Logo que inicia o escurecer da noite, as fogueiras são acesas e toda comunidade fica repleta de pontos de calor e luz gerados pelo fogo que são cuidados e mantidos acesos durante toda a noite.

FOTO 41 - FOGUEIRA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 42 - FOGUEIRA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 43 - FOGUEIRA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

É somente nesta noite que aparecem alguns personagens mascarados que são chamados de "caretas" (homens com mascaras assustadoras, vestidos de mulher, alguns com chicote na mão e que correm atrás das pessoas) e o "Boi de Mariá" que dança ao som do batuque e das cantorias de São João. A Foto 44 mostra o momento de saída do Boi de Mariá e das caretas. A brincadeira do Boi de Mariá é composta por uma história de um pai que leva suas duas filhas para casar na igreja, as caretas e o boi acompanham os dois casais de noivos até a porta da igreja onde será realizada a reza (o "casamento"). O boi dança e avança sobre as pessoas, as caretas brincam e correm atrás principalmente das crianças. Na Foto 45 é possível ver o boi dançando de costas, as caretas no seu entorno, as noivas vestidas de branco acompanhadas de seus respectivos noivos e damas de honra.

A princípio a presença do boi durante a festa remetia apenas ao boi que seria ofertado na celebração do "casamento" e que depois passou a ser denominado de Boi de Mariá, dando assim o nome da festa de São João da comunidade quilombola do Morro Redondo:

> O Boi de Mariá é uma das composições entoadas durante os festejos, no início, era uma canção de ninar que a Dinda Oiaiá cantava para que a criança dormisse, ameaçando-a com o tal boi de Maria, que para facilitar a rima virou o Boi de Mariá. Os foliões do Morro Redondo reivindicam para si a originalidade do Boi de Mariá. Outras canções compõem o repertório de festejos do lugar: *Vem cá, minha Lira, Céu Céu, Pronde tu vai Maria, Despedida da Gia, já cheguei nesse lugar e Marujo vai pra guerra* (INCRA, 2010c, p. 159).

Outros trechos de canções cantadas durante o batuque do Boi de Mariá:

> Eu festejar São João na roça, na nossa palhoça lá no fundo do quintal, eu quero ver a moçada pulando, gritando Viva!, é São João no Arraial
>
> Boi, boi é boi de Mariá, Boi Lazão
> Iaiá pega esse boi, é boi de Mariá
> Tira a canga do boi, Correa, carreador
> Abre a rua que eu quero passar
>
> (INCRA, 2010c, p. 159 e 160).

FOTO 44 - SAÍDA DO BOI DE MARIÁ E DAS CARETAS, QUILOMBO DO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 45 - BOI DE MARIÁ, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

A brincadeira com as caretas e o Boi de Mariá é suspensa por um momento para ocorrer a reza da novena. No final da reza as "caretas" entram na igreja em fila e cada uma se dispõe diante do santo para o pedido da benção. E na sequência, o batuque começa a ser

tocado e dançado dentro da igreja levando depois todos os participantes para o lado de fora. No lado de fora o batuque segue, as "caretas" voltam a interagir com os presentes e o Boi de Mariá reaparece novamente para mais um momento de brincadeira. A "fogueira em pé" é derrubada e a comunidade se reúne para fazer um leilão, no qual será leiloado principalmente os alimentos e artesanatos produzidos pela comunidade com fim de arrecadar fundos para a igreja da comunidade.

As fotos que se seguem (número 46, 47 e 48) apresentam respectivamente: as caretas ao lado de fora da igreja aguardando a finalização da novena, o momento em que a fogueira em pé está prestes a cair e a preparação para o início do leilão que ocorre dentro da escola da comunidade. É leiloado tudo que foi doado para a festa: verduras, frutas, bolos, frango assado, carne assada, abóbora, galinha viva, etc.

FOTO 46 - CARETAS, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 47 - DERRUBADA DA "FOGUEIRA EM PÉ", QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 48 - PREPARAÇÃO PARA O LEILÃO, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

Após o leilão, as caretas e o boi são recolhidos e a janta é servida para todos os presentes, depois da janta a festa segue com um baile (forró) que só termina no amanhecer do dia. Na manhã do dia 24, a alvorada inicia com a comunidade indo banhar o santo na Lagoinha e se configura como o encerramento do ciclo de nove dias iniciado com o hasteamento da bandeira, no dia 15 de junho. Há pouco mais de dez anos a Lagoinha secou novamente, mas mesmo assim o ritual é repetido com as pessoas levando até o local da Lagoinha uma garrafa com água benta para banhar o santo. A comunidade segue agradecendo o santo, porque dizem que a água da Lagoinha não acabou de fato, ela apenas foi transferida para o poço artesiano que foi aberto nas últimas décadas e que abastece toda comunidade; afirmam ser um dos melhores poços artesianos da região.

As Fotos 49 a 50 mostram o momento de saída da alvorada no amanhecer do dia 24 de junho em direção à Lagoinha. A bandeira e o santo são levados à frente, atrás vem os tocadores do batuque juntamente com cantadoras e cantadores. Ao chegar na Lagoinha apenas duas pessoas descem até o local onde brotava a água, lavam o santo com água benta e é dado o grito de "Viva São João Batista! Vivaaa!!!" acompanhado de fogos e aplausos (Foto 51). Depois de banhar o santo, a água benta é distribuída e colocada nas mãos dos participantes, que lavam o rosto e agradecem ao santo (Foto 52). No mesmo local são coletadas folhas de São Caetano que são colocadas em forma de coroa na cabeça (Foto 53) e assim, o grupo retorna até a igreja cantando e batucando em devoção a São João Batista. Neste caminho, a cada fogueira em brasa encontrada o grupo rodeia a fogueira e depois segue em direção a igreja (Foto 54). Por fim, ao chegarem na frente da igreja é feito o momento da passagem da bandeira onde o responsável pela organização da festa deste ano passa a bandeira para o organizador do ano seguinte (Foto 55).

No final da manhã do dia 24 é realizado a última reza, este é um momento muito emocionante porque ao mesmo tempo que agradecem ao santo e celebram por ter ocorrido tudo bem, muitos são tomados por uma forte emoção e por um sentimento de tristeza pelo final da celebração. É um momento em que muitas lágrimas vêm aos olhos dos participantes, agradecem pela festa e pedem saúde para no próximo ano poderem vivenciar novamente este momento. Finalizada a reza, é servido o almoço para todos os presentes e depois todos retornam à suas casas para descansar.

FOTO 49 - SAÍDA DA ALVORADA NA MANHÃ DE 24 DE JUNHO, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 50 - SAÍDA COM O SANTO EM DIREÇÃO À LAGOINHA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 51 - LAVAGEM DO SANTO COM ÁGUA BENTA NA LAGOINHA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 52 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA BENTA APÓS A LAVAGEM DO SANTO, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 53 - RETORNO DA ALVORADA COM FOLHAS DE SÃO CAETANO NA CABEÇA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 54 - CONTORNO DAS FOGUEIRAS EM BRASA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

FOTO 55 - PASSAGEM DA BANDEIRA, QUILOMBO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

Podemos observar que são diferentes símbolos que marcam a festa do Boi de Mariá e que constituem esse saber/fazer coletivo da comunidade quilombola do Morro Redondo que está diretamente entrelaçada com a relação que a comunidade estabelece entre si e simultaneamente com seu território. Seguir agradecendo ao santo pela presença da água no seu território traz consigo uma expressão material/simbólica de uma ontologia que é relacional e que faz com que todo o processo de construção da festa ao longo dos nove dias se configure como um dos processos de r-existência da comunidade. Tal festividade é uma forte representação da cultura da comunidade constituída e mantida pela valorização da ancestralidade:

> O conjunto de invenções do mundo, que constitui o campo da cultura, se apresenta como a capacidade de criar e recriar a vida a partir do legado dos ancestrais. A percepção de cultura, neste caso, refere-se à maneira como um grupo cria ou reelabora formas de [re]invenção da vida e estabelece significados complexos sobre a realidade que o cerca. As formas de falar, vestir, comer, rezar, punir, matar, nascer, enterrar os mortos, chorar, festejar, envelhecer, dançar e não dançar, fazer música, silenciar, gritar. Tudo isso é componente da cultura de um grupo e, para os africanos, dialoga necessariamente – no campo simbólico e ritual – com a ancestralidade (LOPES e SIMAS, 2021, p. 75).

Esse "criar e recriar da vida" está em constante movimento é renovado, recriado, repassado e rememorado a cada momento no qual esta celebração é realizada. Podemos dizer

que a festa do Boi de Mariá é uma expressão da celebração da vida na comunidade, visto que a valorização da importância da água no território da comunidade traz consigo este sentido:

> A história do Boi de Mariá foi começado pelo seguinte, tudo foi por causa da água. Aqui não tinha água então eles fizeram uma promessa pra São João, se desse água aí aqui o Morro Redondo ia fazer, rezar a novena de São João. Então a água veio, se criou água, teve água, então ficou o pessoal fazendo a novena, rezava os nove dias. Quando era os oito dias, quando era nos nove dia, rezava e no amanhecido do dia fazia a alvorada e ia lá na Lagoinha que era promessa de dar banho no santo lá com a alvorada e tornava a voltar. Aí o pessoal, aqueles mais velhos, achou que aquilo ali ficava assim meio apagado que tinha que punhar uma outra coisa no meio pra poder ter mais uma animação, pra enfeitar mais, aí falou vamos fazer um Boi de Mariá pra ficar mais bonita a novena (Getúlio Alves de Souza, Quilombo Morro Redondo, TV UNEB – Seabra, 2022).

A fala do Sr. Getúlio que com seus 78 anos de idade segue sendo um dos responsáveis em conduzir o batuque do Boi de Mariá, conta um pouco do contexto de origem da festa para São João Batista e de como a comunidade foi acrescentando a essa celebração elementos próprios de sua ontologia. O Sr. Getúlio já está com sua visão e audição muito debilitadas, mesmo assim, segue tocando o batuque principalmente com o apoio de seus filhos e esposa. Ele só não acompanha a realização da alvorada por ser um caminho longo e de maior dificuldade, no entanto, em todos os outros momentos ele esteve presente conduzindo a toada do batuque. A Foto 56 mostra o Sr. Getúlio tocando na reza final dentro da igreja.

FOTO 56 - SR. GETÚLIO TOCADOR DO BATUQUE, QUILOMBO DO MORRO REDONDO



FONTE: A autora (junho de 2022).

A citação reproduzida anteriormente da fala do Sr. Getúlio é de um documentário[153] produzido por uma estudante da própria comunidade, no qual ela e a equipe envolvida se propõem a ressaltar a importância da comunidade quilombola do Morro Redondo e do Boi de Mariá. Além do envolvimento e participação dos mais jovens no Boi de Mariá, a construção de trabalhos que falem e valorizem sua própria cultura é também uma prática de política cultural:

> A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põe em ação uma política cultural (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000, p. 25).

[153] Trata-se de um documentário produzido por Joene Xavier Barbosa, estudante da própria comunidade que trabalhou em conjunto com seus colegas estudantes do IFBA-Seabra e em parceria com a UNEB-Sebara. *In*: TV UNEB – Seabra. **Comunidade Quilombola do Morro do Redondo: Práticas e Saberes Tradicionais**. 2022. 1 vídeo (20min53s). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=sWwpTQXxdaI >. Acesso em: jun. de 2022.

Tratar das manifestações da cultura popular das comunidades quilombolas de Seabra nos permite compreender como é formada e articulada uma política cultural que parte da prática dessas comunidades, parte de um saber, de uma forma de viver e fazer que é coletivo e ancestral, orientado por uma ontologia relacional que está simbolicamente/materialmente atrelada aos seus respectivos territórios.

Durante a realização dos diferentes momentos em campo, especialmente na comunidade quilombolas do Morro Redondo (onde foi possível estar por mais tempo), os diferentes momentos de conversas com as pessoas da comunidade e com o acompanhamento/observação de suas atividades cotidianas proporcionaram identificar que a forma da comunidade se relacionar com o seu território é carregada de conhecimento ancestral e pautada em uma ontologia relacional onde o território se configura como o espaço de vida dessas comunidades. A caminhada pelo território que mencionamos na Introdução e no Capítulo 1 deste trabalho é exemplo de um desses momentos no qual percorrer o território com pessoas da comunidade, configurou-se em um momento de compartilhamento de muitos saberes, tais como: distinguir o canto de determinados pássaros, reconhecer os rastros/pegadas de determinados animais, admirar as pinturas rupestres, identificar muitas plantas e seus usos, dentre outros saberes.

Nas conversas com os mais velhos, muitas histórias eram contadas principalmente sobre as fontes de água da comunidade. Apesar de muitos retratarem a dificuldade que representava o processo de ir buscar água em lugares como a Lagoinha, Fonte da Gia e Lagoa de Pedra (Mapa 7), todos falavam com alegria e admiração da beleza de ver a água nessas fontes. Também foram mencionadas histórias de que nos tempos de chuvas do morro que dá nome à comunidade, Morro Redondo, era possível de se escutar um barulho muito forte de água como se fosse uma cachoeira visto que muitas nascentes surgem durante os períodos chuvosos. Sobre os períodos de estiagem, a Fonte da Gia, localizada na Taquara (Mapa 7), é destacada como o lugar onde nunca faltava água e nesses períodos, também eram realizados momentos coletivos de rezar para chover, principalmente, para voltar a ter água na Lagoinha, já que o deslocamento até a Taquara para buscar água, para a as pessoas que não viviam próximas dali se tornava muito penoso.

O processo de rezar para chover era conduzido pelos mais velhos da comunidade e realizado pelas crianças, que durante nove dias tinham que caminhar do cemitério da comunidade (localizado defronte para o Morro Redondo) até a Lagoinha. Cada criança trazia uma pedra e uma garrafa cheia com água da Lagoinha, fazia todo o trajeto rezando e ao chegar no cemitério colocava a pedra ao pé da cruz e, na sequência, molhava as pedras colocadas na base da cruz pedindo para a chuva vir. Esse é mais um exemplo de uma forma de viver e fazer em comunidade que demonstram uma forma de se relacionar com a natureza que não é hierárquica e dicotomizada, é relacional.

A prática tradicional de enterrar o umbigo do bebê na comunidade do Morro Redondo também expressa essa relação e esse forte vínculo com a natureza/território. Até mesmo aquelas pessoas que emigraram e tiveram filhos em São Paulo enviavam o umbigo da criança para ser enterrado na comunidade[154].

4.3 GEO-GRAFIAS RACIALIZADAS: ENCONTROS E CONFRONTOS

Quando partimos do sentido etimológico de que a palavra geografia traz, esta remete-nos a ideia de "grafia da terra". Podemos reinterpretar esse significado a partir da compreensão de que existem distintas formas de grafar a vida na terra. A terra, nesse sentido, não se reduziria a superfície terrestre em si, trata-se da complexidade de existências que se materializam no espaço, que são espaciais. Retratam a complexidade do espaço geográfico, que é socialmente construído e que por meio deste estudo identificamos que é fortemente marcado pelo racismo. Estaríamos assim, diante de uma geo-grafia racializada que se constrói no encontro/confronto entre ontologia dualista e ontologia relacional.

Interpretamos esse encontro/confronto entre ontologia dualista e ontologia relacional a partir da perspectiva descolonial que ressalta o papel que o colonialismo teve em nossa sociedade e que nos leva a compreender que o fim do colonialismo não significou o fim do sistema de poder que o sustentava. Isto porque, a permanência da colonialidade/modernidade, criadoras de uma concepção de raça e de natureza[155], são de fundamentais importância e estruturantes do capitalismo.

Simultaneamente, no encontro e confronto, formou-se uma geo-grafia da ontologia dualista e uma geo-grafia da ontologia relacional. A primeira embasada em um geo-grafar de um capitalismo racista, no qual a apropriação da natureza ocorre em função de um consumo que visa o lucro; a segunda alicerçada em um geo-grafar de comunidades que foram racializadas. Nesta última, a apropriação da natureza ocorre em função da vida, a partir da r-existência de cosmologias e ontologias que articulam, concomitantemente, uma visão de passado e uma visão de futuro que se dá por meio da valorização e perpetuação de saberes ancestrais que vislumbram a continuidade e o prosseguir da vida.

O livro publicado pela Teia dos Povos da Bahia[156], intitulado "Por Terra e Território" é escrito por uma das lideranças responsáveis pela criação dessa articulação, o mestre Joelson

---

[154] Este foi o caso da autora deste trabalho, nascida na cidade de São Paulo, seus pais guardaram seu umbigo e de seu irmão mais novo para serem enterrados no território quilombola do Morro Redondo.

[155] Além de raça e natureza, também podem ser acrescentados: o patriarcado e sua estreita relação com questão de gênero e de cis-heteronormatividade; a questão da classe; a questão religiosa etc.

[156] A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. Foi criada no ano de 2012, quando os povos Tupinambá, Pataxó Hã-hã-hãe, quilombolas e outros

Ferreira[157]. O livro apresenta um olhar abrangente das lutas sociais enfrentadas no estado da Bahia e revela esse cenário de encontro/confronto de lutas ontológicas:

> A tarefa de destruir o capitalismo, o racismo e o patriarcado ainda está por se realizar. Nossa sociedade segue numa violenta crise capitalista, cada dia mais excluindo os povos da possibilidade de viver, seja pela superexploração, seja porque agora atacam ainda mais rios, florestas, serras e mares, nos tirando a vida em sua forma natureza.
> [...] Estamos falando de povos que perderam seus rios por hidroelétricas, por mineradoras, por empreendimentos do agronegócio que usaram toda a água para irrigar seus bolsos. Mas também estamos falando de povos que estão sofrendo genocídio por arma de fogo nas periferias. **Então, tomar o Estado pela via, pelas regras que os brancos burgueses criaram não nos interessa.**
> [...] **Nossa jornada, nossa grande luta, é contra o racismo, o capitalismo e o patriarcado** (FERREIRA & FELÍCIO, 2021, p. 29 - 30).

Quando o mestre Joelson Ferreira anuncia que os diferentes povos estão sendo excluído da possibilidade de viver porque lhes estão retirando a "vida em sua forma de natureza", é dizer que seus territórios se constituem como espaços de vida procedentes de uma ontologia que é relacional. Ao denunciar a forma como o capitalismo tem avançado sobre estes territórios, podemos identificar a permanência da modernidade/colonialidade que por sua vez está atrelada a uma ontologia dualista.

Sendo assim, a ge-ografia de uma ontologia dualista não é a única possível para a leitura do território, é necessário compreender a geo-grafia de uma ontologia relacional para podermos estruturar uma leitura das geo-grafias racializadas. A geografia de uma ontologia relacional é composta por processos de r-existência de movimentos, povos e comunidades que exprimem na luta pelo território uma luta pela vida, com projeções de futuro que estão em função da vida e que se opõem à ontologia dualista do capital (racista, colonial e patriarcal). O território é "por tanto material y simbólico al tiempo, biofísico y epistémico, pero más que todo es un proceso de apropiación socio-cultural de la naturaleza y de los ecosistemas que cada grupo social efectúa desde su "cosmovisión" u "ontología" (ESCOBAR, 2014, p. 91).

A espacialização de empreendimentos voltados aos setores da mineração, da energia e do agronegócio abordados ao longo do Capítulo 3, explicitam a geo-grafia de uma ontologia dualista que se dá por meio de dispositivos de uma necropolítica que implementa "zonas de sacrifícios" em prol do capital. Podemos dialogar com as reflexões apresentadas por Achille Mbembe (2018) em sua conceituação do que é necropolítica. O autor constrói uma compreensão da necropolítica a partir da articulação entre a ideia de biopoder, conceituada por Foucault que, de forma simplificada, pode ser compreendida como o domínio da vida

---

movimentos campesinos criaram a I Jornada de Agroecologia da Bahia e ali fundaram a Teia dos Povos. Ver site: < https://teiadospovos.org/>. Acesso em: jun. de 2022.

[157] Assentado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no assentamento Terra Vista, em Arataca (BA). É no MST que Joelson Ferreira se forma como um mestre na agroecologia e nos saberes tradicionais dos povos (FERREIRA & FELÍCIO, 2021).

sobre o qual o poder estabeleceu controle; e a ideia de soberania, que o autor define como o poder de ditar quem pode viver e quem pode morrer, é dizer, ditar o direito de matar e acrescentamos: ditar que partes da natureza e quais sujeitos sacrificar.

Conforme Mbembe, esta articulação entre biopolítica e soberania se baseia em três condições de possibilidades na qual o direito de matar se efetivaria, são elas: o Estado de Exceção, o Estado de Sítio e o Racismo. Para Mbembe (2018), o racismo fundamenta a divisão dos que devem viver e dos que devem morrer e desta maneira, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Em seu texto, o autor, retoma a necropolítica/necropoder implementada pelo colonialismo pautada em uma concepção de raça e, acrescentamos, de natureza:

> Aos olhos do conquistador, "vida selvagem" é apenas outra forma de "vida animal", uma experiência assustadora, algo alienígena além da imaginação ou compreensão. Na verdade, de acordo com Arendt, o que diferencia os selvagens de outros seres humanos é menos a cor de suas peles e sim o medo de que se comportem como parte da natureza, que a tratem como mestre irrefutável. Assim, a natureza continua a ser, com todo o seu esplendor, uma realidade esmagadora. Comparados a ela, os selvagens parecem fantasmas, aparições irreais. Os selvagens são, por assim dizer, seres humanos "naturais", que carecem do caráter específico humano, da realidade humana, de tal forma que, "quando os europeus os massacraram, de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato" (MBEMBE, 2018, p. 35 – 36).

Voltamos mais uma vez a estabelecer a relação intrínseca entre a concepção moderno/colonial das ideias de raça e de natureza para legitimar sistemas de dominação e de exploração que além de definir quais corpos seriam subalternizados, explorados e aniquilados, simultaneamente definia quais cosmologias e ontologias seriam exterminadas. Sendo assim, quando movimentos, povos e comunidades tradicionais fazem da luta pelo território sinônimo de luta pela vida, podemos compreender que o avanço de empreendimentos que visam, em prol do lucro, a exploração da terra, das águas, dos minerais, dos ventos, das montanhas, das florestas, etc., podem se configurar como uma política da morte, uma necropolítica.

Além da concepção de racismo ambiental, trazemos aqui o conceito de necropolítica para dizer que deixar morrer ou ter o direito de matar os elementos que compõem os territórios de vida dessas comunidades (matar as águas, montanhas, vegetação, a terra, etc.), ou seja, a destruição das fontes de vida de uma comunidade é, portanto, deixar morrer e/ou matar a comunidade. Como já mencionado anteriormente, essas comunidades possuem formas de se relacionar com a natureza que fazem parte de uma ontologia que é relacional. Por outro lado, se naturaliza um tipo de morte em prol de um "desenvolvimento" que apresenta uma visão limitada de futuro, pois o imediatismo desta prática está voltado para um consumo sem limites, com a finalidade de lucro.

Trazemos essa reflexão sobre o papel do Estado, marcado pela colonialidade/modernidade que por vezes se concretiza como um Estado que decide quais formas de vida devem morrer por meio do desenvolvimento de uma política da morte

(necropolítica). Podemos dizer também, que esta maneira necropolítica de agir também está associada aquilo que o Estado, deixa de fazer. Vale dizer, que falamos de um Estado marcado por relações de poder, marcado por disputas que se dão através de correlações de forças assimétricas e, deste modo, por mais que se tenham obtido avanços na conquista de direitos e construção de políticas antirracistas, ainda prevalece a manutenção de um Estado capitalista que além de consolidar as relações sociais dominantes, cria formas de garantir sua continuidade nesse cenário de disputa. Sendo assim, há uma intencionalidade racista e necropolítica que atende à lógica predominante do papel do Estado.

Todo o percurso desta pesquisa nos leva a identificar que também estaríamos diante de uma questão agrária racializada na qual o Estado cumpre o papel de manter a racialização do acesso à terra, ou seja, uma estrutura fundiária racista; e também este articula racismo/extrativismo na forma como ocorre a relação e uso da natureza promotora de uma partilha desigual dos proveitos e dos rejeitos, que tendem a beneficiar a lógica do capital. Além disso, estamos diante de um Estado que: a) não cria políticas públicas consistentes para os territórios de comunidades quilombolas do campo; b) não cria uma política de fortalecimento da educação do campo e, principalmente, de uma educação quilombola; c) não regulamenta instrumentos normativos de defesa do direito de povos e comunidades tradicionais como é o caso da Convenção 169 da OIT; dentre outras questões.

Essas "faltas", "ausências", "omissão" e/ou "negação" por parte do Estado, representam a manutenção da colonialidade/modernidade que segue sendo pautada em uma lógica racista que, por sua vez, promove a consolidação e expansão de um capitalismo racista. Até mesmo quando ocorrem avanços nesse cenário de disputa que envolvem o Estado em que direitos ou políticas são criados em prol, por exemplo, das comunidades quilombolas; por vezes, os programas e/ou políticas em benefício da expansão de empreendimentos extrativistas passam a ter um caráter mais efetivo do que o da garantia de direitos de territórios tradicionais. Voltamos assim a afirmar, como mencionamos outrora, que compreender a "raça" como eixo estruturante do padrão de poder capitalista é de fundamental importância para compreender a sua perpetuação nas relações sociais e, deste modo, na questão agrária. Assim, partir da compreensão de que estamos diante de uma questão agrária que também é racializada nos permite identificar diversas variáveis que estão diretamente imbricadas à raça e ao racismo.

A existência de políticas públicas agrárias voltadas aos territórios quilombolas como uma política específica para essas comunidades, tituladas ou em processo de titulação, se constituiriam como uma política em prol da vida, que valorizaria e fortaleceria as práticas e saberes dessas comunidades na forma de se relacionar com a natureza e de constituírem seus territórios. A ausência de uma política territorial desde o ponto de vista da produção e da natureza, que valorize e fortaleça a produção dessas comunidades (ex.: fornecimento de

assistência técnica, agroindústria, selos de origem para promover a comercialização, etc.), fazem com que estas comunidades lidem com a problemática da geração de renda e que sejam convertidas em sujeitos alvos de discursos que prometem melhorar suas condições de vida por meio, por exemplo, da geração de empregos. No entanto, não se tratam de comunidades de desempregados/as e sim de trabalhadores/as do campo, ou melhor, de trabalhadores/as negros/as quilombolas do campo, cuja lógica moderno/colonial/racista segue desprezando suas formas de vida e de conhecimento.

O caso da comunidade quilombola da Vazante, detalhado ao longo do Capítulo 3, no qual a comunidade está inviabilizada de seguir habitando a área do território que tradicionalmente era destinada às moradias também está impedida de habitar a nova área destinada para moradias em seu próprio território por conta das obras de construção da Barragem Baraúnas/Vazante, conduzidas pelo estado da Bahia. É dizer, a comunidade está tendo o seu direito básico à moradia diretamente atingido e nenhuma política é criada pelo Estado para garantir dignidade à comunidade. Trata-se de um descaso, de uma omissão e negação de direitos pelo próprio Estado e que assim, também apresenta dimensões de uma questão agrária racializada.

A inexistência de uma política pública de fortalecimento da educação do campo e principalmente, de fortalecimento e promoção de uma educação quilombola é uma das faces desse Estado que opta por "não fazer". Quando mencionamos ao longo do primeiro capítulo o contexto que contribui para a conformação de um movimento quilombola em Seabra, a educação foi destacada como algo fundamental no processo de organização e de luta pelo território. A comunidade quilombola da Vazante historicamente lutou e conduziu um processo de valorização e de defesa da educação nas comunidades negras quilombolas de Seabra. No entanto, invés de atualmente termos um cenário de avanços no campo do direito à educação quilombola, os territórios quilombolas se deparam com o processo de fechamento de suas escolas e total ausência de uma educação quilombola conduzida e fortalecida por meio de políticas públicas. A negação de uma educação do campo e, sobretudo, de uma educação quilombola, são expressões da colonialidade/modernidade racista no espaço agrário brasileiro.

Com a finalidade de dialogar com mais uma das dimensões da racialização da questão agrária, destacamos também a racialização de quais sujeitos terão os direitos garantidos na luta pelo território. No decorrer do presente estudo, em diversos casos foi apontado que o direito das comunidades à consulta livre, prévia e informada não estava sendo respeitado e garantido pelo próprio Estado. Nesse sentido, destacamos que a ausência de uma regulamentação da Convenção 169 da OIT é algo significativo para a não efetivação deste importante instrumento jurídico que contempla a defesa de territórios tradicionais, como os de comunidades quilombolas.

Conforme explicamos no Capítulo 2, a inserção do direito ao território quilombola na Constituição Federal de 1988 foi uma importante conquista da luta antirracista. No entanto, a efetivação da garantia desse direito passa a se concretizar de fato com a regulamentação desse direito a partir do Decreto 4887/2003 que trata de como se deve efetivar os processos de titulação quilombola. A regulamentação do direito adquirido na CF de 1988 pelo Decreto 4887/2003 é justamente o que o tornou, como abordamos no final do segundo capítulo, alvo de ataque de uma bancada ruralista presente no Congresso por meio da ADI 3239/2004. Deste modo, o fato do Brasil se tornar, no ano de 2002, um dos signatários da Convenção 169 da OIT ainda faz a garantia desses direitos carecer de uma regulamentação mais precisa que faça com o que se coloque de fato em prática o respeito aos direitos territoriais das comunidades tradicionais.

Enfim, estas são algumas das dimensões de uma possível leitura de uma questão agrária racializada, marcada por geo-grafias racializadas que se constroem no encontro/confronto entre ontologia dualista e ontologia relacional. Neste caso, o Estado segue mantendo a função de produzir uma necropolítica tanto por meio do apoio e viabilização da expansão do capitalismo racista/extrativista, quanto por meio da ausência, da omissão e negação de políticas de fortalecimento dos territórios das comunidades quilombolas.

***

Com este capítulo, buscamos amarrar os fios que tecem a construção dessa tese. Buscamos trazer as r-existências quilombolas por meio de suas formas de viver e fazer em comunidade para dialogarmos com categorias teóricas, tais como: ontologia dualista, ontologia relacional e política cultural; que nos auxiliam a avançar nas reflexões e debate em torno de uma questão agrária que também é marcada pela raça.

Vimos que geo-grafias são constituídas a partir do encontro/confronto entre ontologia relacional e ontologia dualista. Geo-grafias racializadas que se expressam por meio do avanço da colonialidade/modernidade do capitalismo racista/neoextrativista em que o Estado figura como provedor de uma necropolítca. No entanto, são também, geo-grafias racializadas protagonizadas por aqueles que historicamente construíram processos de r-existências, de saberes, de conhecimentos diversos, de relação com a natureza, com a ancestralidade, com o viver em comunidade e com a prática que constrói um futuro em prol da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eles combinaram de nos matar, a gente combinamos de não morrer.
Conceição Evaristo

Conforme explicitamos na Introdução deste trabalho, as principais inquietações que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa partem do olhar e da relação com a comunidade quilombola do Morro Redondo (município de Seabra – BA). Desta forma, combinaram o anseio pessoal ao anseio teórico e ético-político de compreender a questão quilombola de forma associada à problemática da questão agrária. O fato da comunidade quilombola do Morro Redondo estar, há mais de uma década, reivindicando a titulação coletiva do seu território e ter, ao longo do mesmo período, se tornado alvo de expansão de projetos minerários (com uma empresa já em atividade e outras com processos de autorização de exploração em tramitação), configurou-se como um dispositivo para tratar da questão racial e da natureza no cenário de lutas por terra e território sugerindo, assim, a ampliação da forma como compreendemos a questão agrária.

Ao longo do estudo, a escala de análise foi sendo ampliada para a compreensão de uma rede de territórios quilombolas existentes no município de Seabra e que estão, direta ou indiretamente, compondo também uma rede de territórios de comunidades tradicionais em r-existência na região do TI Chapada Diamantina. Alguns dos fios que compõem a trama dessa rede e que conectam esses diferentes pontos de r-existência já estão bem consolidados (por exemplo: por meio da articulação entre as associações quilombolas de Seabra as quais também estão articuladas em escala regional, estadual e nacional pela CONAQ); outros fios, por sua vez, estão sendo tecidos a partir de um contexto complexo e muito dinâmico de avanço de empreendimentos associados principalmente aos setores da mineração, da energia (com destaque para as eólicas) e do agronegócio sobre os territórios dessas comunidades.

A organização de espaços de discussão por meio da realização de eventos como: seminários, conferências e encontros, cujo tema central estava voltado aos conflitos socioambientais, envolvendo principalmente mineradoras e eólicas no TI Chapada da Diamantina, demonstra que o processo de constituição da tessitura dessa rede tem o potencial de denunciar os impactos, e ao mesmo tempo, articular a luta. Tais atividades, organizadas de forma *online* devido ao contexto pandêmico, tornaram-se importantes fontes documentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Dentre os fios que estão em processo de consolidação dessa trama, demonstrados por meio dessas atividades *online*, apresentamos alguns exemplos ao longo da pesquisa. É o caso da criação do Movimento SAS; do SOS Águas da Chapada e do SOS Bocaina e Mocó.

Considerando que esta pesquisa trata de um contexto complexo, dinâmico e que está em movimento, destacamos, neste momento, processos recentes de organização dos fios que

compõe essa trama e que justamente devido ao seu caráter recente, não foram abordados nos capítulos dessa tese. Por exemplo: a criação do Observatório dos Conflitos Socioambientais da Chapada Diamantina – OCA[158], bem como a criação do curso de formação "Energias Renováveis na Bahia: caminhos e descaminhos"[159], voltado para as lideranças camponesas de áreas impactadas pelos projetos de produção de energias renováveis – eólica, solar e PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas) – e suas linhas de transmissão na Bahia. O referido curso envolveu lideranças de 61 comunidades de 37 municípios, dentre elas, destacamos a participação da comunidade quilombola do Morro Redondo. Além do curso resultar na formulação de um dossiê[160] sobre os impactos das energias renováveis na Bahia, resultou também na realização de uma audiência pública[161], em que lideranças da comunidade quilombola do Morro Redondo participaram e puderam denunciar a forma como empreendimentos eólicos estão ameaçando o seu território.

Como ressaltamos anteriormente, diante deste contexto, complexo, dinâmico e que está em movimento, vimos a necessidade de voltar o olhar para o processo histórico e espacial que conforma essa região. Em face disso, traçamos um olhar sobre a formação socioespacial do TI Chapada Diamantina no qual pudemos constatar que, a partir do processo de ocupação colonial nesta região, foi se conformando um modelo pautado: a) na apropriação privada da terra e de concentração da terra; b) na racialização de determinados corpos; e c) na exploração da natureza em prol da concentração de riqueza para a população branca de origem europeia. Tal modelo reflete o contexto instaurado em escala nacional. E, assim, o processo de ocupação colonial, nesta região, foi marcado pela constituição de latifúndios pecuaristas de domínio do homem branco e europeu que promoveu uma forte guerra de extermínio aos povos indígenas existentes nesta região e, também, o processo de escravização da população negra de origem africana e/ou afrodescendente.

---

[158] Criada no início do ano de 2022 é resultado de uma iniciativa apresentada ao Ministério Público Estadual como estratégia de monitoramento e fortalecimento da governança pública e gestão ecológica no Território da Chapada Diamantina. A criação da OCA se dá no contexto de avanço de empreendimentos vinculados ao agronegócio, à energia eólica e à mineração, que tem causado severos impactos ecológicos e afetado os direitos das comunidades circunvizinhas. Disponível em: < https://ocachapadadiamantina.org/ >. Acesso em: ago. de 2022.

[159] O curso foi criado pelas seguintes entidades: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), Comissão Pastoral da Terra/ Regional Bahia e Sergipe (CPT), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Institute for Sustainable Economic Development, da University of Natural Resources and Life Sciences de Viena (BOKU/reFUEL, da Áustria), 10Envolvimento e Grupo de Pesquisa e Extensão GeografAR (POSGEO/UFBA).

[160] Resultou na publicação da página eletrônica DOSSIÊ ENERGIAS RENOVÁVEIS NA BAHIA (2022) Disponível em: <https://www.dossienergiasrenovaveis.com.br/index.html >. Acesso em: ago. de 2022.

[161] A audiência pública foi realizada no dia 20 de julho de 2022 no município de Senhor do Bonfim. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=voUHcAu5C1o >. Acesso em: ago. de 2022.

A intensificação do processo de ocupação que veio a ocorrer nesta região, sobretudo a partir dos núcleos de exploração de minérios – primeiramente do ouro e posteriormente dos diamantes –, manteve o processo de racialização e exploração dos corpos negros e indígenas. Diante deste contexto, também se conformaram processos de r-existências protagonizados pelos sujeitos não-brancos[162] (sujeitos racializados), especialmente indígenas e africanos/afrodescendentes, que foram constituindo formas de apropriação coletiva da terra e de se relacionar com a natureza pautadas em outras cosmologias e ontologias.

A partir de uma abordagem descolonial, compreendemos o racismo como uma lógica de organização social intrínseca ao capitalismo. Sob esse mesmo prisma, destacamos a criação da ideia de raça como um constructo social que desempenhou um papel central durante o processo de colonização da América Latina. No processo de colonização, a racialização de determinados corpos (classificação, hierarquização, dominação, exploração, subalternização e escravização) contribuiu com o processo de expansão capitalista. E, no caso, ainda contribui porque, o fim do colonialismo não foi sinônimo do fim da colonialidade que, articulada com a modernidade, mantém o racismo como um dos eixos estruturantes do capitalismo.

Do mesmo modo, trazemos para a discussão o constructo moderno/colonial da ideia de natureza que, consolidando uma visão hierárquica e dicotômica, separa-a da sociedade e, a partir desta concepção, acaba por reduzi-la a fonte de recursos, sujeita ao domínio e exploração. Identificamos, assim, uma articulação entre as concepções de raça e de natureza formuladas pela colonialidade/modernidade. A partir destas concepções, o processo de racialização de determinados corpos justificou a sua subjugação à condição de dominados, visto que, assimilados à ideia de natureza (selvagens, animalescos e sem cultura), estariam também sujeitos ao domínio e à exploração.

Assim como a construção moderno/colonial da ideia de raça contribuiu com a consolidação do racismo nas relações sociais, a construção moderno/colonial da ideia de natureza contribui com a consolidação do extrativismo na relação sociedade e natureza. Tanto o racismo quanto o extrativismo, assim como gênero e classe, são dimensões estruturantes do padrão de poder capitalista e se interseccionam, a partir da colonialidade/modernidade. Pode-se dizer que as práticas extrativistas tendem a atingir determinados territórios sobre o domínio de determinados corpos (racializados) para beneficiar e gerar riquezas a um grupo branco abastado colonialista.

Compreender a "raça" como eixo estruturante do padrão de poder capitalista é de fundamental importância para compreender a sua perpetuação nas relações sociais. Por isso,

---

[162] Compreendidos como sujeitos brancos e providos de cultura estariam: o ocidental, europeu, burguês, cristão, patriarcal e cisheteronormativo.

acrescentamos a sua importância na concepção da questão agrária que também é uma problemática estruturante da nossa sociedade. Da mesma maneira, destacamos a articulação entre racismo e extrativismo/neoextrativismo como uma das dimensões necessárias a serem incorporadas aos estudos que pautam a questão agrária, para que possam orientar estratégias de enfrentamento.

A realidade com a qual dialogamos permitiu-nos identificar que a "raça" e o "racismo" estão diretamente relacionados à questão quilombola no Brasil e com a conformação de um campesinato não quilombola que também sofre racismo. Identificamos ainda que as comunidades quilombolas são múltiplas, dinâmicas e possuem características próprias, protagonizam um histórico processo de luta antirracista e que atualmente, dentre suas pautas, a luta pelo território configura-se como uma das reivindicações centrais. Trata-se de uma luta por território em que os territórios não se reduzem a um pedaço de terra, estando diretamente associados ao estabelecimento de uma relação da comunidade com a natureza. Por isso, mais do que a terra, o território é constituído por todos os elementos da natureza. Estas formas de se relacionar foram elaboradas, construídas e aprimoradas ancestralmente pelas comunidades quilombolas, a partir de uma forma de viver e de fazer em comunidade que é pautado em uma ontologia relacional. Por isso, a luta pelo território se configura como uma forma de enfrentamento ao racismo e ao extrativismo que, conforme já ponderamos, ambos atravessam a questão agrária brasileira. Do mesmo modo, o papel historicamente desempenhado pelo Estado por "não fazer" políticas públicas que enfrentasse o racismo que estrutura a sociedade e a questão agrária, representa a manutenção da colonialidade/modernidade que segue sendo pautada em uma lógica racista que insiste em promover a consolidação e expansão do capital.

A partir do levantamento realizado neste estudo sobre a instalação e projeção de empreendimentos minerários, eólicos e do agronegócio, foi possível constatar que o atual cenário de avanço do extrativismo/neoextrativismo no TI Chapada Diamantina segue perpetuando a lógica racista de definir quais territórios e quais corpos serão transformados em zonas de sacrifícios para o benefício de alguns – é dizer, sobretudo em benefício do capital. Diante deste contexto, ressaltamos que do mesmo modo que é necessário incorporar o debate racial à questão agrária, também é necessário trazer aos debates do extrativismo/neoextrativismo a dimensão racial, visto que, os rejeitos e proveitos gerados a partir de empreendimentos extrativistas tendem a ser racialmente distribuídos.

Observamos que nesse cenário de disputa por terra e natureza os que saem perdendo geralmente são sempre os mesmos, os sujeitos e grupos racializados. Essa é uma das formas do racismo ambiental operar, por meio da expansão e instalação de empreendimentos que de algum modo apresentam um impacto racial. Nos casos analisados, este impacto racial se materializa diretamente na forma como as empresas dos setores da mineração, eólica e

agronegócio estão avançando sobre os territórios de comunidades tradicionais do TI Chapada Diamantina.

Neste estudo foi possível constatar também que, mesmo que se tenham tido importantes avanços e conquistas na luta antirracista por direitos, a garantia aos direitos, ao território das comunidades negras quilombolas segue não sendo priorizada uma vez que, tal situação é reflexo da correlação de forças a que estes enfrentamentos estão submetidos. Os casos abordados demonstram, por exemplo, o desrespeito ao direito à consulta livre, prévia e informada sobre a instalação desses empreendimentos nestes territórios. A instalação destes empreendimentos extrativistas tem ameaçado a disponibilidade e qualidade de elementos naturais presentes nestes territórios que são essenciais para a vida destas comunidades, como: a água, a terra, as serras, a vegetação, a fauna, etc.; além de restringirem o acesso das comunidades a áreas dos seus territórios que são de ocupação tradicional. Ocorre ainda um processo de negação de cosmovisões e conhecimentos, visto que a proposta de instalação destes empreendimentos se coloca, autoritária e de forma questionável, como o único caminho possível de desenvolvimento.

Nos casos analisados abordamos de forma mais detalhada estas situações e compreendemos que elas revelam um cenário de lutas ontológicas: de uma ontologia dualista do capital voltada ao domínio e exploração da natureza e dos corpos como forma de gerar lucro e expansão do capital; e de uma ontologia relacional das comunidades, na qual a relação com a natureza se estabelece em prol da vida, a partir de um pensamento pautado na circularidade que articula ancestralidade e futuro nas formas de viver e de fazer destas comunidades.

O mapeamento dos empreendimentos ligados aos setores da mineração, eólicas e agronegócio na região do TI Chapada Diamantina, além de revelar como estes empreendimentos estão espacializados e gerando conflitos socioambientais; permite-nos identificar também um cenário de expansão e de territorialização destes empreendimentos por meio da conformação de uma espécie de fronteira de expansão energética, agrícola e mineral no TI Chapada Diamantina. Podemos dizer que esse mapeamento nos possibilita identificar tanto uma geografia do que já existe, quanto de uma geografia do que está em andamento. Tais processos de territorialização do extrativismo no TI Chapada Diamantina nos possibilita visualizar a constituição de um cenário de avanço de empreendimentos que ameaçam os territórios de comunidades convertendo-os em atuais e/ou futuras "zonas de sacrifícios". Territórios, como dito antes, que não se resumem apenas à posse da terra, mas falam da relação com todos os elementos que o constituem (terra, água, serras, ventos, minérios, vegetação, fauna, etc.) e que, por sua vez, constituem as referidas comunidades.

Nesse sentido, dialogamos com a concepção de necropolítica, ao compreender que a ameaça à qualidade e à disponibilidade de qualquer um desses elementos que compõem os

territórios dessas comunidades representaria uma forma de deixar morrer a natureza e que, consequentemente, resultaria em uma forma de deixar morrer a comunidade (uma vez que, estão pautadas em uma ontologia que é relacional). Por isso, a promoção e viabilização de empreendimentos extrativistas/neoextrativistas em territórios de comunidades tradicionais, como as quilombolas (foco deste estudo), conformam mais uma política da morte do que da vida, justamente por atingir e comprometer as formas de existências dessas comunidades.

As comunidades quilombolas de Seabra são diretamente impactadas pelo racismo estrutural que conforma a nossa sociedade e que, por sua vez, cria diferentes processos de racialização. Neste trabalho apontamos alguns deles: a racialização do acesso à educação, a racialização do acesso à terra, a racialização de quais sujeitos terão os direitos garantidos na luta pelo território e a racialização na implementação de empreendimentos extrativistas. As discussões e reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa nos leva a afirmar também que estamos diante de uma questão agrária que é racializada, ou seja, que a dimensão racial é um componente crucial da problemática agrária brasileira.

Entendemos também que estamos diante de geo-grafias que são racializadas. Isto quer dizer que estamos falando de formas de grafar a vida na terra que foram e que são marcadas pelo racismo. Estas formas de grafar a vida na terra correspondem à complexidade de existências que se dão no espaço, e a ideia de geo-grafias racializadas traz à cena a complexidade do espaço geográfico, que é socialmente construído e marcado pelo racismo. A geo-grafia racializada é fortemente marcada pela colonialidade/modernidade da expansão capitalista geradora de violência, conflito, expropriação, exploração, exclusão, subalternização, dor, sofrimento e morte. No entanto, é também uma geo-grafia racializada das r-existências, de saberes, de conhecimentos diversos, da relação com a natureza, da ancestralidade, do viver em comunidade, da prática que constrói um futuro em prol da vida. São geo-grafias racializadas que se constroem no encontro/confronto entre ontologia dualista e ontologia relacional.

Deste modo, além de identificar e problematizar o cenário de disputa por natureza/território desencadeado pelo avanço de empreendimentos extrativistas/neoextrativistas em territórios de comunidades tradicionais, destaque para as comunidades quilombolas; as comunidades quilombolas de Seabra nos ensinam que sua existência é resistência. Os processos de r-existências dessas comunidades se dão de múltiplas formas, desde o processo de constituição de cada comunidade em seus respectivos territórios, até a forma como historicamente se articulam e estabelecem relações entre si. Abordamos, por exemplo, a forma como estas comunidades fazem no cotidiano a prática de uma cultura que é política. Compreendemos as manifestações da cultura popular das comunidades quilombolas de Seabra como processos de constituição de uma política cultural que parte da prática dessas comunidades, parte de um saber, de uma forma de viver e fazer que é coletivo

e ancestral, parte de um modo orientado por uma ontologia relacional que está simbolicamente e materialmente atrelada aos seus respectivos territórios.

As r-existências dessas comunidades quilombolas não são apenas atuais, elas se territorializam, conformam seus territórios a partir de processos de territorialização que simultaneamente constroem territorialidades que não se reduzem a uma existência material e física. Essas territorialidades partem de uma forma de sentir e pensar fundamentadas em outras cosmologias e em uma ontologia que é relacional. Nesse sentido, é importante destacar que as nominações autoatribuídas por cada comunidade na formulação de suas identidades coletivas estão diretamente associadas aos elementos físico-geográficos, ou podemos dizer, da natureza que compõem os seus respectivos territórios. A autoidentificação das comunidades quilombolas trazem consigo a dimensão simbólica e material que conformam seus respectivos territórios. Comunidades quilombolas autodenominadas de: Agreste, Baixão Velho, Cachoeira da Várzea, Capão das Gamelas, Lagoa do Baixão, Mocambo da Cachoeira, Morro Redondo, Olhos d'água do Basílio, Serra do Queimadão, Vão das Palmeiras e Vazante. Nota-se, assim, que apresentam, a partir de seus nomes, a relação intrínseca que possuem com os elementos da natureza/território.

As comunidades quilombolas de Seabra nos ensinam a sabedoria de nutrir a ancestralidade a partir de práticas que são criadas e recriadas por meio da valorização da memória que relembra, resgata, rememora e se estabelece a partir de um fazer que é coletivo. Ao mesmo tempo que se nutrem do passado, apresentam no seu fazer uma perspectiva de futuro em que o encontro de gerações e a relação com a natureza acontecem em função da vida e se constituem como r-existências.

As r-existências dessas comunidades são movimentos que driblam o processo racista e necropolítico de aniquilamento executado pelo padrão de poder capitalista. A necropolítica barra o Rio Cochó, que vaza na comunidade quilombola da Vazante; extrai minérios da encosta do morro que dá nome à comunidade quilombola do Morro Redondo e que, aos poucos, vai deixando-o menos arredondado; também projeta empreendimentos capazes de se apropriar do subsolo de comunidades que estão sobre este mesmo solo constituindo nele seus territórios, como é o caso das comunidades quilombolas de Seabra. É a mesma necropolítica que projeta instalações eólicas em serras que, no contexto do semiárido, possuem a grande importância de serem fontes de nascentes de água e, até mesmo, resguardam importantes registros arqueológicos, como as pinturas rupestres presentes na comunidade quilombola do Morro Redondo; é a mesma que compromete também a distribuição da terra e da água por meio do avanço do agronegócio, no entorno próximo de Seabra, a partir da apropriação privada e concentradora da terra, explorando ainda grandes quantidades de água por meio da instalação de pivôs centrais e de barragens. É do mesmo modo, a necropolítica de um Estado permanentemente em disputa e que por sua vez, não prioriza a construção de políticas públicas

em prol da vida, e que também não efetiva políticas públicas agrárias voltadas aos territórios quilombolas, deixando de valorizar e fortalecer as práticas e saberes dessas comunidades na forma de se relacionar com a natureza e de constituírem seus territórios. Estes e os demais exemplos abordados durante esta tese apontam para a lógica da necropolítica que busca aniquilar comunidades historicamente racializadas, que, entretanto, se mantêm em r-existência.

Muito para além do limite e do recorte temporal estreito deste trabalho, os movimentos de r-existência aconteciam e seguem acontecendo de diferentes formas. Como já mencionamos anteriormente, essas múltiplas formas encarnam-se na prática: na forma de viver e de fazer em comunidade, que também se constitui como uma forma de se articular e mobilizar politicamente. Podemos destacar a mobilização da comunidade quilombola da Vazante, que segue dando continuidade a sua luta histórica, disputando que o novo reassentamento garanta as condições de vida da comunidade. As demais comunidades quilombolas de Seabra (Agreste, Baixão Velho, Cachoeira da Várzea, Capão das Gamelas, Lagoa do Baixão, Mocambo da Cachoeira, Olhos d'água do Basílio, Serra do Queimadão e Vão das Palmeiras), mesmo tituladas, também seguem articuladas em defesa de seus territórios que ainda hoje são alvo da apropriação privada das terras[163]. Quanto à comunidade quilombola do Morro Redondo, foco principal desta pesquisa, é notório os caminhos da r-existência. Recentemente, o Morro Redondo conseguiu que a CDA determinasse à empresa contratada por este órgão que os marcos inseridos no território da comunidade[164] e que, a princípio, indicavam uma delimitação do território divergente da que foi feita com o INCRA, fossem imediatamente retirados. A questão da titulação ainda segue em disputa, assim como o enfrentamento às mineradoras e eólicas, que já anunciam interesse em seu território.

Esse desdobramento, desencadeado na comunidade quilombola do Morro Redondo, é fruto das tessituras mencionadas anteriormente que conformam uma rede de territórios em r-existência de forma interescalar entre as comunidades quilombolas, Seabra, TI Chapada Diamantina e Bahia. O curso sobre energias renováveis na Bahia além de se constituir como

---

[163] Conforme apresentamos, em nenhuma delas houve o processo de desintrusão das pessoas não quilombolas instaladas nos territórios quilombolas. Esta situação tem contribuído para que novos processos de compra e venda de terras fossem realizados nos territórios já titulados assim como, o cadastramento individual do Cadastro Ambiental Rural (CAR) ou Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) que no caso das comunidades quilombolas deveria ser coletivo.

[164] Após a participação da comunidade quilombola do Morro Redondo na audiência pública realizada, no dia 20 de julho de 2022, no município de Nosso Senhor do Bonfim, a CDA atendeu ao pedido da comunidade e compareceu na reunião agendada para o dia 31 de julho de 2022 no território quilombola do Morro Redondo. Nesta reunião a CDA afirmou que a empresa que inseriu os marcos não foi a empresa eólica (CER-Energia), mas uma empresa contratada pela CDA e denominada de Terra Exata ou Terra Nova. No entanto, deixamos nesse estudo o nome da empresa CER-Energia por ser em nome desta empresa que o contato realizado com a comunidades por funcionários da suposta Terra Exata ou Terra Nova eram realizados. As lideranças da comunidade reclamam também sobre essa falta de clareza de quem são e de quais empresas são essas pessoas que estão indo no território da comunidade desde que os interesses eólicos chegaram em seu território.

um importante processo formativo para as lideranças, contribui com que experiências sejam trocadas entre as comunidades. Comunidades que já estão sendo impactadas por empreendimentos energéticos puderam compartilhar suas experiências com aquelas que estão começando a ouvir falar do interesse de instalação desse tipo de empreendimento em seus territórios. Nesse sentido, esses momentos de trocas de experiências além de repercutirem nos processos de r-existências das comunidades, revelam o cenário de agudização das lutas em defesa dos territórios frente ao avanço do extrativismo/neoextrativismo.

Outra questão importante de ser mencionada, diz respeito ao contato das comunidades com os mapas de seus respectivos territórios e especialmente com os mapas que representam a sobreposição de empreendimentos projetados em seus territórios, sem o conhecimento destes que estão no território. Lideranças das comunidades quilombolas do Agreste, Morro Redondo, Vão das Palmeiras e Vazante tiveram contato com os mapas elaborados nesta pesquisa. Tal contato foi importante não apenas para compreenderem o cenário de avanço de empreendimentos extrativistas/neoextrativistas mas, sobretudo, para fortalecer a compreensão da importância de estarem articulados e mobilizados em rede.

Para a comunidade quilombola do Morro Redondo, a única que ainda não é titulada no município de Seabra, visualizar e reconhecer no mapa os limites que foram pensados e discutidos conjuntamente com o INCRA foi enriquecedor. Especialmente após a coleta em campo das coordenadas de cada marco inserido, pela empresa contratada pela CDA, no território da comunidade. Visualizar no mapa os marcos e os limites estabelecidos pelo INCRA foi de fundamental importância para as discussões que a comunidade passou a desencadear sobre a necessidade de que a titulação respeite os limites territoriais delimitados pelo INCRA. Este processo também contribui com a compreensão da comunidade sobre a problemática do avanço do extrativismo/neoextrativismo em seu território e, também, com o fortalecimento da tessitura dessa rede de territórios em r-existência. Nesse sentido, é importante destacar que o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado foi marcado por um movimento no qual o processo de pesquisa foi se transformando a partir do contato com a realidade e, de certa forma, também agindo na realidade.

A partir das comunidades quilombolas de Seabra, construímos análises e diálogos teóricos com temáticas de fundamental importância para o saber/fazer geográfico, tais como: raça, racismo, quilombos, natureza, extrativismo e questão agrária. Buscamos construir uma perspectiva de análise que parte da abordagem teórica da descolonialidade, procurando construir também uma abordagem teórica "desde dentro" e que, ademais, vise contribuir com o campo de estudo de Geografias Negras. Este campo de estudos tem apresentado uma forma própria de entender o espaço, no qual nós, sujeitos negros, buscamos tratar de problemáticas e questões geográficas destacando a racialidade dos processos socioespaciais.

Esperamos assim, que este trabalho possa trazer contribuições tanto para um dos tradicionais campos de estudos da Geografia, que é a Geografia Agrária, quanto contribuir com o campo de estudos que vem sendo denominado de Geografias Negras, como mencionado na Introdução dessa tese. Não se trata de algo novo e sim de algo que vem se fortalecendo a partir do processo de enegrecimento do fazer geográfico por meio de métodos e metodologias que valorizam os corpos, a existência, as r-existências, outras cosmologias, ontologias, etc.

O diálogo da Geografia com perspectivas afroespistemológicas se faz urgente. Reconhecemos que este trabalho deu passos muito tímidos nesse sentido. Pensamos que o diálogo com estas perspectivas seja necessário para condizer com a própria perspectiva de descolonialidade, mas destacamos que este é um caminho que já está sendo trilhado e, de forma coletiva, vamos avançando neste caminhar. A partir das comunidades quilombolas de Seabra, buscamos contribuir com a construção de uma análise de como os processos estão se territorializando e, deste modo, de como a teoria vai se materializando simbioticamente aos processos concretos observados a partir da realidade.

Estas considerações, denominadas de finais, não buscam apontar um fim e, sim contribuir com a construção de um processo e de um fazer teórico que está em movimento, que está em espiral e que parte de um sentir/pensar que é racializado. Este movimento não começou agora, por isso o processo de revisitar os que escreveram antes de nós e, especialmente trazer as escritas enegrecidas em diálogo com o sentir/pensar/fazer das comunidades que também revisitam a todo tempo os que vieram antes em suas práticas cotidianas de construção de um futuro em prol da vida, contribui, também, com esse fazer teórico que também é prático e está em movimento.

> No movimento curvo da memória, nosso tempo-tambor gira para trás e simultaneamente para frente, na cadência das espirais que enovelam e inspiram o presente. Volver o olhar para o antes é revirá-lo também para o depois, e para os agoras. (MARTINS, 2021, p. 16).

Trazemos assim, este fragmento do livro da Leda Maria Martins[165] (2021) como símbolo deste fazer teórico que segue em movimento. O contato com esse referencial se deu no momento de finalização desta tese, justamente para mostrar que o diálogo prático e teórico segue adiante. Não finaliza com esta tese e, tampouco, está tudo aqui. O debate sobre a corporeidade negra, por exemplo, trazer o corpo como uma das escalas de análise foi algo que este trabalho não teve fôlego para adentrar, mas compreendemos que seria uma das linhas

[165] Intelectual negra que abraça a missão de escrever sobre um dos reinados do Rosário de Minas Gerais. Em seu livro "Afrografias da Memória", a autora fala do Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Jatobá (Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na região de Jatobá, em Belo Horizonte). É importante dizer, que ela escreve sobre os seus, constrói um conhecimento que "desde dentro" discorre sobre uma manifestação cultural da qual faz parte. Leda Maria Martins é doutora em Literatura Comparada e rainha de Nossa Senhora das Mercês, elabora um processo de escrita e análise afroperspectivado pautado nos saberes, valores e cosmovisão africanos.

possíveis de continuidade. Martins (2021) abre caminho para essa possível análise, bem como as reflexões desenvolvidas por Beatriz Nascimento no documentário "Orí"[166] e assim como também as abordagens que partem de uma perspectiva de gênero que anunciam o corpo como território, trazem importantes reflexões para o desenvolvimento de estudos que incluam o corpo-território como escala de análise.

Enfim, mencionar a Leda Maria Martins e a Maria Beatriz Nascimento nas considerações "não finais" dessa tese é uma forma de honrar, reverenciar, louvar essas mulheres e tantas outras que, como intelectuais negras, estão pensando ou pensaram seus pertencimentos. Esse movimento segue e o desenvolvimento deste trabalho espera contribuir tanto com o campo da Geografia Agrária quanto com o campo amplo e potente de estudos das Geografias Negras.

[166] O documentário é de 1989, foi dirigido por Raquel Gerber e é narrado por Maria Beatriz Nascimento. Nele, essa importante historiadora e militante negra traça uma narrativa com importantes reflexões sobre a relação entre Brasil e África, sobre o conceito de quilombos, sobre o movimento negro, sobre a comunidade negra e sua relação com o tempo, o espaço, a ancestralidade e o corpo.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.** Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1960.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (Orgs.). **Descolonizar o imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 46 – 85.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed., Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos** (novas leituras). Belo Horizonte, Editora: UFMG, 2000. 538 páginas.

AMORIM, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. Quilombos da Bahia: presença incontestável. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios Extrativo-Mineral da Bahia:** Violações de Direitos e Conflitos no Território Terra-Abrigo. Tese de doutorado (Pós Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

ANTONINO, Lucas Zenha; GERMANI, Guiomar. A Mineração e os Conflitos Territoriais na Bahia. In: MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs). **Amputação das montanhas do sertão:** ecocídio e mineração na Bahia, volume 2. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021.

ARANZABAL, Iñigo Arrazola; OLIVEIRA, Claudio Adão Dourado de. A gestão pública das águas e os conflitos territoriais na Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu. **Desarollo Rural Exploraciones**, n. 46. Instituto de Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS): Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < https://ipdrs.org/index.php/nuestra-produccion/exploraciones/exploracion/46 >. Acesso em: set. de 2021.

ARAÚJO, Júlio César Holanda; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. Entre Expropriações e Resistências: Mapas das Desigualdades Ambientais na Zona Costeira do Ceará, Brasil. *In:* GORAYEB, Adryane; Brannstrom, Christian; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade (Orgs). **Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2019, p. 61-81.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauro, SP: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Wagner Fernandes de. Necropolítica latino-americana: da incapacidade de lidar com a pandemia à distopia para aplacar velhos problemas. Entrevista especial com Eduardo

Gudynas. **Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 11 mai. 2021. Disponível em: < https://www.ihu.unisinos.br/609118-necropolitica-latino-americana-da-incapacidade-de-lidar-com-a-pandemia-a-distopia-para-aplacar-velhos-problemas-entrevista-especial-com-eduardo-gudynas%22%20%5Ct%20%22_blank >. Acesso em: abril de 2022.

BAHIA SINGULAR PLURAL. **Encontro de Reis da Chapada** - Bahia Singular e Plural. 2012. 1 vídeo. (14min55s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ED3IiSe_HA>. Acesso em: jun. de 2022.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia de 1989**. Disponível em: < http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-05-de-outubro-de-1989>. Acesso em: julho de 2020.

BARBOSA, Aline Miranda. **Agricultores e pescadores dos Areais da Ribanceira, Imbituba – Santa Catarina: uso comum da terra e território tradicional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

BARBOSA, Aline Miranda. **Povos e comunidades tradicionais em luta pelo território:** interseções e tensões entre a questão agrária e a questão ambiental. Niterói, RJ, 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 25/11/2014.

BITTENCOURT, Carlos; GOMES, Renato; DAFLON, Rogério. **Mapa das Minas.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Analises Sociais e Economicas – IBASE, 2016.

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de nov. 2003. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em 2020.

BRITO, Sandra; PEREIRA, Daniel; LANDAU, Elena Charlotte. **Área irrigada por pivôs centrais no Brasil atinge 1,6 milhão de hectares** – Brasil. Embrapa Milho e Sorgo, 2021.

CAMPOS, Adrelino. **Do quilombo à favela:** a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2005.

CAPITAN, Ubiraneila. **O quilombo que remanesce**: estudo de caso acerca dos impactos da política pública de certificação e de titulação dos território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Salvador: UFBA, 2009.

CDA - COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA BAHIA . **Secretaria de Desenvolvimento Rural** (SDR) – Bahia, 2020. Disponível em: http://www.cda.sdr.ba.gov.br/cda . Acesso em jul. 2020.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO/CPT - CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT; 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc Acesso em 2020.

CONVENÇÃO 169. **Sobre povos indígenas e tribais, Art.6** – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO

TRABALHO – OIT – elaboração. Genebra, 1989. Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm Acesso em 2020.

CONVENÇÃO 169. **Sobre povos indígenas e tribais, Art. 2** – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT - elaboração. Genebra, 1989. Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm Acesso em 2020.

CONVENÇÃO 169. **Sobre povos indígenas e tribais, Art.14** – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT - elaboração. Genebra, 1989. Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm Acesso em 2020.

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA BAHIA – CDA. **Manual de Procedimentos:** regularização fundiária das terras públicas, rurais e devolutas que integram os corredores de vento no estado da Bahia. (anexo I da IN 01/2020), Bahia, 2020. Disponível em: < http://www.cda.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/2020-07/ANEXO_I_Manual_de_Procedimentos.pdf >. Acesso em: abril de 2022.

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS – SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. CTE-SEAD UFBA. **Diálogo com povos tradicionais:** Quilombolas – CTE-SEAD UFBA. 2018. 1 vídeo (16min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n_Mwe9MseJ8>.Acesso em: 12 fev.2019.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri. (Org.) **Cartografia social, terra e território**. 1. ed., Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, 119-176.

DOSSIÊ ENERGIAS RENOVÁVEIS NA BAHIA: Caminhos e Descaminhos. v.1. n1. (jul.2022) – . – Salvador: (BA): AATR, CPT,IRPAA, BOKU, ONG 10envolvimento, GeografAR (UFBA), 2022. Disponível em: <https://www.dossienergiasrenovaveis.com.br/index.html >. Acesso em: ago. de 2022.

ESCOBAR, Arturo**. Sentipensar con la tierra.** Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** tradução de Renato da Silveira. Salvador (BA): EDUFBA, 2008.

FCP - Fundação Cultural Palmares. **Tabela de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) Certificadas.** Atualizada em 12.05.2020b. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ba-12052020.pdf>. Acesso em: junho de 2020.

FCP (a). Fundação Cultural Palmares. **Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) por Unidades Federativas.** Atualizado em 21.02.2020a. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-QUADRO-GERAL-29-10-2020-1.pdf >. Acesso: 09 de fevereiro de 2020.

FERNANDES DOS SANTOS, Mariza. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil (1987-2018). Revista da Associação

Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 54-77, abr. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/854>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FERREIRA GUIMARÃES, Geny. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 292-311, abr. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/866>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território:** caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSFOGUEL, Ramón. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas:** colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, 2009, p. 223-234.

GARCÍA, Jesús Chucho. Afroepistemologia e Afroepistemetódica. In: WALKER, Sheila S. (Org.). **Conhecimento desde dentro**: os afro-sul-americanos falam de seus povos e de suas histórias. Tradução de Viviane Conceição Antunes – Rio de Janeiro: Kitabu, 2018; p. 87 – 105.

GERMANI, Guiomar Inez. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p.269-304.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil:** Análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos:** uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Maíra. Guerra da água no Oeste da Bahia: Trabalhadores ocupam fazendas e 12 mil vão às ruas em denúncia aos abusos do agronegócio no uso da água. **Brasil de Fato Bahia**. Correntina, 18 dez. de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefatoba.com.br/2017/12/18/guerra-da-agua-no-oeste-da-bahia>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Por uma indignação antirracista e diaspórica: negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 26, out. 2018, p. 111-124. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/642> Acesso em: 20/01/2020.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (una redefinición). *In:* BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (org.) **La teoría marxista hoy**: *problemas y perspectivas.* Buenos Aires: CLACSO, 2006, 409 – 434.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. 1988. *In:* **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**. n. 1. 2011. p. 12-20.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea organizada e editada pela UCPA [União dos coletivos Pan-Africanistas]. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008, p. 115-147.

GRUPO DE PESQUISA GEOGRAFAR. Universidade Federal da Bahia. Estrutura Fundiária. Salvador, 2020. Disponível em: https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria Acesso em: fev.2020.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. *In:* CAAP & CLAES (Eds.), **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Equador, Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009, p. 187-225.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extrativismos: las ambivalências del progressismo sudamericano. **Revista Nueva Sociedad** n° 237, enero-febrero de 2012. p. 128 – 146.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (Orgs.). **Descolonizar o imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 174 – 212.

GUEDES, Azamor Coelho. **O racismo e seu enfrentamento na escola e no trabalho:** processos de escolarização e profissionalização de jovens quilombolas da Chapada Diamantina-BA. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Cachoeira, 2018.

GUIMARÃES, Daniel Pereira; LANDAU, Elena Charlotte; SOUZA, Denise Luz de. **Irrigação por Pivôs Centrais no Estado da Bahia** - Brasil. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2014.

HERCULANO, Selene. **Lá como cá:** conflito, injustiça e racismo ambiental. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional da Bahia. **Relatório Antropológico Comunidade Quilombola Olhos D'Água do Basílio.** Antropóloga: DUTERVIL, Camila. Salvador, 2009.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional da Bahia. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola do Agreste – Seabra/BA.** Coordenação: JUNIOR, Itamar Rangel Vieira; BARRETO, Luiz Eduardo Chagas. Convênio com Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Cultura – FAPEC. Salvador, 2010a.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional da Bahia. **Relatório Antropológico sobre a Comunidade Quilombola Capão das Gamelas, Seabra-BA.** Antropóloga: CAPINAN, Ubiraneila. Bahia, 2010b.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional da Bahia. **Relatório Antropológico Comunidade Quilombola Morro Redondo.** Antropóloga: DUTERVIL, Camila. Brasília, 2010c.

INCRA-DFQ, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas. **Acompanhamento dos processos de regularização quilombola.** Atualizado em dez de 2019a. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf>. Acesso: 09 de fevereiro de 2020a.

INCRA-DFQ, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas. **Relação de processos de regularização abertos no Incra.** Atualizado em 16/12/2019b. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso: 09 fevereiro de 2020b.

IPAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Amazônia em Chamas:** o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. Nota técnica: fevereiro de 2022 nº9. Disponível em: < https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-9-o-novo-e-alarmante-patamar-do-desmatamento-na-amazonia/ >. Acesso em: abril de 2022.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil:** questões conceituais e normativas. Caderno Textos e Debates. n. 7. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos Quilombos. *In:* ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs.)... [et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social:** Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. Filosofias africanas: uma introdução. 3ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. Ecología política de la modernidad. Una mirada desde Nuestra América. **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires.** Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. O debate sobre o "extrativismo" tem tempos de ressaca. A Natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (Orgs.). **Descolonizar o imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 444 – 468.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. **El capital necesita ultrapasar la institucionalidad, desbordarla, violentarla** – Rosalux Andina., 2019. 1 vídeo (47min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cnIMB4hA6Ak Acesso em: 10 fev. 2020.

MARTINS, José de Souza. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária.** Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro, 10 (19), 1980, p. 31-47.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória:** o Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte (MG): Mazza Edições, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, soberania, estado de exceção, política da morte. Traduzido por Ranata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. **Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração.** Revista Pós Ciências Sociais, v. 10, São Luís, 2013, p. 119-148.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DA BAHIA. **Portal de Notícias**. 2020. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/ Acesso em abr. de 2022.

MOMBELLI, Raquel. **Visagens e Profecias: ecos da territorialidade quilombola.** Tese doutorado em Antropologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

MOREIRA, Gislene. **Sertões contemporâneos**: rupturas e continuidades no semiárido. Salvador: Eduneb; Edufba, 2018.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB. Brasil. 2021. Disponível em https://mab.org.br/2021/10/07/atingidos-por-barragem-vazante-baraunas-avancam-na-luta-por-regularizacao-fundiaria-na-chapada-diamantina-ba/ . Acesso em 2020.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual:** possibilidade nos dias de destruição. Coletânea organizada e editada pela UCPA [União dos coletivos Pan-Africanistas]. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Posseiros**: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). Tese de doutorado (Pós Graduação em História do Norte e Nordeste do Brasil), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

OLAVO, Antonio (direção). **Quilombos da Bahia**. Documentário. Salvador: Portfolium Laboratório de Imagens, 2004. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=gfGLly-P6HQ>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, Claudio Dourado de. Os Territórios Camponeses na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, na Bahia-Brasil e as ameaças pela política agronegócio. **Diálogos**, n. 212. Instituto de Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS): Paraguaçu, 2018. Disponível em: < https://ipdrs.org/index.php/nuestra-produccion/dialogos/dilogo/212 >. Acesso em: set. de 2021.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. A questão racial brasileira: apontamentos teóricos para compreensão do genocídio negro. **Revista da ABPN**, v. 12, Ed. Especial – Caderno Temático: "Geografias Negras", 2020, p. 312-335.

OLIVEIRA, Fátima Cristina da Silva. **Exploração mineral, sítios arqueológicos e questões socioambientais em Boquira BA – Desafios e alternativas para a gestão municipal.** Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. Juazeiro, 2018.

OLIVEIRA, Luana Figueiredo de Carvalho. **A habitação a partir do olhar da etnicidade quilombola:** estudo de caso do Programa Nacional de Habitação Rural no Território Quilombola de Mocambo da Cachoeira na Chapada Diamantina. Dissertação de mestrado

(Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Brasil, 1989.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo:** uma luta que transcende a cor. 2007. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/. Acessado em: 16 de novembro de 2021. Traduzido e publicado em Development in Practice, Volume 18, Number 6, November 2008.

PIRES, VICTOR. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Violência contra quilombolas dispara em 2017.** Disponível em: < https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/violencia-contra-quilombolas-dispara-em-2017 Acesso em jan. 2020.

PITTELKOW, NANCI. Observatório dos Conflitos Ambientais surge da união de geraizeiros, indígenas e pesquisadores na Chapada Diamantina. **De olho nos ruralistas:** observatório do agronegócio no Brasil. Bahia, 11 de nov. 2021. Disponível em: < https://deolhonosruralistas.com.br/2021/11/11/observatorio-dos-conflitos-ambientais-surge-da-uniao-de-geraizeiros-indigenas-e-pesquisadores-na-chapada-diamantina/ >. Acesso em: abril de 2022.

PORTELA, ANA CARLA. **África do lado de cá**: Ciclo 3 - Entrevista de Lauro Roberto Ferreira Oliveira a Ana Carla Portela (ex-professora do IFBA de Seabra), realizada em 14 de outubro de 2020.- 1 Live. (58min) Instagram, 2020. Disponível em:< https://www.instagram.com/p/CGVwYPkjkpF/ >. Acesso em 28 de outubro de 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de nova territorialidades. *In:* **La Guerra Infinita:** Hegemonia y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf . Acessado em: 06 de setembro de 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (O Seringal) à territorialidade seringueira (A Reserva Extrativista).** Brasília: MMA/IBAMA, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber:** Eurocentrismo e Ciencias Sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In CECEÑA, Ana Esther (Coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151 – 197.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Org. SADER, Emir. *In*: **Os porquês da desordem mundial:** mestres explicam a globalização. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Prefácio: A Geografia do sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna. *In:* SANTOS, Renato Emerson dos (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na Geografia do Brasil. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PRIORE, Mary del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber:** Eurocentrismo e Ciencias Sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. O que é essa tal raça? *In:* SANTOS, Renato Emerson dos (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na Geografia do Brasil. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. **Conflitos Socioambientais no Meio Socioeconômico:** O Caso De Brotas De Macaúbas, Bahia. Revista Brasileira de Energia | Vol. 26, Nº 4, 4º Trimestre de 2020.

RIBEIRO, Carolina Silva *et al*. Aspectos econômicos e jurídicos que cercam a relação de camponeses com empresas exploradoras de energia eólica no município de Brotas de Macaúbas – Bahia. **Revista Nexos Econômicos** – PPGE/UFBA v. 12, n. 2, jan-jun. 2018. Disponível em: < https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/33986 >. Acesso em: set. de 2021.

SALVE AS SERRRAS. **Salve as Serras**, 2020. 1 vídeo (7min23s). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=O8AlFvxlfL4>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

SANTANA FILHO, Alberto José. **Análise de Condicionantes Socioambientais para Instalação de Parques Eólicos:** Estudo de Caso, Licenciamento do Complexo Eólico Morrinhos - Campo Formoso – BA. Dissertação (Mestrado), Universidade Católica do Salvador, Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental. Salvador, 2019.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino de. **A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI.** São Paulo: Paco, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Somos da terra.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 12, 2018. Disponível em: https://piseagrama.org/somos-da-terra/ . Acessado em: 13 de setembro de 2021.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, Quilombos:** Modos e Significações. 2ªEd. Brasília: Ayô, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **História da luta e resistência negra e quilombola no Brasil:** confluências nas retomadas. Evento realizado pelo programa Terra de Direitos de Bolsas para Advogadas/os Populares Quilombolas e Indígenas no dia 16 de novembro de 2021. 1 vídeo (54:59min) [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/c/TerradeDireitosoficial . Acessado em: 16 de novembro de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, póscolonialismo e inter-identidade. *In:* RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, Antonio Sousa (Orgs.). **Entre ser e estar:** raízes, percursos e discursos de identidade. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano:** 1640 – 1750. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2010.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rio e Fronteiras**: Conquista e Ocupação do Sertão Baiano. São Paulo: EDUSP, 2017.

SANTOS, Milton de Almeida. Por uma Geografia Cidadã: por uma epistemologia da existência. In: Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 7-14, ago., 1996. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350 >. Acesso em: agosto de 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos; CORREA, Gabriel Siqueira. **A geografia negra das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil.** *In:* SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN (BAHIA). 2020. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/ Acesso em 2020.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SHUBERT, Camargo. **Atlas eólico: Bahia**. Elaborado por Camargo-Schubert Engenheiros Associados... [et al.]; dados do modelo mesoescala fornecidos por AWS Truepower – Curitiba: Camargo Schubert; Salvador: SECTI, SEINFRA, CIMATEC/ SENAI, 2013. Disponível em: < http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlaseolicobahia2013.pdf >. Acesso em: abril de 2022.

SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade**: Ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

SILVA, Tâmara Bastos. **Aspectos Socioambientais e econômicos dos municípios baianos Anagé e Mucugê em função da construção de reservatórios.** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Itapetinga, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção da identidade e da diferença.** *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 73 – 102.

SOLANO, Xochitl Leyva. ¿Academia versus activismo? Repensarnos desde y para la práctica teórica-política. *In*: RETOS, Comisión Editorial. Prácticas otras de conocimento(s) entre crisis, entre guerras. Tomo II. Guadalajara (México): Taller Editorial La Casa del Mago, 2015.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina:** conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara, México: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales, 2019.

TRALDI, Mariana. Impactos Socioeconômicos e Territoriais da Implantação de Parques Eólicos nos Municípios de Caetité (BA) e João Câmara (RN). *In:* GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian; MEIRELES, Antonio J. de Andrade (Orgs). **Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2019, p. 265-286.

TV Bahia. Jornal BA TV. **"Guerra pela Água"** | Correntina – BA (11 nov 2017). TV Bahia, 2019. 1 vídeo (2min55s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rujl2OPc17U >. Acesso em: jan. de 2020.

TV GGN. **As apostas da Bahia em desenvolvimento**: entrevista com o governador Rui Costa. TV GGN, 2021. 1 vídeo (1h04min14s). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=BZe-k0uR93g >. Acesso em: julho de 2022.

TV UNEB – Seabra. **ATO VIRTUAL**: Lançamento da Campanha Internacional Salve as Serras – TV UNEB- Seabra, 2020a. 1 vídeo (1h58min06s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=72bPjn2ErRY&t=569s>. Acesso em out. 2020.

TV UNEB Seabra. **Boca Piu**: Chapada Diamantina, Agricultura Familiar e a Instalação de Torres Eólicas – TV UNEB Seabra, 2020b. 1 vídeo (1h54min52s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HXC4ulWxHZg&t=5078s>. Acesso em: set. de 2021.
VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado.** 1. Ed. São Paulo: Todavia, 2019.

TV UNEB – Seabra. **Comunidade Quilombola do Morro do Redondo: Práticas e Saberes Tradicionais**. 2022. 1 vídeo (20min53s). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=sWwpTQXxdaI >. Acesso em: jun. de 2022.

WALKER, Sheila S. (Org.). **Conhecimento desde dentro**: os afro-sul-americanos falam de seus povos e de suas histórias. Tradução de Viviane Conceição Antunes – Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

ANEXO 1

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO E VIZINHANÇA

Seabra, 11 de janeiro de 2022

À Divisão de Ordenamento Fundiário – INCRA

Vimos, por meio desta, comunicar à divisão de ordenamento fundiário do INCRA que a comunidade quilombola Morro Redondo, localizada nos municípios de Seabra e Ibitiara, cujo processo de titulação está em andamento sob o número: INCRA/SR-05/54160.002695/2009-05. A mesma comunidade também tem o processo de titulação em andamento na Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA sob número 880110010010.

No dia 25 de julho de 2021 a CDA, representada pelo Sr. Roque Peixoto (Coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais – CDA) realizou uma reunião com a Associação Quilombola de Morro Redondo acompanhada por três representantes da Companhia de Energias Renováveis (CER-Energia) para comunicar que a titulação do território da comunidade está em fase final, faltando apenas ajustar os limites do território com as comunidades de Riachão e Tiririca.

Nos dias que se seguiram após a reunião, representantes da CER-Energia percorreram o território da comunidade sem a presença de um representante da CDA. Solicitaram o acompanhamento de pessoas da comunidade para indicar os limites estabelecidos pelo INCRA e depois disso, colocaram marcos em pontos diferentes aos limites do território da comunidade.

Por isso, desde então, a comunidade quilombola do Morro Redondo está apreensiva comas medições e marcações que foram realizadas em seu território pela empresa CER- Energia. A comunidade está em dúvida se as marcações foram realizadas para subsidiar o processo de titulação em andamento na CDA ou se visam subsidiar o processo de implementação de torres eólicas pela CER-Energia.

As duas situações geram preocupação na comunidade com relação a garantia de seu território tradicional e continuidade do seu modo de vida. Uma vez que, caso os marcos colocados pela empresa CER-Energia sejam utilizados para rever os limites do território do Morro Redondo com o Riachão e a Tiririca, estes limites estariam reduzindo a área do território delimitado pelo INCRA, ou seja, não estariam em consonância com a marcação dos limites realizada há mais de dez anos entre a comunidade e o INCRA.

Do mesmo modo, se estes marcos estão sendo planejados para subsidiar a implantação de torres eólicas, também não estão sendo implementados com total acordo e conhecimento da comunidade. Famílias que usufruem das terras onde foram colocados os marcos pela CER-Energia não foram comunicadas sobre a entrada da empresa em suas terras e o significado do estabelecimento destes marcos. Vale destacar também que, a região onde foram colocados os marcos é denominada pela comunidade de Serrão e Taquara, trata-se de uma área de extrema importância do território de uso tradicional da comunidade. Além de ser utilizada para o estabelecimento de roças e soltura do gado, é uma área com presença de nascentes e com fontes de água utilizadas há muitas gerações pela comunidade. Vale destacar também, a importância arqueológica desta área visto que no Serrão há rochas com pinturas rupestres.

Deste modo, gostaríamos de obter mais informações de como está o processo de titulação do território da comunidade por meio do INCRA e saber de que forma o INCRA pode verificar com a CDA se os limites estabelecidos nos anos de 2010/2011 entre a comunidade quilombola e INCRA serão respeitado pela CDA no caso da titulação sair por meio deste órgão. Uma possível reunião entre INCRA, CDA e a comunidade seria de fundamental importância para esclarecer à comunidade a situação da titulação de seu território.

Encaminhamos também, em anexo a esse comunicado, um documento protocolado e endereçado ao Ministro da Casa Civil que também nos causou grande preocupação. O referido documento associa de forma indevida o interesse da Associação Quilombola do Morro Redondo em ter a titulação de seu território ao estabelecimento de torres eólicas em seu território.

Desde já agradecemos a atenção, ficamos no aguardo de uma resposta e estamos à disposição para o diálogo.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO E VIZINHANÇA

Presidenta: Cecília Jesus Pina

Vice-presidente: João Evangelista Moreira dos Santos

Tesoureira: Edinelza Oliveira Barbosa Mendes

Primeira Fiscal: Maria Edna de Souza

ANEXO 2
ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO E VIZINHANÇA

Seabra, 27 de janeiro de 2022

A/C: Camilla Batista
Coordenadora Executiva – Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA)

Vimos, por meio desta, solicitar à CDA que seja esclarecido formalmente à comunidade quilombola do Morro Redondo como está o andamento do atual processo de titulação da comunidade. O referido esclarecimento se faz necessário uma vez que, no último encontro que a comunidade teve com a CDA muitas dúvidas e incertezas com relação ao processo de titulação do território foram criadas, especialmente porque neste encontro a CDA esteve no território da comunidade acompanhada por uma empresa ligada ao setor eólico. Deste modo, será relatado como procedeu o referido encontro e quais dúvidas passaram a emergir entre os membros da comunidade.

No dia 25 de julho de 2021 a CDA, representada pelo Sr. Roque Peixoto (Coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais – CDA) realizou uma reunião com a Associação Quilombola de Morro Redondo e Vizinhança acompanhada por três representantes da Companhia de Energias Renováveis (CER-Energia) para comunicar que a titulação do território da comunidade está em fase final, faltando apenas ajustar os limites do território com as comunidades de Riachão e Tiririca.

Nos dias que se seguiram após a reunião, representantes da CER-Energia percorreram o território da comunidade sem a presença de um representante da CDA. Solicitaram o acompanhamento de pessoas da comunidade para indicar os limites estabelecidos pelo INCRA e depois disso, colocaram marcos em pontos diferentes aos limites do território da comunidade. Vale destacar também que, além de representantes desta empresa havia também uma pessoa com identificação de outra empresa eólica, da Ecopar, que em nenhum momento foi apresentada à comunidade.

Por isso, desde então, a comunidade quilombola do Morro Redondo está apreensiva com as medições e marcações que foram realizadas em seu território pela empresa CER-

Energia e Ecopar. A comunidade está em dúvida se as marcações foram realizadas para subsidiar o processo de titulação em andamento na CDA ou se visam subsidiar o processo de implementação de torres eólicas pela CER-Energia/Ecopar.

As duas situações geram preocupação na comunidade com relação a garantia de seu território tradicional e continuidade do seu modo de vida. Uma vez que, caso os marcos colocados pela empresa CER-Energia sejam utilizados para rever os limites do território do Morro Redondo com o Riachão e a Tiririca, estes limites estariam reduzindo a área do território delimitado pelo INCRA, ou seja, não estariam em consonância com a marcação dos limites realizada há mais de dez anos entre a comunidade e o INCRA.

Do mesmo modo, se estes marcos estão sendo planejados para subsidiar a implantação de torres eólicas, também não estão sendo implementados com total acordo e conhecimento da comunidade. Famílias que usufruem das terras onde foram colocados os marcos pela CER-Energia/Ecopar não foram comunicadas sobre a entrada das empresas em suas terras e o significado do estabelecimento destes marcos. Vale destacar também que, a região onde foram colocados os marcos é denominada pela comunidade de Serrão e Taquara, trata-se de uma área de extrema importância do território de uso tradicional da comunidade. Além de ser utilizada para o estabelecimento de roças e soltura do gado, é uma área com presença de nascentes e com fontes de água utilizadas há muitas gerações pela comunidade. Vale destacar também, a importância arqueológica desta área visto que no Serrão há rochas com pinturas rupestres.

Deste modo, gostaríamos de obter mais informações sobre a presença das empresas do setor eólico no território da comunidade e também compreender como está o processo de titulação do território da comunidade e se os limites estabelecidos nos anos de 2010/2011 entre a comunidade quilombola e o INCRA serão respeitados pela CDA no caso da titulação sair por meio deste órgão. Uma possível reunião entre INCRA, CDA e a comunidade seria de fundamental importância para esclarecer à comunidade a situação da titulação de seu território.

Desde já agradecemos a atenção, ficamos no aguardo de uma resposta e estamos à disposição para o diálogo.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO E VIZINHANÇA

Presidenta: Cecília Jesus Pina
Vice-presidente: João Evangelista Moreira dos Santos
Tesoureira: Edinelza Oliveira Barbosa Mendes
Primeira Fiscal: Maria Edna de Souza

ANEXO 3

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Claudio Cajado** - PP/BA

Brasília/DF, 05 de outubro de 2021.

OGCC 00208/2021

A Sua Excelência o Senhor
Ciro Nogueira
Ministro chefe da Casa Civil
Palácio do Planalto
Brasília - DF

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para verificar a possibilidade de atender à solicitação da **Associação Quilombola de Morro Redondo – Seabra/BA, para o desarquivamento do processo nº 54000.030323/2018-94, e dar o devido encaminhamento para que a associação possa ter a titularidade da área e assinar o contrato com as empresas para implantação do Parque Eólico.**

Vale ressaltar que os dirigentes da associação foram procurados por duas empresas, Ecopar e CER - Companhia de Energia Renováveis que tem interesse em instalar antenas de pesquisa nessa área e assim levando o desenvolvimento na região.

Informo, ainda, que esse processo só foi arquivado pela Casa Civil (Gestão Michel Temer) pelo fato de não ter sido analisado durante a gestão.

Na certeza da boa acolhida e aquiescência no atendimento positivo ao referido pleito, subscrevo-me.

Atenciosamente,

CLAUDIO CAJADO
Deputado Federal – PP/BA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Gabinete do Ministro

Recebido às 16:31 horas

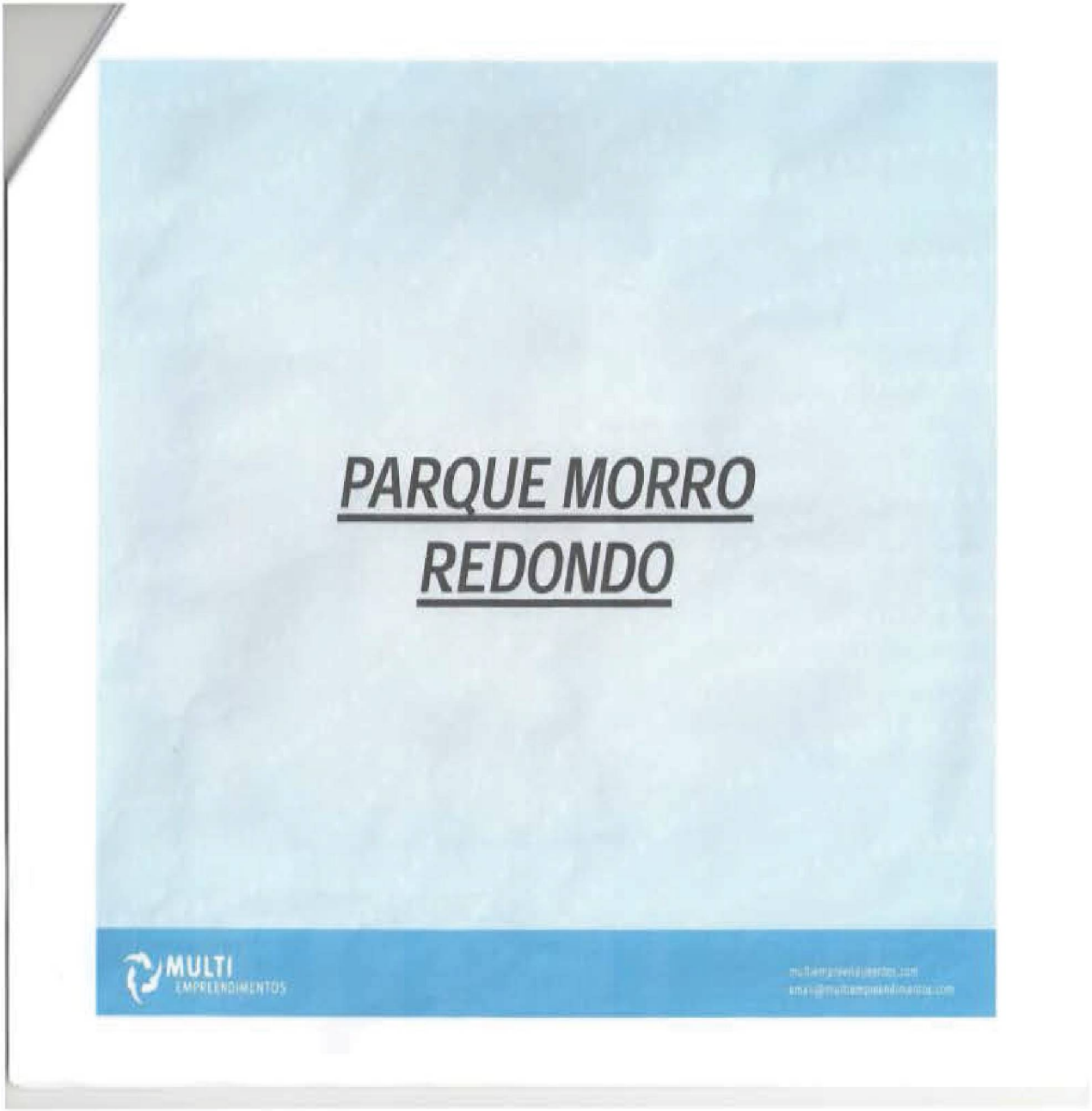
do dia 05/01/2021

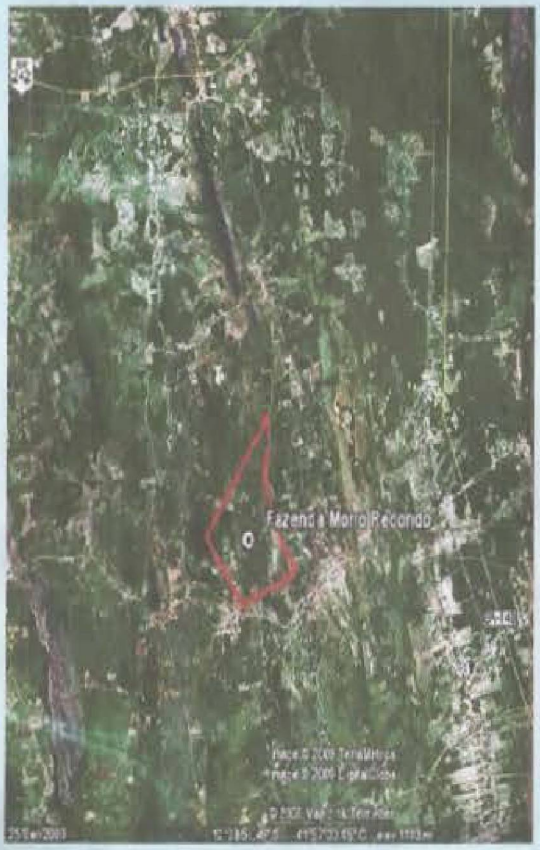
por _____

Claudio Lopes de Sousa
Supervisor
Gabinete da Casa Civil
Presidência da República

ANEXO 4


RELATÓRIO DE PROJETOS
PROSPECÇÃO ECOPART
MULTI
EMPREENDIMENTOS
multiempreendimentos.com
email@multiempreendimentos.com


PARQUE MORRO
REDONDO
MULTI
EMPREENDIMENTOS

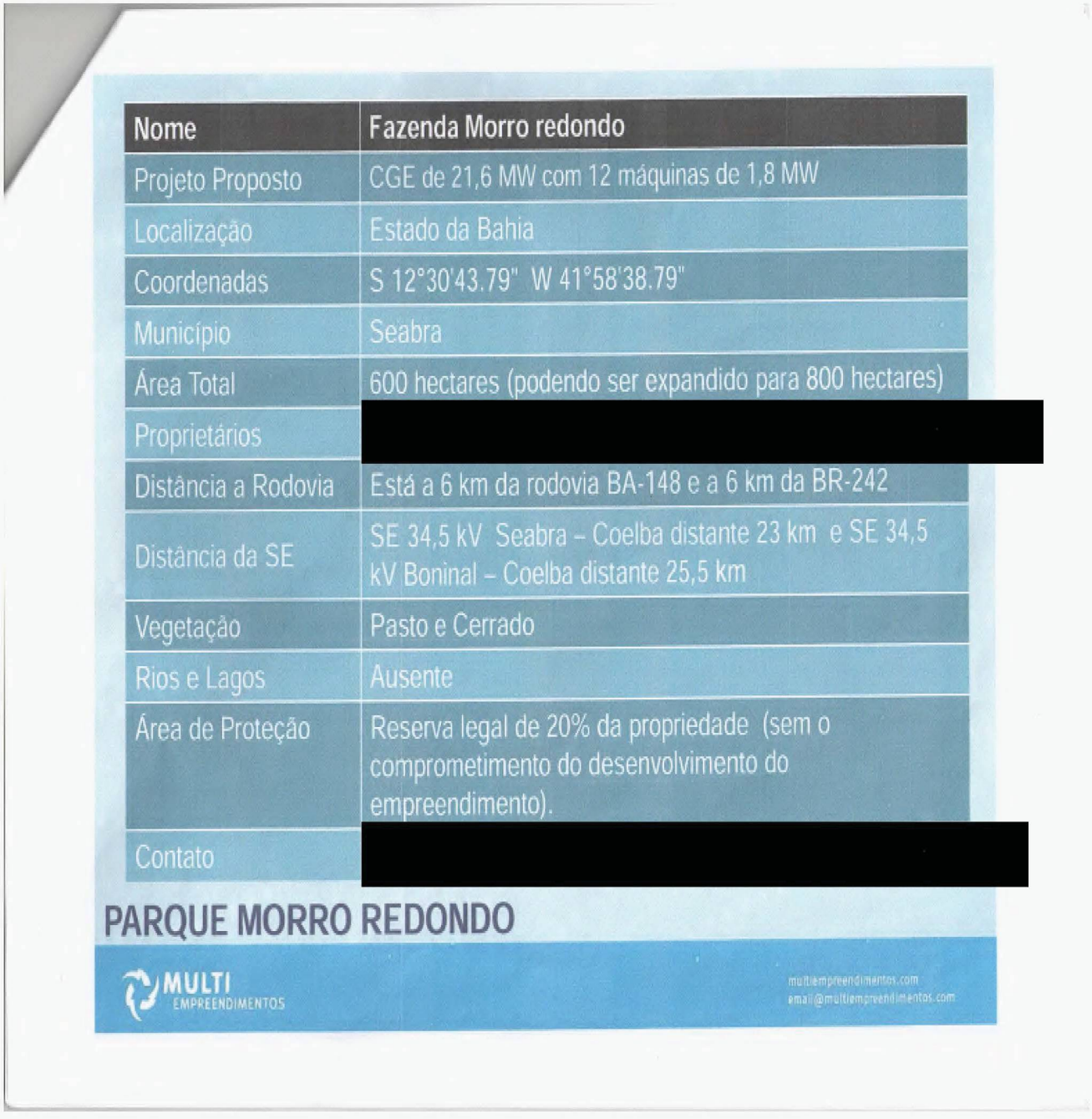


Localizado no município de Seabra, no estado da Bahia, e com área de 600 hectares, podendo ser expandida para 800 hectares com a adição uma outra propriedade (Molha Galo) em processo de prospecção, a fazenda está a 6 km da rodovia BA-148 e a 8 km da rodovia BR-242, ambas em boas condições de trafegabilidade e de grande importância para a malha rodoviária do estado.

A região apresenta ventos de velocidade média acima de 7,0 m/s á 70m de altura, segundo o atlas eólico brasileiro. O terreno possui elevação variando entre 1075 e 1140 metros acima do nível do mar, apresenta relevo pouco acidentado e hoje está sem nenhum tipo de atividade, apresentando-se coberta com vegetação de cerrado e pasto.

PARQUE MORRO REDONDO

MULTI
EMPREENDIMENTOS

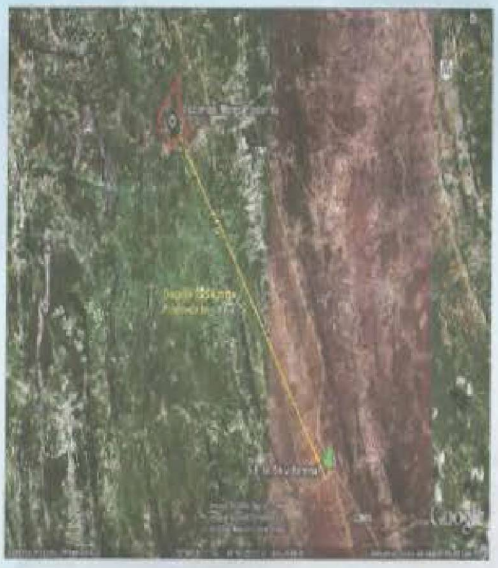


Nome	Fazenda Morro redondo
Projeto Proposto	CGE de 21,6 MW com 12 máquinas de 1,8 MW
Localização	Estado da Bahia
Coordenadas	S 12°30'43.79" W 41°58'38.79"
Município	Seabra
Área Total	600 hectares (podendo ser expandido para 800 hectares)
Proprietários	[redacted]
Distância a Rodovia	Está a 6 km da rodovia BA-148 e a 6 km da BR-242
Distância da SE	SE 34,5 kV Seabra – Coelba distante 23 km e SE 34,5 kV Boninal – Coelba distante 25,5 km
Vegetação	Pasto e Cerrado
Rios e Lagos	Ausente
Área de Proteção	Reserva legal de 20% da propriedade (sem o comprometimento do desenvolvimento do empreendimento).
Contato	[redacted]

PARQUE MORRO REDONDO

MULTI EMPREENDIMENTOS

multiempreendimentos.com
email@multiempreendimentos.com





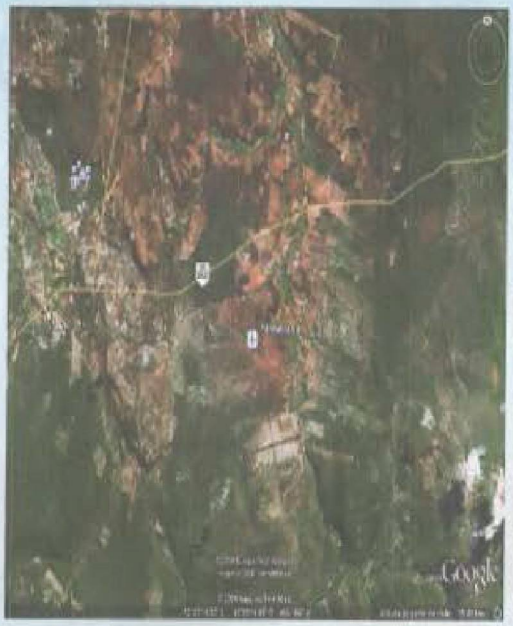
Conexão a Rede Elétrica

A conexão proposta para escoar os 21,6 MW deste projeto será efetuada em duas linhas de 34,5 kV a serem conectadas nas subestações de Boninal (S 12°42'30.95" W 41°50'1.70") e Seabra (S 12°26'15.73" W 41°4 6'21.38") dividindo a potência instalada entre estas duas unidades, ambas de propriedade da Coelba, distante 25,5 km e 23 km respectivamente do local escolhido para a CGE.

PARQUE MORRO REDONDO

MULTI
EMPREENDIMENTOS

multiempreendimentos.com
email@multiempreendimentos.com



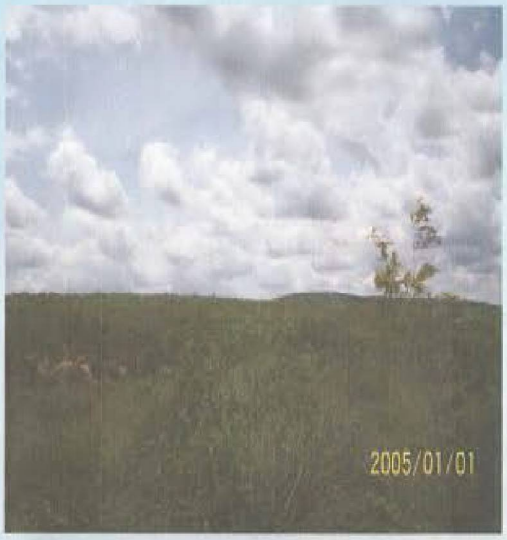


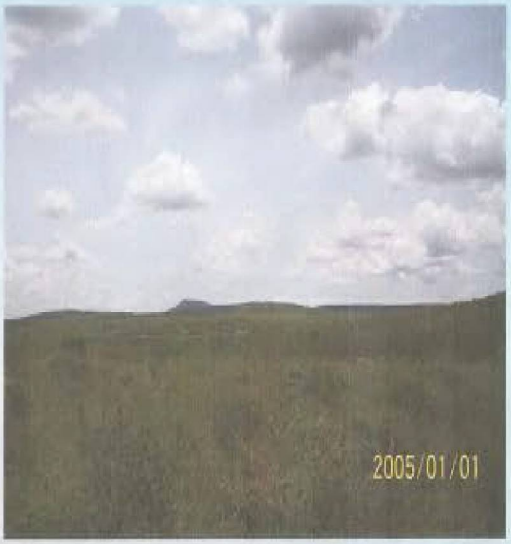
Análise Aeronáutica

A pista de pouso mais próxima da propriedade é a de Palmeiras, distante 41,5 km do local, e seu cone de pouso de decolagem está distante 38 km, o que não inviabiliza o projeto. As demais pistas encontradas estão mais distantes que a pista citada, não causando impacto algum ao projeto.

PARQUE MORRO REDONDO

MULTI EMPREENDIMENTOS





Análise Ambiental

A única questão ambiental encontrada foi obrigatoriedade da Reserva Legal da propriedade. Devido a extensão total e o relevo da propriedade, as áreas de reserva legal, não impactarão na implantação na CGE, porém, vale salientar que será necessário que seja feito uma consulta mais detalhada da propriedade junto ao órgão ambiental competente.

PARQUE MORRO REDONDO

MULTI EMPREENDIMENTOS

multiempreendimentos.com
email@multiempreendimentos.com

PARECER

Para este projeto foi estimado uma CGE com capacidade total de 21,6 MW, utilizando 12 máquinas de 1,8 MW.

O potencial eólico encontrado pode ser considerado muito bom, haja visto que o atlas eólico o coloca em uma área de ventos acima de 7,0 m/s, a 70 metros, como as torres para este tipo de máquina deverá possuir 80 metros de altitude, aumenta mais o potencial da CGE, além de ser uma área com relatos de ventos muito superiores ao estimado pelo atlas, o que pode viabilizar o parque.

Em análise preliminar, a conexão encontrada para escoar a energia produzida pela CGE será feita através de duas subestação de 34,5 kV distante 23 e 25,5 km da propriedade. Este quadro poderá mudar com as expansões futuras das concessionários.

O acesso ao local do parque, após verificação, pode ser considerado de bom estado de conservação facilitando a logística de movimentação dos equipamentos até a CGE.

Observando o parâmetro ambiental, constamos a existência de área destinada a reserva legal da propriedade, e mesmo assim, pelo tamanho e relevo da propriedade, não seria empecilho para a implantação da CGE. Vale salientar que deverá ser realizada uma consulta mais detalhada dessa propriedade junto ao órgão ambiental competente no momento em que o projeto básico estiver concluído, haja visto, as exigências documentais solicitadas por estes órgãos para emissão de seus pareceres só poderem ser atendidas em uma etapa mais adiantada do processo.

Sendo assim, atendidas todas as exigências impostas pela Ecopart, consideramos o projeto viável para implantação.

PARQUE MORRO REDONDO

MULTI
EMPREENDIMENTOS

multiempreendimentos.com
email@multiempreendimentos.com

ANEXO 5

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO – SEABRA/BA

FUNDAÇÃO PALMARES – Portaria nº 06 de 01/03/2004

INCRA – Portaria nº 468 de 09/08/2017

Ofício nº 01/2022

Seabra, 12/01/2022

Ao

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Excelentíssima Senhora Ministra Tereza Cristina,

Inicialmente a parabenizo, em nome de todos os associados e moradores do Quilombo de Morro Redondo, pelo seu excelente trabalho desenvolvido à frente deste importante ministério.

Senhora Ministra, o nosso processo de nº 54000.03023/20187-94, para regularização fundiária foi arquivado na Casa Civil da Presidência da República no final do Governo Michel Temer e sem a manifestação regimental desse Doto Ministério, com a exposição de motivos e parecer de mérito. Diante disso, pedimos a V. Exa. a referida manifestação favorável ao nosso pleito para ser acostada ao referido processo e em seguida a conclusão com a edição do Decreto Presidencial.

Senhora Ministra, as terras que compõem o nosso quilombo ocupam uma área total de 5.068,91 hectares (doc. 01 em anexo) e uma grande parte está situada em altitude acima dos 1.100 (Hum mil e cem) metros. Portanto, a nossa área apresenta um grande potencial para geração de Energia Eólica (doc. 02 Ecopart em anexo). Ressaltamos também, que sempre aparecem empresas interessadas em instalar equipamentos de prospecção/pesquisa para instalação de Parques Eólicos em nossa área e assim gerar emprego e renda para a nossa tão carente comunidade, mas infelizmente os entendimentos se encerram pela falta na regularização fundiária, onde as empresas interessadas só assinam contratos com pessoas ou associações que detém Titulo Agrário ou Escritura Pública. Informamos ainda, que cerca de 80% (oitenta por cento) dos proprietários/moradores não possuem o Título ou Escritura dos terrenos em nossa comunidade.

Para finalizar Ministra, a nossa comunidade desde já lhes agradece por qualquer manifestação e enfatizamos que o atendimento ao nosso pleito é de fundamental importância econômica para a nossa comunidade e nossas futuras gerações e que também possamos contribuir para a geração de energia limpa para o nosso querido Brasil.

Que DEUS lhe abençoe e ilumine os seus caminhos sempre!

CECÍLIA JESUS PINA – Presidente

Contatos

[redacted]

Exma. Senhora

TEREZA CRISTINA CORREIA DA COSTA DIAS

M. D. MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 8º Andar, Sala 816

BRASILIA – DISTRITO FEDERAL

ANEXO 6

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE MORRO REDONDO – SEABRA/BA

FUNDAÇÃO PALMARES – Portaria nº 06 de 01/03/2004

INCRA – Portaria nº 468 de 09/08/2017

Ofício nº 01/2022 Seabra 04/02/2022

Ao

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Excelentíssima Senhora Ministra Tereza Cristina,

Inicialmente a parabenizo, em nome de todos os associados e moradores do Quilombo de Morro Redondo, pelo seu excelente trabalho desenvolvido à frente deste importante ministério.

Senhora Ministra, o nosso processo de nº 54000.03023/20187-94, para regularização fundiária foi arquivado na Casa Civil da Presidência da Republica no final do Governo Michel Temer e sem a manifestação regimental desse Doto Ministério, com a exposição de motivos e parecer de mérito. Diante disso, pedimos a V. Exa. A referida manifestação favorável ao nosso pleito para ser acostada ao referido processo e em seguida a conclusão com a edição do Decreto Presidencial.

Para finalizar, Ministra, a nossa comunidade desde já lhes agradece por qualquer manifestação e enfatizamos que o atendimento ao nosso pleito é de fundamental importância para a nossa comunidade e nossas futuras gerações.

Que Deus lhe abençoe e ilumine os seus caminhos sempre.

CECÍLIA JESUS PINA - Presidente

Contatos

[redacted]

Exma. Senhora

TEREZA CRISTINA CORREIA DA COSTA DIAS

M.D. MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 8º Andar, Sala 816

BRASILIA – DISTRITO FEDERAL

ANEXO 7

Nº 153, quinta-feira, 10 de agosto de 2017 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 11

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Desterro, elaborado pela Comissão instituída pelas Ordens de Serviço/INCRA/SR.23/Nº's: 110, de 04/08/2009; 104, de 11/08/2010; 25,de 01/03/2011; 39 do 05/05/2011; 116, de 30/09/2011; 19, de 07/03/2012; 38, de 24/05/2012, e por meio do Convênio Nº 3.000/2008, firmado entre o Incra/SE, Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN, Empresa de Desenvolvimento Sustentável - PRONESE e Empresa Projetos Agroindustriais Ltda - PROAGI, esta última responsável pela execução do Relatório Antropológico.

Considerando os termos da Ata de 14 de novembro de 2014, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-23 no Estado do Sergipe, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-23/SE nº 54370.000779/2006-88, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Desterro, a área de 124,8531 ha (cento e vinte e quatro hectares, oitenta e cinco ares e trinta e um centiares), situada no Município de Indiaroba, no Estado Sergipe.

Parágrafo 1º Os limites e confrontações do território quilombola Desterro são: ao norte com a SR. MANUCA E SR. SILVEIRA: leste com SR. SILVEIRA, SR. GONÇALO, SR. GEMILIANO, SRA. ELIETE E SRA. NECI: sul ÁREA DE MANGUE E RIO REAL; oeste ÁREA DE MANGUE, RIO REAL E SR. MANUCA.

Parágrafo 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54370.000779/2006-88 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GOES SILVA

PORTARIA Nº 466, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/Pte nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 do dia seguinte, e:

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Forte, elaborado pela Comissão instituída pelas Ordens de Serviço/INCRA/SR-23/SE/Nº 99, de 04 de agosto de 2009, Nº 105 de 11/08/2011, Nº 60 de 05/05/2011, Nº 117 de 30/09/2011, Nº 26 de 01/03/2011, Nº 15 de 05/03/2012, Nº 39 de 24/05/2012, e por meio do Convênio Nº 3.000/2008.

Considerando os termos da Ata de 16 de dezembro de 2013, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-23 no Estado do Sergipe, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-23/SE nº 54370.000782/2006-00, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Forte, a área de 1.460,0123 ha (mil quatrocentos e sessenta hectares, um are e vinte e três centiares), situada no Município de Cumbe, no Estado Sergipe.

Parágrafo 1º Os limites e confrontações do território quilombola Forte são: ao norte com terras de Raimundo Cardoso de Oliveira (Faz. Japaratuba), Rio Japaratuba e terras do sr. Sérgio: leste com Rio Japaratuba, terras de Espólio de Osvaldio Lima de Oliveira: sul estrada vicinal, terras da área urbana pov. Araçá, sr. José Telot Barbosa, sr. Claudionor, José Pereira de Lima, Zé de Lili: oeste terras de Afonso Roza de Menezes, espólio de Dernival Melo dos Santos, espólio de José Melo da Silva (Joal), Nivaldo Barroso Moura (bolinho) e estrada municipal.

Parágrafo 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54370.000782/2006-00 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GOES SILVA

PORTARIA Nº 467, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/Pte nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 do dia seguinte, e:

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Catuabo, elaborado pela Comissão instituída pelas Ordens de Serviço/INCRA/SR.23/Nº 99, de 04 de agosto de 2009, Nº 105, de 11/08/2011, Nº 60, de05/05/2011, Nº 117, 30/09/2011, Nº 26, de 01/03/2011, Nº 15, de 05/03/2012, Nº 39, de 24/05/2012, e por meio do Convênio Nº 3.000/2008.

Considerando os termos da Ata de 16 de dezembro de 2013, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-23 no Estado do Sergipe, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-23/SE nº 54370.000784/2006-91, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Catuabo, a área de 886,7775 ha (oitocentos e oitenta e seis hectares, setenta e sete ares e setenta e cinco centiares), situada no Município Frei Paulo, no Estado Sergipe.

Parágrafo 1º Os limites e confrontações do território quilombola Catuabo são: ao norte com a estrada municipal, P.A. Cachoeira (Estado), terras de José Tavares da Mota: leste com P.A. Cachoeira (Estado), José Tavares da Mota, José de Gracinha, Paulo Pereira, estrada municipal, estrada vicinal: sul terras de Paulo Pereira, estrada municipal e estrada vicinal, terras de José Valdomiro, Faz. Baixio: oeste estrada municipal, Faz. Baixio.

Parágrafo 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54370.000784/2006-91 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GOES SILVA

PORTARIA Nº 468, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/Pte nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 do dia seguinte, e:

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT e Instrução Normativa/INCRA nº 20/2005, nº 49/2008 e nº 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo do Morro Redondo, situada no Município da Seabra/BA, elaborado pelo Grupo Técnico Interdisciplinar, comissão instituída pela "Ordem de Serviço/INCRA/SR05/GAB/BA/Nº 44/2009 e 23/2010, fls. 03/04 e 49;

Considerando os termos das ATA/REUNIÃO/CDR/SR-05/Nº 08/2012 e 20/2015, do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia que aprovou o citado Relatório Técnico e sua retificação;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos do Processo Administrativo INCRA/SR-05/BA nº 54160.002695/2009-05; resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo do Morro Redondo, a área de 5.068,9163 ha (cinco mil e sessenta e oito hectares, noventa e um ares e sessenta e três centiares), situada no Município de Seabra/BA, Estado da Bahia.

Parágrafo 1º Os limites e confrontações do território quilombola do Morro Redondo, são: ao norte com Otaviano Bispo da Silva, Commidade de Formosa, Lidio Marques Mendes, Angelo Benedito Alves, Lilianne Leite Breuneisen, Epaminondas Mendes, Joaquim Alves de Souza, Ismael Mendes, Commidade de Taquara, Albertino Malaquias dos Santos, Comunidade Pau de Gamela, Argemiro da Mata Alves e Estrada Municipal: a Leste com Otaviano Bispo da Silva, Commidade de Formosa, Lidio Marques Mendes, Angelo Benedito Alves, Lilianne Leite Breuneisen, Jonilson José de Oliveira, Ana Mendes, Epaminondas Mendes, Joaquim Alves de Souza, Ismael Mendes, Adeildo dos Santos e Rosalvo dos Santos; ao Sul com Adeildo dos Santos, Rosalvo dos Santos, Hildete Celestina de Souza, Francisco Alves da Souza Filho, Aurea Maria do Carmo Silva, Estrada vicinal, Raulino Alves de Souza, Serra do Serrao e Commidade de Taquara: e a Oeste com Hildete Celestina de Souza, Aurea Maria do Carmo Silva, Estrada vicinal, Raulino Alves de Souza, Serra do Serrao, Commidade de Taquara, Albertino Malaquias dos Santos, Commidade Pau de Gamela, Argemiro da Mata Alves e Otaviano Bispo da Silva.

Parágrafo 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54160.002695/2009-05 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GOES SILVA

PORTARIA Nº 469, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/Pte nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 do dia seguinte, e:

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e a Instrução Normativa/INCRA nº. 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo a regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Engenho Mundo Novo, elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR-18/G/Nº053/2012, de 22 de maio de 2012;

Considerando os termos da Ata de 06 de abril de 2015, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-18 no Estado da Paraíba, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-18/PB nº 54320.001147/2009-70; resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Engenho Mundo Novo a área de 322,3565 ha (trezentos e vinte e dois hectares, trinta e cinco ares e sessenta e cinco centiares), situada no Município de Areia, no Estado da Paraíba.

Parágrafo 1º Os limites e confrontações do território quilombola Engenho Mundo Novo: ao norte terras do Engenho Gito, Espolio de Sebastião Nunes e Engenho Santa Izabel: ao sul: terras de Genil Cunha França, rodovia estadual Areia/Pilões e terras de José Araújo: a leste Condomínio Quintas da Lagoa, Condomínio Reserva da Serra e terras de Luiz Romeiro e a oeste terras de Severino Félix, terras de João Francisco e Engenho Jussara.

Parágrafo 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº54320.001147/2009-70 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GOES SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

PORTARIA Nº 17, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)/DFE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130, inciso VI do Regimento Interno da Autarquia, aprovada pela PORTARIA/INCRA/PTE/Nº 49, DE 31 DE JANEIRO DE 2017 publicada no Diário Oficial da União nº 23 em 01 de fevereiro de 2017, Seção I, páginas 11 a 25 e, ainda, considerando os termos constantes da RESOLUÇÃO/INCRA/CDR/SR(28)/DFE/Nº 1, de 03 de agosto de 2017, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017081000011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 8

TABELA 4 - PROCESSOS MINERÁRIOS EM ANDAMENTO DA ANM (2021)

COMUNIDADES QUILOMBOLAS	PROCESSO (nº e ano)	TITULAR	SUBSTÂNCIA	USO	AREA (ha)	FASE	ULTIMO EVENTO
Agreste (6 processos)	871226/2007	SANTA MARIA IMPORT	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	Industrial	1860.99	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 16/06/2017
	871227/2007	SANTA MARIA IMPORT	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	Industrial	1995	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 16/06/2017
	872653/2016	Mineração Atlântica Ltda.	QUARTZITO	Revestimento	961.49	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	318 - AUT PESQ/RELATORIO PESQ NÃO APV ART 30 II CM PUB EM 08/05/2019
	872655/2016	Mineração Atlântica Ltda.	QUARTZITO	Revestimento	673.14	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	318 - AUT PESQ/RELATORIO PESQ NÃO APV ART 30 II CM PUB EM 08/05/2019
	872048/2021	TEMPEST STONES LTDA	QUARTZITO	Revestimento	925.44	REQUERIMENTO DE PESQUISA	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO EM 06/10/2021
	872049/2021	TEMPEST STONES LTDA	QUARTZITO	Revestimento	937.62	REQUERIMENTO DE PESQUISA	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO EM 06/10/2021
Baixão Velho (4 processos)	871226/2007	SANTA MARIA IMPORT	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	Industrial	1860.99	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 16/06/2017
	871227/2007	SANTA MARIA IMPORT	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	Industrial	1995	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 16/06/2017
	871084/2017	Gran Vale Ltda EPP	MÁRMORE	Revestimento	995.78	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	1273 - AUT PESQ/REDUÇÃO DE ÁREA PROTOCOLIZADO EM 28/10/2019
	870935/2019	São Gonçalo Extração e Comércio de Granitos Ltda.	QUARTZITO	Revestimento	805.63	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	264 - AUT PESQ/PAGAMENTO TAH EFETUADO EM 28/01/2021
Cachoeira da Várzea e Mocambo da Cachoeira (6 processos)	871981/2003	Antonio Botelho De Souza	QUARTZITO	Revestimento	215.02	REQUERIMENTO DE LAVRA	399 - REQ LAV/DECLARA CADUC DIREIT REQ LAV PUB EM 09/05/2017

	870652/2019	NGM NUCLEO GEOLOGICO E MINERAÇÃO EIRELI	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1662.87	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2275 - APTO DISP/ÁREA APTA PARA DISPONIBILIDADE EM 24/09/2021
	870651/2019	NGM NUCLEO GEOLOGICO E MINERAÇÃO EIRELI	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1960.89	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2275 - APTO DISP/ÁREA APTA PARA DISPONIBILIDADE EM 24/09/2021
	870648/2019	NGM NUCLEO GEOLOGICO E MINERAÇÃO EIRELI	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1755.76	APTO PARA DISPONIBILIDADE	157 - REQ PESQ/DESISTÊNCIA REQ PESQ HOMOLOGADA PUB EM 12/04/2021
	871067/2019	Mineradora Diamante Negro Ltda.	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1970.69	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	264 - AUT PESQ/PAGAMENTO TAH EFETUADO EM 29/07/2021
	871068/2019	Mineradora Diamante Negro Ltda.	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1946.07	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	264 - AUT PESQ/PAGAMENTO TAH EFETUADO EM 29/07/2021
Capão das Gamelas (4 processos)	870675/1980	CARBOMIL SA MINERACAO E INDUSTRIA	BARITA	Não informado	1000	REQUERIMENTO DE LAVRA	2 - DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 22/06/2006
	870533/2015	CORCOVADO GRANITOS LTDA	QUARTZITO	Revestimento	505	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	251 - AUT PESQ/PRORROGAÇÃO PRAZO EXIGÊNCIA SOLICITADO EM 06/08/2019
	872655/2016	Mineração Atlântica Ltda.	QUARTZITO	Revestimento	673.14	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	318 - AUT PESQ/RELATORIO PESQ NÃO APV ART 30 II CM PUB EM 08/05/2019
	872049/2021	TEMPEST STONES LTDA	QUARTZITO	Revestimento	937.62	REQUERIMENTO DE PESQUISA	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO EM 06/10/2021
Lagoa do Baixão (1 processo)	871223/2007	SANTA MARIA IMPORT	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	Industrial	1890.3	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 16/06/2017
Morro Redondo (7 processos)	870088/2012	Luis Paulo Ferrari de Sena	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	983.85	APTO PARA DISPONIBILIDADE	654 - AUT PESQ/PARCELAMENTO TAH QUITADO EM 29/03/2021
	870508/2012	LASTRA MINERAÇÃO LTDA	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1999.93	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA EM 02/12/2016
	872060/2007	ROCHA BAHIA MINERACAO LTDA	CONGLOMERADO	Revestimento	333.83	REQUERIMENTO DE LAVRA	624 - REQ LAV/GUIA UTILIZAÇÃO REQUERIMENTO PROTOC EM 16/05/2019

	871915/2016	SANTA HELOISA EMPREENDIMENTOS LTDA	CONGLOMERADO	Revestimento	968.62	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	1273 - AUT PESQ/REDUÇÃO DE ÁREA PROTOCOLIZADO EM 25/10/2017
	871456/2021	MINERACAO SERRA GRANDE LTDA	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1645.72	REQUERIMENTO DE PESQUISA	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO EM 13/07/2021
	871700/2021	MINERACAO SERRA DO OURO LTDA	MINÉRIO DE OURO	Industrial	593.14	REQUERIMENTO DE PESQUISA	100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO EM 18/08/2021
	871526/2014	Vitória Mining Mineração, Imp. e Exp. Ltda	GRANITO	Revestimento	593.16	DISPONIBILIDADE	2293 - DISPONIB/ABERTURA DE PROCESSO DECLARADO PRIORITÁRIO PROTOCOL EM 18/08/2021
Olhos d'água do Basílio (2 processos)	870508/2017	Shekinah Granitos Ltda Me	QUARTZITO	Revestimento	743.83	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	794 - AUT PESQ/RELATORIO PESQ POSITIVO APRESENTADO EM 06/06/2019
	870935/2019	São Gonçalo Extração e Comércio de Granitos Ltda.	QUARTZITO	Revestimento	805.63	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	264 - AUT PESQ/PAGAMENTO TAH EFETUADO EM 28/01/2021
Serra do Queimadão (4 processos)	871223/2007	SANTA MARIA IMPORT	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	Industrial	1890.3	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 16/06/2017
	872655/2016	Mineração Atlântica Ltda.	QUARTZITO	Revestimento	673.14	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	318 - AUT PESQ/RELATORIO PESQ NÃO APV ART 30 II CM PUB EM 08/05/2019
	870849/2017	Mineração Araujo Ltda Me	QUARTZITO	Brita	49.86	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	641 - AUT PESQ/MULTA APLICADA-TAH EM 29/06/2021
	870135/2018	SANTA RITA ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA	QUARTZITO	Revestimento	213.02	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	318 - AUT PESQ/RELATORIO PESQ NÃO APV ART 30 II CM PUB EM 05/11/2020
Vão das Palmeiras (4 processos)	870675/1980	CARBOMIL SA MINERACAO E INDUSTRIA	BARITA	Não informado	1000	REQUERIMENTO DE LAVRA	2 - DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 22/06/2006
	871228/2007	SANTA MARIA IMPORT	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	Industrial	1765.74	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	236 - AUT PESQ/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO EM 16/06/2017
	872653/2016	Mineração Atlântica Ltda.	QUARTZITO	Revestimento	961.49	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	318 - AUT PESQ/RELATORIO PESQ NÃO APV ART 30 II CM PUB EM 08/05/2019

	870908/2019	Mineração Garmiran Eireli	GRANITO	Revestimento	728.95	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	635 - AUT PESQ/AUTO INFRAÇÃO MULTA-TAH EM 27/11/2020
Vazante (5 processos)	870636/2008	CORCOVADO GRANITOS LTDA	QUARTZITO	Revestimento	742.68	REQUERIMENTO DE LAVRA	350 - REQ LAV/REQUERIMENTO LAVRA PROTOCOLIZADO EM 29/04/2014
	872561/2016	Mineração Monte Hermon Ltda Me	QUARTZITO	Revestimento	672.15	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	2349 - AUT PESQ/SIGILO INFORMAÇÃO MINERÁRIA-REQUERIDA EM 29/03/2019
	870675/2017	EDSON DOURADO	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1930.79	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	243 - AUT PESQ/RECURSO PROTOCOLIZADO EM 27/06/2019
	870647/2019	NGM NUCLEO GEOLOGICO E MINERAÇÃO EIRELI	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1916.59	APTO PARA DISPONIBILIDADE	2275 - APTO DISP/ÁREA APTA PARA DISPONIBILIDADE EM 24/09/2021
	870646/2019	NGM NUCLEO GEOLOGICO E MINERAÇÃO EIRELI	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1963.8	APTO PARA DISPONIBILIDADE	157 - REQ PESQ/DESISTÊNCIA REQ PESQ HOMOLOGADA PUB EM 06/04/2021

FONTE: ANM (dados atualizados em junho/2021).